



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ - UFPA  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL DA  
AMAZÔNIA**

**CÍCERO PEREIRA DA SILVA JÚNIOR**

**OS QUE CHEGAM E OS QUE SAEM: MEMÓRIA E IDENTIDADE NOS DES-  
LOCAMENTOS PROVOCADOS PELA UHE DE ESTREITO – MA/TO (2007-2012)**

**Belém  
2021**

**CÍCERO PEREIRA DA SILVA JÚNIOR**

**OS QUE CHEGAM E OS QUE SAEM: MEMÓRIA E IDENTIDADE NOS  
DESLOCAMENTOS PROVOCADOS PELA UHE DE ESTREITO – MA/TO (2007-  
2012)**

Tese apresentada ao Programa de pós-graduação de História Social da Amazônia da Universidade Federal do Pará (UFPA) para efeito de obtenção do título de Doutor.

Orientador: Prof.º Dr. Pere Petit Peñarrocha

**Belém  
2021**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ - UFPA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL DA AMAZÔNIA**

**CÍCERO PEREIRA DA SILVA JÚNIOR**

**OS QUE CHEGAM E OS QUE SAEM: MEMÓRIA E IDENTIDADE NOS DESLOCAMENTOS  
PROVOCADOS PELA UHE DE ESTREITO – MA/TO (2007-2012)**

Tese apresentada ao Programa de pós-graduação de História Social da Amazônia da  
Universidade Federal do Pará (UFPA) para efeito de obtenção do título de Doutor.

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Prof. Dr. Pere Petit Peñarrocha - UFPA (Orientador)**

---

**Prof. Dra. Leila Mourão PPHIST – UFPA (Examinadora interna)**

---

**Prof. Dra. Temis Gomes Parente – UFT (Examinadora externa)**

---

**Prof. Dra. Idelma Santiago da Silva – UNIFESSPA (Examinadora externa)**

---

**Prof. Dr. Airton dos Reis Pereira - UEPA (Examinador externo)**

Apresentado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/ 2021

Conceito: \_\_\_\_\_

Para Eloah Cecília, meu “Nhô, Nhô”.

## AGRADECIMENTOS

Escrever é um gesto marcado por uma solidão atravessada de encontros. Assim, a pesquisa que ora se apresenta, não teria sido possível sem a ajuda valiosa das pessoas que mencionarei em seguida. Dessa forma, agradeço profundamente a:

Meus pais, Cícero e Erodite; e meus irmãos, Marcos e Lucas, pelo amparo e carinho nos momentos mais turbulentos.

A Eloah Cecília, que raiou junto com essa tese, por desenhar nos livros, por bagunçá-los na estante e me lembrar que a felicidade repousa em uma “janelinha”.

A Pere Petit que, mais que um orientador, é um companheiro, um amigo que admiro profundamente como intelectual e pela sua profunda humanidade e capacidade de empatia. Agradeço pela compreensão, paciência e, mormente, pela orientação rigorosa e instrutiva, pautada em um genuíno respeito por nossa escrita e pesquisa. Postura que nos inspira a segurança de ousar pensar com radicalidade.

Aos professores e colegas do PPHIST pelos debates instrutivos que tivemos em sala.

Aos professores Guilherme Fernandes, Karl Arenz e ao Jornalista Lúcio Flávio Pinto que compuseram a banca de qualificação a que foi submetida a pesquisa, pelas observações, sugestões e apontamentos que contribuíram em muito para a qualidade do texto final.

A Antônio Jorge, pelo companheirismo, solicitude e seu sincero interesse por meu trabalho.

A Kelly, pela leitura atenta e criteriosa, pelo apoio carinhoso e por estar sempre disposta a discutir as ideias do texto.

A minha amiga Larissa pela leitura crítica do texto, pelo precioso auxílio com a normatização e pelas instrutivas discussões que tivemos.

A Heloísa Cristina que sempre se empenhou para que eu tivesse toda a tranquilidade possível para a leitura e escrita.

Às queridas Vanusa e Patrícia pela mediação com os Apinajés pela hospedagem e pelos momentos de tranquilidade e leveza que tivemos em Imperatriz, Tocantinópolis e Carolina.

A meu querido amigo Domingos, que sempre me deu guarita em Estreito.

À querida Valderice pelo acolhimento em seu lar em Babaçulândia e na Ilha Verde, pela companhia nas viagens e pelas entrevistas.

À dona Maria da Ilha e sua família, pelo companheirismo durante as viagens, pela acolhida em sua casa e pelas entrevistas que concedeu.

A Antônio Veríssimo, Edimar, Luíz, Zé Cabelo e todos os Apinajés que gentilmente se propuseram a narrar suas experiências.

Às equipes gestoras das escolas América Leão Condurú, Maria Mirtes, Padre Sales, João Santos, César Pinheiro, D. João VI e Maria do Socorro Oliveira Rocha pela colaboração e parceria nos momentos derradeiros da escrita e pesquisa.

Por fim, o meu mais profundo obrigado a Adelaide Pereira Carvalho, Aderson Souza dos santos, Adonias Avelino Brandão, André Rodrigues Silva Santana, Antoniel, Antônio Veríssimo da Conceição, Aparecida Alves dos Santos, Carlos Lacerda Pereira da Silva, Chirlene Alves dos Santos, Cleonice Pereira da Silva Cruz, Edilson Cândido Vieira, Franceline Coelho de Sousa, Janete, Pereira da Silva Cruz, João Pereira da Costa, Jucilene Alves da Silva Braga, Júlio Alves da Silva, Leonardo. Reassentamento Mirindiba, Luíz Ferreira dos Santos, Marcos Soares de Macedo, Maria do Carmo da Costa, Pedrina, Petronília Dias do Nascimento, Raimundo Vicente, Robson Pereira da Costa, Valdecir Alves da Silva e todos as famílias dos reassentamentos e ocupações que me contaram suas histórias, compartilharam suas dores e me confiaram suas memórias.

Sou um homem comum  
 de carne e de memória  
 de osso e esquecimento  
 [...]

Sou como você  
 feito de coisas lembradas  
 e esquecidas  
 rostos e  
 mãos, o guarda-sol vermelho ao meio-dia  
 em Pastos-Bons,  
 defuntas alegrias flores passarinhos  
 facho de tarde luminosa  
 nomes que já nem sei  
 bocas bafos bacias  
 bandejas bandeiras bananeiras  
 tudo

misturado  
 essa lenha perfumada  
 que se acende  
 e me faz caminhar

*Ferreira Gullar*

Nós hoje estamos precisando do resultado, porque foi o que deu prejuízo pra nós foi hoje. Essa barragem, por exemplo [...]: eu vou me acomodar aqui hoje, porque ela vai dar resultado daqui a trinta, quarenta anos pro Brasil? [...] Daqui a trinta anos eu ainda estarei vivo para me *lucralhar* alguma coisa do prejuízo que eu tive?

*Luís Pereira dos Santos, ex-morador da “Ilha Verde”*

## RESUMO

Este trabalho sob a orientação teórico-metodológica da História Oral, articula-se como uma pesquisa de História Social ancorada ao Tempo Presente, que se propõe a tematizar os processos de des-locamento e des (re)territorialização que se impuseram às populações atingidas pela construção da hidrelétrica de Estreito – MA/TO, construída entre 2007 e 2012, no rio Tocantins. Assim como os trabalhadores que se dirigiram à região em que aquele empreendimento energético foi erigido em busca de uma vaga em seu canteiro de obras. O argumento defendido é de que a construção da barragem desencadeou des-locamentos e processos de des(re) territorialização em duas direções: uma de sentido endógeno, respectivo àqueles que foram atraídos pelas vagas de emprego nas obras civis ou pelas oportunidades de emprego que seriam fomentadas pelo canteiro de obras; e outra de natureza exógena, como resultado da retirada compulsória das populações que habitavam as áreas adjacentes ao rio e que se encontravam na área de impacto do empreendimento. Outro aspecto importante é havia um conflito em torno do conceito de atingido, em que o próprio poder do CESTE em atribuir quem é o atingido e quem não pode sê-lo, já é uma forma de des-locar as populações não reconhecidas como sendo impactadas. Ademais, afirmo que esses des-locamentos, assim como a (des) territorialização e re-territorialização sofridas pelas populações atingidas, se constituíram como processos traumáticos, com aspectos materiais e simbólicos cujos desdobramentos no tempo e no espaço não se encerraram quando as obras da hidrelétrica chegaram a seu termo; pelo contrário, seus efeitos mais deletérios ainda são sentidos pelas famílias atingidas, tanto as que puderam ser remanejadas para reassentamentos rurais, quanto pelas camadas da população invisibilizadas pelas ações e omissões do Consórcio Estreito Energia (CESTE), que aglutina as empresas responsáveis pelo empreendimento.

**Palavras-chave:** Hidrelétrica de Estreito – des-locamento – des (re) territorialização – Atingido – memória – narrativa – experiência – narrativas – ocupações - reassentamentos



## ABSTRACT

This work under the theoretical and methodological orientation of Oral History, articulates itself as a research of Social History anchored to the Present Time, which proposes to discuss the processes of displacement and de (re) territorialization that were imposed on the populations affected by the construction of the hydroelectric plant of Estreito - MA / TO, built between 2007 and 2012, on the Tocantins River. As well as the workers who went to the region in which that energy enterprise was built in search of a vacancy on its construction site. The argument defended is that the construction of the dam triggered displacements and processes of (re) territorialization in two directions: one of endogenous meaning, corresponding to those who were attracted by job vacancies in civil works or by job opportunities that would be fostered by the construction site; and another of an exogenous nature, as a result of the compulsory withdrawal of the populations that inhabited the areas adjacent to the river and that were in the area of impact of the enterprise. Another important aspect is that there was a conflict around the concept of affected, in which CESTE's own power to attribute who is affected and who cannot be affected, is already a way of displacing populations that are not recognized as being impacted. . Furthermore, I affirm that these displacements, as well as the (de) territorialization and re-territorialization suffered by the affected populations, were constituted as traumatic processes, with material and symbolic aspects whose unfolding in time and space did not end when the works of the hydroelectric power came to an end; on the contrary, its most deleterious effects are still felt by the affected families, both those that could be relocated to rural resettlements, as well as by sections of the population made invisible by the actions and omissions of the Estreito Energia Consortium (CESTE), which brings together the companies responsible for the undertaking.

**Keywords:** Estreito Hydroelectric Plant - displacement - des (re) territorialization - Affected - memory - narrative - experience - narratives - occupations - resettlements

## LISTA DE FIGURAS

- |           |   |              |
|-----------|---|--------------|
| <b>01</b> | <b>Trecho do rio Tocantins entre Estreito -MA e Tocantinópolis - TO, percurso muito utilizado até a primeira metade do século XX.</b> | <b>p. 39</b> |
| <b>02</b> | <b>Barco tentando transpor trecho do Tocantins marcado por corredeiras.</b>   | <b>p. 43</b> |
| <b>03</b> | <b>Anúncios comerciais das lojas de Carolina – MA</b>   | <b>p. 46</b> |
| <b>04</b> | <b>Anúncios comerciais belemenses muito comuns nos jornais de Carolina – MA na década de 1930</b>                                     | <b>p. 47</b> |
| <b>05</b> | <b>Anúncio de loja carolinense sobre artigos adquiridos em Belém-PA</b>   | <b>p. 48</b> |
| <b>06</b> | <b>Casa de Força da hidrelétrica de Itapecuruzinho – Carolina/MA, em 1940</b>   | <b>p. 53</b> |
| <b>07</b> | <b>Casa de Força da hidrelétrica de Itapecuruzinho – Carolina/MA</b>  | <b>p. 54</b> |
| <b>08</b> | <b>Cachoeiras do Itapecuruzinho</b>   | <b>p. 55</b> |
| <b>09</b> | <b>Motor que transportou a primeira remessa dos equipamentos da usina de Itapecuruzinho em fevereiro de 1940.</b>                     | <b>p. 57</b> |
| <b>10</b> | <b>Turbina Francis de 110 Kw da usina de Itapecuruzinho</b>   | <b>p. 58</b> |
| <b>11</b> | <b>Usina construída ao lado da hidrelétrica de Itapecuruzinho.</b>  | <b>p. 59</b> |
| <b>12</b> | <b>Interior da ampliação da hidrelétrica de Itapecuruzinho.</b>   | <b>p. 60</b> |
| <b>13</b> | <b>Hidrelétricas instaladas nos rios Tocantins e Araguaia.</b>  | <b>p. 68</b> |
| <b>14</b> | <b>Imagem mostrando que as hidrelétricas transformam rios em lagos gigantescos</b>  | <b>p. 73</b> |
| <b>15</b> | <b>Hidrelétrica de Estreito MA/TO</b>   | <b>p. 75</b> |
| <b>16</b> | <b>Participação da Vale, Aliança Geração e Aliança Norte Energia na produção de energia elétrica no Brasil.</b>                       | <b>p. 78</b> |
| <b>17</b> | <b>Porto de Estreito – MA antes da construção da hidrelétrica</b>   | <b>p. 84</b> |
| <b>18</b> | <b>Local do antigo porto de Estreito após a construção da barragem</b>  | <b>p.84</b>  |
| <b>19</b> | <b>Situação atual do antigo porto de Estreito – MA</b>  | <b>p. 85</b> |
| <b>20</b> | <b>Matéria do jornal Momento, de Estreito – MA, sobre a relação entre a construção da UHE de Estreito e a prostituição na cidade.</b> | <b>p. 87</b> |
| <b>21</b> |   |              |

- Matéria do jornal Momento, de Estreito – MA, sobre a relação entre a construção da UHE de Estreito e a prostituição na cidade.** p. 90
- 22 Cerâmica e instalação portuária de Carolina – MA, submergidos pelo lago da hidrelétrica de Estreito.** p. 92
- 23 Porto de Babaçulândia antes da construção da hidrelétrica de Estreito.** p. 97
- 24 Área onde ficava o porto de Babaçulândia.** p. 98
- 25 Primeira página do Jornal Momento de 13 a 28 de abril de 2004.** p. 108
- 26 Registro do encontro do presidente da Associação Comercial e Industrial de Imperatriz com os dirigentes do Consórcio Estreito Energia** p. 123
- 27 Adonias Avelino Brandão no acampamento “Coagem”.** p.159
- 28 Jucilene Alves da Silva Braga, no reassentamento “Baixão”, em Babaçulândia – TO, 2016.** p.160
- 29 Valdecir Alves da Silva no reassentamento Mirindiba, em Araguaína – TO** p. 161
- 30 Francelina Coelho de Sousa (Dona França), na Ilha de São José – TO** p. 162
- 31 Maria dos Anjos Nunes da Silva (Maria da Ilha), na Ilha de São José – TO** p. 163
- 32 Júlio Alves da Silva, no reassentamento Mirindiba.** p. 164
- 33 Raimundo Vicente** p. 165
- 34 Adelaide Pereira Carvalho** p. 166
- 35 Antônio Veríssimo, ao lado dos filhos na aldeia Cocalinho – TO.** p. 167
- 36 Edmar Xavito Apinajé.** p. 168
- 37 Valderice em evento organizado na “Ilha Verde”** p. 169
- 38 Chirlene e sua mãe cultivando sua horta na beira do lago.** p. 170
- 39 Peixes mortos retirados do lago da hidrelétrica de Estreito – MA/TO** p. 189
- 40 O que restou do “Coração de Mãe”, barco que fazia a rota da Ilha de São José – TO a Estreito – MA.** p. 198
- 41 Modelo de habitação mais comum na Ilha de São José – TO.** p. 199

42	Vazante de milho na borda da Ilha de São José – TO.	p. 202
43	Roça de vazante que ficava no centro da Ilha de São José	p. 203
44	Embarque de mercadorias no interior do “Coração de Mãe”	p.204
45	Barco da cidade de Babaçulândia algumas décadas antes da construção da UHE de Estreito MA/TO	p. 205
46	Casa no reassentamento Mirindiba com estrutura original.	p. 207
47	Casa do reassentamento Mirindiba, com modificações.	p. 208
48	Casa no reassentamento Baixão, sem modificações na estrutura.	p. 208
49	Casa no reassentamento Baixão, modificada.	p. 209
50	Casa no reassentamento Baixão	p. 209
51	Família cadastrada pelo CESTE à época do levantamento socioeconômico do EIA/RIMA.	p. 214
52	Reunião de representantes do CESTE com as famílias impactadas da ilha de São José – TO, em 2007.	p. 215
53	Ilustração do plano de remanejamento.	p. 228
54	Entrada do reassentamento Baixão na TO – 424, próximo a Babaçulândia – TO.	p. 235
55	Carro-pipa que abastece diariamente os poços do reassentamento Baixão na TO	p. 242
56	Pertences dos ex-moradores da ocupação “Ilha Verde” no dia da reintegração de posse	p. 245
57	Um dos cenários da ocupação “Ilha Verde” no dia da reintegração de posse	p. 246
58	Casa comum ao “Acampamento Coragem”	p. 250
59	Estilo de habitação mais comum à “Ilha Verde”.	p. 250
60	Casa comum à ocupação “Dom Bosco” em Filadélfia - TO.	p. 251
61	Casa na ocupação “Barra do Grotão” em Filadélfia - TO.	p. 251
62	Roça de mandioca conjugada a outras culturas, na “Ilha Verde”	p. 253
63		

	<b>Milharal conjugado à plantação de mandioca e hortaliças, na “Ilha Verde”</b>	<b>p. 254</b>
<b>64</b>	<b>Horta familiar na “Ilha Verde”.</b>	<b>p. 254</b>
<b>65</b>	<b>Casa de farinha na ocupação “Dom Bosco” em Filadélfia - TO.</b>	<b>p. 255</b>
<b>66</b>	<b>Aspectos do porto que dá acesso ao “Acampamento Coragem”.</b>	<b>p. 257</b>
<b>67</b>	<b>Aspectos do porto que dá acesso ao “Acampamento Coragem” da perspectiva de sua entrada.</b>	<b>p. 257</b>
<b>68</b>	<b>Integrantes do “Acampamento Coragem” preparando-se para ir à ocupação.</b>	<b>p. 258</b>
<b>69</b>	<b>Acesso alternativo ao “Acampamento Coragem”</b>	<b>p. 258</b>
<b>70</b>	<b>Reintegração de posse da ocupação de “Barra do Grotão”, em Filadélfia – TO, 2018</b>	<b>p. 260</b>
<b>71</b>	<b>Funcionários do CESTE conduzindo à balsa os pertences dos ex-moradores da ocupação de “Barra do Grotão”, Filadélfia – TO, durante o despejo, 2018</b>	<b>p. 261</b>
<b>72</b>	<b>Trecho da rodovia TO – 010 que dá acesso à “Ilha Verde”</b>	<b>p. 263</b>
<b>73</b>	<b>Parte da estrada de acesso à “Ilha Verde” que contorna a ferrovia norte/sul</b>	<b>p. 263</b>
<b>74</b>	<b>Trecho da via de acesso à “Ilha Verde” cercado pelo lago da barragem.</b>	<b>p. 264</b>
<b>75</b>	<b>Equipe de monitoramento do CESTE percorrendo o lago.</b>	<b>p. 265</b>
<b>76</b>	<b>Área correspondente à “Ilha Verde” com a localização de algumas moradias.</b>	<b>p. 266</b>
<b>77</b>	<b>Disposição das casas da “Ilha Verde” no início de sua ocupação.</b>	<b>p. 274</b>
<b>78</b>	<b>Disposição das casas da “Ilha Verde” no início de sua ocupação.</b>	<b>p.275</b>
<b>79</b>	<b>Extração de madeira para a construção de casas na “Ilha Verde” no início da ocupação.</b>	<b>p. 275</b>
<b>80</b>	<b>Pescadores e vazanteiros organizando a ocupação “Ilha Verde”</b>	<b>p. 276</b>

81	Cozinha de uso comum dos moradores da “Ilha Verde” no começo da ocupação.	p. 276
82	Cozinha de uso comum dos moradores da “Ilha Verde” no começo da ocupação.	p. 277
83	Jirau comunitário utilizado na “Ilha Verde” no começo da ocupação.	p. 277
84	Fogueira de coco babaçu: “Ilha Verde” no começo da ocupação.	p. 278
85	Lugar da ocupação inicial da “Ilha Verde” após a divisão dos lotes das famílias.	p. 280
86	Vazante na “Ilha Verde”, inundada pelo lago da hidrelétrica de Estreito – MA/TO	p. 282
87	Roças de milho na “Ilha Verde”	p. 284
88	Plantação localizada na ocupação de “Barra do Grotão”, em Filadélfia – TO, 2018	p. 285
89	Feijão posto para secagem na ocupação “Barra do Grotão”	p. 285

#### LISTA DE TABELAS E MAPAS

Tabela 1	Hidrelétricas instaladas no rio Tocantins (1974 – 2012).	p. 70
Tabela 2	Sedes municipais e localidades atingidas pela formação do lago da UHE de Estreito.	p. 81
Tabela 3	Aumento populacional das cidades impactadas pela UHE de Estreito.	p. 86
Tabela 4	Relação das ocupações decorrentes da instalação da UHE de Estreito – MA/TO	p. 256
Mapa 1	Potencial hidrelétrico do Rio Tocantins e usinas já existentes.	p. 66
Mapa 2	Cidades diretamente impactadas pela hidrelétrica de Estreito MA/TO	p. 82

## LISTA DE SIGLAS

<b>AAPPC</b>	<b>Associação Agroextrativista dos Pequenos Produtores de Carolina</b>
<b>ABNT</b>	<b>Associação Brasileira de Normas Técnicas</b>
<b>ADAPEC.</b>	<b>Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Tocantins</b>
<b>AID</b>	<b>Áreas de Influência Direta</b>
<b>AII</b>	<b>Áreas de Influência Indireta</b>
<b>AM</b>	<b>Amazonas</b>
<b>ANA</b>	<b>Agência Nacional de Águas</b>
<b>ANEEL</b>	<b>Agência Nacional de Energia Elétrica</b>
<b>AP</b>	<b>Amapá</b>
<b>APP</b>	<b>Área de Proteção Permanente</b>
<b>BID</b>	<b>Banco Interamericano de Desenvolvimento.</b>
<b>BNDES</b>	<b>Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social</b>
<b>BEM</b>	<b>Balanço Energético Nacional</b>
<b>CAM</b>	<b>Correio Aéreo Militar</b>
<b>CAN</b>	<b>Correio Aéreo Nacional</b>
<b>CBDB</b>	<b>Comitê Brasileiro de Barragens</b>
<b>CDH</b>	<b>Comissão de Direitos Humanos</b>
<b>CEA</b>	<b>Companhia de Eletricidade do Amapá</b>
<b>CEMAR</b>	<b>Companhia Energética do Maranhão</b>
<b>CFURH</b>	<b>Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos</b>
<b>CHESF</b>	<b>Companhia Hidrelétrica do São Francisco</b>
<b>CNBB</b>	<b>Comissão Nacional dos Bispos do Brasil</b>

<b>CNEC</b>	<b>Consórcio Nacional de Engenheiros Consultores</b>
<b>CEBs</b>	<b>Comunidades Eclesiais de Base</b>
<b>CONAMA</b>	<b>Conselho Nacional de Meio Ambiente</b>
<b>CPT</b>	<b>Comissão Pastoral da Terra</b>
<b>CESTE</b>	<b>Consórcio Estreito Energia</b>
<b>CMB</b>	<b>Comissão Mundial de Barragens</b>
<b>CRAB</b>	<b>Comissão Regional de Atingidos por Barragens</b>
<b>CTI</b>	<b>Centro de Trabalho Indigenista</b>
<b>EIA</b>	<b>Estudo de Impacto Ambiental</b>
<b>ELETRONORTE</b>	<b>Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A</b>
<b>ELETROBRÁS</b>	<b>Centrais Elétricas Brasileiras S/A</b>
<b>ENERAM</b>	<b>Comitê Organizador dos Estudos Energéticos da Amazônia</b>
<b>EPE</b>	<b>Empresa de Pesquisa Energética</b>
<b>FAPEMA</b>	<b>Fundação de Amparo à Pesquisa do Maranhão</b>
<b>FUNAI</b>	<b>Fundação Nacional do Índio</b>
<b>IBAMA</b>	<b>Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais</b>
<b>IBGE</b>	<b>Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística</b>
<b>ICOLD</b>	<b>Comissão Internacional sobre Grandes Barragens</b>
<b>ICOMI</b>	<b>Indústria e Comércio de Minérios S.A</b>
<b>INCRA</b>	<b>Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária</b>
<b>LP</b>	<b>Licença Prévia</b>
<b>MA</b>	<b>Maranhão</b>
<b>MAB</b>	<b>Movimento dos Atingidos por Barragens</b>
<b>MME</b>	<b>Ministério de Minas e Energia</b>



<b>MPF</b>	<b>Ministério Público Federal</b>
<b>MST</b>	<b>Movimento dos Trabalhadores Sem Terra</b>
<b>ONG</b>	<b>Organização Não-Governamental</b>
<b>OSAB</b>	<b>Observatório Sócioambiental de Barragens</b>
<b>PAC</b>	<b>Programa de Aceleração do Crescimento</b>
<b>PBA</b>	<b>Programa Básico Ambiental</b>
<b>PCH</b>	<b>Pequena Central Hidrelétrica</b>
<b>PETI</b>	<b>Programa de Erradicação do Trabalho Infantil</b>
<b>PIB</b>	<b>Produto Interno Bruto</b>
<b>PIN</b>	<b>Plano de Integração Nacional</b>
<b>PPS</b>	<b>Partido Popular Socialista</b>
<b>PRB</b>	<b>Partido Republicano Brasileiro</b>
<b>PROJOVEM</b>	<b>Programa Nacional de Inclusão de Jovens</b>
<b>PSOL</b>	<b>Partido Socialismo e Liberdade</b>
<b>RIMA</b>	<b>Relatório de Impacto Ambiental</b>
<b>SENAI</b>	<b>Serviço Nacional da Indústria</b>
<b>SICON</b>	<b>Sistema de Informação do Congresso Nacional</b>
<b>SPVEA</b>	<b>Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia</b>
<b>SUDAM</b>	<b>Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia</b>
<b>TO</b>	<b>Tocantins</b>
<b>UEMA</b>	<b>Universidade Estadual do Maranhão</b>
<b>UEMASUL</b>	<b>Universidade da Região Tocantina do Maranhão</b>
<b>UFNT</b>	<b>Universidade Federal do Norte do Tocantins</b>

**UFPA**                      **Universidade Federal do Pará**  
**UHE**                        **Usina Hidrelétrica**

## Sumário

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>21</b>
<b>CAPÍTULO 1: RIO TOCANTINS: DE ESTRADA LÍQUIDA A JAZIDA ENERGÉTICA. ....</b>	<b>30</b>
<b>1.1 A fluidez da estrada; a solidez dos percalços.....</b>	<b>40</b>
<b>1.2 A usina hidrelétrica de Itapecuruzinho .....</b>	<b>44</b>
<b>CAPÍTULO 2: A HIDRELÉTRICA DE ESTREITO SE SEU LUGAR NO RIO TOCANTINS. ....</b>	<b>64</b>
<b>2.1 A Usina hidrelétrica de Estreito .....</b>	<b>74</b>
<b>2.2 As cidades impactadas:.....</b>	<b>80</b>
<b>2.1.1 Estreito - MA .....</b>	<b>83</b>
<b>2.1.2 Carolina - MA.....</b>	<b>91</b>
<b>2.1.3 Aguiarnópolis - TO e Palmeiras do Tocantins - TO .....</b>	<b>93</b>
<b>2.1.4 Darcinópolis - TO e Barra do Ouro - TO.....</b>	<b>93</b>
<b>2.1.5 Palmeirante - TO.....</b>	<b>94</b>
<b>2.1.6 Goiatins - TO .....</b>	<b>94</b>
<b>2.1.7 Itapiratins - TO.....</b>	<b>94</b>
<b>2.1.8 Tupiratins - TO.....</b>	<b>95</b>
<b>2.1.9 Filadélfia – TO.....</b>	<b>95</b>
<b>2.1.10 Babaçulândia - TO .....</b>	<b>95</b>
<b>2.2 O início do processo .....</b>	<b>100</b>
<b>2.3 O Discurso do EIA/RIMA .....</b>	<b>114</b>
<b>2.4 Atingido: um conceito problemático. ....</b>	<b>129</b>
<b>2.4.1 De uma noção patrimonialista e hídrica a uma perspectiva relacional. ....</b>	<b>130</b>
<b>2.4.2 Uma luta em torno do reconhecimento. ....</b>	<b>141</b>
<b>CAPÍTULO 3: OS CHEGANTES E OS EXPULSOS: MODOS DE NARRAR A (DES) TERRITORIALIZAÇÃO.....</b>	<b>147</b>
<b>3.1 Dramatis Personae .....</b>	<b>152</b>
<b>3.1.1 Adonias Avelino Brandão .....</b>	<b>159</b>
<b>3.1.2 Jucilene Alves da Silva Braga .....</b>	<b>159</b>
<b>3.1.3 André Rodriguez Silva Santana.....</b>	<b>160</b>
<b>3.1.4 Valdecir Alves da Silva .....</b>	<b>160</b>
<b>3.1.5 Francelina Coelho de Souza (Dona França) .....</b>	<b>161</b>
<b>3.1.6 Maria dos Anjos Nunes da Silva (Maria da Ilha).....</b>	<b>162</b>
<b>3.1.7 Júlio Alves da Silva .....</b>	<b>164</b>
<b>3.1.8 Raimundo Vicente .....</b>	<b>165</b>

3.1.9 Adelaide Pereira Carvalho .....	166
3.1.10 Antônio Veríssimo da Conceição. ....	166
3.1.11 Edmar Xavito Apinajé. ....	168
3.1.12 Valderice Pereira da Silva .....	168
3.1.13 Chirlene Alves dos Santos.....	170
3.2 Memória, testemunho, experiência. ....	171
3.3 Os que foram atraídos pela barragem .....	178
3.3.1 As redes de sociabilidade .....	180
3.3.2 As estratégias diante da precariedade das relações de trabalho.....	189
3.3.3 Os fios que tecem a identidade .....	191
3.4 Da beira do rio à margem da estrada.....	195
3.4.1 Sobre as paisagens do progresso .....	195
3.4.2 A Ilha de São José.....	199
3.4.3 Os reassentamentos .....	206
3.4.4 Chegada do CESTE: Do entusiasmo à insegurança. ....	212
3.4.5 Os conflitos internos.....	226
3.4.6 O traslado.....	231
3.4.7 Aqui tem muita tribulação... ..	234
3.4.8 Reaprender a viver .....	239
3.4.9 As primeiras dificuldades .....	240
<b>CAPÍTULO 4: AS OCUPAÇÕES.....</b>	<b>244</b>
4.1 Preludium .....	244
4.2 As ocupações: a situação .....	249
4.3 Sobre desterros, expulsões e a violência da des-territorialização.....	259
4.3.1 Barra do Grotão .....	259
4.3.1 A Ilha Verde.....	262
4.3.1.1 Os primeiros tempos .....	274
4.3.1.2 Vamos plantar, que é de onde nós comemos.....	281
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>287</b>
<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>290</b>

## INTRODUÇÃO

O trabalho ora apresentado articula-se como uma pesquisa de História Social ancorada ao Tempo Presente. Seu intuito consiste em tematizar os processos de des-locamento, des-territorialização e re-territorialização pelos quais passaram tanto as populações atingidas pela construção da hidrelétrica de Estreito, quanto os trabalhadores que se dirigiram à região em que aquele empreendimento foi erigido, à cata de uma das vagas de emprego prometidas em seu canteiro de obras. A Usina Hidrelétrica de Estreito (UHE de Estreito) foi construída entre junho de 2007 e outubro de 2012, no rio Tocantins, entre o município sul-maranhense de Estreito e Aguiarnópolis, município pertencente ao Estado da federação que deve seu nome àquele rio.

O argumento que me empenharei em defender é de que a edificação da barragem desencadeou des-locamentos e processos de (des) territorialização e re-territorialização em duas direções: uma de sentido centrípeto, respectivo àqueles que foram atraídos pelas obras civis ou pelas oportunidades de emprego que seriam fomentadas pelo canteiro de obras; e outra de natureza centrífuga, como resultado da retirada compulsória das populações que habitavam as áreas adjacentes ao rio e que se encontravam na área da impacto do empreendimento. Ademais, afirmo que esses des-locamentos, assim como a (des) territorialização e re-territorialização sofridas pelas populações atingidas, se constituíram como processos traumáticos, com aspectos materiais e simbólicos cujos desdobramentos no tempo e no espaço não se encerraram quando as obras da hidrelétrica chegaram a seu termo; pelo contrário, seus efeitos mais deletérios ainda são sentidos pelas famílias atingidas, tanto as que puderam ser remanejadas para reassentamentos rurais, quanto pelas camadas da população invisibilizadas pelas ações e omissões do Consórcio Estreito Energia (CESTE), que aglutina as empresas responsáveis pelo empreendimento.

Recorte temporal escolhido foi o que correspondeu aos eventos que transcorreram entre 2007 e 2012, período correspondente à construção da hidrelétrica. No entanto, as ressonâncias do processo escapam essa quadratura, desdobrando-se nos anos que antecederam ao início das obras e no período consequente ao seu encerramento<sup>1</sup>. No primeiro caso

---

<sup>1</sup> Slavoj Žižek argumenta que um acontecimento não extrai seu conteúdo de – peço licença para a aplicação de uma redundância - seu próprio “acontecer”, de seu caráter eventual, mas justamente dos desdobramentos que acarreta, tanto retroativamente, quanto para além de si. Por isso nos é permitido perguntar se um acontecimento, como a construção da hidrelétrica de Estreito, apresentaria como uma mudança na maneira como a realidade se apresenta ou uma verdadeira e violenta transformação da realidade em si? Dito de outra maneira: um acontecimento promove uma mudança na realidade ou incide sobre as coordenadas que orientam nossa percepção da realidade? Nesse sentido, a potencialidade significativa de um acontecimento reside menos em sua capacidade de explicar e mais na medida em que questiona as condições de possibilidade de nossas certezas Cf. ŽIZEK, 2017.

aconteceram as incursões da equipe técnica do CESTE às comunidades que seriam atingidas para realizarem os Estudo de Impacto Ambiental que resultariam no Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA). Esse período foi marcado pela expectativa de que um empreendimento daquela envergadura traria à região o tão esperado desenvolvimento materializado principalmente em empregos e renda. Essa perspectiva foi largamente veiculada pelos jornais da região. Os anos que antecederam à construção da barragem também foram marcados por diversas manifestações contrárias à implementação do projeto, encabeçadas pela Comissão Pastoral da Terra (CPT)<sup>2</sup> em articulação com movimentos sociais como o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e entidades ligadas aos direitos indígenas como o Centro de Trabalho Indigenista (CTI) e o Centro Indigenista Missionário (CIMI).

No segundo aspecto, isto é, nos eventos que transcorreram em subsequência a 2012 estão arrolados a re-territorialização das famílias nos reassentamentos e os processos de ocupação das áreas pertencentes aos CESTE, pelos atingidos que não foram reconhecidos pela empresa. Essa realidade, assim como os problemas decorrentes dela, ainda não se encerrou. De toda forma, a barragem como acontecimento, foi um evento reestruturante, não porque organizou a vida das pessoas, mas porque interferiu violentamente nos modos de vida, subvertendo suas estruturas.

Cabe agora mencionar os conceitos que entendo como centrais para esta empreita e como estabeleço meu diálogo com eles de forma que seu manejo me torne mais próximo da realidade dos fenômenos que me pus a deslindar<sup>3</sup>. Começo, então, pelos conceitos de *deslocamento* e *des (re) territorialização*. O emprego do *hífen* para ambas as categorias, tem em vista, tanto explorar com mais tranquilidade suas possibilidades semânticas, quanto estabelecer

---

<sup>2</sup> A Comissão Pastoral da Terra (CPT) não se considera um movimento social, mas uma entidade pastoral vinculada à Comissão Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) com forte articulação com diversos movimentos sociais nacionais e internacionais que se dedicam à denunciar, mapear e documentar as lutas dos trabalhadores rurais pela posse da terra, assim como em denunciar as diversas formas de violência sofridas por estes trabalhadores. Fundada em 1975 durante o Encontro dos Bispos da Amazônia, convocado pela CNBB, a CPT foi composta para atuar juntamente com trabalhadores rurais, posseiros e peões, contra as condições de exploração sofridas por estes, como trabalho análogo à escravidão e expulsão das terras em que viviam, sobretudo na região amazônica. Sua vinculação à igreja católica ajudou a CPT a manter-se no período da repressão militar no Brasil. Atualmente, atua em todos os estados da federação por meio de 21 regionais. Cf. <https://cptnacional.org.br>

<sup>3</sup> Sou solidário à proposição deleuziana segundo a qual o universo conceitual é uma “caixa de ferramentas” que possui como objetivo organizar nossa relação com a realidade do que simplesmente descrevê-la, pois, “nenhuma teoria pode se desenvolver sem encontrar uma espécie de muro e é preciso a prática para atravessar o muro” (FOUCAULT & DELEUZE, 1979, p. 70). Dessa maneira, empreendo o esforço de utilizar os conceitos não em vista a adequar a realidade estudada ao seu arcabouço explicativo, mas com o intuito de compreender o fenômeno, lançar luz sobre sua dinâmica e entender suas condições de possibilidade. Porque conceitos não são entidades descoladas do real, mas, ao contrário, emergem do real para explicá-lo; são dialeticamente produtos da realidade que se dispõem a deslindar e sua relação com a realidade não é de aplicação, mas de semelhança (DELEUZE & GUATTARI, 1992).

uma espécie de figuração ao caráter dinâmico e de movimento que ambos os conceitos comportam, cada uma à sua maneira.

O des-locamento é um fenômeno que corresponde ao êxodo que um indivíduo ou população escolhe fazer ou ao qual é submetido. Des-locar-se é, então, mover-se de um ponto a outro no espaço, significa, literalmente, sair do lugar. No entanto, essa categoria pode assumir outro alcance: o des-locado é alguém *posto de lado, tirado do caminho de outrem*. Dessa forma, este conceito estabelece ressonâncias com o conceito de *marginalidade*. Ora, à marginalidade, são relegados aquilo ou aqueles que incomodam, que se constituem como óbices. Dessa forma, o des-locado é sempre alguém que sofre, tomando com alguma liberdade um conceito lacaniano, uma *foraclusão*<sup>4</sup> (*Verwerfung*), isto é, uma ação violenta que retira o outro de seu *locus* e o “inclui” fora de um horizonte de possibilidades, como uma espécie de recalque social. O des-locado é alguém que está fora de seu lugar, desconectado de suas raízes, à margem de seu ambiente; em termos simbólicos des-locar alguém implica em silenciá-lo ou torná-lo marginal em um debate em que os termos técnicos lhe são desconhecidos.

No que concerne à nossa pesquisa, esse fenômeno engendra-se no momento em que os pesquisadores responsáveis pela elaboração do Estudo e Relatório de Impacto Ambiental (EIA-RIMA) iniciam a abordagem das cidades e localidades que se encontravam na área de impacto do empreendimento, portanto nos idos do ano 2000. Quando os técnicos já advertiam os moradores a não mais plantar ou fazer quaisquer tipos de modificação nas casas ou benfeitorias. A própria elaboração do EIA/RIMA, articulou-se como uma estratégia de des-locamento, posto que utilizou um vocabulário essencialmente técnico, de uma leitura árdua para quem não possui intimidade com os termos que foram empregados. É evidente que o EIA/RIMA não foi elaborado para a leitura dos ribeirinhos da área de impacto, seus maiores interessados. A eles foi destinada uma campanha publicitária mais interessada em ressaltar os aspectos “positivos” que emanariam do empreendimento. Por proporcionar esta chave de leitura, o conceito de *des-locamento* me pareceu apropriado.

O conceito de território e suas derivações fez-se necessário por ajudar a pensar as diversas esferas de relações sociais que se realizam nos espaços e os transformam. Pareceu-me bastante prolífico o conceito de territorialidade tal qual o trabalha o geógrafo Rogério Haesbaert

---

<sup>4</sup> Lacan elaborou o termo *foraclusão* (*Verwerfung*) na tentativa de explicar o mecanismo pelo qual os psicóticos se empenham em excluir um significante do Simbólico no Real, é como se o psicótico *incluisse fora* de sua percepção uma situação da realidade com a qual ele não pudesse lidar. Se transplantarmos esse conceito para um diagnóstico social, podemos afirmar que a elaboração do EIA/RIMA não consiste em expulsar as populações atingidas da linguagem – no caso o português como idioma partilhado – mas em inserir uma espécie de “suspensão” semântica, na qual os leitores não preparados para lidar com o jargão utilizado no documento, sentem-se estrangeiros, alienados em sua própria língua. Cf. ZIZEK, 2016

(2019) em estreito agenciamento com a maneira que Deleuze e Guattari (1992; 2010) apropriam-se desta categoria. Assim, o território seria um espaço eivado de relações de poder, que incluem ou excluem elementos, e em que há produção de espaços e de objetos. Essa produção, que é simbólica e material, cria condições de possibilidade para que o indivíduo (os) elabore (m) relações fundamentais de pertencimento com seu território. Dessa forma, a territorialização transcorre como um processo longo e custoso. Assim o rio é um território fluido ao qual o pescador e o ribeirinho conhecem os ritmos, os “pontos de peixe”, os trechos onde se pode navegar e outros que se faz mais prudente contornar ou evitar, e assim por diante.

A des-territorialização é, portanto, o movimento violento de des-apossamento do território que se configura como dissociação ou solapamento das relações simbólicas e de poder que os indivíduos com seus espaços culturalmente apropriados. Foi esse processo pelo qual passaram os atingidos sujeitos ao remanejamento compulsório para os reassentamentos.

Passo agora à estrutura do texto da tese que foi organizado nestes termos:

O primeiro capítulo foi elaborado de forma a pôr em relevo que a própria história das relações que se desdobraram à margem ou no leito do rio Tocantins, encaminhou-o a um processo constante de des-locamento. O rio vai-se des-locando na percepção daqueles que dele se valiam, conforme os seus usos vão também se modificando. Começa preponderantemente como fronteira e “estrada fluida” já no século XVII. Conforme os séculos avançam a condição de via fluvial vai preponderando sobre a primeira, até atingir um fluxo considerável no final do século XIX e início do XX, não por opção, mas por necessidade, dada a quase total ausência de estradas carroçáveis que pudessem interligar o sertão maranhense aos centros dinâmicos do norte de Goiás – Hoje Tocantins – e as cidades economicamente relevantes do Pará, como Belém e Marabá.

A construção da Belém-Brasília em 1959, fez com que o rio perdesse seu protagonismo e as mercadorias antes escoadas por suas águas passam a ser transportadas pela estrada que rasgava o cerrado do Distrito Federal até Belém – PA. O rio agora é paisagem para os viajantes e condição de possibilidade para a manutenção da existência de barqueiros, pescadores e de pequenos agricultores que vivem do cultivo das roças de milho, melancia, feijão e arroz que são plantadas nos beirais, quando as águas recuam deixando o solo pronto para a semeadura, as conhecidas roças de vazante. Quando as hidrelétricas começam a cingir o rio, ele não apenas se des-loca, mas des-territorializa-se, isto é, passa a ser um território de disputa pelos múltiplos usos das águas e, nesse processo, muitos ribeirinhos, moradores de municípios lindeiros precisam forçosamente abandonar suas casas, roças e ranchos próprios para a pesca que seriam submersos pelo efeito estrangulador das barragens das sete hidrelétricas construídas no rio. Esse



des-locamento começa na década de 1970, quando o rio passa a ser alvo de estudos de viabilidade com vistas ao seu aproveitamento energético. Daí, se passa completamente de estrada líquida a jazida energética. Ademais, o processo de territorialização dos empreendimentos hidrelétricos, corresponde necessariamente ao movimento de des-territorialização e re-territorialização das populações atingidas por essas barragens. Essas imagens do rio não são contínuas, mas se sobrepõem umas às outras.

Ao final do capítulo debruço-me rapidamente sobre a construção da usina de Itapecuruzinho, a primeira hidrelétrica da região amazônica. Não foi construída no rio Tocantins, mas aproveitava a força motriz das cachoeiras de um de seus afluentes, o rio Itapecuruzinho. Esta hidrelétrica foi construída em 1940 para fornecer energia a Carolina – MA, à época, um importante município na rota do rio Tocantins, tanto da perspectiva comercial, quanto culturalmente. As fontes que subsidiaram este capítulo, além das bibliográficas, consistem no exame dos relatos de cronistas que conheciam a região e escreveram sobre ela, como a historiadora e geógrafa sul-maranhense Carlota Carvalho e o brigadeiro Lysias Rodrigues e o médico sanitário Júlio Paternostro que respectivamente. O primeiro desceu o rio em 1931 com vistas a encontrar locais adequados à implantação de campos de pouso para o Correio Aéreo Nacional (CAN); o segundo, em 1935, subiu o rio a mando do Serviço da Febre Amarela, com a intenção de identificar focos de febre amarela nas localidades lindeiras ao rio. Ambos fizeram importantes registros de suas impressões sobre o rio e suas relações com a economia, a cultura e a sociedade da região.

O segundo capítulo se dedica a compreender o lugar da UHE de Estreito no contexto das hidrelétricas construídas no rio Tocantins. Forneço informações acerca do Consórcio Estreito Energia (CESTE), para em seguida empreender uma análise da conjuntura inicial da implantação da usina e dos municípios diretamente impactados, defendendo que a territorialização da hidrelétrica na região, implicou, em contrapartida, na des-territorialização de diversas camadas da população. Ato contínuo, ao final empreendo a análise do EIA/RIMA argumentando que sua redação possuía o intuito de confirmar que o empreendimento era exequível do ponto de vista econômico, social e ambiental, entendendo que a primeira categoria tem preeminência sobre as duas outras realidades. Dessa forma, todo seu conteúdo foi produzido para convencer o IBAMA e FUNAI dessa viabilidade e dificultar a seus opositores – em especial os movimentos sociais que apoiaram a causa dos atingidos – a formulação de argumentos que indicassem que aquela construção era danosa à região.

Ao final desta seção aparece um conceito deveras importante: o de atingido. A partir daí, conduzo a reflexão de modo a mostrar que havia um conflito em torno do conceito de

atingido, defendendo que o próprio poder do CESTE em atribuir quem é o atingido e quem não pode sê-lo, já é uma forma de des-locar as populações não reconhecidas como sendo impactadas. Para dar corpo ao debate constante no segundo capítulo, empenhei-me na análise cruzada dos jornais da região com o Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) da hidrelétrica de Estreito. Outros documentos consultados foram os do setor elétrico. Os jornais analisados foram o *MOMENTO* que era editado em Estreito – MA e *O Progresso*, que circula em Imperatriz – MA. Ambos fizeram ampla cobertura da implantação do empreendimento. Para fazer face ao conceito de atingido analisei algumas entrevistas e confrontei-as a categorização do atingido proposta pelo CESTE que aparecia como essencialmente patrimonialista e hídrica, isto é, o atingido é aquele que sofre inundação e perde terras, enquanto que os testemunhos orais apontam para uma apreensão bem mais abrangente do que seja a experiência de atingimento.

O terceiro e quarto capítulos tratam especificamente das massas humanas que foram atraídas pela hidrelétrica e pelas populações que acabaram sendo des-locadas e des-territorializadas pela territorialização da usina. Ambas as seções foram compostas sob a perspectiva da História Oral, entendida como o âmbito disciplinar teórico e metodológico que privilegia em suas análises os discursos produzidos pelas fontes orais em sua articulação com a memória e a experiência. As fontes orais, sobre as quais me debrucei constituem-se como narrativas individuais e dialógicas resultantes do encontro entre dois sujeitos em que um – no caso eu – deseja compreender a experiência de seu interlocutor; do outro lado, está o narrador, empreendendo um esforço de, em articulação com os meandros de sua memória e os estratagemas da linguagem, inserir sua experiência em uma ordem simbólica inteligível e de conteúdo veritativo. A ex-periência - esse atravessar um perigo e poder contar a travessia – tem a ver, obviamente, com os impactos da barragem de Estreito – MA/TO, em especial com os des-locamentos e des-territorializações que engendrou.

O terceiro capítulo tem três partes: na primeira me imponho a tarefa de articular algumas considerações teórico metodológicas acerca das categorias conceituais que imprimem substância às análises empreendidas nesta parte da pesquisa, em especial as relativas às fontes orais, à memória, ao testemunho e à experiência. Em seguida nomeio os principais entrevistados, aqueles cujas vozes aparecem no trabalho com mais frequência ou, cujo testemunho possuiu um peso significativo. Nessa parte descrevo essas pessoas, mas também, da mesma forma que o narrador benjaminiano imprime à sua história, tal como o oleiro as suas mãos no jarro confeccionado, falo de minha experiência delas, de nossos encontros e das andanças que empreendi com alguns.

Na segunda parte dedico-me à análise do percurso dos que foram atraídos pela barragem, isto é, os trabalhadores que se dirigiram ao canteiro de obras, na esperança de conseguirem algum emprego. Esta parte do capítulo é um pouco problemática porque não pude cotejar uma quantidade substancial de entrevistas, mas as poucas narrativas que pude recolher, as articulei às matérias jornalísticas da época do auge das obras civis. Dessa forma, achei por bem, incluir essa parte no corpo definitivo do trabalho, mesmo sem poder tecer sobre inferências devidamente sólidas acerca das análises empregadas. Na terceira e última parte, trato dos des-locamentos propriamente ditos, assim como do processo de des-territorialização e re-territorialização pelo qual as famílias foram obrigadas a atravessar e que ainda está em curso. Aqui me refiro especificamente à realidade dos reassentamentos, a chegada nos novos sítios e as primeiras dificuldades.

Na quarta seção são abordadas as ocupações que consistem em áreas adjacentes ao lago formado pela barragem ou próximas a ela. Esses territórios foram adquiridos pelo CESTE para servirem Áreas de Proteção Permanente (APP), conforme manda a legislação. As ocupações são formadas por indivíduos que se percebem como atingidos pela construção da hidrelétrica, mas não foram indenizados ou as medidas compensatórias de que foram alvo se mostraram insuficientes. Em sua maioria são meeiros que tiveram suas vazantes inundadas, pequenos agricultores sem a posse da terra e pescadores cujo trabalho foi afetado pela formação do lago. A existência dessas ocupações demonstra que os impactos produzidos pelas hidrelétricas provocam des-locamentos populacionais em diversos âmbitos e amplitudes e que o atingimento transcende o âmbito que concerne apenas às terras alagadas.

Retornando às fontes orais, elas são o resultado de entrevistas realizadas entre 2008 e 2019, o que corresponde a um universo de 101 entrevistas. Meu interesse pelo processo de construção da barragem começa naquele ano, quando era estudante de História do campus de Imperatriz da Universidade Estadual do Maranhão<sup>5</sup> (UEMA). Isso por ocasião de uma bolsa de iniciação científica patrocinada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Maranhão (FAPEMA), com um projeto acerca dos impactos da hidrelétrica de Estreito - MA/TO, sobre as populações do cerrado. Éramos uma equipe de quatro alunos que agia sob a orientação do professor Dr. Jaime Garcia, antropólogo ligado ao Centro de Trabalho Indigenista (CTI) e com larga experiência junto aos povos Timbira. Minha incumbência era compreender os impactos do empreendimento que chegava nas famílias da Ilha de São José, localidade pertencente ao

---

<sup>5</sup> A alguns anos houve um processo de desligamento e agora Imperatriz abriga a reitoria da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL).

município de Babaçulândia – TO e que seria completamente inundada pelo lago formado pela barragem.

Assim, de 2008 a 2009 dividi meu tempo entre as aulas na universidade e as viagens à Ilha de São José, que eram realizadas no “Coração de Mãe” que saía de Estreito - MA, repleto dos moradores que retornavam à Ilha com as provisões para o mês. Saíamos de Estreito no sábado às 8h00 da manhã, para chegar à Ilha, por volta das 18h00. Na quinta-feira à noite o barco fazia o percurso reverso para aprear no porto de Estreito – MA, por volta das 7h00. Tudo isso sob o comando de seu Moadir, arqueiro experiente que morava numa localidade em frente à Ilha de São José. Sempre quis entrevistá-lo, mas ele sempre declinou.

Na Ilha de São José, me hospedava na casa de dona Maria dos Anjos Nunes, a Maria da Ilha. Ela me apresentou toda a Ilha, levou-me à casa das pessoas, facilitou as entrevistas e, ela mesma, me concedeu algumas. Sua militância muito ativa no Movimento dos Atingidos por Barragens tornou-a conhecida de todos, inclusive dos representantes do CESTE com que ela negociava em pé de igualdade. Dentre as muitas histórias que ouvi dela e sobre ela, me vem sempre à memória o “episódio dos paus”. Dona Maria disse que seria a última a deixar a Ilha de São José e que de lá levaria até as madeiras da casa. E assim o fez. No dia da saída os funcionários do CESTE foram obrigados a levá-la e mais o que ela quis levar consigo. Ela sempre conta essa história, com certo orgulho. Eu interpreto esse episódio como um ato de resistência, de contra-poder levado ao limite, como ela sempre dizia, “saí, mas saí fazendo raiva até o fim...”

Em 2010 as famílias da Ilha foram distribuídas aos reassentamentos e eu retornei ao Pará. No entanto, a experiência na Ilha resultou em uma Dissertação de Mestrado que defendi sob a orientação do professor Pere Petit no Programa de Pós-Graduação em Linguagens e Saberes na Amazônia (PPLSA), na Universidade Federal do Pará (UFPA). A feitura da pesquisa me fez retornar ao convívio das famílias da Ilha, agora residindo no reassentamento Mirindiba, localizado nas imediações de Araguaína. Isso aconteceu entre 2012 e 2014. Durante as entrevistas com os moradores de Mirindiba, agora tentando entender o lugar da Ilha de São José em suas memórias, tendo como chave interpretativa os conceitos de Dádiva e Dis-topia, sempre me falavam da situação dos outros reassentamentos e que havia outras famílias que, não recebendo compensações por seus danos, resolveram ocupar as margens do lago. Surgia aí um lampejo de ideia para uma pesquisa de doutoramento.

Eu desejava entender as diferentes experiências de des-locamento, de *des-lugar*, sofridas por essas pessoas que, apesar das condições mais adversas, de toda a pressão psíquica e da violência simbólica exercida pelo CESTE, teimavam em resistir, em manter-se na terra,

perto do rio, para plantar, para pescar, enfim, para continuarem a existência. E foi nesse momento que visitei os outros reassentamentos, fiz mais entrevistas, e ouvi mais histórias. Depois conheci as ocupações, a realidade marcada pela precariedade de algumas, a maior segurança de outras. Todas, no entanto, sob a sombra do despejo iminente. Todas estão sob *judice*.

As narrativas eram um pouco mais distintas, versavam sobre outras lutas. Enquanto os reassentados lidavam com o problema da potabilidade inexistente da água que abasteciam seus poços; as famílias das ocupações precisavam lidar com as ameaças de despejo por parte do CESTE e com o assédio dos antigos donos das terras que ocupavam. Justamente por estarem sensivelmente imbricadas à experiência, as fontes orais constroem um saber histórico que fala das reações, porque nasce das relações. E dessa forma, pesquisa se constituiu.

Por fim, é importante mencionar que esta Tese, a possibilidade de sua escrita, nasceu junto com minha Cecília. Espero que um dia, talvez mais para frente, ela tenha tempo e desejo de folheá-la, quem sabe lê-la. E ao final, esboce aquele sorriso que sempre me desarma e diga: “Massa! Foi *painho* que fez!”.

## **CAPÍTULO 1: RIO TOCANTINS: DE ESTRADA LÍQUIDA A JAZIDA ENERGÉTICA.**

Lançando o olhar do ponto em que se encontra a ponte Juscelino Kubitschek, marco divisório entre os estados do Maranhão e Tocantins ou, mais abaixo, cruzando o rio, de Porto Franco, no Maranhão, a Tocantinópolis, no Tocantins, o viajante hodierno – a não ser que se impusesse um esforço de imaginação retrospectiva – teria dificuldades em imaginar que a monotonia líquida do rio Tocantins abrigava outrora um trânsito intenso de homens, mercadorias e ideias.

É nesse sentido que podemos acompanhar a sentença de Lucien Febvre, a propósito de seu estudo sobre o Reno, de que deter-se sobre um rio significa navegar por “toda uma história das grandes relações pela água” (FEBVRE, 2000, p. 258). Ora, muitas histórias se deslindaram no leito do Tocantins. A tentativa de sobrepujar suas águas bravias, entremeadas por cachoeiras quase intransponíveis e lajeiros letais aos viajantes desavisados; a pertinácia em tornar seu curso de alguma maneira produtivo, convertendo-o, já a partir do século XVI em rota de circulação de mercadorias, comércio ilícito de metais preciosos e, por isso mesmo, numa via de penetração ao Brasil Central; ou, a partir da segunda metade do século XX, quando o potencial energético de suas águas passa a ser alvo de implantação de projetos hidrelétricos, marcou sensivelmente as relações sociais que se desdobraram tanto à sua margem quanto em seu curso.

Essas relações sociais e modos de exercer a existência, sensivelmente ancorados à dinâmica imposta pelas águas do Tocantins, fincaram impressões profundas nos viajantes que se aventuravam nas longas e perigosas viagens pelo rio. Essas viagens resultaram em diversos relatos e crônicas que nos deixaram páginas copiosas acerca dos costumes, pessoas e modos de vida de alguma forma articulados ao rio e com os quais os viandantes se defrontavam durante os penosos transcurtos.

O rio Tocantins que não poucos cronistas denominaram como uma “imensa massa d’água, ora tranquila como a placidez serena d’um lago, ora agitada como o oceano em dia de tempestade [sic]” (BUARQUE, 1928, pp. 42-43), nasce no planalto goiano, do encontro dos rios das Almas e Maranhão, entre as cidades de Ouro Verde e Petrolina. Os 2.400 km que o fazem o segundo rio mais extenso do Brasil<sup>6</sup>, estão divididos em três trechos: o Alto Tocantins que se estende por 1.050 km da nascente até a cachoeira do Lajeado; o Médio Tocantins correspondente a 980 km desde a cachoeira do Lajeado até a cachoeira de Itaboca, no Pará. Este

---

<sup>6</sup> A informação diz respeito aos rios cujo curso encontra-se inteiramente localizado em território brasileiro. Neste aspecto o rio São Francisco toma a dianteira, com 2.830 km.

trecho alterna pontos de percurso tranquilo e outros que apresentam maiores dificuldades por conta das corredeiras; e o Baixo Tocantins, que vai de Itaboca até a foz, com aproximadamente 370 km de água plenamente navegáveis (OLIVEIRA, 2009). Além de Goiás, seu curso atravessa o estado do Tocantins, passando pelo Maranhão, para finalmente desembocar na Baía de Marapatá, no Pará, confundindo suas águas com as do rio Amazonas. Na altura dos municípios de Esperantina, no Tocantins, e São João do Araguaia, no Pará, seu curso se mistura ao do rio Araguaia, formando com ele a mais extensa bacia hidrográfica do Brasil, com 918.822 km<sup>2</sup>, correspondente a 11% do território nacional.

Desde meados do século XVI encontramos em mapas e relatórios nascidos das impressões de viajantes que por diversas motivações se lançavam ao norte da colônia, remissões ao Tocantins. Seu curso era percorrido de cima a baixo, tanto pelas bandeiras e monções paulistas que se dirigiam aos sertões à cata de ouro, pedras preciosas e apresamento de indígenas, quanto pelos missionários das ordens religiosas que, lançavam-se às suas turbulentas águas, impelidos pelo duplo objetivo de catequisar os indígenas e integrá-los à economia colonial (ARENZ, 2014)<sup>7</sup>. Provavelmente, a primeira bandeira a deparar-se com este rio foi a liderada por Sebastião Marinho, em 1590, iniciando seu devassamento pelas cabeceiras (CABRAL, 1992; PARENTE, 2007)<sup>8</sup>.

No que concerne aos esforços missionários, contamos com o relato feito pelo Pe. Antônio Vieira, de sua malfadada incursão que, subindo o rio, chegara até o Itacaiúnas, na região de Marabá, em 1653. Em missiva a D. João IV datada de 1654, o jesuíta discorria que naquele ano, em companhia de três confrades, subira duzentas e cinquenta léguas o “rio dos

---

<sup>7</sup> Conforme Arthur César Ferreira Reis, as ordens religiosas mais atuantes no início da colonização do vale amazônico foram os franciscanos, mercedários, carmelitas e jesuítas, sendo os últimos mais destacados. Entre 1687 e 1714 cartas régias estabeleceram o campo de atuação destas ordens religiosas na Amazônia utilizando como referência sua rede hidrográfica. Dessa forma, as missões carmelitas abrangiam os rios Negro, Branco e Solimões; os franciscanos atuavam no Baixo Amazonas, Marajó e Norte do rio Amazonas; os mercedários detinham-se nas regiões do Urubu, Anibá, Uatumã e trechos do Baixo Amazonas e os jesuítas exerciam suas atividades nos rios Xingú, Tapajós, Madeira e Tocantins. A historiadora Kátia Flores afirmou em sua tese de doutoramento que os padres da Companhia de Jesus começaram a excursionar pelo Tocantins no segundo quartel do século XVII, quando o padre Luíz Figueira subiu o rio para visitar índios aldeados à sua margem. A partir de 1653, quando Antônio Vieira empreende sua primeira incursão pelo rio, as expedições tornaram-se mais frequentes. Cf. REIS, 2004; FLORES, 2006.

<sup>8</sup> Em seguida vieram outras, dentre as quais podemos mencionar as expedições de Domingos Rodriguez (1596-1600), André Fernandes (1613-1615) e Pedro Alvarenga em 1673, ambas alcançaram o Araguaia. Também em 1673 a expedição de Bartolomeu B. da Silva percorreu o rio até as proximidades do Pará (CABRAL, 1992; PARENTE, 2007). Além de relatos foram elaborados diversos esboços cartográficos deste o rio, dentre os quais podemos citar o mapa de 3m e 33 cm de extensão por 65 cm de largura intitulado *Carte manuscrite de la navigation de la riviere des Tocantins* confeccionado entre 1735 e 1742. Esse mapa serviu de base para a representação que o cartógrafo Jean Baptiste Bourgnignon D’Anville fez do rio Tocantins em seu mapa *Amérique Meridionale* de 1748. Cf. FLORES, 2006; FURTADO, 2016.

Tocantins” (VIEIRA, 1935, p. 65), sob o intuito de fundar uma missão entre os índios que habitavam suas margens.

O início de sua penetração pela foz coube aos franceses estabelecidos no Maranhão que, além de fundarem a Vila de Cametá, no Pará, empreenderam entre 1594 e 1615 algumas expedições rio acima, alcançando em 1613 a foz do Araguaia (RODRIGUES, 1945; VELHO, 2009). Foram também os franceses que o batizaram *rio dos Tocantins*<sup>9</sup> em referência às populações indígenas já desaparecidas que habitavam as proximidades de seu leito, em sua confluência com o rio Pará (FLORES, 2006; VELHO, 2009). Do lado do Maranhão, o primeiro religioso a navegá-lo foi o frade capucho Cristóvão de Lisboa, que em 1625, após fundar uma missão eclesiástica em Cametá, continuou subindo o rio até alcançar a região em que se encontra atualmente a cidade de Marabá – PA, sem, no entanto, transpor a cachoeira de Itaboca (MARQUES, 1870; RODRIGUES, 1945; FERREIRA, 2016).

Se as incursões ao rio se tornavam cada vez mais frequentes ao longo do século XVII, o povoamento de seu entorno ocorreu de maneira um pouco mais descontínua e lenta, tornando-se mais intenso apenas a partir da segunda década do século XVIII. Há que se destacar dois fatores que consubstanciados, foram essencialmente contributivos para esse processo, quais sejam, a atividade mineradora e a expansão da pecuária.

A mineração na região do Tocantins começou em meados do século XVIII e se estendeu até a segunda década do século XIX (PARENTE, 2007; RODRIGUES; OLIVEIRA, 2015). No terceiro decênio do século XVIII, os descobrimentos auríferos atraíram para o norte de Goiás uma população heterogênea composta de escravos, comerciantes, criadores de gado e indivíduos de conduta social questionável (RODRIGUES; OLIVEIRA, 2015). Todos seduzidos pela promessa de enriquecimento rápido. Como o ouro era de origem aluvial, essa população movia-se às margens do Tocantins e seus afluentes, formando arraiais e estabelecimentos comerciais. O rio acabou transfigurando-se em uma rota de contrabando em que embarcações desciam atulhadas de ouro, para contrabandeá-lo até o Pará. Para coibir esse comércio ilícito a coroa portuguesa emitiu em 1733 um alvará proibindo a navegação pelo rio Tocantins para fins

---

<sup>9</sup> Esta derivação toponímica não é ponto pacífico. Lysias Rodrigues (1945) a ratifica acrescentando que os franceses somente reproduziram o nome que haviam escutado de outra tribo indígena que conhecia os referidos Tocantins. Como assinalado acima, o Pe. Antônio Vieira (1935) utilizou essa denominação em 1654. Kátia Flores (2006), em seu trabalho de doutoramento, argumenta que esses índios eram conhecidos também como *Tacamedos*, *Tacandiras*, *Tacanhunas*, *Tocanos*, *Tocantis*, *Tucanos*. Cezar Marques (1870), por seu turno, no *Dicionário histórico e geográfico da província do Maranhão*, aventa outra hipótese, sugerindo que o nome Tocantins é fruto da cópula de duas palavras tupis, *to-o* e *cantin*, que significa *nariz bicudo* ou *pontudo*. Faz-se mister também lembrar que o rio Tocantins era conhecido por outras denominações. Embasada nos textos de Manoel Rodriguez Ferreira, Kátia Flores (2006) explica que o Tocantins era chamado por alguns bandeirantes pelo nome de *labeberi*. Outrossim, Jaime Cortesão (1965) afirma que alguns documentos do século XVII mostram que o rio era também conhecido como “rio das pedras”, com toda certeza em alusão às suas corredeiras e entaipavas.



comerciais. Esta interdição duraria até 1782, mas nunca coibiu, de fato, que as navegações acontecessem<sup>10</sup> (PARENTE, 2007). No entanto, esse impedimento isolou economicamente o norte de Goiás. Aliado a isso, havia os conflitos entre mineradores e populações indígenas que contribuíram enormemente para o despovoamento das faixas de terra mais próximas às margens do rio, posto que os índios passaram a abandoná-las, seguindo caminho para o interior. Os colonizadores, por seu turno, além de serem ínfimos do ponto de vista numérico, deslocavam-se constantemente, conforme as jazidas tornavam-se menos rentáveis ou davam sinais de esgotamento (PARENTE, 2007). Conforme Kátia Flores:

Desde o início da mineração, a Capitania de Goiás revelou-se escassamente povoada, com certa concentração humana apenas nas minas mais rentáveis, as quais variavam ao longo do tempo. Quando o ouro rareava, esse contingente populacional deslocava-se para outra mina mais atrativa (FLORES, 2006, p. 75).

Dessa forma, pode-se depreender que a mineração sozinha não poderia favorecer o povoamento daquela região, dada sua intensa mobilidade. Para isso era necessária uma atividade que impelisse a fixação no local. De fato, entre 1736 e 1751, auge da mineração na província de Goiás, já havia na região do Alto Tocantins cerca de 15 pontos de exploração aurífera e pelo menos 200 fazendas de gado em torno do rio (PARENTE, 2007; FERREIRA, 2016).

No que diz respeito ao Maranhão, o processo de ocupação de sua parte meridional, está estreitamente relacionado com o rio Tocantins. Entre fins do século XVIII e o limiar do século XIX, vaqueiros provenientes da região do sertão de Pastos Bons<sup>11</sup> iniciaram o

---

<sup>10</sup> Prova disso é que uma expedição composta por comerciantes que se lançaram ao rio em busca de jazidas de ouro, desceu o Tocantins da nascente até Cametá entre novembro de 1734 e janeiro de 1735. Seus membros fizeram um interessante relato do que encontraram durante a navegação, inclusive do intenso trânsito de embarcações indígenas pelo rio, assim como a constante presença de indígenas às suas margens (FURTADO, 2016).

<sup>11</sup> O termo “sertão” era utilizado de maneira muito genérica para diferenciar toda a região que não fazia parte do litoral ou da baixada maranhense, regiões em que, até a metade do século XIX, se concentrava a parte mais substancial do povoamento do Maranhão, sendo que nas regiões abarcadas pelos rios Pindaré, Mearim e Itapecurú, havia poucas vilas e povoados. A colonização e povoamento da região sertaneja do Maranhão aconteceram tardiamente em relação à parte litorânea deste estado. Enquanto a chamada “Frente Litorânea” baseou sua economia em engenhos e no braço escravo, no sertão predominava o trabalho livre e as fazendas de gado, o que o historiador Coelho Netto (1979, p. 40) denominou de “civilização da fazenda e do boi”. “Pastos Bons” foi a denominação dada ao território maranhense situado entre a margem esquerda do rio Parnaíba e a margem direita do rio Tocantins, correspondente a toda a região Sul do Maranhão. O Major Francisco de Paula Ribeiro em sua passagem por esta região em 1818, registrava em seu relatório que aquele sertão era chamado de *Pastos Bons* por causa da prodigalidade de sua vegetação e da ótima qualidade de seus pastos. Ele se expressa dessa forma: “a natureza de uns e de outros terrenos [...] é que talvez adquiriu para todo esse districto o nome de Pastos Bons! Os seus campos nutritivos, o seu ar commodo, preciosas águas, grande fertilidade seguida ao mais pequeno cultivo e a sua nunca interrompida verdura, são circunstancias que fazem com que este paiz seja o mais abundante e delicioso: por isso mesmo é que ele chama dos sertões de outras capitánias confinantes, os negociantes de gado [sic]” (RIBEIRO, 1872, p. 44). Seu devassamento deu-se pela chamada *frente Sertaneja* Vaqueiros e criadores de gado vindos da Bahia e do Piauí, atravessaram o Parnaíba devassando o território maranhense no sentido Leste-

devassamento do Sul daquele estado. Eles acompanhavam a frente de expansão desencadeada pelo avanço de fazendas de gado que, oriundas da Bahia alcançaram o sertão Maranhense e toparam com o rio Tocantins. Com efeito, Capistrano de Abreu nos informa que nos sertões maranhenses, na região de Pastos Bons, próximas ao rio Tocantins já existiam cerca de 44 fazendas de gado em 1751 (ABREU, 1998).

Dessa forma, direcionados pela lógica da bateia, devassando terras a procura de pastos, expulsando ou dizimando índios, atravessando rios e erigindo fazendas, as frentes goiana e baiana se encontraram às margens do rio Tocantins, fundando em seu entorno pequenos núcleos dispersos entre si e servindo-se dele como via. As vilas erguidas à sua margem, em pontos mais estratégicos, tornaram-se núcleos urbanos, cuja vida social e econômica, de alguma forma, esteve voltada para suas águas (CABRAL, 1992; FLORES, 2006). Às suas margens, diversas famílias sertanejas ergueram moradas e plantaram vazantes, “vendendo produções de roças, carne de caça e peixe salgado” (CARVALHO, 2006, p. 245). Essa produção tinha no rio seu principal meio de escoamento e cada vez que a vida social dos pequenos núcleos populacionais se tornava mais dinâmica, o trânsito pelo rio também se intensificava.

Por outro lado, a transposição ou o contorno das diversas corredeiras com que inapelavelmente os navegadores do Tocantins se viam às voltas, acabava ditando o surgimento ou desaparecimento de povoados e lugarejos que se encravavam às margens do rio e que, em sua maioria, tinham “a vida de uma estação chuvosa” (PATERNOSTRO, 1945, p. 80). Isso porque a navegação pelo Tocantins, mesmo dificultosa, manteve-se intensa atravessando os estertores do século XIX e entrando pelas décadas iniciais da centúria sucessória, transformando este rio no principal eixo de articulação comercial entre o alto sertão maranhense, o Pará e o Norte de Goiás – que atualmente corresponde ao estado do Tocantins.

O trânsito pelo rio intensificou-se pela ausência quase total de estradas seguras que articulassem os sertões maranhense e goiano a centros comerciais mais dinâmicos como Marabá e Belém - seja no sentido de adquirir provimentos para abastecer o comércio local, seja para fornecer a estes mesmos centros, produtos sertanejos como couro e sal ou para enviar os jovens sertanejos para a continuidade de seus estudos na capital paraense. Estas relações acabaram moldando a paisagem às margens do rio, onde podiam ser avistados pequenos ranchos e

---

Oeste. Essa rota inicia-se em Aldeias Altas (atual Caxias), passa por Passagem Franca até alcançar São Felix de Balsas. O sertão de Pastos Bons também era denominado de Alto Sertão, que corresponde à região Sul do Maranhão, banhada pelo rio Tocantins, enquanto o Médio Sertão estava relacionado às cidades da região central do estado, mais articuladas à capital (FERREIRA, 2002). As cidades do Alto Sertão maranhense banhadas pelo rio Tocantins são Carolina, Estreito, Porto Franco e Imperatriz.

fazendas mais ou menos distantes entre si, assim como os núcleos populacionais que apareciam e desapareciam a depender do ritmo das embarcações.

A chegada das embarcações nesses lugares injetava certo ânimo na vida econômica e social local<sup>12</sup>. Quando os barcos de maior calado<sup>13</sup>, já na região do baixo Tocantins, encostavam nos portos ou nas picadas que lhes serviam de ancoradouro, dava-se início ao intenso movimento de homens descarregando sal e outras mercadorias de primeira necessidade e de apanhadores de castanha embarcando as sacas da amêndoa já encomendadas pelos proprietários dos castanhais. Também era bastante comum a presença de homens e crianças dispostos a transportar para o interior dos barcos achas de madeira destinadas a alimentar as fornalhas das embarcações que ainda não possuíam motores a combustão. Outra figura bastante comum nessa paisagem era a do mecânico especializado no reparo dos barcos que enfrentavam a travessia das cachoeiras e corredeiras. Suas oficinas geralmente encontravam-se a alguns metros desses obstáculos naturais e eram mais comuns rio abaixo (BUARQUE, 1923).

Uma embarcação recém-aportada também significava a chegada de notícias de parentes<sup>14</sup>, amigos e do mundo político da região; o retorno de entes queridos e de comerciantes

---

<sup>12</sup> Júlio Paternostro fez algumas observações sobre isso em seu caderno de viagem. Ele registrou que depois que algumas embarcações conseguiram superar a cachoeira de Itaboca, um povoado que se formara defronte a ela desapareceu. Seus habitantes deslocaram-se para a região acima das cachoeiras onde os barcos passaram a atracar. Cf. PATERNOSTRO, 1945.

<sup>13</sup> O Tocantins era singrado por embarcações de diversos modelos e tamanhos. Havia os “Gaiolas”, barcos de grande ou médio porte nos quais os passageiros se acomodavam em redes armadas em seu interior – daí o nome, posto que o balanço das redes visto através das grades que contornavam e a contornavam, emprestavam a esta embarcação a aparência de uma gaiola. Esses barcos, bastante comuns no rio Amazonas só passaram a ser vistos no baixo Tocantins a partir de 1931 e faziam o percurso de Belém a Alcobaça (Tucuruí), numa viagem que durava cerca de três dias. Inicialmente os “Gaiolas” eram movidos a lenha. O avanço dos “Gaiolas” era impedido pelas corredeiras e cachoeiras, como a de Itabocas. Dessa forma, em Alcobaça o viajante era obrigado a tomar um “Motor” ou “Falua”, barcos menores, movidos a motor a diesel, com mais facilidade em transpor os obstáculos naturais que o rio impunha. Essas embarcações subiam o rio até Carolina – MA ou Porto Nacional – TO. Alguns seguiam pelo rio Araguaia. Além de passageiros, os motores subiam o Tocantins com gasolina, querosene, tecidos e sal e desciam com couro, castanha e coco babaçu. Era comum também o uso de “Batelões”, canoas de porte maior em que os lavradores transportavam passageiros e cana de açúcar para as usinas e pequenos regatões utilizavam para transportar seus produtos pelas localidades mais próximas de sua residência. Havia também barcos de menor porte como os “cascos”, canoa feita para dois ou três tripulantes, e as “montarias”, canoa mais delgada, feita para um tripulante apenas. Até meados de 2010, pouco antes da barragem de Estreito ser completamente efetivada, havia alguns motores ainda faziam a rota de Estreito – MA à Ilha de São José – TO e desta ilha à Babaçulândia – TO. Após a construção da hidrelétrica estas viagens tornaram-se inviáveis. As canoas do tipo “casco” ainda são muito utilizadas, principalmente pelos pescadores. Outro transporte fluvial muito utilizado até meados da década de 1980 era a jangada que consistia em uma espécie de esteira feita de troncos de palmeiras de babaçu. Em seu centro era construída uma cabana para abrigar roupas, comidas e mercadorias. Essas embarcações eram utilizadas apenas para descer o rio, de “bubua”, isto é, ao ritmo de sua corrente. Quando chegavam ao destino, os proprietários das jangadas, além das mercadorias já negociadas, costumavam desmontá-las para vender a madeira da qual eram feitas. Cf. PATERNOSTRO, 1945; RODRIGUES, 2001.

<sup>14</sup> Era bastante comum os funcionários dos correios que faziam a rota de Cavalcante – GO a Palmas – GO, pegarem carona com os barqueiros, pagando a viagem ajudando na condução do barco. Esses homens eram contratados por um concessionário dos Correios que lhes fornecia um salário parco e nenhuma provisão para viagem de duzentos e cinquenta quilômetros que eram obrigados a fazer a pé. Quem nos fornece este relato é Lysias Rodrigues que durante sua viagem pelo Tocantins acolheu um desses estafetas, chamado Fortunato. Rodrigues também registra

com as encomendas esperadas e as novidades e provisões que, adquiridas principalmente na capital paraense, destinavam-se a abastecer as prateleiras dos comércios locais. Era também por essas embarcações que chegavam jornais e livros que os filhos dos comerciantes e fazendeiros mais abastados das localidades com feições mais urbanas, como Carolina – MA e Porto Nacional – TO, encomendavam. Dessa maneira, se o ritmo do rio fazia a existência de algumas localidades soçobrar, também, por outro lado, alguns lugares que por diversos motivos conseguiram consubstanciar sua economia ao rio, acabaram, no decorrer de vários anos, tomando a forma de centros urbanos de relativo desenvolvimento para os padrões da região que abrangia o sertão maranhense e o então norte de Goiás.

Assim, no lado esquerdo do rio surgiram em 1816 Santo Antônio das Três Barras, hoje chamada de Itaguatins, e, em 1818, Boa Vista do Tocantins, cujo nome atualmente é Tocantinópolis. Na margem direita ganharam forma São Pedro de Alcântara, atual Carolina, em 1818 e, em 1852, a Vila de Santa Tereza, atual Imperatriz, ambas no Maranhão. Todas estas localidades dependiam da navegação pelo Tocantins para articularem-se aos mercados consumidores da capital paraense. Algumas delas, como Carolina, acabaram por se transformarem em verdadeiros entrepostos comerciais.

Nas primeiras quatro décadas do século XX saiam do porto de Carolina embarcações apinhadas de produtos sertanejos como couro, sola e carne seca para serem negociados em Belém, que, por sua vez, fazia chegar à cidade barcos com sal, tecidos e ferragens para serem redistribuídas para toda a zona tocantina e do alto sertão maranhense (CABRAL, 1992). Não eram incomuns o trânsito feito por regatões entre Carolina e Tocantinópolis, à época chamada de Boa Vista do Tocantins (CARVALHO, 2006). Assim:

Os botes levavam peles silvestres e couros de boi daqui do alto e tomavam frete de castanha e borracha de Marabá para baixo. De Belém traziam sal, querosene, tecidos e armarinhos [...]. Cada barqueiro tinha direito de trazer seu saco de sal e uma lata de querosene, sem pagar frete. Estas viagens de ida e volta ao Porto, levavam de 9 a 10 meses (CARVALHO, sd, p. 13. Apud. FRANKLIN, 2008, p. 102)

As viagens eram impulsionadas principalmente pelo comércio de couros e de sal. Como parte não desprezível do escoamento dos artigos provenientes da pecuária dependia do rio e porque não era incomum que aqueles que se ocupavam dos rebanhos também empreendessem atividades de navegação, o *modus facere* dos barqueiros acabou por confluir-

---

em seu diário de viagem o costume dos moradores das localidades em que os barcos aportavam de enviar recados, e cartas aos familiares ou conhecidos que moravam abaixo ou acima do rio. Essas encomendas eram confiadas a algum membro da tripulação. Cf. RODRIGUES, 2001

se à *visão-de-mundo* dos vaqueiros. Essa consubstanciação cultural pode ser identificada na linguagem e modos empregados pelos barqueiros do Tocantins em sua faina cotidiana e nos momentos de pernoite, quando eram obrigados a atracar as embarcações à beira de povoados conhecidos ou portos improvisados, a fim de evitar os melindres noturnos que a navegação poderia impor. Lysias Rodrigues<sup>15</sup> que desceu o rio em 1931 registrou em seu diário de viagem que diversos barqueiros e canoieiros costumavam utilizar uma espécie de trompa feita de chifre de boi furado, folha de flandres ou latas de querosene soldadas, semelhante aos berrantes usados pelos vaqueiros para tangerem os rebanhos. O bramido produzido por estas trompas servia para avisar aos moradores das localidades que possuíam portos, que os barcos estavam se aproximando (RODRIGUES, 2001). Este costume também é reportado pelo médico sanitariano Júlio Paternostro<sup>16</sup> que entre maio e setembro de 1935, fez o percurso reverso ao de Lysias Rodrigues, subindo o rio Tocantins desde Tucuruí, antiga Alcobaça, até Pedro Afonso, no atual estado do Tocantins. Ele registra que, “A toada dos remeiros lembra sempre a do “aboio”, e, quando trabalham como vaqueiros, ao se chegarem a uma casa no campo, dizem “vamos encostar” em vez de “vamos aprear”” (PATERNOSTRO, 1945, p. 175).

Paternostro nos fornece mais informações a respeito dessa consubstanciação cultural manifestada nos usos da linguagem. Conforme seu relato:

Chamam constantemente de “boi” à embarcação. E como boi para andar direito, precisa ser xingado, ouvem-se o dia inteiro nomes dos mais inocentes aos de mais baixo calão, dirigidos ao pobre barco. Numa ocasião em que o batelão enroscou-se nuns arbustos marginais, o piloto enfureceu-se e, tomando a vara, assumiu a mesma atitude que um vaqueiro para com um boi tresmalhado: “bote é o mesmo que boi, quando entra na caatinga, só a cacete!”.

Adotam nas viagens dos batelões os mesmos métodos pelos quais conduzem o gado. Nas margens desertas do rio, como nas planuras dos “gerais”, têm sempre um local escolhido para o pouso ao relento. Atracado no barco, fazem um fogo onde suspendem o caldeirão de ferro em que cozinham a “carne de sol” com arroz, prato que chamam de “Maria-Isabel”. [...] (PATERNOSTRO, 1945, p. 176).

---

<sup>15</sup> O brigadeiro Lysias Augusto Rodrigues (1896-1957) foi piloto da aeronáutica e um dos principais responsáveis pela implantação da rota sobrejacente às regiões Centro-Oeste e Norte do Correio Aéreo Militar (CAN) – que em 1941 mudaria seu nome para Correio Aéreo Nacional (CAN). Em 1931 época em que foi criado o CAM, Lysias Rodrigues percorreu os estados de São Paulo, Goiás, Maranhão e Pará com o objetivo de reconhecer o território e implantar campos de pouso em cidades estratégicas de modo a viabilizar a interligação aérea dos grandes centros do Brasil com a região amazônica, assim como facilitar a rota comercial entre os estados Unidos e os países da América do Sul. Dentre as cidades maranhenses foram escolhidas Imperatriz e Carolina, cujo campo de pouso entrou em funcionamento em 1935, quando do voo inaugural do CAM. As notas feitas na expedição supracitada deram origem a dois livros sobre a região do Tocantins: *Roteiro do Tocantins* e *Rio dos Tocantins* publicados respectivamente em 1943 e 1945. Cf. FRANKLIN, 2008; CAMBESES JÚNIOR, s/d.

<sup>16</sup> O objetivo da viagem de Paternostro era inventariar os surtos de doenças tropicais nas localidades lindeiras ao rio Tocantins, em especial a febre amarela. Durante a viagem o médico produziu uma espécie de diário, publicado dez anos depois, no qual constam não apenas informações médicas, mas diversos croquis dos trechos do rio, além de descrições muito vívidas do cotidiano das cidades e localidades que visitou. Cf. PATERNOSTRO, 1945.

Esses barqueiros eram também exímios cantadores de toadas e modas com as quais se entretinham embalados por doses copiosas de uma forte cachaça regional capaz de deixar “a boca em fogo e os olhos marejados de lágrimas” (RODRIGUES, 2001, p. 83), o “restilho”, e dançando a catira, uma manifestação cultural provavelmente aprendida com os tropeiros da região Sudeste e Centro-oeste que devassaram os sertões maranhense e goiano e que Lysias Rodrigues descreveu como uma “uma espécie de samba, entremeado com sapateados, quando o homem e a mulher dançam sozinhos, lado a lado, fazendo viravoltas para um lado e outro, sempre variando o sapateado ao compasso da música” (RODRIGUES, 2001, p. 83).

A historiadora e geógrafa Carlota Carvalho, em seu livro *O Sertão*<sup>17</sup>, publicado em 1924, referia-se à importância dessa rota fluvial para a economia da região, afirmando que ela possibilitava o comércio de Grajaú, na chapada maranhense, com cidades do sul do Pará e norte de Goiás, que atualmente é o estado do Tocantins. As mercadorias, principalmente o sal, saiam de Grajaú conduzidas em lombos de burros até Porto Franco, a uma distância de 160 km. Ao chegarem, uma parte era embarcada em canoas movidas a remo que enfrentavam cerca de 900 km de rio até Porto Nacional, à época norte de Goiás<sup>18</sup>. A outra parte seguia para a vila de Santa Maria do Araguaia<sup>19</sup>, 600 km acima da junção entre os rios Tocantins e Araguaia. O restante das mercadorias descia o rio até Marabá (CARVALHO, 2006). Júlio Paternostro afirmou que este comércio transformou o rio em uma “via do sal” (PATERNOSTRO, 1945, p. 126). Essa ilação, o médico a produziu a partir da impressão que teve durante sua estadia em Boa Vista do Tocantins (atual Tocantinópolis), localizada em frente a Porto Franco, no Maranhão.

As imagens abaixo - mesmo após drásticas intervenções em seu curso e traços incisivos da modernidade que atualmente integram o entorno do rio - nos oferecem alguns elementos que compunham a paisagem de finais do século XIX e o primeiro quartel do século XX, quando o rio Tocantins se impunha como a principal via de escoamento de mercadorias e pessoas entre os municípios goianos (posteriormente tocantinos), maranhenses e paraenses que de alguma forma, sofriam a influência de suas águas.

Dentre os elementos que ainda podem ser observados encontram-se as canoas e os lajeiros que se tornam mais visíveis nas épocas em que as águas estão mais baixas. Uma canoa

---

<sup>17</sup> Não há registros oficiais do local e data de nascimento de Carlota Carvalho. É provável que tenha nascido por volta de 1866, entre os sertões de Riachão e Grajaú, local para onde seu avô paterno se fixara desde a primeira metade do século XIX. *O Sertão* foi escrito antes de 1919, pois consta que naquele ano, ao viajar para o Rio de Janeiro a historiadora levava o manuscrito para ser publicado em comemoração ao centenário da independência, em 1922. A publicação aconteceu dois anos depois. Foram impressos somente 500 exemplares. A edição que utilizo é a terceira. Cf. FRANKIN, 2006; CARVALHO, 2006.

<sup>18</sup> Atualmente esta cidade pertence ao estado do Tocantins.

<sup>19</sup> Esta localidade chama-se atualmente Araguacema e localiza-se no Estado do Tocantins.

à beira do rio indica a presença de um rancho<sup>20</sup> de pescadores ou da residência de pequenos proprietários que cultivam pequenas roças no entorno do rio. Salientes nas épocas em que o rio seca, os bancos de pedras tornavam a navegação em alguns trechos do rio impraticável; nos períodos de cheia, por estarem submersos, exigiam de barqueiros e canoieiros experientes e conhecedores dos melindres do rio, atenção redobrada.

**Figura 1: Trecho do rio Tocantins entre Estreito -MA e Tocantinópolis - TO, percurso muito utilizado até a primeira metade do século XX.**



Fonte: Acervo da pesquisa, (2018)

Enganar-nos-emos, todavia, se pensarmos que era apenas a vida econômica que se regulava pelo rio. Como o acesso a São Luís-MA era precário por conta da total ausência de estradas carroçáveis que integrassem o sertão maranhense à capital do estado, parte

---

<sup>20</sup> Muitos pescadores do rio Tocantins costumam erigir moradias simples feitas de barro e cobertas com palha de coco babaçu para se protegerem das intempéries e passarem e se abrigarem nas noites de pescaria. Muitos deles faziam pequenas roças para auxiliar na alimentação. Isso se dava porque a pesca no Tocantins é feita com redes, as chamadas tarrafas. A atividade consiste em “armar” as tarrafas em lugares “bons de peixe”, já conhecidos pelos pescadores. Essas redes eram armadas à noite; de madrugada ou ao amanhecer, os pescadores retornavam aos sítios para recolherem os peixes presos. Isso ocupa o pescador por cerca de três a quatro dias. As redes são armadas novamente e os peixes são homiziados em um isopor com gelo. A pesca termina quando se atinge a quantidade de pescado suficiente para ser vendida na feira ou à cooperativa de Estreito – MA. Com a construção da hidrelétrica de Estreito essa atividade precarizou-se porque os peixes escassearam e a temperatura da água favorece o apodrecimento do pescado, forçando os pescadores a checarem as redes em um intervalo de tempo menor.

considerável dos jovens carolinenses e de outras cidades da região iam completar seus estudos em Belém, como o jovem Dourival Alves de Azevedo, filho de um comerciante local, que “por motivo de moléstia não pode continuar os estudos que vinha fazendo naquela capital [Belém]”<sup>21</sup>, conforme informava o jornal Carolinense *A Tarde*.

A ida desses jovens à capital paraense não possuía apenas o intuito acadêmico; eles eram enviados pelos pais, geralmente comerciantes, farmacêuticos ou fazendeiros, para que, durante sua estadia, esquadrinhassem a zona comercial da cidade, tomassem conhecimento dos fornecedores, enfim, que aprendessem os meandros dos negócios da família, para darem continuidade ao estabelecimento que futuramente herdariam. Ademais, a capital paraense era também o destino das atividades recreativas das famílias abastadas de Carolina-MA. Era bastante comum que os donos de motores levassem consigo mulher e filhos em algumas das viagens. Dessa maneira:

Carolina ficou conhecida em Belém, não só comercialmente. Nossas famílias ali iam a passeio e os nossos doentes a tratamento. Tornamo-nos grande empório comercial, vindo aqui todo o médio Tocantins comprar, para uso ou revenda, as utilidades carentes. Durante muito tempo só se falava no Pará. Naquele período, ao invés de S. Luís, onde fiz o meu Ginásio, os meninos daqui iam era para os colégios guajarinós (CARVALHO, [s.d.], p. 15. Apud. FRANKLIN, 2008, p. 102)

Além de levar os jovens das famílias carolinenses abastadas aos estudos iniciais em Belém, essa via fluvial fazia chegar a Carolina livros, jornais de outras províncias e materiais dos mais diversos, que alimentavam a vida intelectual da cidade, assim como seu comércio. Ademais, pelo rio chegavam visitantes diversos que ora ficavam, ora passavam para outras localidades.

### **1.1 A fluidez da estrada; a solidez dos percalços.**

O percurso pelo Tocantins não era simples. Assim como o tempo se inscrevia no semblante e nas memórias dos viajantes, o rio deixava sua assinatura nos cascos das embarcações e nas mãos dos barqueiros. As viagens eram demoradas, tanto que as encomendas de mercadorias eram calculadas em dias ou meses, a depender das localidades para as quais se dirigiam os viajantes. Somado a isso, havia o alto grau de periculosidade em alguns trechos do rio, o que dava a cada incursão a Porto Nacional, Marabá, Alcobaça ou Belém, por exemplo, um intenso grau de incerteza em relação à chegada ou ao retorno. Havia a possibilidade real de

---

<sup>21</sup> **A TARDE.** Carolina – MA. 15 de Dezembro. 1935, p. 01.



a tripulação perecer nas corredeiras e travessões que o rio apresentava. As páginas dos jornais carolinenses são bastante ilustrativas a respeito disso. Em 1935 o jornal carolinense *A Tarde*, noticiava que quatro funcionários de uma empresa comercial de Goiás, saídos de São José do Tocantins, morreram afogados após a canoa em que estavam embarcados ter virado abruptamente na cachoeira do Funil, após a cidade de Porto Nacional – TO. O corpo de um deles nunca foi encontrado<sup>22</sup>.

Esses acidentes que aconteciam nos trechos encachoeirados do rio, tornaram correntes que membros das elites carolinenses registrassem nos periódicos daquela cidade tanto as datas de sua saída, quanto de seu retorno. É nesse sentido que podemos ler no jornal *A Tarde* que:

No comando de seu possante motor “Mãe Maria”, regressou a Marabá acompanhado de sua exma. Família, o sr. Col. Messias J. de Souza, que nos veio trazer as despedidas, tornando-as extensivas a todos os seus amigos desta cidade, dos quais não pode despedir-se pessoalmente por absoluta falta de tempo”<sup>23</sup>

Em outro jornal Carolinense, *O Tocantins*, de 15 de agosto de 1926 lemos que estava a “[...] chegar das Três Barras a rebocadora “Alves de Castro”, onde fora ao encontro do seu proprietário cel. Diógenes Gonçalves de regresso de Belém”<sup>24</sup>. À primeira vista, o anúncio nos dá a impressão que se trata de um mero aviso da chegada iminente de mais um barco apinhado de mercadorias. No entanto, trata-se de mais um indício de quão difícil era a navegação pelo Tocantins, principalmente para aqueles que retornavam do Pará, posto que estavam subindo o rio. Na altura de Três Barras (que atualmente se chama Itaguatins, no estado do Tocantins) havia um trecho encachoeirado que obrigava os viajantes a apearem e contornarem o percurso margeando o rio a pé ou a cavalo até chegarem do outro lado e pegarem outra embarcação que os aguardasse no porto ou esperarem que o barco, agora mais leve, fizesse a perigosa travessia<sup>25</sup>. A rebocadora à qual o anúncio se refere, era uma embarcação destinada a puxar barcos mais pesados de modo que estes pudessem contornar os pedrais e vencer a correnteza. Assim, as perigosas viagens exigiam de barqueiros e proeiros, mesmo os mais experimentados, argúcia para escolher os canais apropriados à navegação, além do máximo de atenção e cuidado com as corredeiras, rebojos e cachoeiras às quais nada podiam fazer a não ser desvencilharem-se.

<sup>22</sup> **A TARDE**. Carolina - MA. 07 de abril de 1935, p. 01.

<sup>23</sup> **A TARDE**. Carolina - MA. 24 de novembro de 1935, p. 01.

<sup>24</sup> **O TOCANTINS**. Carolina – MA. 15 de agosto. 1926, p. 02.

<sup>25</sup> O mesmo acontecia quando os barcos chegavam no trecho das cachoeiras de Itaboca, na altura de Alcobaça (Tucuruí). Mercadorias e pessoas desembarcavam e contornavam o rio a pé ou a cavalo por um percurso de aproximadamente 3 km. Enquanto isso, os barqueiros que se dispunham a enfrentar as corredeiras, conduziam o motor vazio e mais leve por 2 km.

Os cronistas que se atreveram a passar por esses trechos do rio são unânimes em destacar a perícia daqueles que conduziam as embarcações. Carlota Carvalho chega a dizer que “o piloto do Tocantins é mais que um benemérito, é uma encarnação da Providência” (CARVALHO, 2006, p. 264). Em alguns trechos, como o das cachoeiras de Tauiri e de Itaboca, já no Pará<sup>26</sup>, são descritos pelos cronistas como obstáculos praticamente intransponíveis (CARVALHO, 2006)<sup>27</sup>, muitos barcos foram destruídos e diversos homens morreram. Conquanto essas dificuldades, em meio ao isolamento da região provocado pela ausência de estradas carroçáveis e pela precariedade das outras rotas terrestres, o rio Tocantins, assim como outros, servia como um perigoso alento à articulação econômica do Sul do Maranhão com Belém e Marabá, no Pará. Destarte, “toda a ribeira do Tocantins usava a longa e lenta ‘estrada líquida’ por meio de seus botes, batelões, motores e vapores que comandavam a vida desde Porto Nacional, no Goiás, até a foz do Amazonas” (FRANKLIN, 2008, p. 101).

O registro abaixo nos ajuda a imaginar as intempéries que a navegação pelo Tocantins impunha aos barqueiros. Ela nos é fornecida por Júlio Paternostro que, provavelmente fotografou a agonia da tripulação do barco em que viajava após ter baldeado e margeado a cavalo o trecho correspondente aos pedrais.

---

<sup>26</sup> Nesse local, atualmente encontra-se a hidrelétrica de Tucuruí.

<sup>27</sup> Inácio Moura Rangel escreveu que em 1921, quando precisou ir de Imperatriz a Belém pelo rio Tocantins, foram obrigados a contornar a pé a Cacheira de Itaboca para pegar um vapor do outro lado. Cf. FRANKLIN, 2008.

**Figura 2: Barco tentando transpor trecho do Tocantins marcado por corredeiras.**



Fonte: PARTERNOSTRO, 1945.

Assim, regatões e barqueiros lançavam-se nas águas desse “rio possante que corre em estirões com meandros pouco sensíveis, entrecortados de travessões e encaixados em rochas mais resistentes do que as que ladeam os outros rios maranhenses” (DIAS, 1922, p. 29)<sup>28</sup>, em viagens que chegavam a durar meses (LOPES, Apud. CABRAL, 1992; CARVALHO, 2006).

A relação entre Carolina e o rio Tocantins não se restringe apenas por este ter sido o elo mais viável entre esta cidade do sertão maranhense e os centros dinâmicos da Região Norte, mas também por Carolina ter sediado a primeira experiência de geração de energia elétrica por meio hidráulico da região amazônica: a hidrelétrica de Itapecuruzinho, concluída em 1940, como veremos no próximo tópico.

---

<sup>28</sup> O engenheiro Antonio Dias apresentou ao, à época, presidente do Maranhão Urbano Santos (1918-1922) um detalhado relatório de uma viagem aos sertões maranhenses patrocinada pelo governo. Publicado em 1922, além de descrever toda a hidrografia da região, o trabalho traz uma análise da vida na região e do sertanejo, que se torna interessante pelo seu teor de veras etnocêntrico que nos ajuda a pensar como alguns intelectuais da capital estereotipavam a população da porção mais ocidental do Estado. A análise feita por Carlota Carvalho, em trabalho publicado em 1924, é um flagrante contraponto às impressões de Antônio Dias.

## 1.2 A usina hidrelétrica de Itapecuruzinho

Construída entre 1939 e 1941, a Usina de Itapecuruzinho, tinha como finalidade abastecer a cidade de Carolina, atualmente distante 88,2 km quilômetros de Estreito. Este empreendimento hidrelétrico recebeu foi nomeado em alusão ao rio às margens do qual foi erguido. O rio Itapecuruzinho, aflui para o rio Manuel Alves Grande que, por sua vez, deságua no Tocantins<sup>29</sup>. Além de ter sido a primeira construção desta natureza a ser levada a efeito na região amazônica<sup>30</sup>, também é considerada a segunda hidrelétrica erigida na região Nordeste<sup>31</sup>.

Não obstante o projeto ter sido corporificado na década a de 1940, já havia um debate, mesmo que tímido, em torno da construção de uma usina hidrelétrica que desse suporte a Carolina<sup>32</sup>. À época da construção desta usina, Carolina há muito passava por intensa efervescência econômica e cultural, sendo considerada como o centro regional mais próspero e

---

<sup>29</sup> O engenheiro Antônio Dias em viagem pela região dos sertões maranhenses no limiar da década de 1920, se referia a este rio como afluente do Manoel Alves Grande, chamando-o de “Itapecuruzinho, impetuoso, rico em linfa, que recebe o Cisco” (DIAS, 1922, p. 30). Antes disso, em 1910, também engenheiro J. Palhano de Jezús, menciona este rio, em relatório produzido em vistas do projeto de construção de uma estrada de ferro que interligaria a região do rio Itapecurú à zona do Tocantins, cujo principal objetivo era tornar viável o fluxo de mercadoria do sertão até o porto de São Luís (JEZÚS, 1910). Nos mapas que atualmente descrevem a hidrografia do Maranhão este rio aparece como Itapecuru ou Itapicuru. Mantive o primeiro nome para que não ocorra confusão com o rio homônimo que se localiza na região leste do estado e deságua na baía de São José, no Golfão maranhense, no norte do estado (RIOS, 2001).

<sup>30</sup> Geralmente atribui-se esse pioneirismo à UHE de Coaracy Nunes, construída no estado do Amapá entre 1954 e 1975 por ela ter uma potência 40 MW - muito superior à do Itapecuruzinho - e por isso enquadrar-se nas normas estabelecidas pela Comissão Internacional sobre Grande Barragens (ICOLD) para diferenciar as hidrelétricas de grande porte, com potência a partir de 30MW das Pequenas Centras Hidrelétrica (PCH) com potência inferior. As agências brasileiras responsáveis pelo setor elétrico acompanham esta classificação. Há também a possibilidade interpretativa de se ter em conta que o Maranhão só foi inserido na Amazônia Legal em 1953, por meio da lei n. 1.806, que também incorporava à região o estado do Tocantins, na época norte de Goiás, e o Mato Grosso. Cf. PANDOLFO, 1994; CMB, 2000; ANEEL, 2008.

<sup>31</sup> A primeira hidrelétrica construída na região Nordeste foi a usina de Angiquinho, inaugurada em 1913. Aproveitando uma queda d’água de 42 metros da margem alagoana da cachoeira de Paulo Afonso, no rio São Francisco, esta hidrelétrica gerava 1.102 Kw – quase dez vezes a capacidade da usina de Itapecuruzinho. O objetivo de Angiquinho era fornecer energia para a uma fábrica de linhas chamada Companhia Agro Fabril Mercantil, na Vila da Pedra, localizada no sertão alagoano, a 280 km de Maceió. Além disso, gerava eletricidade para a vila dos operários que trabalhavam na fábrica e para a bomba d’água da cidade. O responsável por sua construção foi o proprietário da Companhia Agro Fabril, Delmiro Gouveia; o papel do poder público limitou-se à concessão do aproveitamento do trecho da cachoeira. Uma característica interessante desta usina é que sua casa de força fica encrava nas rochas que formam o cânion do rio São Francisco. A usina de Angiquinho foi desativada em 1960 e em 2006 todo o seu complexo hidrelétrico foi incorporado ao Patrimônio Artístico, Histórico e Natural do Estado de Alagoas. Vila da Pedra chama-se atualmente Delmiro Gouveia, em homenagem ao construtor da hidrelétrica. Para informações mais pormenorizadas acerca disso Cf. VASCONCELOS, 2011.

<sup>32</sup> As tentativas de construção de uma hidrelétrica que fornecesse energia para Carolina remontam às primeiras décadas do século XX. Já em 1926 alguns moradores de Carolina que possuíam algum capital, organizaram a “Empresa Tocantina de Eletricidade” cujo fim era o “aproveitamento da energia da famosa queda d’água do itapecurú [...] para o fornecimento de luz elétrica à cidade de Carolina e desenvolver indústrias diversas par o aproveitamento de fontes enexauríveis de riqueza da zona tocantina” [sic] (O TOCANTINS, 1926, p. 02). O jornal carolinense *O Tocantins*, que inclusive tinha um dos proprietários como acionista da empresa, noticiava a formação da diretoria do empreendimento e a venda de ações aos interessados. Em outra edição, o mesmo jornal fazia publicar o estatuto da empresa. O jornal informava inclusive que já havia sido feita inclusive um estudo de inventário da potência das cachoeiras que forneceriam a força para a geração da energia.

dinâmico do sul do Maranhão. Esse dinamismo decorria de dois fatores importantes relacionados à posição de Carolina no sertão maranhense: em primeiro lugar, aglutinava em seu porto parte não desprezível da rota comercial e de transporte pelo Tocantins, exercendo intenso intercâmbio comercial e cultural com os municípios maranhenses, goianos<sup>33</sup> e paraenses submetidos à zona de influência deste rio. Mantinha, outrossim, articulado a isso, um comércio regular com outros importantes municípios do alto sertão maranhense como Grajaú, Riachão e Balsas.

Maria do Socorro Coelho Cabral em seu estudo sobre as frentes de colonização do sertão maranhense, menciona a importância da navegação do Tocantins para a ascensão de Carolina, que de despovoada e irrelevante economicamente até a primeira metade do século XIX, transmuta-se já em meados do segundo quartel deste mesmo século, em importante eixo de circulação e direcionamento de mercadorias para toda a região do sul do Maranhão. Conforme sua análise:

A rota do Tocantins integrou o sertão ao mercado de Belém, o que fez crescer em população e importância a região, em especial a zona tocantina e suas proximidades. Inaugurou-se, dessa forma, com essa navegação, uma nova rota do sal. [...] Carolina [...], antiga povoação de São Pedro de Alcântara [...] se tornara um entreposto comercial de toda a zona do médio Tocantins e do alto sertão maranhense (CABRAL, 1992, pp. 161-162).

Assim, os comerciantes de Carolina encaminhavam a Belém produtos sertanejos como carne-seca, couros diversos e sola, na volta traziam da capital paraense tecidos, ferragens, sal, e diversos outros artigos como perfumes, papel e remédios destinados a abastecer as demandas de seu próprio centro comercial, além de serem redistribuídos às localidades com as quais Carolina nutria relações comerciais. Essa intensa movimentação em seu porto fez com que Carolina chegasse ao limiar do século XX como a segunda maior frota da região tocantina a fazer a rota de Palmas a Belém, perdendo apenas para Boa Vista (Tocantinópolis) (CABRAL, 1992). Além disso, não somente comerciantes integravam a tripulação dos motores; muitos jovens das famílias abastadas de Carolina acompanhavam seus pais nas viagens de negócios ou iam concluir seus estudos nos Liceus da capital paraense<sup>34</sup>. Isso nos permite inferir que as

---

<sup>33</sup> As localidades com as quais Carolina possuía comércio mais intenso eram Porto Franco, no Maranhão; Pedro Afonso, Porto Nacional e Boa Vista (atualmente Tocantinópolis), no Norte de Goiás (Hoje norte do Tocantins); Marabá e Belém, no Pará.

<sup>34</sup> No jornal *A Vida Escolar* de janeiro de 1932 consta um pequeno artigo em que um aluno do curso médio do *Instituto Renascença* descreve suas viagens pelo rio Tocantins enumerando as cidades pelas quais passou. Cf. SOUZA, Raymundo. *Minhas Viagens*. In. *Vida Escolar*. Carolina. 29 de janeiro de 1932, p. 04

relações que se deslindavam por intermédio do Tocantins não eram apenas de cunho econômico, mas proporcionavam intenso intercâmbio cultural.

O trânsito de motores era tamanho que os jornais possuíam seções especialmente destinadas a informar aos assinantes os horários de chega e partida tanto das embarcações que desciam o rio vindas dos portos goianos em direção a Belém, quanto daquelas que advindas da capital paraense aportariam em Carolina para seguirem viagem rumo ao Goiás. A imagem a seguir, contém alguns desses anúncios.

A página de *O Tocantins* replicada acima nos fornece alguns elementos que ilustram tanto as relações comerciais que se desenvolviam através do rio, quanto aquelas que se articulavam no próprio sertão, tendo em Carolina um eixo importante. Na parte inferior da primeira coluna, observamos o título *Hóspedes e Viajantes*, temos notícia de duas embarcações: Um saía de Carolina a Porto Nacional e outra descia a Marabá. Na mesma coluna, nos damos conta também de viajantes que passam por Carolina rumo a Balsas ou a outras localidades do sertão, assim como encontramos aqueles que regressam das feiras de gado para Carolina. Continuando a percorrer a página, nos defrontaremos com os anúncios da “Casa Fonseca” e de

Figura 3: Anúncios comerciais das lojas de Carolina - MA

Fonte: *O Tocantins*. Carolina. 01 de janeiro de 1928, p. 03

“João Ribeiro da Silva e Irmão”, ambos estabelecimentos comerciais de Balsas, oferecendo sal. As outras colunas contêm anúncios de remédios e cosméticos, com toda certeza vendidos na “Pharmacia Burjack”, de Carolina, cujo proprietário também possuía um motor, de nome Penthe, que fazia incursões periódicas a Belém.

Os jornais carolinenses também são bastante eloquentes quanto ao elo comercial constituído entre Carolina e Belém, a que nos referimos acima. A imagem abaixo, cotejada do jornal carolinense *A Tarde* de 1935, nos serve de exemplificação.

**Figura 4: Anúncios comerciais belenenses muito comuns nos jornais de Carolina – MA na década de 1930**

Fonte: *A Tarde*. Carolina. 07 de abril de 1935, p. 03

No fragmento acima constam quatro anúncios – um de hotel, um de serviços de estiva e dois armazéns - que interessavam majoritariamente aos comerciantes carolinenses que se detinham por alguns dias em Belém com vistas a adquirir gêneros diversos, principalmente tecidos, roupas e ferragens, para abastecer seus estabelecimentos. Podemos observar isto no anúncio da “Casa Mimosa”, localizado no lado esquerdo inferior da imagem, que, “previne ao digno comércio carolinense que se acha atualmente com um grande stock de fazendas e miudezas, por preços sem competência [sic]”<sup>35</sup>, indicando que a “praça” belenense abastecia regularmente os estabelecimentos comerciais de Carolina que, compunha-se também dos mais diversos serviços, como alfaiatarias, tipografias, consultórios médicos, dentários e farmácias.

<sup>35</sup> *A Tarde*. Carolina. 07 de abril de 1935, p. 03

Ao lado temos um anúncio da loja “Pantaleão Nollete e Filho”, estabelecida em Carolina, que ajuda a ilustrar o argumento supramencionado concernente ao fornecimento por parte de Belém, para Carolina de tecidos e outros artigos relacionados:

A capital paraense tinha essa preeminência porque, à época, não apenas Carolina, mas toda a região sul do Maranhão possuía mais facilidade em comunicar-se com o norte goiano e o sul do Pará do que com a capital maranhense, justamente por conta da precariedade das estradas. Um artigo escrito em 1936 pelo frade capuchinho Cesário Maria publicado no jornal carolinense *A Tarde*, por ocasião da inauguração

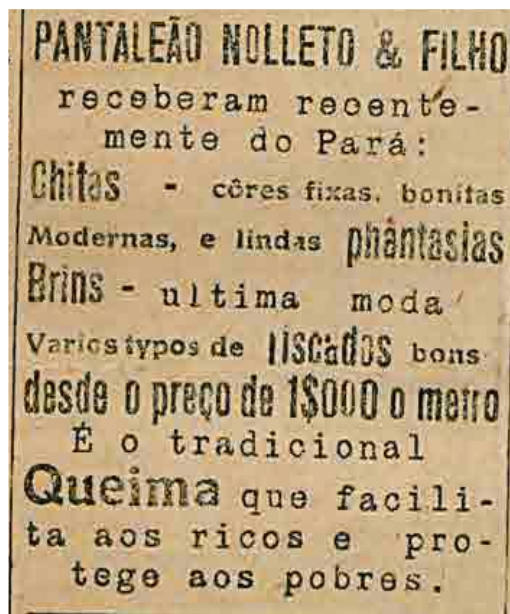
de um motor destinado a cobrir a rota pelo Tocantins de Belém até Goiás, expressa de maneira eloquente a impenetrabilidade viária do sertão maranhense em relação ao Centro-Sul do país e do restante de seu próprio estado, colocando a navegação pelo Tocantins como a principal alternativa a esta apartação:

A causa principal que todos lastimamos como empecilho e barreira insuperável ao desenvolvimento e ao progresso do nosso sertão, é a falta quase total de vias de comunicação. E effectivamente esta nossa penosa e forçada isolamento dos centros industriaes paralisou até agora as nossas mais esperançosas iniciativas e fracassou tantos nossos planos.

Devia, pois, ser motivo de universal regozijo o facto de ver a nossa navegação augmentada de um bello e possante motor, que facilitará ainda mais as comunicações com os centros dos dois estados, o Maranhão e Goyaz, e finalmente com Belém, praça preferida pelo nosso commercio [sic]<sup>36</sup>

Essa “falta quase total de vias de comunicação”, a que o religioso se refere, não indica a ausência de estradas, mas concerne às dificuldades de locomoção decorrentes de sua precariedade. Com efeito, quanto a isso, não obstante enfrentar diversas dificuldades de articulação com outras localidades sertanejas, Carolina encontrava-se em condições mais afortunadas que Imperatriz, por exemplo, que à época era conhecida como a “Sibéria Maranhense”, que salvo o comércio que mantinha com Carolina, Boa Vista, Belém e Marabá,

**Figura 5: Anúncio de loja carolinense sobre artigos adquiridos em Belém-PA**



Fonte: *O Tocantins*. Carolina. 05 de junho de 1927, p. 03

<sup>36</sup> MARIA, Frei Cesário. “O novo motor “Cidade de Carolina””. In. *A TARDE*. Carolina. 19 de janeiro de 1936, p. 01



encontrava-se quase que completamente isolada em relação ao restante do estado do Maranhão nos primeiros cinquenta anos do século XX (FRANKLIN, 2008).

Carolina, por seu turno, possuía uma certa articulação com as localidades sertanejas com as quais estabelecia relações comerciais. Esta comunicação tornava-se, todavia, deveras fragilizada por conta do estado de difícil trafegabilidade dessas estradas, que tornavam as viagens longas e dispendiosas. Para se ter uma ideia dessas dificuldades, a distância de 417 km entre Carolina a Barra do Corda, levava cerca de 17 horas para ser percorrida e o deslocamento de Carolina até São Luís custava aos viajantes quatro dias<sup>37</sup>, se ambas as viagens fossem feitas de caminhão; caso o percurso tivesse de ser realizado no lombo de animais, como era mais comum, o transcurso à capital maranhense chegava a durar cerca de trinta dias, dado que as estradas pareciam, nas atribuições de um jornalista da época, “clareiras abertas na mata”<sup>38</sup>.

Nesse sentido, tanto econômica quanto culturalmente a navegação pelo Tocantins era importante, pois, além da venda de couros e da compra de artigos para a revenda no comércio da cidade, havia o intercâmbio de jornais e livros que lá chegavam pelos motores<sup>39</sup>. Dessa maneira, o Tocantins era o *elo líquido* que articulava Carolina cultural e economicamente ao Norte do Brasil e, até certo ponto, permitia que sua elite intelectual se mantivesse atualizada sobre os produtos culturais provenientes do restante do país. Já no início do século XX, aqueles que viajavam pela região sul do Maranhão não deixavam de se impressionar com a intensidade das atividades intelectuais desenvolvidas na cidade, com seu comércio e sua constituição urbanística. Com efeito, na década de 1920, Antonio Dias se remete a Carolina como:

A maior cidade do alto sertão maranhense, o centro intelectual, aristocrático, de uma grande zona pastoril. Tem algumas ruas e praças bem alinhadas, um certo gosto de arquitectura. É a única formação urbana accentuada, a disputar a Caxias o título tradicional de princeza do sertão [sic] (DIAS, 1922, p. 56).

<sup>37</sup> Essas estradas, mesmo de em condições difíceis de trafegabilidade representavam, mormente para os comerciantes de Carolina, imenso progresso porquanto possibilitavam a compra e a venda de mercadorias naqueles rincões. Para ilustrar isso e as trocas comerciais proporcionadas por estas vias, aparece no jornal *O Tocantins* de 1928 que um caminhão Ford transportara da loja Carolinense “Casa Paulista” 1020 kg de mercadorias variadas até Barra do Corda e que fizera uma “feliz viagem de 16 horas” de retorno Carolina. Cf. “De Barra do Corda a Carolina em autocaminhão”. In. *O Tocantins*. Carolina. 10 de junho de 1928, p. 02-04; “Na rodovia”. In. *O Tocantins*. Carolina. 08 de julho de 1928, p. 02.

<sup>38</sup> RIBEIRO, Napoleão. “No sertão maranhense”. In. *O Tocantins*. Carolina. 12 de janeiro de 1930, p. 01

<sup>39</sup> O gabinete de leitura de Carolina possuía no jornal *O Tocantins* um espaço dedicado a comunicar aos seus sócios sobre a atualização de seu acervo. Nele aparecem os jornais baianos *Gazeta de Notícias* e *O Estado*; e a *República*, do Ceará, além de obras em francês. Esse material era doado pelos membros deste círculo literário, que em sua maioria tinham concluído seus estudos na capital paraense, em Salvador ou no Rio de Janeiro. Ao retornarem para Carolina, além dos livros, traziam também as assinaturas dos principais jornais destas cidades que desembarcavam periodicamente no porto de Carolina. Dessa forma, podemos afirmar que o isolamento geográfico da região ao restante do país era combatido pela tentativa de ligação intelectual. Cf. *O Tocantins*. Carolina. 1º de abril de 1914. p. 03; *O Tocantins*. Carolina. 1º de novembro de 1914. p. 02

Cerca de dez anos depois destas observações, o major Lysias Rodrigues referiu-se à cidade de maneira bastante semelhante ao que fora exposto acima. Segundo ele:

[...] Carolina é [...] hoje sem favor algum, se não a melhor cidade do Maranhão, pelo menos a mais culta. E ali se encontra o maior centro cultural do Estado, com muitos e bons colégios e escolas, e pessoas realmente cultas, de ambos os sexos (RODRIGUES, 1945, p. 115).

O registro acima é fruto das anotações feitas pelo militar no interím da expedição fluvial que fez pelo Tocantins em 1931, com a finalidade de estabelecer a rota para o Correio Aéreo Militar (CAM). Carolina, juntamente com Imperatriz, foram as cidades escolhidas para compor este itinerário, que seria inaugurado em 1935<sup>40</sup>. Durante os dias em que Lysias Rodrigues hospedou-se na cidade, teve tempo inclusive de ministrar uma conferência aos alunos e professores do *Instituto Renascença*<sup>41</sup>.

Dessa maneira, podemos ser conduzidos à ilação de que o militar teve oportunidade de estabelecer relações próximas com as elites intelectuais, políticas e econômicas que, certamente, não perderam a ocasião de fazer o major conhecer as ruas mais importantes da cidade, seu conjunto arquitetônico, os clubes de leitura, a Biblioteca, a agência postal e, evidentemente, seu centro comercial. Ademais, por conta da construção da pista de pouso de Carolina, Lysias Rodrigues manteve contatos constantes com o prefeito daquele município, com vistas a acompanhar o andamento das obras. Outrossim, a pungência intelectual à qual Lysias Rodrigues se referia expressava-se tanto na quantidade de escolas mencionadas por ele, quanto nos jornais produzidos na cidade.

Conforme o historiador Eloy Coelho Netto, desde 1905, Carolina já possuía um curso secundário e, em 1917 foi fundado o *Colégio Carolinense* (NETTO, 1979), que, também ofertava aulas de música. Em 1940, além dos dois estabelecimentos de ensino mencionados,

---

<sup>40</sup> A partir desta, os comerciantes locais passaram a ter uma alternativa ao rio Tocantins. O aeroporto da cidade, começou a integrar também a rota de voos comerciais que faziam o trajeto até Belém, realizados pela empresa Condor Sindicato, chegando a ter seis empresas nele funcionando regularmente (FRANKLIN, 2005; 2008). O historiador Adalberto Franklin cita as memórias de um cronista Carolinense que nos ajudam a entender como era intensa circulação tanto de passageiros quanto de cargas que passavam pelo aeroporto de Carolina: [...] houve tempo em que ela [a aviação] quase tudo nos trazia. Até sal aqui chegava nos aparelhos que levavam carne dos nossos bois e o seu couro. Como nos foram úteis os “Curtis-comando”! E os prestimosos “DC-3” da VARIG, da VASP e da Cruzeiro que nos levavam onde queríamos ir, que nos traziam jornais e as últimas piadas cariocas! Os queridos aviões que nunca mais nos deixaram isolados do mundo! (CARVALHO, [s.d.], p. 16 Apud. FRANKLIN, 2008, p. 85-86)

<sup>41</sup> A palestra, cujo tema era *civismo*, aconteceu em abril de 1931. Podemos encontrar seu registro no jornal *Vida Escolar*, pertencente ao estabelecimento de ensino em que o militar conferenciou. Cf. *Vida Escolar*. Carolina. 31 de março de 1932, p. 02

Carolina contava com mais três: o *Colégio Educandário Nossa Senhora da Piedade*, administrado por freiras franciscanas, o *Colégio Progresso* e o *Instituto Renascença*. Este último, além de funcionar em regime de internato, semi-internato e externato, oferecia os cursos primário, secundário e médio, cuja grade curricular abrangia diversas disciplinas que iam da Caligrafia e noções de contabilidade até o “Estudo progressivo e completo de português, arithimética, Geographia, Corographia, História Natural, História Pátria, Francez, Cartographia, Recita e Desenho [sic]”<sup>42</sup>. Além disso, possuía um curso infantil destinado a atender crianças de 3 a 6 anos e dois cursos noturnos: um de escrituração mercantil e outro de Português e Matemática. Estas escolas eram fundadas por intelectuais carolinenses ou de cidades próximas, como Balsas, que haviam concluído seus estudos em Belém ou em outras capitais do país e retornavam à cidade<sup>43</sup>.

Quanto à produção jornalística, circulavam em Carolina alguns hebdomadários que mesclavam em suas páginas conteúdo noticioso, literário e político. Na primeira década do século XX entram em circulação *A Sineta* (1919), *O Tocantins*<sup>44</sup> (1914) e *A Tarde* (1915). Nos anos seguintes surgem *O Jornalzinho* (1931) e o *Vida Escolar*, publicado mensalmente pelo *Instituto Renascença*, em que colaboravam seus professores e alunos dos diversos níveis escolares. Os demais eram publicados quinzenalmente.

Além de artigos concernentes à conjuntura política e social de Carolina, estes jornais procuravam dar conta da agenda política da capital maranhense e do cotidiano político dos municípios sob a influência do Tocantins, tanto os paraenses, quanto os do norte de Goiás. Também era comum serem encontradas matérias replicadas de jornais paraenses, do Rio de Janeiro, Ceará e Bahia, além de notícias internacionais. Parte desse material chegava graças a uma estação de radiotelegrafia, extremamente importante, posto que possibilitava a Carolina uma linha de comunicação, ainda que precária<sup>45</sup>, com São Luís, com as localidades do sertão

---

<sup>42</sup> *Vida Escolar*. Carolina. 29 de janeiro de 1932, p. 02

<sup>43</sup> O diretor do Instituto Renascença, César Marques estudou em Salvador, na Bahia. Cf. *Vida Escolar*. Carolina. 31 de março de 1932;

<sup>44</sup> Eloy Coelho Neto afirma em seu trabalho sobre a história do Sul do Maranhão que o proprietário do jornal *O Tocantins*, Elpídio Moreira, seria dono também do *Instituto Renascença*. No entanto, um resumo da fundação deste estabelecimento de ensino, publicado em março de 1932 pelo jornal a ele vinculado se refere aos professores José Queiroz e César Freire como seus fundadores, sendo o primeiro mencionado como fundador de *O Tocantins*. Cf. NETTO, 1979; *Vida Escolar*. Carolina. 31 de março de 1932, p. 01; *Vida Escolar*. Carolina. 30 de abril de 1932, p. 02

<sup>45</sup> A título de exemplo, o jornal *A Tarde* publicava um edital intitulado *Correios e Telégrafos* em que se reclamava da morosidade dos serviços postais que vinham da capital até Carolina, mormente na época das chuvas, quando as já precárias vias de ligação entre a capital e o sertão tornavam-se praticamente intrafegáveis, prejudicando principalmente os comerciantes que se aventuravam em adquirir gêneros em São Luís. As condições de tráfego nas estradas para o interior, assim como os salários exíguos desencorajam os chamados estafetas “uma vez que com essa profissão só se encontra trabalho, muita responsabilidade e nenhum lucro”. As viagens eram feitas a galope. Cf. “Correios e Telégrafos”. In. *A TARDE*. Carolina. 05 de janeiro de 1936, p. 01.

maranhense e goiano que também possuíam o telégrafo, e com as cidades tocantinas, como Belém e Marabá, com as quais Carolina mantinha intenso fluxo comercial. Outrossim, não era raro os condutores das embarcações que singravam o Tocantins fazerem uso do telégrafo para comunicarem atrasos, geralmente ocasionados por imprevistos ocorridos durante a transposição das cachoeiras<sup>46</sup>.

É também nas páginas desses jornais que vamos encontrar alguns debates em torno das tentativas de dispor das possíveis potencialidades energéticas do rio Itapecuruzinho para abastecer Carolina. O empreendimento foi levado a termo na década de 40 do século vinte, mas os debates em torno de sua construção remontam a bem antes. O cerne dos argumentos se nutria justamente da posição já mencionada acima, de Carolina no sertão maranhense. Os articulistas argumentavam que era inconcebível que Carolina, uma cidade de cunho progressista, não tivesse uma usina que a proviesse de iluminação elétrica. Não obstante todos esses sinais de desenvolvimento e progresso, Carolina padecia da ausência de energia elétrica principalmente para a iluminação pública. Dessa forma, este empreendimento reforçaria a imagem de Carolina como um símbolo de progresso para a região dos sertões maranhenses.

Sua construção foi fruto da iniciativa privada, cabendo ao poder público apenas a concessão do usufruto das quedas d'águas do rio Itapecuruzinho. Seu principal proponente foi o comerciante e autodidata Newton Alcides de Carvalho<sup>47</sup>, que também foi responsável pela concepção do projeto da usina. O local escolhido para a edificação foi São João das Cachoeiras, povoado localizado às margens do rio Itapecuruzinho e distante 30 km de Carolina, na estrada entre esta cidade e Riachão - MA, na atual BR-230. Abaixo temos uma imagem produzida no ano da inauguração da usina.

---

<sup>46</sup> Exemplo de telegrama dessa espécie foi um telegrama enviado à redação do jornal *A Tarde* pelo Cel. Juvêncio Dias, avisando que seu motor “Cidade de Carolina” não chegaria à cidade na data prevista por conta da dificuldade de atravessar a cachoeira de Santo Antônio, na altura de Porto Franco: “PORTO FRANCO, 11 – Dificuldade passar Santo Antônio alterou dia marcado chegada ahi. Pode avisar intermédio suas colunas chegaremos segunda-feira manhã [sic]” Cf. *A TARDE*. Carolina. 12 de janeiro de 1936, p. 01.

<sup>47</sup> Newton Alcides de Carvalho nasceu em Carolina – MA em 26 de julho de 1900 e faleceu em 25 de outubro de 1969 em decorrência de um acidente de automóvel. Após a conclusão do curso ginásial, estudou por conta própria matemática, física e engenharia. Além das atividades comerciais, lecionou matemática e escrituração mercantil em sua cidade natal. Além da hidrelétrica de Itapecuruzinho, contribuiu para a construção de um engenho de açúcar que abasteceu a cidade até 1938. Após transferir-se para o estado de Goiás, participou da construção de duas usinas hidrelétricas, a de Santa Cruz de Goiás e outra no município de Anicuns – GO, além de contribuir para os projetos das hidrelétricas de Campos Belos e Babaçulândia que não chegara a ser construídas. Para mais informações Cf. CARVALHO, 2011

**Figura 6: Casa de Força da hidrelétrica de Itapecuruzinho – Carolina/MA, em 1940**



Fonte: CARVALHO & CARVALHO, 2015.

Por trás da casa de força pode ser visto o ducto que transportava a água das cachoeiras para movimentar a turbina que gerava energia para a usina. Ao fundo, podemos ver um dos postes que compunham a linha de transmissão com a finalidade de transportar a energia até Carolina. O próprio levantamento dessa linha de transmissão mostrou-se bastante problemático nem tanto pelos 30 km de distanciavam a hidrelétrica a Carolina, mas pelas condições acidentadas da topografia e pela ausência quase total de uma estrada de rodagem que facilitasse a execução da linha de alta tensão. A tentativa inicial de solucionar o problema foi a de solicitar ao piloto da empresa aérea Condor que fazia a rota de hidroavião entre Belém, Floriano e Carolina que sobrevoasse a área em que a linha seria implantada e lançasse pequenos sacos de areia entre as distâncias em que os postes seriam levantados. A ideia foi abandonada quando Newton carvalho conseguiu o empréstimo de um teodolito deixado em Carolina por uma equipe de técnicos que fizeram em 1910, os estudos de viabilidade de implantação de uma ferrovia que iria de Pirapora – MG a Belém – PA, passando por Carolina – MA (CARVALHO &

CARVALHO, 2015). A ferrovia deveria ser construída em 1911, mas o projeto nunca saiu do papel<sup>48</sup>.

Em seguida, podemos ver a estrutura atual do que foi a casa de força da hidrelétrica de Itapecuruzinho. A imagem nos interpela quase que como um contraponto à construção original:

**Figura 7: Casa de Força da hidrelétrica de Itapecuruzinho – Carolina/MA**



Fonte: Acervo da pesquisa, (2018).

A imagem acima denuncia que tal qual se encontra atualmente, a casa de força da usina de Itapecuruzinha guarda pouquíssima relação com o prédio que fora construído em 1940. A escadaria ao lado esquerdo inferior da fotografia, assim como a barraca construída improvisadamente para a venda de lanches foram acrescentadas à construção para o acesso e comodidade dos banhistas. O prédio todo sofreu intervenções que o descaracterizaram, como a substituição das telhas originais por peças de amianto, a inserção de uma calçada, o rearranjo de seu espaço interior para a acomodação de uma cozinha e a diminuição das janelas frontais, cujo acabamento mal-feito nos salta aos olhos como indicativo de descaso com o patrimônio

---

<sup>48</sup> Mesmo que a tentativa de construção desta linha férrea tenha soçobrado, o esforço e o gasto para a produção de um estudo dessa envergadura mostra a preocupação em tornar a região mais permeável à circulação de pessoas e escoamento de mercadorias. A respeito disso, há um interessante relatório produzido pelo engenheiro J. Palhano de Jezús que compôs a equipe que fez o estudo do trecho que contornaria os rios Itapecurú e Tocantins. Este trabalho encontra-se disponível nos arquivos digitais da biblioteca Pública Benedito Leite, em São Luís – MA. Cf. JEZÚS, 1910.

histórico e cultural que a cidade possui. As cadeiras vermelhas, entre a casa de força e a cachoeira apontam para o fato de que prédio tornou-se um elemento des-locado do lugar, mais procurado por sua balneabilidade do que pela história que comporta. A casa de força, quase que plenamente desfigurada, é um elemento presente aos olhos dos banhistas, mas invisível à sua percepção, pelo simples fato de que ninguém pergunta por ela.

A seguir temos a imagem das cachoeiras do Itapecuruzinho, cuja força era aproveitada pela turbina Francis da usina:

**Figura 8: Cachoeiras do Itapecuruzinho**



Fonte: Acervo da pesquisa, (2018).

Em 1938 Newton Carvalho dirigiu-se ao Rio de Janeiro com a finalidade de estudar a viabilidade da usina junto à companhia alemã Siemens, assim como negociar a compra do maquinário necessário à sua construção. Quando retornou a Carolina, em 1939, registrou na Junta Comercial do Maranhão a firma da *Hidrelétrica Itapecuru Ltda*, com um capital de 340 contos de réis que foi dividido com mais 14 sócios.

Adquirido o maquinário, cabia a sua transferência até Carolina. Dado o isolamento da região em relação ao restante do país, posto não haver estradas carroçáveis que interligassem o

Sul Maranhão ao Sudeste do país<sup>49</sup>, o equipamento foi embarcado em um vapor que o transportou até Belém. Na capital paraense o maquinário foi transferido para dois barcos-motores pertencentes à Empresa de Navegação Tocantins-Araguaia que o transportou em uma difícil viagem de 45 dias pelo rio Tocantins até o porto de Carolina.

Além da transposição de algumas cachoeiras, incluindo a de Itaboca, onde atualmente encontra-se a hidrelétrica de Tucuruí, o traslado do equipamento foi marcado por um incidente que quase levou a perder o empreendimento ilustrando os percalços que as viagens pelo Tocantins impunham aos navegantes. No momento em que as máquinas eram reembarcadas, na altura da cachoeira de Santo Antônio, em um lugar conhecido como “Descarreto” – atual Itaguatins - TO<sup>50</sup>, nas proximidades de Porto Franco – MA, um dos transformadores caiu no rio sendo necessário um esforço tremendo para localizá-lo nas profundezas da água e soerguê-lo à superfície.

---

<sup>49</sup> Sá Vale menciona que na década de 1940 que as viagens entre o Maranhão e o resto do país só podiam ser feitas de avião ou por meio marítimo e fluvial (SÁ VALE, 1944).

<sup>50</sup> Itaguatins foi inicialmente chamada de *descarreto* porque as embarcações, seja as que provinham do Pará, seja as que desciam de Goiás ou do sertão maranhense, eram obrigadas a descarregar parte das mercadorias e conduzi-las pela parte terrestre do trecho das cachoeiras, enquanto os barcos, mais leves, tentavam transpor sem danos, as difíceis corredeiras, para reembarcar a carga mais adiante. Posteriormente, em 1917, o povoado passou a ser chamado de Santo Antônio da Cachoeira em referência à fazenda em redor da qual ele surgiu. Em 1943, pelo Decreto-Lei Estadual n. 8.305, seu nome foi mudado para Itaguatins, a partir da cópula do termo tupi *ita* (pedra) com as sílabas *gua* e *tins*, respectivamente, em referência à terceira e última sílabas dos rios Araguaia e Tocantins. Nos dias atuais, há um bairro desta cidade que se chama Descarreto. Para mais informações Cf. [www.itaguatins.to.gov.br](http://www.itaguatins.to.gov.br); <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/tocantins/itaguatins.pdf>.



**Figura 9: Motor que transportou a primeira remessa dos equipamentos da usina de Itapecuruzinho em fevereiro de 1940.**



Fonte: CARVALHO & CARVALHO, 2015.

Já em Carolina, o equipamento foi transportado até o lugar escolhido para a construção da usina em pequenos caminhões, posto que as estradas eram muito precárias e não comportavam veículos de grande porte.

As obras aconteceram entre 1939 e 1940. Entre estes dois anos, o Brasil contava com uma capacidade instalada de aproximadamente 1.044,738 MW divididos em 884,570 MW (85%) gerados por 738 hidrelétricas e 160,16 MW (15%) produzidos por 637 termelétricas (BERENHAUSER JÚNIOR, 1970). Parte considerável destas usinas concentrava-se na região sudeste, mormente nos estados de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro cujo desenvolvimento industrial e urbanização impulsionavam demandas crescentes por energia para iluminação pública e residencial, abastecimento de fábricas e fornecendo tração para os bondes da capital federal, que na época era o Rio de Janeiro. O início do funcionamento da usina de Itapecuruzinho, em 1941 iria acrescentar a este montante cerca de 110 kw, transportados por uma linha de transmissão de aproximadamente 30 km, até uma subestação localizada em Carolina que, por sua vez se encarregava de fazer a distribuição para as redes pública e residencial.

Se pousarmos o olhar sobre a fotografia acima (Figura 08), entenderemos o motivo pelo qual este local específico do rio Itapecuruzinho foi escolhido pelo comerciante para erigir o empreendimento. O intuito de Newton Carvalho era aproveitar a força motriz gerada por duas cachoeiras de aproximadamente 11,5m e 8 m de altura, respectivamente. Uma delas, a maior, pode ser vista no canto superior da imagem, à direita. O projeto previa que a vazão destas quedas d'água acionasse uma turbina Francis<sup>51</sup> (Figura 10) que seria instalada na casa de força, que pode ser vista ao centro da imagem. As árvores no canto superior esquerdo escondem a outra cachoeira também necessária à movimentação da turbina

**Figura 10: Turbina Francis de 110 Kw da usina de Itapecuruzinho.**



Fonte: Acervo de pesquisa (2018).

Até aquele momento, a experiência de energia elétrica de Carolina provinha das instalações de uma usina de descaroçamento de algodão, cujo gerador conseguia fornecer iluminação para algumas ruas adjacentes ao estabelecimento. A iluminação pública da cidade, como um todo, no entanto, dependia de lampiões à querosene, instalados em 1920. Assim

---

<sup>51</sup> A turbina Francis começou a ser desenvolvida em 1849 pelo engenheiro norte-americano James Francis e construída em 1873 pela VOITH, empresa alemã de engenharia, passando por diversos aperfeiçoamentos. Dada a sua flexibilidade e alto grau de eficiência em cobrir um vasto campo de rotações específicas, estas turbinas hidráulicas são largamente utilizadas em usinas hidrelétricas, inclusive no Brasil. Por conta dos ajustes sofridos ao longo dos anos, as turbinas atuais podem gerar quantidades de energia superiores a 750 MW com aproveitamento de quase 92%. Os modelos fabricados entre 1930 e 1950 possuíam rendimento inferior a 85%. A turbina empregada na usina de Itapecuruzinho, por exemplo, tinha um rendimento de 75%. No Brasil dentre as hidrelétricas que funcionam com turbinas deste tipo estão as de Tucuruí, Itaipú, Furnas, Foz da Areia e Xavante. Fora do Brasil podemos citar a hidrelétrica de Três Gargantas, na China e a de Omkareshwar, na Índia. Cf. DOS SANTOS et. al.; CARVALHO, 2011.

também eram todas as outras cidades do Sul do Maranhão<sup>52</sup>. O médico Júlio Paternostro, ao passar pela região, subindo o Tocantins de Belém até Goiás, entre maio e setembro de 1935 - portanto quatro anos antes da construção de Itapecuruzinho - escrevia em seu diário que as únicas cidades ao longo do médio Tocantins abastecidas por energia elétrica eram Boa Vista do Tocantins, atual Tocantinópolis, a jusante de Carolina, e Marabá - PA. Essa energia era fornecida por locomóveis<sup>53</sup> (PATERNOSTRO, 1945).

Todavia, a euforia inicial deu lugar a uma série de problemas financeiros enfrentados pela **Hidrelétrica Itapecuru Ltda**, dentre os quais se sobressaia a inadimplência, tanto dos consumidores residenciais quanto do poder público. Dessa forma, Newton Carvalho decidiu abandonar o empreendimento. Vendeu sua quota na empresa e, em 1944, dirigiu-se com a família para o estado de Goiás, onde contribuiu para a construção da hidrelétrica de Santa Cruz de Goiás, em 1953 (CARVALHO, 2011).

Com o tempo, a demanda por energia começou a exceder a capacidade de geração de Itapecuruzinho que, por ocasião dos problemas assinalados acima, não tinha condições de aumentar sua capacidade instalada. Assim, em 1958, a prefeitura de Carolina decidiu comprar a hidrelétrica para expandi-la.

**Figura 11: usina construída ao lado da hidrelétrica de Itapecuruzinho.**



Fonte: Acervo de pesquisa, (2018).

<sup>52</sup> Conforme o pesquisador Adalberto Franklin, na mesma época, a iluminação das ruas de Imperatriz - MA também dependiam do querosene. Cf. (FRANKLIN, 2008).

<sup>53</sup> O locomóvel é uma máquina a vapor instalada sobre rodas não motríveis muito utilizada para fornecer energia elétrica a locais de acesso difícil.

No ano seguinte o patrimônio da usina foi entregue à Companhia Energética do Maranhão (CEMAR) e em 1960 começou a construção de uma hidrelétrica com capacidade para 1.400 kw, ao lado da antiga. A obra foi concluída em 1967 por José Sarney, à época governador do Maranhão. Com a ampliação de sua potência instalada, a nova usina estendeu o fornecimento de energia para mais três cidades além de Carolina, quais sejam, Riachão, Fortaleza do Nogueiras, Balsas e Filadélfia. Esta última que à época pertencia a Goiás e atualmente faz parte do estado do Tocantins, está situada na margem esquerda do rio Tocantins, bem em frente a Carolina. O lugar em que esta hidrelétrica foi construída, transformou-se em um balneário muito conhecido na região e bastante frequentado por turistas. A casa de força e as outras instalações ainda estão lá, mas desativadas e em estado de conservação sofrível. Como podemos depreender a partir da imagem abaixo:

**Figura 12: interior da ampliação da hidrelétrica de Itapecuruzinho.**



Fonte: Acervo de pesquisa, (2018).

O que vemos acima é o interior do que foi a sala de máquinas do prédio construído para ampliar a potência da hidrelétrica de Itapecuruzinho. Ao lado inferior direito jazem os controles dos equipamentos completamente arruinados pela ação do tempo e pelo descuido que

podemos vislumbrar na mistura de óleo e água putrefata que toma conta de todo o compartimento.

No que concerne ao rio Tocantins, no período que decorreu entre final dos anos cinquenta e o primeiro quartel da década de sessenta podemos assistir a um contínuo deslocamento das atividades comerciais e de transporte que tinham no Tocantins sua principal forma de escoamento. Essa mudança de direção começou a delinear-se a partir da construção da rodovia Belém-Brasília<sup>54</sup>, em 1958, cujo término coincidiria com a inauguração da nova capital federal em 1960.

Esta estrada, juntamente com outras<sup>55</sup> que passaram a tracejar o território amazônico, não serviu apenas como condição física de possibilidade para a circulação de mercadorias, mas significou o des-locamento do *modus vivendi* das famílias que organizavam a existência em torno dos rios e viram-se compelidos a adaptar-se à nova lógica trazida pelas estradas. Lógica corporificada principalmente pela velocidade na chegada de seu escoamento e na concorrência dos produtos locais com os manufaturados provenientes do Sul, assim como as correntes migratórias induzidas pela facilidade de acesso à região, visto que “um tráfego relativamente significativo começou então a percorrer a estrada ainda em estado precário” (HÉBETTE, 2004, p. 36).

Nesse sentido concordo com a análise feita pelo historiador Pere Petit que, em seu trabalho de doutoramento afirma que a *integração* desencadeada pela abertura da Belém-Brasília significou muito mais a abertura da região para a entrada e o fluxo de capitais e práticas de especulação fundiária do que uma articulação econômica da região à dinâmica produtiva do país. Em suas palavras: “Uma das principais consequências da construção da Belém-Brasília foram o incremento do interesse pelas terras próximas à rodovia, a grande maioria delas definias como terras devolutas, por parte de setores das elites locais e de outros estados do país” (PETIT, 2003, p. 73).

Jean Hebette faz afirmações que corroboram o argumento supracitado. Os resultados de suas pesquisas mostram que entre 1960 e 1970, o livre acesso às áreas devolutas pertencentes à região de Imperatriz, no Maranhão, inicialmente ocupadas pelos migrantes, em sua maioria nordestinos, foi rapidamente dando lugar ao latifúndio. Em 1976, mais de um quinto das terras

---

<sup>54</sup> Em 1960 a Belém-Brasília – cujo nome oficial é Bernardo Sayão – ainda possuía trechos de piçarra, tendo sua pavimentação concluída em 1973. Nos treze anos que transcorreram até esta data, a estrada teve seu traçado reduzido, o perfil corrigido e sofreu alargamento (HÉBETTE, 2004).

<sup>55</sup> Neste mesmo ano também é inaugurada a rodovia Cuiabá-Porto Velho. Enquanto esta última procurava ser um eixo de articulação para a porção meridional da Amazônia, a primeira, por seu turno, ao rasgar longitudinalmente a fímbria da floresta no sentido Norte-Sul, integrou, mesmo de maneira precária, inicialmente, os mercados dinâmicos do resto do país à parte oriental da Amazônia brasileira.

pertencentes a este município forma declaradas no INCRA como sendo de propriedade de indivíduos não naturais à região (HEBETTE, 2004). Essa concentração fundiária, além de expropriar pequenos proprietários que se estabeleciam às margens das estradas e viviam de uma agricultura de subsistência, ocasionou diversos conflitos em torno da posse da terra, naquela região, tendo no recrudescimento da prática da grilagem um de seus pontos críticos<sup>56</sup>. Além dos problemas fundiários, os municípios atravessados pela Belém-Brasília enfrentaram o adensamento populacional. Imperatriz, por exemplo, teve seu índice populacional aumentado em 112%, ao passo que o Tocantins – na época extremo Norte de Goiás – crescia 61% (HEBETTE, 2004)<sup>57</sup>.

No século XX, a força indômita das águas caudalosas do Tocantins deixa de ser um entrave para tornar-se energia. Dada a sua localização estratégica em relação aos mercados consumidores da região Nordeste, somada à sua alta potencialidade hidrelétrica, a região abarcada por este rio tornava-se prioritária para a construção de empreendimentos hidrelétricos (ANA, 2005). De “estrada líquida” passou a “jazida energética”. Ademais, as concentrações de empreendimentos hidrelétricos em regiões próximas ao Norte do Tocantins, Sudoeste do Maranhão e Sudeste do Pará possuem uma lógica. Por um lado, tem em vista o abastecimento das indústrias de mineração localizadas nessas regiões<sup>58</sup> e atender à demanda do centro-sul do país. Por outro, lado que o potencial hidráulico das regiões Sul, Sudeste e Nordeste encontra-se quase totalmente exaurido (ANEEL, 2008; ANA, 2005) os projetos de produção de energia elétrica de proveniência hidráulica tendem a concentrar-se na região amazônica, cujos rios concentram mais da metade do potencial hídrico a ser explorado no Brasil, em especial no Tocantins, Araguaia, Xingu, Madeira e Tapajós (ANA, 2005; EPE, PNE 2030, 2007; ANEEL, 2008; FERREIRA, 2014)<sup>59</sup>.

---

<sup>56</sup> Em trabalho no qual mapeou minuciosamente os diversos focos de grilagem no Sul do Maranhão, Vitor Asselin afirma que a prática da grilagem naquela região tomou impulso vertiginoso após a abertura da Belém-Brasília, mormente após seu asfaltamento. Pesquisando em cartórios da região, encontrou diversas falsificações documentais que datavam de 1956 e foram-se multiplicando conforme as frentes de construção da estrada iam avançando. Cf. ASSELIN, 1982.

<sup>57</sup> Em 1960 a população urbana de Imperatriz – MA era de 8.967 habitantes; dez anos depois esse número saltou para 34.709 habitantes. Cf. HEBETTE, 2004.

<sup>58</sup> No caso de Tucuruí, por exemplo, 1/3 de da energia produzida por esta usina é destinado à indústria de Alumínio. Cf. SIEBEN&CLEPS JÚNIOR, 2012.

<sup>59</sup> Dados da ANEEL estabelecem 53,4%, correspondentes a 134.184 MW (a bacia Tocantins-Araguaia contém 28.035 MW). Em pesquisa publicada em 2014, FERREIRA et. al., menciona 50,2%. Airton Sieben argumenta que um outro fator para esse deslocamento, encontra-se no fato de as populações das Regiões Sul e Sudeste encontrarem-se mais organizadas para resistir e negociar com as empresas e que a valorização das terras nessas regiões acabou elevando o custo das indenizações. Cf. SIEBEN&CLEPS JÚNIOR, 2012.

No que tange à bacia do Tocantins-Araguaia a questão é ainda mais séria, visto que 92% dos 15.800 MW<sup>60</sup> de potencial ainda estimado apresenta diversas possibilidades de impactos ambientais e sociais. Os inventários produzidos por agências ligadas ao Ministério de Minas e Energia (MME) indicavam que 43,7% desse potencial apresentava possibilidade de interferência direta em terras indígenas e 9,6% impactariam diretamente as cidades adjacentes a estes rios (EPE, 2007). Por outro lado, estes mesmos órgãos governamentais sustentam em seus estudos que existe uma relação direta e causal entre o desenvolvimento econômico do Brasil e a construção de usinas hidrelétricas (EPE, PNDE 2030, 2007, p. 195). O EIA/RIMA da hidrelétrica de Estreito ampara-se nessa proposição e a eleva ao nível de axioma. Esse ideário, sempre acompanhou as justificativas para a construção de hidrelétricas, pelo menos, no que tange à região amazônica. Ele pode ser encontrado nos documentos e estudos produzidos pelo governo, mas também o vemos em manchetes de jornais, artigos e no discurso de indivíduos cuja relevância intelectual ou política imprimem peso à sua argumentação.

Esses discursos procuram corroborar-se em estatísticas, estudos de viabilidade e indicadores econômicos e sociais. No entanto, todo o discurso técnico, descarna o processo, como se ele fosse mecânico, uma espécie de movimento regido por leis de causa e efeito – efeitos positivos que devem ser enfatizados *ad nauseam* e efeitos negativos que não precisam ser mencionados e exigem um esforço mínimo de mitigação, como se fossem um “preço justo” a ser pago pelas populações “contempladas” pelo “progresso” que estes empreendimentos trazem.

---

<sup>60</sup> O Tocantins possui 5.918 MW (52,4%); o Araguaia 2.699 MW (23,9%). Os afluentes respondem pelo restante.

## CAPÍTULO 2: A HIDRELÉTRICA DE ESTREITO SE SEU LUGAR NO RIO TOCANTINS.

Um rio quando barragem  
tem a espinha quebrada,  
vira um rio paralítico  
feito um animal vivo  
que morreu só a metade:  
a outra metade viva pulsando  
solta, como veia aberta a foice...  
Um rio quando barragem anoitece  
as manhãs que cultivava..

(“O porto submerso”, Pedro Tierra)<sup>61</sup>

A bacia hidrográfica do Tocantins-Araguaia desde a década de 1970, vem sofrendo intensa ocupação por projetos de infraestrutura energética cujo processo de construção tem modificado radicalmente a paisagem social e ambiental da região, especialmente a dos municípios lindeiros a estes empreendimentos. Esse devassamento vem ocasionando um intenso debate entre os proponentes destes projetos aglutinados em torno de órgãos governamentais das diversas esferas estatais, instituições públicas que em tese agiriam como mediadoras e fiscalizadoras dessas iniciativas como a FUNAI, o IBAMA e o Ministério Público Federal e Estadual. Além dessas instituições, também integram esse debate as populações que de alguma forma se encontram na linha de impacto dessas construções, em especial aquelas cujo modo de vida está diretamente relacionado ao rio, como pescadores, ribeirinhos, vazanteiros e comunidades indígenas, cujas terras não apenas foram alagadas, mas também atravessadas pelas linhas de transmissão necessárias ao transporte da energia oriunda das hidrelétricas para as estações de força.

Essas populações atingidas são, via de regra, amparadas pelo Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB); por instituições ligadas à igreja católica e diretamente engajadas nas lutas do campo como o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e por organizações não-governamentais envolvidas com a causa indígena, como o Centro de Trabalho Indigenista (CTI).

No que concerne especificamente ao rio Tocantins, como nos mostram o mapa e a figura abaixo, entre 1975 e 2012, foram construídas sete usinas hidrelétricas e ainda há diversos

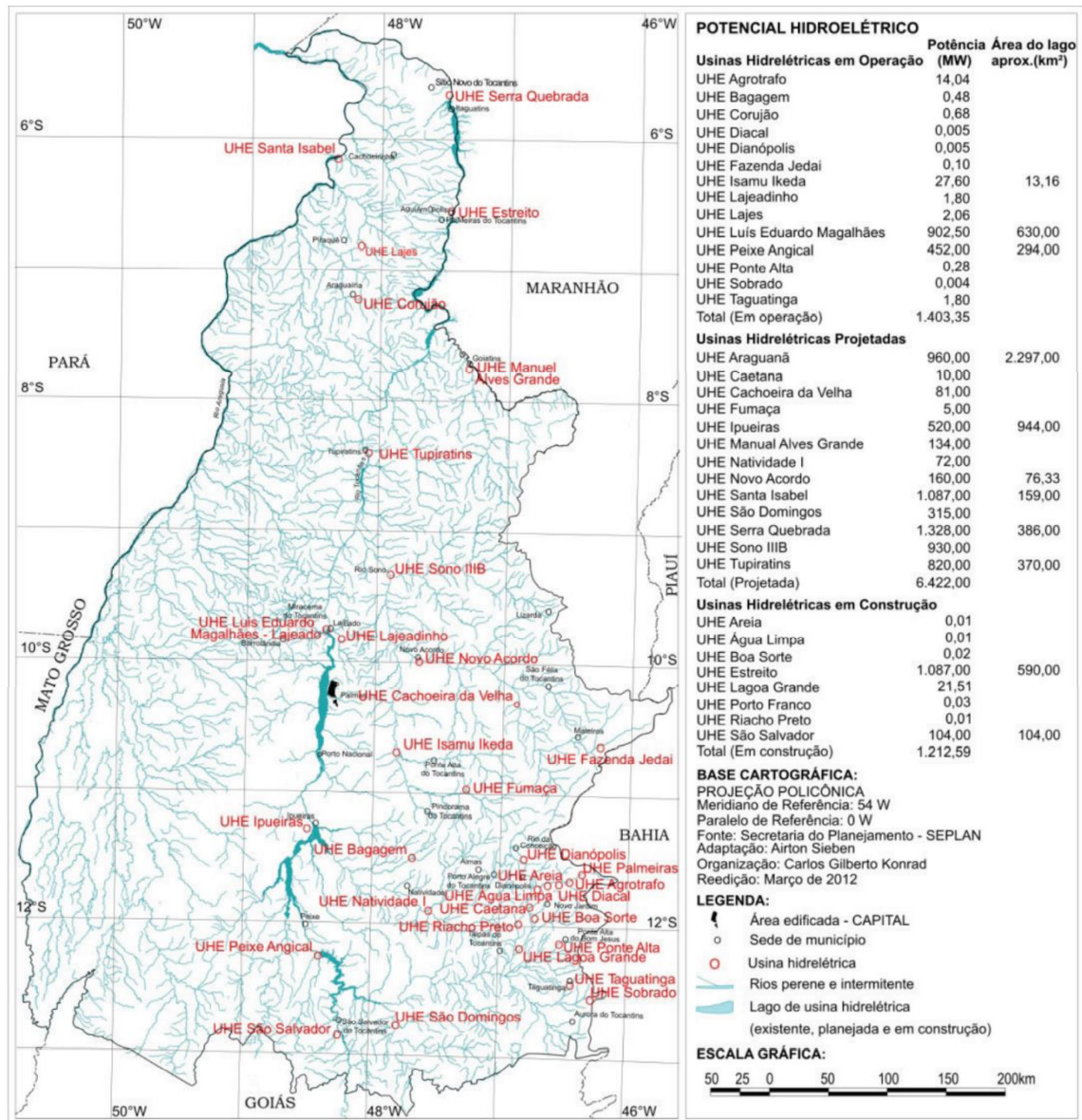
---

<sup>61</sup> Pedro Tierra é um poeta nascido em Porto Nacional - TO, uma das cidades históricas do estado do Tocantins que mais foram impactadas pela construção da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães, no rio Tocantins. Cf. TIERRA, 2005.



projetos em fase de estudo para serem implantados no rio. A hidrelétrica de Estreito, inaugurada em 2012, é a mais recente delas.

Mapa 1: Potencial hidrelétrico do Rio Tocantins e usinas já existentes.



Fonte: SEPLAN, 2008. Adaptado por SIEBEN e KONRAD,

No mapa supramencionado a hidrelétrica de Estreito aparece ainda na listagem das usinas em construção. Mas a escolha de sua inserção aqui, justifica-se pelo acuro técnico com que foi elaborado, posto que nos permite vislumbrar a quantidade de empreendimentos hidroenergéticos propostos só para o rio Tocantins, sem contar seus afluentes, reforçando o argumento de que o rio é pensado maiormente como uma jazida energética.

A imagem a seguir possui inclinação menos técnica, posto que se trata de uma pintura em cuja elaboração permitimo-nos a esquivar de coordenadas cartográficas precisas. Sua presença no texto tem a intenção de convidar o leitor a uma experiência um tanto mais estética da *de-formação* que a construção de hidrelétricas impõem ao leito dos rios, em especial ao

Tocantins, que tem tomado um aspecto de grande escadaria, de um rio seccionado por lagos. O mapa acima, não obstante sua precisão, não serve como condição de possibilidade para esta perspectiva.

Figura 13: Hidrelétricas instaladas nos rios Tocantins e Araguaia.



Fonte: Pintura feita a partir de dados fornecidos pelo pesquisador, (2020)

Pousando o olhar sobre a imagem acima (figura 12) e acompanhando a descida do rio, a usina mais próxima à sua nascente é a de Serra da Mesa, construída entre 1982 e 1997. Em seguida encontra-se Cana-Brava, cujas obras transcorreram entre 1999 e 2002. Ambas se localizam no Alto Tocantins, no norte do Estado de Goiás. Continuando a descer o rio, agora em seu curso médio e já no estado batizado com seu nome, deparamo-nos com mais três usinas: São Salvador, erguida entre 2001 e 2009 entre as cidades de São Salvador do Tocantins e Paranã, foi a primeira hidrelétrica levada a termo pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Logo abaixo está a usina de Peixe Angical, construída entre 2002 e 2006 entre os municípios de Peixe, São Salvador do Tocantins e Paranã. Depois encontramos entre os municípios de Lajeado e Miracema do Tocantins, a hidrelétrica de Luíz Eduardo Magalhães, mas conhecida como usina de Lajeado, cujas obras iniciaram em 1998 e terminaram em 2002. No trecho do rio que limita o estado do Tocantins ao Maranhão foi erguida a hidrelétrica Estreito, entre as cidades de Aguiarnópolis (TO) e Estreito (MA). As obras civis ocorreram entre 2007 e 2010, quando foi iniciado o enchimento do lago e a primeira turbina começou a funcionar. Todavia, sua inauguração só aconteceu em 2012 e os rumores acerca de sua implementação, assim como os conflitos e debates em torno de sua construção tiveram início nas regiões norte do Tocantins e do Sul do Maranhão já em 2004, como será abordado em seguida.

Por fim, já no baixo Tocantins, no estado do Pará, encontra-se a primeira construção hidrelétrica de grande porte erigida naquele rio: a usina de Tucuruí, localizada na cidade de mesmo nome. Foi construída no período do regime civil-militar, entre 1975 e 1984, a menos de 400 km da foz do rio Tocantins. Juntamente com as usinas de Serra da Mesa e Peixe Angical, Tucuruí foi construída sob o modelo de grande reservatório, que permite a acumulação de água do rio tornando a geração da usina menos dependente da vazão do rio, enquanto as demais foram projetadas para operar a fio d'água, isto é, suas turbinas são movidas diretamente pela força da correnteza do rio, sem a necessidade de um grande reservatório.

A tabela abaixo esboça os empreendimentos hidrelétricos supracitados com as empresas proponentes e o universo de atingidos:

**TABELA 1: Hidrelétricas instaladas no rio Tocantins (1974 – 2012).**

UHE	Estados e Cidades atingidas.	Período	Potência (MW)	Empreendedor	Área Inundada (km²).	Atingidos	Deslocados	População Indígena
Tucuruí	<b>Pará</b> Tucuruí, Jacundá e, Rondon do Pará Itupiranga	1975 a 1984	8.370	Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A – BRASIL <ul style="list-style-type: none"> <li>• Eletronorte (100%)</li> </ul>	3.014	40.000	6.000 famílias	Parakanã, Gavião Parketejê, Asurinim do Tocantins, Krhikati, Gajajara
Serra da Mesa	<b>Goiás</b> Colinas do Sul. Minaçu, Cavalcante, Campinorte, Campinaçu, Uruaçu, Niquelândia, Barro Alto, São Luíz do Norte.	1998	1.275	CPFL Paulista – BRASIL <ul style="list-style-type: none"> <li>• CPFL Energia (63,0%)</li> <li>• VBC – Camargo Corrêa (37,0%)</li> </ul>	1.784	3.000 famílias	6.800 pessoas	Avá-canoeiros (3.000 ha inundados).
Luís Eduardo Magalhães (Lajeado)	Tocantins Miracema do Tocantins, palmas, Lajeado, porto Nacional, Brejinho de Nazaré	1997 a 2001	903	Consórcio Lajeado Energia. – PORTUGAL <ul style="list-style-type: none"> <li>• CEB Lajeado Energia S/A (20%)</li> <li>• EDP Lajeado Energia S/A (73%).</li> </ul> Paulista Lajeado Energia S/A (7,0%)	1.040	4.130	1.239 famílias	Xerente e Funil

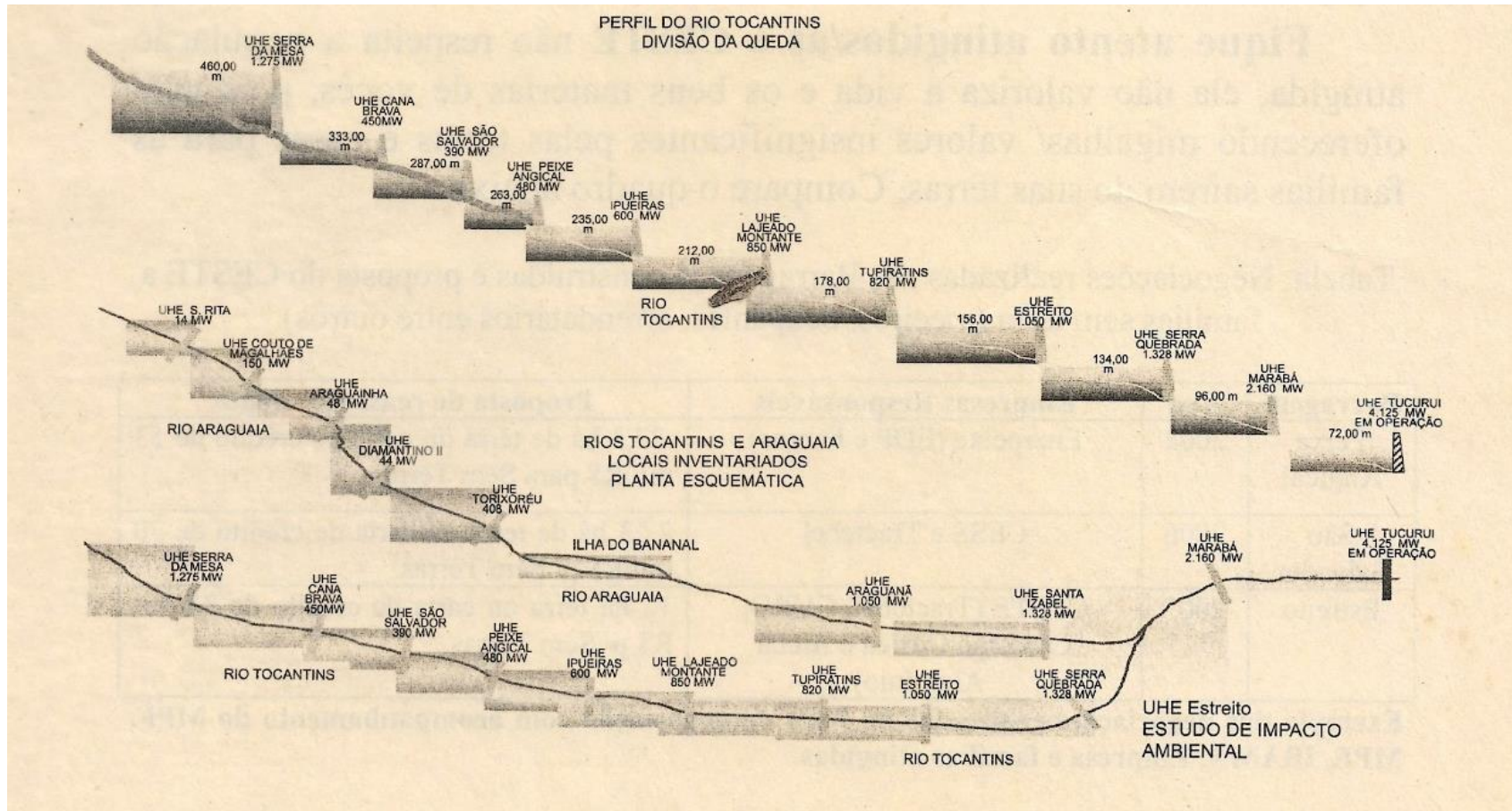
<b>Cana Brava</b>	<b>Goiás</b> Colinas do Sul, Minaçu, Vila do Buriti (43,7%). Limoeiro (comunidade quilombola onde moravam 40 famílias Kalunga – quase todo inundado).	2002	450	Consórcio Companhia Energética Meridional - BÉLGICA.  • Tractbel Energia (100%)	139 a 200	258 famílias (875 pessoas no meio rural e 726 no urbano) – BID  1400 famílias – MAB	258 famílias (BID)  986 famílias (MAB)	Avá-canoeiros
<b>Peixe Angical</b>	<b>Tocantins</b> Peixe, Paraná, São Valério da Natividade, São Salvador do Tocantins. APA corredor ecológico Paraná-Pirineus e mais 15 sítios arqueológicos.	2006	452	Consórcio Enerpeixe S.A. – PORTUGAL  • EDP energias do Brasil (60%) • Eletrobrás Furnas (40%)	294	279 famílias (RIMA)  1.000 famílias (MAB)	-	-
<b>São Salvador</b>	<b>Tocantins</b> São Salvador do Tocantins, Paraná, Vila do Rosário, Palmeirópolis  <b>Goiás</b> Minaçu, Cavalcante	2009	500	Consórcio Energia de São Salvador – BÉLGICA  • Tractbel Energia (100%)	50 a 104	211 famílias (RIMA)  700 famílias (MAB)	-	-
<b>Estreito</b>	<b>Maranhão</b> Estreito e Carolina  <b>Tocantins</b> Barra do Ouro, Goiatins, Itapiratins, Aguiarnópolis, Babaçulândia, Darcinópolis, Filadélfia, Palmeirante, Palmeiras do Tocantins e Tupirantins.	2007 a 2012	1.087	Consórcio Estreito Energia - CESTE  • Engie (40,07%) • Vale (30%) • Alcoa (25,49%) • InterCement (4,44%).	555	1.953 famílias (CESTE); 5.000 famílias (MAB)	2.000 pessoas	Apinajés Krikatis Krahô Gavião-Pykopjê

FONTE: MAGALHÃES, 1994; PEREIRA, 2013; FERREIRA, et. al. 2014; OSAB, 2017; BARRAGENS NA AMAZÔNIA, 2017.

Especialistas afirmam que esta quantidade de usinas acabará por transformar o rio Tocantins em uma escadaria – como ilustra a figura 13 - composta pelos lagos formados por estas barragens (SIEBEN & CLEPS JÚNIOR, 2012; FERREIRA, ET. AL, 2014). Este argumento também foi utilizado pelos militantes do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Quando coordenavam as ações concernentes à ocupação do canteiro de obras da hidrelétrica de Estreito em 2008, os membros do MAB, juntamente com as famílias atingidas que protestavam diante do canteiro de obras da hidrelétrica de Estreito, fizeram circular um panfleto informativo muito semelhante à imagem que comentamos acima (fig. 13). A seguir temos sua reprodução:



**Figura 14: Imagem mostrando que as hidrelétricas transformam rios em lagos gigantescos**



Fonte: MAB, (2006)

Esse aspecto de escadaria parece ser proposital por conta da configuração estrutural do rio Tocantins, que é plano. Dessa maneira, para que sua força mecânica seja transformada em energia elétrica, é necessário que sejam construídos a montante das usinas barragens elevadas que funcionem como aclave para que a vazão do rio tenha a força necessária para mover as turbinas. (PINTO, 2002, pp. 63; 85).

A seguir, debruçar-nos-emos mais detidamente sobre a Usina Hidrelétrica de Estreito – MA/TO.

## 2.1 A Usina hidrelétrica de Estreito

A usina hidrelétrica de Estreito (UHE de Estreito) está localizada no médio curso do rio Tocantins, entre os estados do Maranhão e Tocantins. É possível que o projeto de sua construção remonte aos esforços despendidos pelo governo civil-militar que, logo após o golpe de Estado empreendido em 1964, por meio do Ministério de Minas e Energia (MME), criou comitês com a incumbência de realizar estudos de inventários das principais bacias hidrográficas brasileiras com vistas a subsidiar o planejamento da expansão do parque elétrico nacional<sup>62</sup>. Dessa forma, sob essa lógica, para realizar o mapeamento dos rios amazônicos com vistas a identificar possíveis sítios adequados à produção de energia hidroelétrica, foi criado em 1968 o Comitê Organizador dos Estudos Energéticos da Amazônia (ENERAM). Sob a supervisão da ELETROBRÁS<sup>63</sup>. Em 1976 já havia realizado estudos de viabilidade e

---

<sup>62</sup> A geógrafa Patrícia Rocha Chaves faz menção a isto em sua Dissertação de Mestrado, mas não apresenta uma fonte que convalide sua afirmação. Talvez não seja exagerado supor que a UHE de Estreito seja a renomeação do projeto da hidrelétrica de Carolina, cujo planejamento foi mencionado pelo jornalista e sociólogo Lucio Flávio Pinto em trabalho publicado originalmente em 1981. Alguns anos depois, o também jornalista Marcos Kowarick também cita a mesma hidrelétrica de Carolina que deveria localizar-se entre o Maranhão e o Tocantins, com a potência de 1.200 MW, aproximada à de Estreito que é de 1.087. Na lista de usinas hidrelétricas constantes no Plano 2010, produzido pela Eletronorte em 1987, não figura nenhuma hidrelétrica com este nome prevista para o rio Tocantins. Isso, no entanto, não se apresenta como óbice, posto que na elaboração dos planejamentos do setor elétrico os projetos de usinas são excluídos ou retomados conforme o horizonte decenal em questão. Cf. ELETRONORTE, 1987; PINTO, 1982; KOWARICK, 1995; CHAVES, 2009.

<sup>63</sup> A criação do ENERAM foi motivada pelos resultados obtidos pelo Comitê Coordenador de Estudos Energéticos da Região Centro-Sul, criado em 1963. Sua função consistia em fazer estudos sobre a potência energética dos rios da região Centro-Sul, do mercado consumidor da energia que possivelmente seria produzida e desenvolver um programa de expansão que suprisse essa demanda até 1980. A organização desse comitê resultou das negociações entre o governo brasileiro e o Banco Mundial, com o apoio do Fundo Especial das Nações Unidas em 1962, envolvendo a criação de um consórcio que reunia três empresas de consultoria: duas canadenses, a *Montreal Engineering e Crippen Engineering*; e uma norte-americana, a *Gibbs&Hill*. Este consórcio ficou conhecido como Canambra. Em 1966 seu relatório afirmava que os rios da Região Centro-Sul tinham um potencial hidráulico da ordem de 40.000 MW. Em 1966 deu-se a criação do Comitê Coordenador de Estudos Energéticos da Região Sul (ENERSUL), cujos estudos foram finalizados em 1969; O Comitê Coordenador de Estudos Energéticos da Região Nordeste (ENENORDE) foi criado em 1969 e teve seus estudos concluídos em 1973. Cf. BERENHAUSER JÚNIOR, 1970; LIMA, 1995; VICENTINI, 2004; CARDOSO&MÜLLER, 2008; EPE, 2007; <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/eletronorte>.

inventários dos principais rios da bacia amazônica, dentre os quais contavam o Tocantins, Xingu, Jamari, Tapajós e Cotingo<sup>64</sup> (LEMOS, 2007). A criação da Eletronorte, em 1973, foi uma recomendação do ENERAM.

No entanto, o projeto de Estreito só retornou à agenda prioritária do governo entre os anos 2000 e 2002 quando foi licitada com mais 45 usinas entre 1998 e 2005, que estavam previstas no Plano Decenal 2000/2009 (EPE, 2007; MAGALHÃES FILHO et. al., 2012). Ao custo de 3,6 bilhões de reais<sup>65</sup>, esta usina integrou o grupo de obras do recém-criado Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Planejada para gerar 1.087 MW, energia suficiente para abastecer uma cidade com 4 milhões de habitantes, sua produção está integrada ao sistema Norte/Nordeste e Norte/Sul/ Sudeste de transmissão, o que significa que sua energia pode ser transferida para consumidores de todas as partes do país. A construção desta hidrelétrica ocorreu entre 2007 e 2010.

**Figura 15: Hidrelétrica de Estreito MA/TO**



Fonte: Acervo da pesquisa de campo, (2016).

---

<sup>64</sup> Em relatório do Ministério de Minas e Energia datado de 1971 (Apud. CARDOSO&MÜLLER, 2008 [1977], p. 100) consta que os 26 rios da bacia amazônica inventariados pelo ENERAM, onze apresentaram locais propícios para a produção de energia de matriz hidráulica. Uma publicação da Biblioteca do Exército (BRASIL, 1977) assevera que, além da viabilidade energética, os levantamentos feitos pelo ENERAM tinham em vista mapear as áreas da bacia do Tocantins em que se suspeitava de ocorrência de riquezas minerais. Assim, os estudos da bacia do Tocantins foram ampliados em direção ao trecho de Itacaiúnas, o baixo Araguaia e o trecho de confluência entre este rio e o Tocantins, sendo recoberta uma área correspondente a 708 000 km<sup>2</sup> e 4.560 km de rios.

<sup>65</sup> O Estudo de Impacto Ambiental (EIA) produzido em 2001 previa investimentos na ordem de 2,3 bilhões de reais. O Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) de 2005 estimava o montante de 1.890. 950. 580,00 R\$. Cf. CNEC, 2001; 2005. Em documento fornecido pelo CESTE em 2009 o valor havia sido corrigido para 3.000.000,00. CESTE, 2009.

O volume total de seu reservatório<sup>66</sup> corresponde a 555 km<sup>2</sup>, sendo 400 km<sup>2</sup> referentes às áreas efetivamente inundadas (CESTE, 2009). O aumento do nível do Rio Tocantins provocado pelo barramento inundou 43.532 hectares em que estavam inclusos instalações portuárias, terras agricultáveis, vazantes, áreas urbanas, 26 sítios arqueológicos, 175 hectares do monumento natural das árvores fossilizadas, e áreas de preservação permanente (cerca de 6.600 há). Afetou sensivelmente diversas praias que se formavam no rio Tocantins na época em que as águas baixavam, entre junho e agosto. Essas áreas de lazer foram totalmente recobertas ou tornaram-se praticamente inviáveis para o banho e o turismo. Isso impactou de forma drástica a renda de algumas famílias que tiravam sua renda principal da venda de gêneros nas barracas montadas nas praias. Ademais, houve proliferação de piranhas nas praias artificiais que foram construídas pelo consórcio construtor da hidrelétrica.

Diversas espécies de animais, assim como parte importante da flora do cerrado também foram atingidas pela construção da hidrelétrica e precisaram ser realocadas em outros territórios.

Essa enumeração de impactos ambientais, sociais, culturais e econômicos expostos acima, mesmo que de maneira um tanto sumária, apontam para o caráter dialético do processo de *des (re) territorialização* que a construção da hidrelétrica de Estreito engendrou na região. Gilles Deleuze e Felix Guattari nos ajudam a elucidar a proposição acima. Conforme estes dois intelectuais, “a desterritorialização de um tal plano não exclui uma reterritorialização, mas a afirma como a criação de uma terra por vir” (DELEUZE & GUATTARI, 2010, p. 117), o que nos encaminha à ilação de que a hidrelétrica se territorializou porque encravou-se no rio,

---

<sup>66</sup> A hidrelétrica de Estreito é uma usina “a fio d’água”. Por conta de restrições ambientais e pressões oriundas da sociedade, além de lições amargas aprendidas de empreendimentos como Balbina, boa parte das hidrelétricas destinadas a serem instaladas na região amazônica, tiveram seus projetos refeitos para este tipo de usina. As usinas de reservatório “a fio d’água” são construídas mais próximas à superfície para que suas turbinas possam aproveitar a velocidade do rio para transformar a energia cinética em eletricidade. Por se valerem da vazão do rio, essas usinas prescindem de reservatórios de grandes dimensões o que reduz as áreas a serem alagadas. Isso, no entanto, acaba reduzindo bastante sua capacidade de armazenar energia, reduzindo sua capacidade de produção. As usinas de “acumulação” possuem a vantagem de “estocar” a energia, dando mais segurança de abastecimento, na época das secas, mas o impacto ambiental desencadeado por elas é muito maior do que o das usinas a fio d’água. No que concerne ao rio Tocantins, das sete usinas instaladas, somente três funcionam a fio d’água: Cana Brava, Luís Eduardo Magalhães e Estreito (MA/TO). CF. ANA, 2005; ANEEL, 2008; SANTO ANTONIO ENERGIA, 2012. É interessante mencionar que os técnicos do governo não parecem ser partidários de usinas a fio d’água: “Limitar a operação do reservatório das novas usinas como solução para mitigar impactos ambientais é, também, uma opção que carece de análise a um só tempo mais detalhada e abrangente. Com efeito, a introdução crescente de “usinas a fio d’água” (sem regularização sazonal ou plurianual) no sistema, limitando a ideia de “reserva estratégica” (d’ARAÚJO, 2006), irá requerer maior flexibilidade operativa dos reservatórios existentes, o que significa maior variação de nível, em termos de amplitude e frequência, e, também, maior fluxo de intercâmbio inter-regional. Esse “efeito colateral” da solução contraria as premissas sobre as quais ela se construiu (EPE, Plano 2030, 2007, p. 26)

movimentou por um tempo a economia da região e introjetou-se agressivamente à paisagem. No entanto, a um só tempo, des-territorilizou diversos indivíduos e animais que foram alijados de sua relação com a terra e com o rio. Esse processo não é uma prerrogativa da usina de Estreito, mas é uma constante da implantação de hidrelétricas por todo o mundo cuja articulação subjuga-se à lógica capitalista que destrói para erigir. “o grande movimento do capital, que não cessa de se desterritorializar” para desembocar em um “recomeço contingente de um mesmo processo contingente, com outros lados” (DELEUZE & GUATARRI, 2010, p. 128).

A UHE de Estreito é um exemplo de que “a desterritorialização e a reterritorialização se cruzam no duplo devir” (DELEUZE & GUATARRI, 2010, p. 142): Sua construção implicou em um êxodo compulsório de mais de duas mil famílias<sup>67</sup>, que se viram des-localadas espacial, cultural, social e economicamente, sendo compelidos a reorganizarem suas relações sociais em sítios distantes do rio, cujas casas não reproduzem a disposição vicinal em que viviam; com terras de fertilidade inferior o que os forçou a reaprenderem técnicas de plantio, cultivo e criação de animais. Tornou-se também condição de possibilidade para o des-locamento constante dos indivíduos que não foram de forma alguma indenizados e que se encontram em terras cedidas por terceiros ou em áreas pertencentes ao próprio CESTE, vivendo ao sabor da incerteza e da precariedade. Por outro lado, a própria barragem encontra-se também des-localada na paisagem econômica de Estreito: Emprega funcionários que não são da cidade e produz uma energia que não fica na região.

O grupo de empresas responsável por erigir a hidrelétrica de Estreito é formado pelas seguintes empresas: Engie (40,07%), Vale (30%), Alcoa (25,49%) e a InterCement (4,44%). Em 2002 elas venceram o leilão promovido na bolsa de valores do Rio de Janeiro pela ANEEL, adquirindo a concessão da usina por 35 anos (CNEC, 2005; FERREIRA et. al., 2014). O consórcio composto por estas empresas chama-se Consórcio Estreito Energia (CESTE).

Há que se mencionar que todas as empresas que compõem o CESTE possuem participação em outros empreendimentos energéticos por todo Brasil e pelo mundo

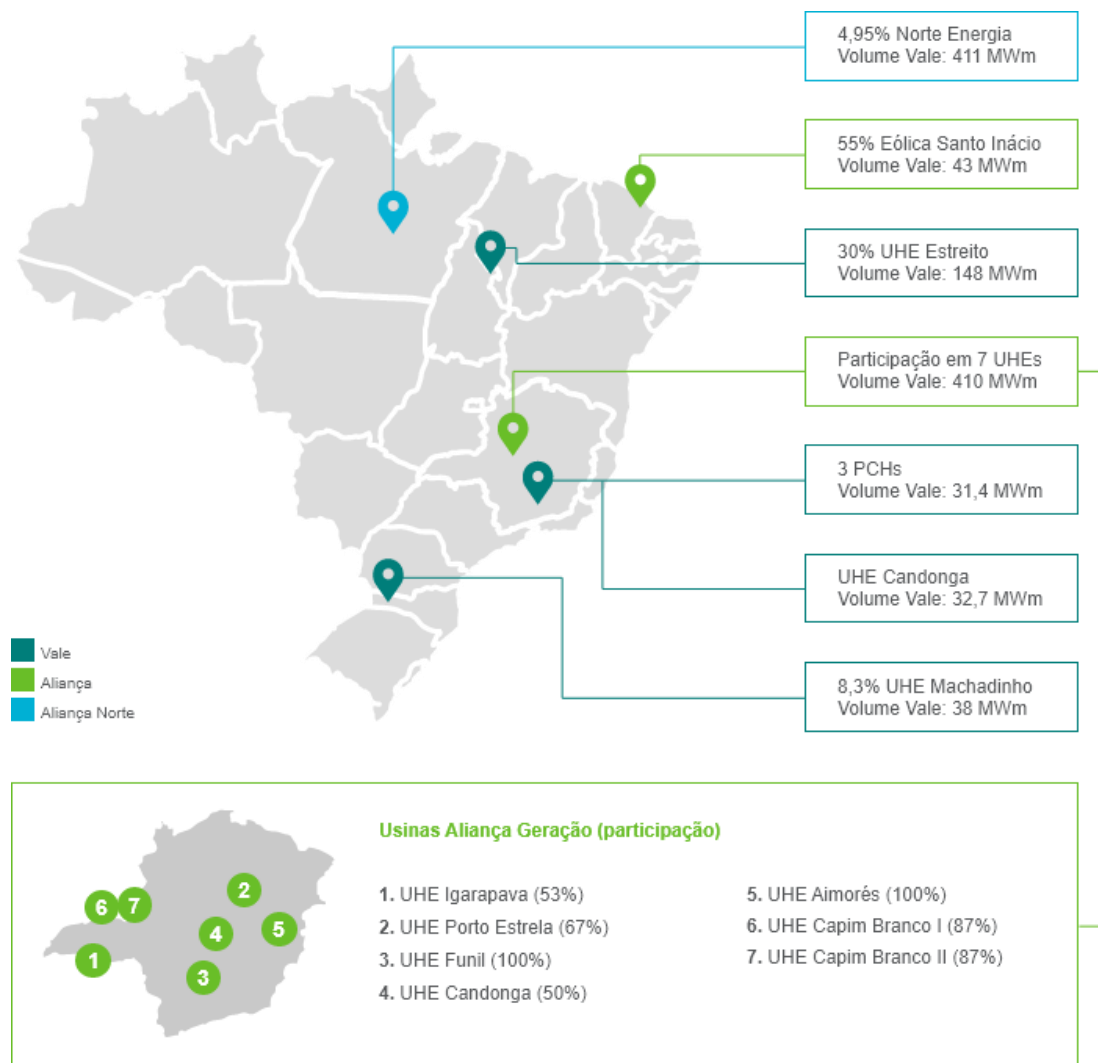
A Vale foi fundada em 1942 como uma empresa estatal sob o nome de Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), mas foi privatizada em 1997. Constitui-se como uma grande empresa de mineração e metais que, atualmente exerce atividades em 14 estados brasileiros e em 30 países. Além da mineração, atua nas áreas de siderurgia, ferrovias, portos, terminais e tendo participação em empresas de geração e comercialização de energia. Além de compor o

---

<sup>67</sup> Sem contabilizar aquelas que escaparam ao cotejo do CESTE, que arrolou cerca de 2.953 famílias (CNEC, 2005, p. 03) ou do MAB, que registrou 5.000 famílias; e que se viram forçadas abandonar suas terras, mas permaneceram invisíveis ao olhar tanto da empresa, quanto dos movimentos sociais.

consórcio gestor da UHE de Estreito, tem 50% de participação na gestão da usina de Candonga – MG e 8,3% de participação na hidrelétrica de Machadinho - SC/RS. A Vale também possui três pequenas centrais hidrelétricas (PCH) e faz parte de duas empresas de geração de energia em parceria com a Cemig: a Aliança Norte Energia, que detém 9% da UHE de Belo Monte – PA, e a Aliança Geração que possui sete usinas hidrelétricas. Com isso a capacidade de energia instalada da Vale gira em torno de 2.324 MW. Desse montante 1.750 MW são produzidos no Brasil e o restante é gerado no Canadá (502 MW), e na Indonésia (72 MW)<sup>68</sup>. A imagem abaixo mostra com mais detalhes o cenário traçado acima.

**Figura 16: Participação da Vale, Aliança Geração e Aliança Norte Energia na produção de energia elétrica no Brasil.**



Fonte: [www.vale.com/brasil/PT/business/energy/consumo](http://www.vale.com/brasil/PT/business/energy/consumo).

<sup>68</sup> No Canadá a Vale possui cinco Pequenas Centrais Hidrelétricas e três hidrelétricas na Indonésia, estas últimas destinadas a subsidiar a mineração e fundição de níquel.

A Alcoa é uma empresa multinacional que atua no Brasil desde 1965. Seu principal ponto atuação é a mineração, área na qual controla todo o elo de produção do alumínio, desde a mineração da bauxita, o refino da alumina, até a produção do pó e lingotes de alumínio. Suas atividades desdobram-se também em áreas como a produção de cimento, calçados, engenharia, construção, siderurgia, gestão ambiental, têxtil, concessões de serviços públicos em energia e transporte rodoviário. Desde 1970, possui uma unidade produtiva em Poços de Caldas – MG, destinada a calcinar e hidratar alumina, além de produzir pó e lingotes de alumínio. Opera em São Luís – MA, desde 1984, por meio da Alumar, que trabalha no refino da alumina na produção de alumínio. A bauxita que é o principal minério para a produção do alumínio vem de uma mina a 55 quilômetros de Juruti, no Oeste do Pará, que também pertence à Alcoa. Da mina de Juruti são extraídos anualmente cerca de 7,5 milhões de toneladas de bauxita. Além da hidrelétrica de Estreito, possui participação em mais três usinas hidrelétricas: Machadinho – SC/RS, Barra Grande – SC/RS e Serra do Facão - GO.

Pela breve caracterização esboçada acima podemos depreender alguns pontos convergentes entre as características dessas empresas que merecem ser destacados. Em primeiro lugar, todas estão envolvidas em alguma escala com a mineração do alumínio, produto energointensivo que exige uma quantidade enorme de energia elétrica para seu beneficiamento. Por isso essas empresas adentram todos os âmbitos do mercado de produção de energia; por conta das quantidades cavalares de energia que necessitam para movimentar suas indústrias.

A Vale possui uma demanda brutal por energia elétrica que, conforme dados da própria empresa, alcança a média de 1150 MW, montante que corresponde a 30% de seu consumo energético<sup>69</sup> e a enquadra entre os cinco maiores consumidores de energia do Brasil, sendo responsável por 2% de toda a demanda por eletricidade do país.

A Engie que anteriormente chamava-se Suez, atuam em mais de mais de 70 países. Os 10.211 MW de capacidade instalada gerados pelas 61 usinas hidrelétricas sob sua gestão, fazem-na a maior produtora privada de energia elétrica do Brasil<sup>70</sup>. Além da construção de hidrelétricas este grupo atua no mercado de comercialização de energia elétrica, transporte de gás natural, distribuição de energia fotovoltaica, sem falar de contratos de fornecimento de eletricidade, iluminação pública, segurança e mobilidade urbanas. No rio Tocantins, além da

---

<sup>69</sup> Cf. [www.vale.com/brasil/PT/business/energy/consumo](http://www.vale.com/brasil/PT/business/energy/consumo). Consulta feita em 04 de março de 2021.

<sup>70</sup> Em 2016 a Engie assimilou Tractebel Energia, que era uma das empresas componentes do CESTE. Os dados apresentados acima indicam que esta empresa detém 6% da capacidade instalada de energia elétrica do país e que 90% da capacidade instalada desta empresa deriva de usinas hidrelétricas, eólicas, solares e biomassa. Cf. [www.engie.com.br/institucional/sobre](http://www.engie.com.br/institucional/sobre) a engie.

UHE de Estreito, este grupo empresarial também integra a gestão das hidrelétricas de Canabrava e São Salvador.

A InterCement é uma empresa de capital privado, pertencente ao grupo Camargo Corrêa. Foi fundada em Apiaí – SP, em 1974. Atua na produção de cimento e seus derivados. É a segunda maior cimenteira do país com fábricas operando nos Estados de Alagoas, Bahia, Goiás, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Sul e São Paulo. Além do Brasil, a InterCement atua na África do Sul, Moçambique, Argentina e Egito.

O responsável pelos estudos de impacto ambiental e os respectivos relatórios foi o Consórcio Nacional de Engenheiros e Consultores (CNEC), empresa pertencente ao grupo Camargo Correa<sup>71</sup>, que integra o CESTE, por meio da InterCement.

## **2.2 As cidades impactadas:**

A hidrelétrica de Estreito atingiu diretamente doze municípios, submergindo aproximadamente 43.532 hectares (CNEC, 2001), correspondentes a áreas urbanas e rurais. No estado do Maranhão foram impactados os municípios de Carolina e Estreito, cidade em que a usina foi construída. O restante das cidades impactadas encontra-se no norte do estado do Tocantins. São as seguintes: Filadélfia, Babaçulândia e Barra do Ouro, Darcinópolis, Goiatins, Itapirantins, Palmeirante, Palmeiras do Tocantins, Tupirantins e Aguiarnópolis, que acolheu parte das obras civis da hidrelétrica e sedia uma parte da barragem.<sup>72</sup>

A tabela a seguir, elaborada a partir dos dados existentes no Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), nos fornece a porcentagem de áreas alagadas correspondentes aos municípios impactados pelo enchimento do lago decorrente do barramento do rio Tocantins.

---

<sup>71</sup> A CNEC foi comprada pelo grupo Camargo Correia na década de 1970, quando aquela empresa de consultoria fazia os estudos de viabilidade ambiental para a construção da hidrelétrica de “Kararaô”, a atual Belo Monte. Há que se lembrar que a Camargo Correia era a principal empresa de engenharia envolvida nos projetos para a construção de barragens no rio Xingu nos anos 1970. Cf. FEANRSIDE, 2017

<sup>72</sup> Esses dados podem ser cotejados no EIA/RIMA. Cf. CNEC, 2001



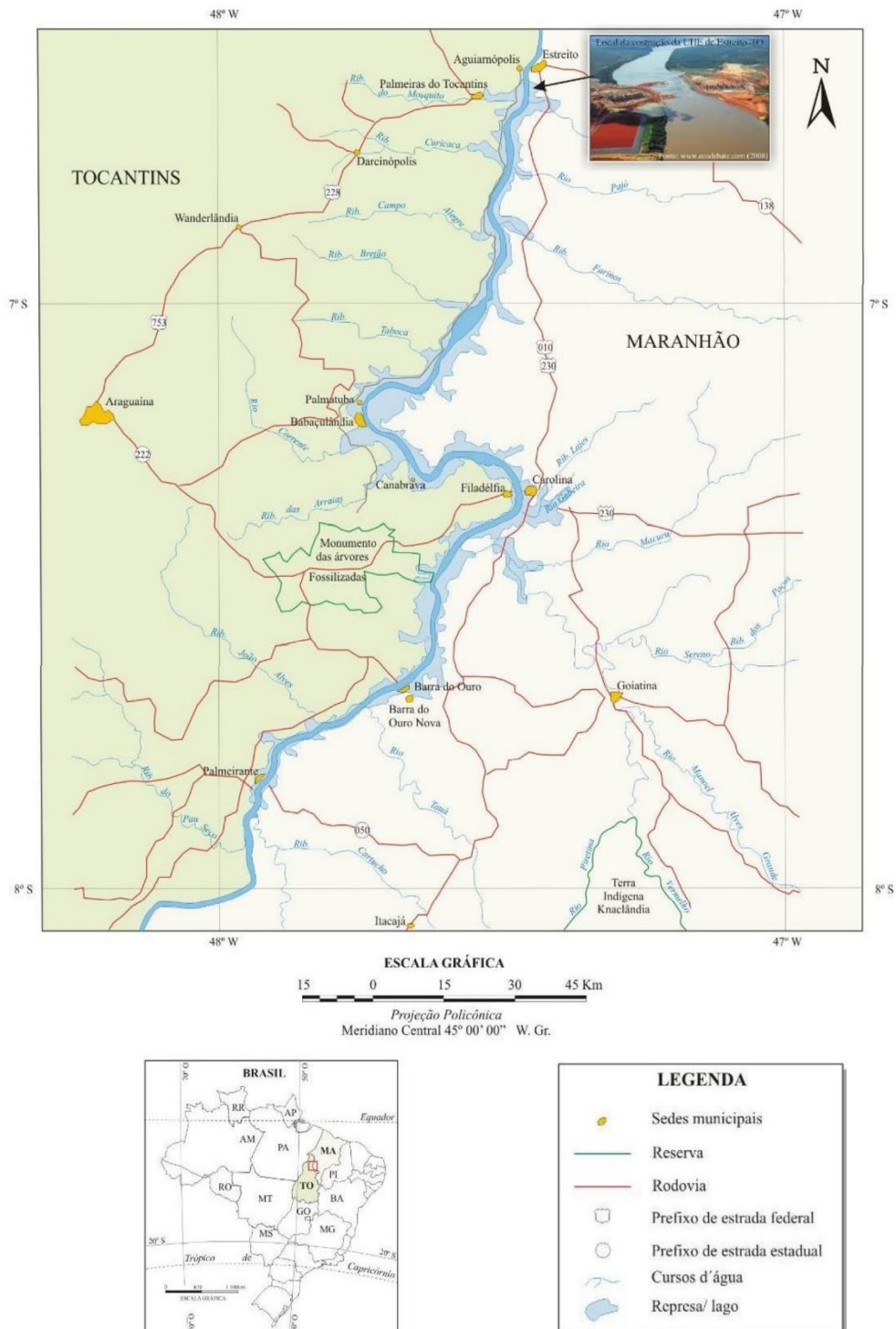
Tabela 2: Sedes municipais e localidades atingidas pela formação do lago da UHE de Estreito.

<b>MUNICÍPIOS E LOCALIDADES</b>	<b>ÁREA AFETADA (%)</b>
<b>Carolina – MA</b>	<b>35,6%</b>
<b>Estreito – MA</b>	<b>7,4%</b>
<b>Goiatins – TO</b>	<b>1,3%</b>
<b>Babaçulândia – TO</b>	<b>14,3%</b>
<b>Filadélfia – TO</b>	<b>18,4%</b>
<b>Palmeiras do Tocantins – TO</b>	<b>3,9%</b>
<b>Darcinópolis – TO</b>	<b>5,8%</b>
<b>Palmeirante – TO</b>	<b>3,2</b>
<b>Barra do Ouro – TO</b>	<b>9,4%</b>
<b>Itapirantins – TO</b>	<b>0,6%</b>
<b>Aguiarnópolis – TO</b>	<b>-</b>
<b>Tupirantins – TO</b>	
<b>Ilha de São José (Babaçulândia – TO)</b>	<b>Inundação total</b>
<b>Povoado de Palmatuba (Babaçulândia – TO)</b>	<b>Inundação total</b>
<b>Ilha dos Botes (Carolina – MA)</b>	<b>Inundação total</b>
<b>Povoado Cana Brava (Filadélfia – TO)</b>	<b>Isolado pelo lago</b>
<b>Monumento das árvores fossilizadas (Filadélfia – TO)</b>	<b>175 há</b>

Fonte: CNEC, 2001

A seguir, temos uma imagem que nos permite vislumbrar a disposição geográfica dos municípios que se encontram na área de impacto do empreendimento.

**Mapa 2: Cidades diretamente impactadas pela hidrelétrica de Estreito MA/TO**



Fonte: CHAVES, Patrícia Rocha. As relações sócio-territoriais na construção da Usina Hidrelétrica de Estreito-MA e a (Re)produção do espaço urbano das cidades de Carolina-MA e Filadélfia-TO, 2009 (Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio – Universidade federal do Tocantins – UFT, Palmas – TO, 2009. Figura 07, p. 123.

### 2.1.1 Estreito - MA

Estreito foi distrito de Carolina até 1982, quando foi definitivamente emancipada e tornada município pela lei estadual n. 4416/82<sup>73</sup>. Localiza-se na intersecção entre o rio Tocantins e a Belém-Brasília. Deve seu nome pelo fato de posicionar-se em um ponto em que o rio Tocantins se torna um pouco mais delgado. Essa característica topográfica foi mencionada por viajantes que passaram pelo lugar em diversas épocas. Como o engenheiro J. Palhano de Jezús, passando de Porto Franco – MA a Carolina – MA, em 1910, observa que “o Rio Tocantins, largo de cerca de 700 ms., apresenta no lugar chamado “estreito”, acima da foz do Itaoeira, uma largura de apenas uns 60 ms [sic]” (JEZÚS, 1910, p. 11).

Este município abrigou o canteiro de obras da hidrelétrica e teve 7,4% de seu território recoberto pelos 400 km<sup>2</sup> de reservatório da hidrelétrica. Na área rural de Estreito havia um assentamento do Incra conhecido por “Brejo da Ilha”. Nele residiam 104 famílias, que perderam o acesso às águas do rio Tocantins e tiveram que assistir à submersão de 50% da reserva legal do assentamento (CPT, 2012). Somente cinco famílias foram indenizadas (MAGALHÃES FILHO et. al., 2012).

Outro impacto importante foi a inutilização de uma instalação portuária que se localizava nas proximidades da ponte Juscelino Kubitschek. Esse porto abrigava embarcações de pequeno e médio porte pertencentes aos pescadores da cidade, além de servir de pousio para os barcos que faziam a rota semanal da Ilha de São José – TO ou de Babaçulândia – TO para Estreito. Este porto localizava-se abaixo da hidrelétrica. A construção da barragem impossibilitou seu acesso pelas embarcações que de Babaçulândia – TO ou da Ilha de São José – TO, desciam o rio semanalmente em direção a Estreito – MA com vistas a comercializar os gêneros produzidos nas roças de vazante, fazer negócios no mercado de Estreito ou adquirir provisões mensais no comércio da cidade.

A imagem abaixo, nos mostra a constituição dessa instalação portuária em 2005, antes da construção da barragem.

---

<sup>73</sup> <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/estreito/historico>. Consulta feita em 17 de março de 2018.

**Figura 17: Porto de Estreito – MA antes da construção da hidrelétrica**



Fonte: Acervo da pesquisa, 2005

O antigo porto encontra-se praticamente desativado, como podemos depreender da imagem abaixo.

**Figura 18: Local do antigo porto de Estreito após a construção da barragem**



Fonte: Acervo da pesquisa, 2018

**Figura 19: Situação atual do antigo porto de Estreito**



Fonte: Acervo da pesquisa, 2018

A localização deste porto era bastante estratégica, porquanto distava poucos metros do mercado municipal de Estreito e da colônia de pescadores. Como política de compensação, o CESTE deslocou as atividades referentes ao porto para a uma localidade a montante da barragem a 18 km de distância do centro de Estreito. Mesmo fornecendo transporte gratuito aos pescadores, o acesso ao local tornou-se bem mais difícil.

O fato de sediar a maior parte das obras civis do empreendimento fez com que uma quantidade considerável de trabalhadores provenientes de cidades próximas e de outros estados da federação se dirigissem a Estreito. O Estudo de Impacto Ambiental (EIA) previa a abertura de 5.800 empregos diretos no pico da obra (CNEC, 2001). Dados posteriores estimam que cerca de 7.000 operários chegaram a trabalhar na construção da obra (O IMPARCIAL, 2016)<sup>74</sup>. No entanto, o afluxo de indivíduos que se dirigiram a Estreito em busca de emprego nas obras civis superou em muito a oferta. Isso pode ser vislumbrado nos dados fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que nos mostram que a partir de 2007 a população

---

<sup>74</sup> Este é apenas um número estimado, porquanto os dados acerca disso são um tanto conflitantes. O deputado federal César Halun (na época do PPS-TO; atualmente no PRB-TO) em discurso proferido aos 19 de abril de 2011 se refere a 11 mil pessoas diretamente empregadas pelo CESTE. Na inauguração da hidrelétrica, em 17 de novembro de 2012, o representante do CESTE se referia a 36.000 empregos, diretos e indiretos com o aproveitamento de cerca de 85% de mão de obra local. Cf. HALUM, 2011; O IMPARCIAL, 2016.

de Estreito cresceu de forma mais proeminente do que nas décadas anteriores e na década subsequente. Isso pode ser inferido se consultarmos a tabela abaixo:

**TABELA 3: Aumento populacional das cidades impactadas pela UHE de Estreito.**

CIDADES	POPULAÇÃO POR ANO				AUMENTO DA POPULAÇÃO	
	2000	2007	2010	2018	2007/2010 (%)	
<b>Carolina – MA</b>	<b>23.991</b>	<b>24.442</b>	<b>23.959</b>	<b>24.337</b>	<b>- 483</b>	<b>-1,98%</b>
<b>Estreito – MA</b>	<b>22. 930</b>	<b>26.490</b>	<b>35.835</b>	<b>41.355</b>	<b>9.345</b>	<b>35,28%</b>
<b>Goiatins – TO</b>	<b>11.036</b>	<b>11.639</b>	<b>12.064</b>	<b>12.942</b>	<b>425</b>	<b>3, 65%</b>
<b>Babaçulândia – TO</b>	<b>10.329</b>	<b>10.372</b>	<b>10.424</b>	<b>10.662</b>	<b>52</b>	<b>0,5 %</b>
<b>Filadélfia – TO</b>	<b>8.218</b>	<b>7.787</b>	<b>8.505</b>	<b>8.837</b>	<b>718</b>	<b>9,22%</b>
<b>Palmeiras do Tocantins – TO</b>	<b>4.622</b>	<b>4.542</b>	<b>5.740</b>	<b>6.570</b>	<b>1.198</b>	<b>26,38%</b>
<b>Darcinópolis – TO</b>	<b>4.273</b>	<b>5.130</b>	<b>5.273</b>	<b>6.018</b>	<b>143</b>	<b>2,79%</b>
<b>Palmeirante – TO</b>	<b>3.610</b>	<b>4.689</b>	<b>4.954</b>	<b>5.918</b>	<b>264</b>	<b>5,65%</b>
<b>Barra do Ouro – TO</b>	<b>3.579</b>	<b>3.581</b>	<b>4.123</b>	<b>4.549</b>	<b>542</b>	<b>15,13%</b>
<b>Itapirantins – TO</b>	<b>3.227</b>	<b>3.421</b>	<b>3.532</b>	<b>3.758</b>	<b>111</b>	<b>3,24%</b>
<b>Aguarnópolis – TO</b>	<b>1.629</b>	<b>3.995</b>	<b>5.162</b>	<b>6.572</b>	<b>1.167</b>	<b>29,21%</b>
<b>Tupirantins – TO</b>	<b>1.365</b>	<b>2.007</b>	<b>2.097</b>	<b>2.613</b>	<b>90</b>	<b>4,48%</b>

FONTE: IBGE Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/v4/brasil/ma/estreito/panorama> Consulta feita em 21/06/2017.

Conforme os dados dispostos na tabela acima, podemos inferir facilmente que Estreito foi a cidade na área de impacto da barragem que mais foi atingida no âmbito populacional. Entre 2007 e 2010, quando as obras terminam e começa o enchimento do lago da barragem, a população de Estreito havia sofrido um incremento de 35%. Em segundo e terceiro lugares aparecem Aguarnópolis – TO, cidade fronteira a Estreito e que também abrigou parte das obras civis, e Palmeiras do Tocantins, com 29,21% e 26,38%, respectivamente.

Em 2007, Estreito contava com 26.490 habitantes; em 2010, três anos após o início das obras civis, esse número chegava a 35. 835. Em 2000, quatro anos antes dos rumores sobre a construção da hidrelétrica começarem a circular na região, e quatro anos antes das obras serem iniciadas, Estreito contava com 22. 930 moradores. Dessa forma, o aumento populacional

decorrente da instalação do canteiro de obras, rapidamente passou de incremento de mão de obra para vetor de problemas sociais. Se por um lado, aqueceu as atividades comerciais, por outro, causou especulação imobiliária, aumento do preço de materiais de construção e elevou os índices de prostituição infantil (MASSOLI, 2012)<sup>75</sup>.

Em novembro de 2007 o *Jornal Momento* faz circular um artigo no qual eram pontuados alguns efeitos dos problemas citados acima. Na página principal do jornal constava a seguinte chamada: “Prostituição aumenta em Estreito depois do início da construção da usina hidrelétrica”<sup>76</sup>, como consta na imagem abaixo:

**Figura 20: Matéria do jornal *Momento*, de Estreito – MA, sobre a relação entre a construção da UHE de Estreito e a prostituição na cidade.**



Fonte: Jornal Momento (2007)

<sup>75</sup> Em virtude de aumento populacional o CESTE estabeleceu parcerias com a prefeitura para melhorar a infraestrutura do município. Cf. SOUSA&ALMEIDA, 2012.

<sup>76</sup> **Jornal Momento**. Estreito – MA. 25 de outubro a 11 de novembro. Maranhão-Tocantins. 2005, p. 01.

A fotografia que sugere a imagem de uma mocinha se prostituindo, provavelmente uma adolescente, é a que tem maior dimensão no corpo da página. A fonte do texto que a fotografia ilustra também é a maior dentre os outros títulos e está em negrito: Essa consonância de dimensões entre texto e imagem enfatiza o efeito de sentido que a chamada procura criar no leitor, qual seja: que o empreendimento

No texto do artigo, que possui outro título, podemos ler o seguinte:

Com o aumento da população, e a desordem social, os problemas de Estreito quase que triplicaram. O volume de crime aumentou e muito; roubos, furtos, estupros, sequestros e a assassinatos que não são desvendados estão ocorrendo em Estreito. A saúde pública está um caos, o hospital municipal não tem condições de tratar os doentes, pois falta médicos, enfermeiros, macas e até remédios. A segurança pública praticamente está às moscas, se não fosse por um pequeno contingente de policiais que ainda se arriscam a trabalhar sem um mínimo de condições<sup>77</sup>.

A matéria que não foi assinada e que ocupa mais da metade da página, é interessante porque fora feita circular na cidade apenas cinco meses após o início das obras civis da hidrelétrica. Ademais, associava diretamente o recrudescimento do meretrício, o aumento nos índices de criminalidade e o saturamento do sistema de saúde pública, à quantidade de pessoas que se instalaram na cidade por conta da chegada do empreendimento. E dá a entender que o problema não resida apenas no aumento de ocorrências criminais, mas na diversificação de modalidades criminais como os sequestros e assassinatos não solucionados. E que não houve quaisquer políticas públicas destinadas a amenizar os impactos de um aumento populacional tão rápido, argumentando que “hoje é fato que Estreito não estava preparado para receber tanta gente em tão pouco tempo”<sup>78</sup> e relaciona o problema da intensificação da prostituição á incapacidade dos gestores do empreendimento de resolverem o desnivelamento entre os empregos oferecidos e alta demanda por eles.

O articulista segue argumentando que meninas se prostituindo não era um fato estranho na cidade, por conta desta ser cortada pela Belém-Brasília e por comportar postos de fiscalização e postos de gasolina em que os caminhoneiros costumam pernoitar, o que fomentaria o meretrício. Porém, o incremento populacional induzido pela hidrelétrica teria potencializado esta atividade. Conforme ele: “a cada dia aparecem mais pessoas em busca de

---

<sup>77</sup> “UHE de Estreito: o sonho que está se tornando um pesadelo”. **Jornal Momento**. Estreito – MA. 25 de outubro a 11 de novembro. Maranhão-Tocantins. 2007, p. 07.

<sup>78</sup> “UHE de Estreito: o sonho que está se tornando um pesadelo”. **Jornal Momento**. Estreito – MA. 25 de outubro a 11 de novembro. Maranhão-Tocantins. 2007, p. 07.



emprego, que sem resultado acabam apelando para o dinheiro “fácil”<sup>79</sup>. E segue dizendo que, “com a chegada da barragem, o número de mulheres que fazem esse tipo de trabalho [prostituição] aumentou”<sup>80</sup>.

A matéria também nos fornece, mesmo que rapidamente, uma informação muito interessante: a de que o recrudescimento da prostituição não tinha a ver com o fato de que algumas mulheres e meninas da periferia de Estreito estavam se prostituindo, mas que muitas trabalhadoras que afluíram para a cidade em busca de emprego na barragem acabaram vendo seus planos soçobrar e optaram, para sobreviver, pelo meretrício. O escritor do artigo, cita o que afirma ser o depoimento de uma jovem nestas condições:

Não estou nessa vida por prazer, não é legal entregar seu corpo a pessoas que você nunca viu, apenas por dinheiro, mas não tenho outra opção, não posso deixar meus filhos passarem fome, vim para trabalhar na hidrelétrica, mas não consegui nada, só promessas<sup>81</sup>

A derradeira palavra da depoente, aglutina o teor de todo o artigo, que foi escrito à luz de um confronto brutal entre as expectativas da população e das classes economicamente majoritárias de Estreito com a realidade efetiva que se instalou junto com as obras da hidrelétrica.

A ilusão de desenvolvimento, crescimento e muito dinheiro, fez com que a população de Estreito acreditasse num futuro próspero. Junto com as máquinas pesadas e explosivos, vinheram pessoas de todas as partes do país, trazendo consigo suas famílias, sonhos, esperança de encontrar um bom lugar para morar e trabalhar dignamente [sic]<sup>82</sup>.

E continua:

O povo do município de estreito, hoje se sente enganado e pior, traído. Se sente engando por não estar vendo as promessas dos granees empreiteiros se concretizarem, os empregos não são para o povo de estreito, os comerciantes não vendem seus produtos para as empresas, são poucos os beneficiados, quando o justo é que a prioridade seja dos municípios atingidos, os municípios que terão suas reservas florestais atingidas e destruídas<sup>83</sup>.

---

<sup>79</sup> “UHE de Estreito: o sonho que está se tornando um pesadelo”. **Jornal Momento**. Estreito – MA. 25 de outubro a 11 de novembro. Maranhão-Tocantins. 2007, p. 07.

<sup>80</sup> “UHE de Estreito: o sonho que está se tornando um pesadelo”. **Jornal Momento**. Estreito – MA. 25 de outubro a 11 de novembro. Maranhão-Tocantins. 2007, p. 07.

<sup>81</sup> “UHE de Estreito: o sonho que está se tornando um pesadelo”. **Jornal Momento**. Estreito – MA. 25 de outubro a 11 de novembro. Maranhão-Tocantins. 2007, p. 07.

<sup>82</sup> “UHE de Estreito: o sonho que está se tornando um pesadelo”. **Jornal Momento**. Estreito – MA. 25 de outubro a 11 de novembro. Maranhão-Tocantins. 2007, p. 07.

<sup>83</sup> “UHE de Estreito: o sonho que está se tornando um pesadelo”. **Jornal Momento**. Estreito – MA. 25 de outubro a 11 de novembro. Maranhão-Tocantins. 2007, p. 07.

Mostra não apenas a percepção imediata das transformações negativas induzidas pela construção da barragem, mas também contrasta de forma veemente com as expectativas positivas em relação a instalação do empreendimento na cidade. É importante pontuar que nas primeiras reportagens sobre a usina, publicadas já em 2004, o jornal não menciona os impactos de ordem ambiental.

Pousando nosso olhar sobre a imagem em que repousa a matéria, podemos afirmar que a disposição das fotografias, aparentemente inconciliáveis, oferecem ao leitor um sutil jogo de interpretação. Na figura panorâmica posta no lado superior esquerdo do texto, temos a divisão entre Estreito-MA e Aguarnópolis – TO, na qual se encontram a ponte Juscelino Kubitschek, inaugurada em 1960, e, ao seu lado, um trecho da ferrovia Norte/Sul. Ambas simbolizam o progresso e o desenvolvimento da região. A primeira por ligar o sul do Maranhão ao restante do país, viabilizando a circulação de mercadorias de toda a monta para o restante da região amazônica. A segunda permite o escoamento do minério produzido pela Vale até o posto do Itaqui, em São Luís – MA.

**Figura 21: Matéria do jornal *Momento*, de Estreito – MA, sobre a relação entre a construção da UHE de Estreito e a prostituição na cidade.**



Fonte: *Jornal Momento*, 2007.

As duas outras fotografias que ajudam a constituir o corpo do texto contrastam violentamente com a ideia de dinamicidade econômica e desenvolvimento que figura panorâmica sugere. Mais que um contraste, elas agem como seu oposto.

Temos, então, as duas fotografias: a do lado direito superior nos apresenta o que parece ser uma adolescente. A mochila de ursinho assim como a constituição esguia de seu corpo, denunciam sua tenra idade. A mochila semiaberta que decerto contém preservativos e roupas, nos leva a dedução de que a adolescente pode ter acabado de terminar um programa e de que essa atividade, ela a realiza de forma clandestina. Essa ilação é reforçada pelo fato dela deixar-se capturar de costas, o que indicam o receio do estigma social e, evidentemente, de ser reconhecida pelo por algum parente nas páginas do jornal ou na rua por algum leitor mais atento. O cenário proposto pelo fotógrafo também é bastante ilustrativo: A presença da traseira de caminhão na qual a jovem se recosta indica que ele se encontra no posto de fiscalização que fica na entrada da cidade, a alguns metros da ponte Juscelino Kubitschek, nos fazendo inferir que seus clientes não são da cidade, mas os caminhoneiros que pernoitam na cidade.

A silhueta das pernas seminuas e de salto cuja forma emana dos faróis de um carro parado no sinal, que forma a imagem que se encontra centralizada na parte de baixo do texto, pode ser entendida como um lugar comum, que o diagramador utilizou para indicar uma prostituição adulta. O jogo de luz e sombra aponta para o caráter noturno da atividade, assim como a parte do corpo fotografada sugere um certo erotismo misterioso e proibido.

O elemento que insere as imagens em uma relação de conflito é o título: “UHE de Estreito: o sonho que está se tornando um pesadelo”. Ele condensa o caráter dialético da realidade que se impõe ao sonho, da catástrofe que emana do modelo de progresso que repousa na hidrelétrica, e aqui nos serve de guia a proposição benjaminiana segundo a qual o progresso traz sem seu bojo o signo da barbárie, posto que sua construção provoca uma séria de destruições e rupturas em diversas escalas.

### **2.1.2 Carolina - MA**

Dada a sua distância, do canteiro de obras, salvo algumas vagas temporárias ocasionadas da instalação do escritório do CESTE na cidade, Carolina não se beneficiou da geração de empregos tão propalada pela imprensa. Ao contrário dos outros municípios localizados na área de impacto direto da hidrelétrica, Carolina foi o único que apresentou decréscimo populacional durante o período de construção do empreendimento. Por outro lado, foi a cidade mais impactada pelo avanço das águas: teve 36% de seu território submerso, o que

corresponde a 206,43 km<sup>2</sup> e responde por 32,46% do lago da usina. Entre as áreas urbana e rural, foram inundados cerca de 266 imóveis. Apenas Carolina e Filadélfia – TO, cidade que fica do outro lado do rio, respondem por 51% do alagamento (MAGALHÃES FILHO, et al, 2012; PEREIRA, 2012).

Além de residências, foram submersos em Carolina unidades produtivas como cerâmicas de barro vermelho e uma parte de suas instalações portuárias. Além de terras agricultáveis e pastos. A imagem abaixo nos mostra o lago da hidrelétrica em área urbana de Carolina. Ao centro da fotografia podemos enxergar o que seriam os postes que forneciam energia para as instalações de uma cerâmica completamente submersa pelas águas do Tocantins. Além das instalações da cerâmica pode-se depreender, pelos galhos cecos que se insinuam das águas, que o lago encobriu parte considerável da vegetação e de árvores de portes médio e grande.

**Figura 22: Cerâmica e instalação portuária de Carolina – MA, submergidos pelo lago da hidrelétrica de Estreito.**



Fonte: Acervo da pesquisa, 2018.

Mais ao fundo da imagem podemos vislumbrar parte da estrutura do estaleiro da empresa PIPES, responsável pela travessia de Carolina - MA a Filadélfia – TO. Com o enchimento do reservatório o porto teve que ser deslocado para uma cota superior do rio.

### **2.1.3 Aguiarnópolis - TO e Palmeiras do Tocantins - TO**

Aguiarnópolis tornou-se município em 1994 e tem seu nome derivado de uma homenagem ao casal Manoel e Deodata Aguiar, cuja família – juntamente com outras – instalou-se no lugar, por volta de 1950, numa fazenda. O crescimento do povoado foi incrementado pela construção da Belém-Brasília e pela ponte Juscelino Kubitschek que interliga esta cidade a Estreito – MA. Por ser fronteiro a Estreito, Aguiarnópolis sediou uma parte das obras da hidrelétrica e, por conta disso, acabou recebendo uma parte considerável de pessoas em busca de emprego no canteiro de obras. O impacto populacional foi sensível, posto que ente 2007 e 2010, ano do pico das obras civis da usina, o município aumentou sua população em 29,21%, saltando de 3.995 habitantes em 2007 para 5.162 em 2010, sendo o segundo município na área de impacto em crescimento populacional no período de implantação da obra, ficando atrás apenas de Carolina – MA.

O povoamento de Palmeiras do Tocantins começa na década de 1920, mas tornou-se efetivo a partir de 1950 com a chegada de famílias em busca de terras agricultáveis. A população aumentou consideravelmente a partir da implantação da Belém-Brasília, forçando a abertura das primeiras ruas. Seu primeiro nome foi Mosquito, por causa do rio de mesmo nome que banha seu território. Em seguida foi denominada de Alvorada do Tocantins. Em 1991 tornou-se município. Em 1998 passou a chamar-se Palmeiras do Tocantins, nome escolhido mediante consulta popular.

Esse município abriga 17 famílias oriundas, em sua maioria da Ilha de São José, localidade pertencente a Babaçulândia que foi completamente inundada pela barragem. Após intensa e conflituosa negociação o Consórcio Estreito Energia (CESTE) adquiriu área na cidade que correspondia a uma fazenda conhecida como “Boa Esperança” ou “Fazendinha”, onde essas famílias se estabeleceram em pequenos lotes. A nove quilômetros da sede do município, na estrada que leva até Nazaré do Tocantins, fica o reassentamento São João que também abriga 17 famílias, vindas de diversas localidades atingidas pela hidrelétrica de Estreito.

### **2.1.4 Darcinópolis - TO e Barra do Ouro - TO**

O povoamento de Darcinópolis foi impulsionado pela construção da Belém-Brasília, mas as previsões econômicas não se realizaram. Foi elevada à categoria de município em 1991. Seu nome é uma homenagem ao, na época, deputado estadual Darcy Gomes Marinho. Já Barra do Ouro tornou-se município em 1997 e possui este nome por localizar-se próximo à barra do

rio Ouro, afluente do Tocantins. Surgiu em 1990, em decorrência de uma grande enchente do rio Tocantins que obrigou as famílias que moravam na beira do rio a transferirem-se para o local onde hoje está situada a cidade. A descoberta de um veio aurífero no rio Ouro aqueceu por um tempo a economia do lugar. Soja e o arroz cultivados por catarinenses e paranaenses são os setores mais fortes da economia do lugar. Há também a presença o PIPES, cuja balsa faz a travessia do Tocantins

### **2.1.5 Palmeirante - TO**

Tornou-se município em 1993, mas sua ocupação remonta ao início do século XX. Por volta de 1910 alguns comerciantes e vaqueiros estabeleceram-se no Porto do Ajoujo, às margens do rio Tocantins. O *ajoujo* é uma embarcação constituída de uma balsa e uma canoa amarradas uma a outra. Por meio dela os primeiros moradores traziam mercadorias de Carolina e Marabá pelo rio Tocantins. Como o Porto do Ajoujo assumiu ares de empório comercial, tornou-se o povoado de *Olho Grande*, nome que a tradição oral lhe atribuiu por causa da suposta existência de um peixe de um único olho grande que vivia nos rios da região. Mais tarde tornou-se distrito de Palmeirante e, em 1991, foi elevado a município sob o mesmo nome.

### **2.1.6 Goiatins - TO**

Surgiu em 1920 a partir de um pequeno comércio montado por Montano Araripe Nunes, proveniente de Balsas – MA. Este comerciante instalou-se no lugar chamado Porto do Sítio, porto de travessia do rio. Depois de ter várias denominações (Piaça, Porto do Sítio e Santanópolis), em 1953 tornou-se município com o nome de Goiatins, cópula de Goiás e Tocantins.

### **2.1.7 Itapiratins - TO**

Surgiu em 1920 nos arredores da fazenda “Gerais”, de Benedito Pires, com o nome de Travessão. Uma escola foi construída no local e as famílias que para lá afluíam foram, aos poucos, se estabelecendo ao seu redor. A agricultura e a criação extensiva de gado despontavam como principais meios de subsistência. Pessoas e mercadorias eram transportadas tanto por animais de carga, quanto pelo rio. O nome Itapiratins advém da cópula do vocábulo tupi *Itapira*,

que significa *pedra empinada* com a partícula *tins*, em referência ao rio Tocantins. Transformou-se em município em 1991.

### **2.1.8 Tupiratins - TO**

Foi originado por encontrar-se entre dois pontos de passagem: um utilizado por viajantes que se dirigiam a Balsas – MA para comprar sal e por ser um ponto de parada para embarcações que percorriam o rio Tocantins. Na década de 1950, atraídos por notícias de terras propícias à agricultura, diversas famílias provenientes do Piauí, Ceará e Maranhão, assentaram-se no povoado, que passou a chamar-se *Panela de Ferro*. Em 1991 foi tornado município com o nome de Tupiratins.

### **2.1.9 Filadélfia – TO**

Filadélfia foi fundada em 1919 por conta da instalação de um posto fiscal, chamado de *Porto das Paulas*. Tornou-se município em 1948 com o nome de Filadélfia em respeito a Filadelfo Antônio de Noronha, o primeiro fazendeiro a ocupar o local e um dos encarregados do posto fiscal (HALUM, 2008). No início do século XX, juntamente com Carolina, cidade maranhense com a qual faz fronteira pelo rio Tocantins, integrava a rota fluvial que articulava economicamente as cidades e localidades do Sul de Goiás com a região Norte de país.

Faz-se mister ressaltar que três das nove ocupações decorrentes do desalojamento compulsório acarretado pela construção da hidrelétrica de Estreito, estão localizados na região de Filadélfia. São eles: “Dom Bosco”, “Inhumas”, “Uirapuru” e “Barra do Grotão”.

### **2.1.10 Babaçulândia - TO**

Sua ocupação remonta a 1890 quando maranhenses atraídos pela exploração do óleo do coco babaçu começaram a estabelecer-se à margem esquerda do rio Tocantins fundando o povoado de *Nova Aurora do Coco*. À época este povoado era subordinado a Boa Vista do Tocantins – atual Tocantinópolis. Em 1938 passou a chamar-se Babaçulândia, em referência à quantidade de palmeiras de coco babaçu. A extração da amêndoa teve seu apogeu entre as décadas de 1940 e 1950. Sua exploração atraiu para a região migrantes dos estados do Maranhão, Piauí e Ceará. Tornou-se município em 1953. A construção da Belém-Brasília deslocou as atividades econômicas para a agricultura e a criação de gado.

É na região de influência de Babaçulândia que se encontram a maioria dos reassentamentos para os quais foram remanejadas as famílias atingidas pela barragem. São eles, Baixão, São Estevão e Itapoã, todos tem sua entrada à margem da TO – 424. No território de Babaçulândia, mas às margens da TO – 010 que se encontrava a ocupação “Ilha Verde” formada por famílias provenientes de diversas localidades do norte do Tocantins e que, por algum motivo, sentiram-se atingidas pela construção da hidrelétrica, mas não foram indenizadas ou entenderam que as políticas compensatórias das quais foram alvo, não se mostraram suficientes.

Os municípios tocantinenses atingidos pela hidrelétrica de Estreito têm em comum além da relação ou proximidade com o rio, o fato de que boa parte sofreu sensivelmente as consequências da construção da Belém-Brasília, cujo traçado trazia a promessa do desenvolvimento que decorreria da interligação da região amazônica com o restante do Brasil. A expectativa não se efetivou, apesar de boa parte desses municípios começarem por causa da estrada ou experimentarem certa dinamicidade temporária em razão dela. A hidrelétrica de Estreito apresentou para as populações dessas cidades a mesma promessa de progresso e desenvolvimento econômico que também não se efetivou, mormente para aquelas mais estreitamente ligadas ao rio. As populações de Filadélfia e Babaçulândia, cujas vidas eram voltadas em vários aspectos para o rio, foram obrigadas a enfrentar transformações drásticas e irreversíveis. A formação do lago, que inundou 18,3% de Filadélfia, atingiu diretamente cerca de 864 pessoas.

Babaçulândia, por sua vez, teve 14,3% de seu território submerso. Dessa forma, foram inundadas tanto áreas residenciais, forçando aproximadamente 2.398 pessoas a abandonarem suas casas ou terras agricultáveis a retomarem a vida em reassentamentos rurais ou urbanos (CNEC, 2004), quanto instalações públicas importantes como a área portuária da cidade. Como pode ser observado abaixo:



**Figura 23: Porto de Babaçulândia antes da construção da hidrelétrica de Estreito.**



Fonte: Valderice, sem data.

Acima temos a área de porto de Babaçulândia alguns anos antes da construção da barragem de Estreito. Não me foi fornecida a data da produção da imagem, mas da forma como é apresentada ao olhar, podemos inferir que foi tirada entre junho e setembro, época em que as águas do Tocantins recuavam e as praias sazonais apareciam, como pode ser visto na parte superior da imagem. Durante este período os barqueiros da cidade incrementavam sua renda transportando pessoas para as praias que se formavam à frente da cidade ou para as praias de Filadélfia – TO, mais abaixo do rio. Esse movimento de veraneio também era favorável aos barraqueiros que costumavam montar pequenos estabelecimentos para a venda de comida e bebidas. Essa atividade foi extremamente prejudicada, posto que a qualidade das praias permanentes construídas pelo Consórcio responsável pela gestão da hidrelétrica ficou muito aquém das que foram inviabilizadas pelo enchimento do lago. A razão é que estas praias apresentaram problemas relacionados à baixa qualidade da água e proliferação de piranhas acabaram concorrendo para reduzir consideravelmente a frequência a esses balneários. Outrossim, a população não se adaptou às novas praias.

Os mesmos barcos que atravessavam os banhistas no período das praias, realizavam no restante do ano, viagens diárias à Ilha de São José e percursos semanais a Filadélfia – TO e

a Estreito – MA. Com o enchimento do lago as viagens foram impossibilitadas porque a barragem impediu a passagem dos barcos até Estreito – MA. Até 2009 havia quatro embarcações que faziam este percurso. Atualmente não há mais nenhuma. Ademais, a “Ilha de São José”, localidade pertencente ao município de Babaçulândia e que também se constituía como destino diário dos barqueiros de Babaçulândia, foi completamente tragada pelas águas do reservatório e as 58 famílias<sup>84</sup> que habitavam seu território foram compulsoriamente removidas da beira do rio e realojadas em reassentamentos à margem de estradas (SILVA JÚNIOR, 2014).

Abaixo encontra-se o lugar onde antes podia ser visto a imagem acima.

**Figura 24: Área onde ficava o porto de Babaçulândia - TO.**



Fonte: Acervo da pesquisa, (2019).

O porto ficava a cerca de três quilômetros descendo a rua em primeiro plano na imagem. No horizonte tomado pelo rio, jazem, além do porto, dezenas de casas, alguns estabelecimentos comerciais e bares.

---

<sup>84</sup> Dessas famílias, três optaram pela indenização monetária. Duas, a de Moadir, barqueiro que fazia a rota da ilha de São José a Estreito e Francelina, proprietária de terras e gado, instalaram-se na margem em frente ao lugar onde ficava a Ilha de São José. A outra, chefiada por Raimundo Novato, irmão de Francelina e pecuarista, dirigiu-se à região de Marabá, em cujas imediações comprou uma fazenda. Cf. SILVA JÚNIOR, 2014

O povoado de Palmatuba pertencente a Babaçulândia, e localizado a 5 km da sede do município, cujos moradores foram des-territorializados em 2009, possuía, em 2006, 24 famílias; em 2008 nove delas já tinham abandonado o povoado. Essa retirada teve como principal motivação as negociações travadas entre o CESTE e os moradores. Os representantes do consórcio conduziram as negociações de forma a convencerem boa parte dos moradores de Palmatuba a optarem pela carta de crédito urbano, em detrimento da indenização em dinheiro ou dos reassentamentos. Um depoimento ilustra de forma eloquente esta estratégia do Consórcio: “meus dois lotes foram avaliados em 27 mil reais com a indenização em dinheiro e em 45 mil reais com a carta de crédito urbano”<sup>85</sup>.

Dessa maneira, aqueles que optaram por indenizações em dinheiro ou pelas cartas de crédito, venderam suas terras e dirigiram-se para Araguaína, a 65 km<sup>86</sup>. Os moradores da comunidade sustentavam-se da pesca, da agricultura, do artesanato, pequenas criações e da extração do coco babaçu e de argila (CASTRO, 2009; PEREIRA, 2013).

Essas cidades estão entre as mais impactadas, tanto em termos territoriais, quanto populacionais<sup>87</sup>. Outrossim, a baixa vazão periódica do rio Tocantins, entre os meses de junho e setembro, causava o aparecimento de praias sazonais, cujo movimento acarretado pelo turismo incrementava sobremaneira a arrecadação de vários setores econômicos dessas cidades. O enchimento do reservatório inviabilizou o surgimento dessas praias. Isso impactou sensivelmente a economia de Babaçulândia cuja dinâmica era pouco expressiva fora da temporada de veraneio (CASTRO, 2009). Dessa forma, estabelecimentos comerciais, prestadores de serviço e indivíduos que possuíam na coleta de latas de cerveja e refrigerantes renda complementar, além de barqueiros que faziam a travessia de turistas para as praias, foram prejudicados.

Uma pesquisa realizada em 2008<sup>88</sup>, com vistas a estimar os danos ocasionados à população de Filadélfia e Babaçulândia a partir do funcionamento da barragem apontava justamente para o quadro mencionado acima. Conforme seus proponentes:

---

<sup>85</sup> Keli, quebradeira de coco babaçu e ex-moradora de Palmatuba. Entrevista concedida a Bruno Leonardo Gonçalves de Castro. Cf. CASTRO, 2009.

<sup>86</sup> Leonardo G. de Castro em pesquisa realizada em com os moradores de Palmatuba em 2008 afirma que a preferência por Araguaína em relação a Babaçulândia foi conduzida pela expectativa de que aquela cidade oferecesse um universo maior de oportunidades de emprego e pelo fato de alguns desses moradores possuírem parentes já residentes na cidade, o que, em tese, facilitaria a transição de seu modo de vida rural para o ambiente urbano. Cf. CASTRO, 2009.

<sup>87</sup> Ao todo, a construção da hidrelétrica de Estreito afetou cerca de 200 mil pessoas e des-territorializou mais de 8.000 pessoas desestruturando social e economicamente as localidades que atingiu.

<sup>88</sup> A pesquisa foi feita entre 17 e 22 de julho de 2008. Foram aplicados 557 questionários em diferentes áreas do município de Filadélfia – TO. Os questionários visavam coletar informações socioeconômicas e as expectativas da população em relação à construção da hidrelétrica. Obedeceu às seguintes etapas: Caracterização da área de

O turismo de verão de fato é uma atividade impulsionadora da economia dessas cidades. Porém com a implantação da Usina Hidrelétrica em Estreito, e consequente formação de reservatório, implicará no desaparecimento de suas praias naturais, gerando grandes perdas à economia e bem-estar da população local (MAGALHÃES FILHO, et al., 2012, p. 64).

Até os impactos entendidos como positivos, como a dinamização do comércio acarretada pelo aumento populacional apresentaram ambiguidades, posto que, o rápido crescimento demográfico incidiu na formação de periferias precárias e desordenadas compostas por desempregados, principalmente quando o término da obra levou consigo os empregos.

O desenvolvimento gerado com as indenizações destinadas aos municípios pode ser neutralizado, uma vez que é acompanhado com graves problemas sociais, tais como a desocupação, surgimento de doenças por vetores e perda de atividades econômicas, como a pesca e comércio nas altas temporadas das praias (MAGALHÃES FILHO et al., 2012, p. 71).

Um estudo espeleológico realizado na área de impacto da barragem detectou 98 grutas. Dentre elas, documentaram seis de valor arqueológico relevante (55 dessas grutas encontram-se na área de impacto indireto a um raio de 7 km do lago e 43 encontravam-se na área diretamente atingida; 44% estavam em Estreito e Carolina; 44% em Babaçulândia e Aguiarnópolis; Barra do Ouro e Filadélfia ficaram com 12%). Em seis cavernas foram encontrados gravuras rupestres e resquícios de cerâmica indicando vestígios de cultura material merecedores de estudo mais aprofundado. Dessas seis grutas, três encontram-se na área de impacto direto da barragem (ATINGEN, Noé von. et. al., 2011).

## 2.2 O início do processo

Enquanto os estudos necessários à confecção do EIA/RIMA da hidrelétrica de Estreito tiveram início em 2001, somente em 2004, quando seus resultados passavam pelas avaliações do Ibama e da Funai é que a possibilidade de implantação da usina começou a ser tematizada na esfera pública sul-maranhense e no norte do Tocantins. Durante os anos que antecederam o início das obras, esse debate ocupou certo espaço na imprensa escrita do Sul do Maranhão e em algumas plataformas digitais. Esse debate foi especialmente promovido pelos seguintes jornais: o *Momento*, de Estreito (MA) e *O Progresso*, de Imperatriz; e pelos sites *Brasil de Fato* e

---

estudo, as expectativas de compensação da população, o cálculo dos prejuízos ambientais e econômicos gerados pela perda das praias e a comparação entre as compensações devidas aos municípios com os valores normatizados pela legislação brasileira. Cf. MAGALHÃES FILHO, et. al, 2012; 2013.

*Conexão Tocantins*. Nas informações que a imprensa local fez circular<sup>89</sup> pude encontrar rastros<sup>90</sup> que me permitiram mapear panoramicamente a expectativa em torno da construção da hidrelétrica de Estreito na região.

Os veículos de mídia impressa iniciaram o debate e suas primeiras reportagens apresentaram-se essencialmente favoráveis ao projeto de construção da hidrelétrica ressaltando principalmente as possibilidades de investimento na região e a indução de empregos diretos e indiretos que demandariam da implantação do canteiro de obras.

---

<sup>89</sup> Além dos jornais, outras fontes dão acesso ao processo de implantação da hidrelétrica de Estreito e dos impactos socioambientais consequentes de sua construção foram produzidos em diversos âmbitos; documentários, reportagens televisionadas, matérias produzidas na imprensa escrita e digital, documentos produzidos pelo consórcio. Outros provieram de litígios jurídicos, panfletos promocionais etc.

<sup>90</sup> A noção de *rastro* é entendida aqui tal qual foi pensada por Walter Benjamin que extrai dela uma interessante ambivalência semântica. De fato, o rastro remete a uma articulação de proximidade e distância, posto que seve como suporte de uma ausência – um passado que já não é – que se torna representado por seu intermédio. Não é por acaso que Benjamin estabelece uma ressonância entre o conceito de rastro e o conceito de aura. Podemos encontrá-la na segunda versão de seu célebre trabalho sobre a inserção da obra de arte nas técnicas de reprodução, escrito em 1936. Lá podemos encontrar a seguinte afirmação: “é aos objetos históricos que aplicaríamos mais amplamente essa noção de *aura* [...]. Poder-se-ia defini-la como a única aparição de uma realidade longínqua, por mais próxima que esteja” (BENJAMIN, 1983, p. 09). Essa dialética entre o ausente e o presente, assim como a articulação entre aura e rastro, aparece também no trabalho das *Passagens*, no qual lemos que “o rastro é a aparição de uma proximidade, por mais longínquo esteja aquilo que o deixou. A aura é a aparição de algo longínquo, por mais próximo esteja aquilo que a evoca” (BENJAMIN, 2009, p. 490). Dessa maneira, esta categoria importa para esta análise porque sua força conceitual, isto é, sua capacidade de nos ajudar em uma interpelação epistêmica da realidade, remete à característica indiciária da operação historiográfica proponente de uma narrativa explicativa e problematizadora que não dispensa o valor heurístico dos fragmentos e dos resíduos aparentemente despercebidos do passado para a sua construção. Ao postular que “habitar é deixar rastros” (BENJAMIN, 2009, p. 46), o filósofo alemão parte do pressuposto de que o passado não se nos apresenta como totalidade, mas em pedaços configurados em documentos escritos, imagens, testemunhos orais, que se nos apresentam como seus índices. Essa categorização aproxima-se das afirmações de Marc Bloch de que, não obstante o historiador estar condenado a chegar após os fatos baixarem suas cortinas, mesmo assim, pode fiar-se na persecução de suas impressões digitais. Tal como o gatuno mais soturno, os acontecimentos passados sempre deixam impressões digitais, sobre as quais os olhos atentos do historiador podem se debruçar: “o que entendemos efetivamente por documentos senão um “vestígio”, quer dizer, a marca perceptível aos sentidos, deixada por um fenômeno em si mesmo impossível de captar” (BLOCH, 2001, p. 73). Antoine Prost retoma essa discussão ao defender que o conhecimento histórico se constrói por meio de vestígios (PROST, 2008). Carlo Ginzburg atenta para isso ao empreender uma análise comparativa entre o método psicanalítico, a estratégia de Morelli para identificar obras de arte falsificadas e o método psicanalítico estabelecendo entre eles e o procedimento historiográfico diversas ressonâncias, dentre as quais podemos pôr em relevo a complexa operação que consiste em *re-compor*, a partir de marcas, fragmentos, indícios e rastros, um cenário minimamente inteligível do recorte temporal que se pretende compreender. Com efeito, “o historiador é comparável ao médico, que utiliza os quadros nosográficos para analisar o mal específico de cada doente. E, como o do médico, o conhecimento histórico é indireto, indiciário, conjetural” (GINZBURG, 1989, p. 157). De alguma forma, a análise historiográfica é sempre comparativa, posto que não são as recorrências ou rupturas como fenômenos em si mesmos que atraem o olhar do historiador, mas as condições de possibilidades de seu acontecimento (ou não acontecimento). Para Benjamin é justamente o caráter incompleto, lacunar do rastro que encerra sua possibilidade epistêmica. É esta a diferenciação fulcral estabelecida entre a narrativa e a informação. Esta última esgota-se na explicação e na efemeridade do momento presente, é feita para ser consumida; em contrapartida, a constituição lacônica da primeira lhe permite desdobramentos futuros, novas interpretações à luz da experiência dos que tomam contato com ela.

*O Progresso* é o terceiro jornal mais antigo em funcionamento no Maranhão<sup>91</sup> e o de maior vendagem no Sul e Sudoeste do estado. Entrou em circulação aos 03 de maio de 1970 sob a direção de José Matos Vieira. Sua Fundação possuía o intuito de inserir Imperatriz no mapa político do Maranhão defendendo-a como a mais indicada a ser a capital do “futuro” estado do Maranhão do Sul (VIEIRA, 2010; ASSUNÇÃO&PINHEIRO, 2012). Em 1975 passou ao comando do empresário Nelson Antônio Nahuz Godinho. Suas páginas acompanham as notícias referentes à região Tocantina e ao estado do Maranhão, assim como os temas de maior repercussão no país, mormente os concernentes à agenda política. Seu foco principal, no entanto, é pôr em debate questões políticas atinentes à Imperatriz - MA. Circula de terça a domingo e é o único de edição diária do sul e sudoeste do Estado. Em 2005 saíram as primeiras reportagens deste jornal sobre a hidrelétrica. Dos jornais pesquisados, este foi o único que manteve posição favorável ao empreendimento, do início ao fim de seu processo.

O *Momento* circulou na cidade Estreito – MA entre 1990 e 2018<sup>92</sup> sob a direção da empresária Janaína A. A. Durans. Na sede do jornal também funcionava uma gráfica. A linha editorial do *Jornal Momento* é marcadamente política e parte considerável dos artigos e notícias que ilustravam suas páginas procuravam dar conta das disputas político-partidárias estreitenses. O próprio jornal era alinhado a um dos grupos políticos que disputavam o poder na cidade. Em suas reportagens pode-se claramente perceber estreita relação entre a classe empresarial de e as elites políticas da cidade. Os três mil exemplares emitidos quinzenalmente, conforme nos informa seu frontispício, eram distribuídos por toda a região do Bico do Papagaio, Norte do Tocantins, Sul do Maranhão e Sul do Pará.

As primeiras matérias sobre a hidrelétrica de Estreito foram produzidas por este jornal em meados de 2004, e seu conteúdo era essencialmente favorável à implantação do empreendimento, porém, após a instalação do canteiro de obras, o jornal passou a assumir uma posição mais crítica em relação à usina, produzindo reportagens que registravam os problemas econômicos, sociais e ambientais que a cidade passou a enfrentar por conta da construção da usina. O *Momento* fez circular diversas reportagens registrando a mortalidade de peixes, o aumento da prostituição na cidade e o colapso dos serviços públicos mais básicos, que não puderam atender a demanda da população que afluiu à cidade por conta do empreendimento.

---

<sup>91</sup> O jornal mais antigo em circulação no Maranhão é o *Imparcial*, fundado em maio de 1926, seguido do *Jornal Pequeno*, cuja impressão começa em 1951. Ambos editados na capital maranhense, São Luís. Cf. CASTRO&FAGUNDES, 2012; CAMÊLO, 2015.

<sup>92</sup> No início de 2018 o jornal mudou-se para Palmas – TO onde mantém, além da versão impressa, um site e uma página no Facebook.

O *Brasil de Fato* foi fundado em 2003, no Fórum Social Mundial em Porto Alegre. A versão digital foi lançada depois. Em 2013 entraram em circulação versões regionais deste periódico no Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Pernambuco. Sua linha editorial prioriza a agenda dos Movimentos Sociais e se empenha em “contribuir no debate de ideias e na análise dos fatos do ponto de vista da necessidade de mudanças sociais em nosso país”<sup>93</sup>, priorizando reportagens e colunas cujos temas são Política, Direitos Humanos, Cultura e Economia. As matérias que produziu sobre o processo de implantação da barragem procuraram captar a perspectiva das populações atingidas pela hidrelétrica e o desempenho dos movimentos sociais que encabeçaram as diversas manifestações e ações judiciais contra o Consórcio Estreito Energia – CESTE. A primeira notícia veiculada pelo *Brasil de Fato* sobre a hidrelétrica de Estreito entrou em circulação em 2006 e versava sobre ação judicial implementada pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI) contra o Consórcio Estreito Energia (CESTE). O CIMI alegava que o EIA/RIMA não estava de acordo com as medidas legais exigidas para a execução do processo porque não contemplava muitas populações ribeirinhas e excluía da área de impacto diversas terras indígenas diretamente envolvidas com o rio Tocantins.

O *Conexão Tocantins* é um site de notícias sediado em Palmas – TO, dirigido pela CT Comunicação & Marketing Ltda. Entrou em circulação em 2007. Sua cobertura jornalística abrange todas as cidades do estado do Tocantins, além das regiões Pará e Maranhão que lhes são adjacentes. Parte considerável de seu conteúdo é voltado para a temática política e empresarial do estado do Tocantins. A construção da hidrelétrica de Estreito foi assunto de diversos artigos organizados pelo site que começou a acompanhar o processo em 2008 produzindo matérias relacionadas às transformações geradas pela implantação da usina e algumas referentes à situação das famílias que foram transferidas para os reassentamentos. Nesse sentido, o *Conexão Tocantins* possibilitou que várias perspectivas sobre a construção da barragem tivessem visibilidade, posto que o conteúdo de suas matérias versavam sobre os possíveis melhoramentos econômicos que decorreriam da implantação do empreendimento, as ações socioambientais realizadas pelo consórcio responsável pela obra, mas também registrou os processos judiciais realizados contra a empresa, as manifestações das populações atingidas, assim como a situação de incerteza enfrentada pelas famílias que deveriam ser realocadas para novas moradias.

A documentação jornalística é importante porque sua estrutura comunicativa constitui-se em uma amálgama de textos e imagens, cujos efeitos de verdade transcendem o âmbito da

---

<sup>93</sup> [https://www.brasildefato.com.br/quem\\_somos.html](https://www.brasildefato.com.br/quem_somos.html). Acessado em 15/08/2016.

informação e do registro dos fatos, para produzirem discursos destinados a corroborar, solapar ou instaurar visões-de-mundo ancoradas às posições políticas, sociais, econômicas e estéticas dos grupos sociais aos quais esses periódicos pertencem ou pretendem representar.

Como os acontecimentos são transferidos para a esfera da linguagem e submetidos a uma narrativa, eles sofrem um viés que está diretamente ligado à maneira como quem registra os fatos os observa e entende. Isto significa que a informação é construída não apenas com o intuito de comunicar, mas de criar efeitos de sentido porquanto, “o significado é construído na sociedade por meio do processo de ação comunicativa” (CASTELLS, 2015, p. 59). Em outras palavras, ao abordar os fatos, as matérias registradas assumem o poder também de moldá-los: “Converter os fatos em matérias e publicar as matérias é uma questão do que pode caber em termos culturais – convenções narrativas e tradições jornalísticas que funcionam como uma maneira de dar uma forma ao amontoado confuso e ruidoso dos fatos do dia” (DARTON, 2010, p. 140)

Jornais são fontes construídas para a esfera pública e em seu interior. A esfera pública é entendida aqui como um campo de discussão que se desdobra em torno de um tema. Os atores sociais que se lançam nesse debate apresentam suas razões e as submetem ao escrutínio da opinião pública. Habermas define a esfera pública como “o espaço para falantes e destinatários que se interrogam mutuamente e que tentam formular respostas” (HABERMAS, 2007, p. 18). O espaço de argumentação a que Habermas se refere, dá-se por intermédio dos meios de comunicação de massa, em especial os jornais. No caso da hidrelétrica de Estreito, nas páginas dos jornais locais, diversos segmentos sociais, políticos e econômicos *marcaram* seus posicionamentos em relação ao vindouro aproveitamento energético no rio Tocantins.

Dessa forma, a narrativa construída pelos jornais tem papel central porque outros empreendimentos hidrelétricos soçobraram no passado por terem perdido o embate no interior da opinião pública, como foi o caso de Belo Monte, obra contemporânea à da usina de Estreito, mas cujo projeto havia entrado na agenda de decisões governamentais em 1989, quando comunidades indígenas, organizações ambientalistas e militantes políticos fizeram uma forte campanha alertando que o lago formado pela hidrelétrica, que na época seria chamada de usina hidrelétrica Kararaô, inundaria cerca de 7.5000 km<sup>2</sup> de floresta e afetaria drasticamente diversas comunidades indígenas. Foi nesse ínterim que os índios Kayapó organizaram em Altamira – PA o “I Encontro dos Povos Indígenas”, realizado em fevereiro daquele ano. Foi justamente nesse encontro que a índia Tuíra esfregou um facão no rosto de José Antônio Muniz Lopes, na época técnico da Eletronorte. Como o evento teve intensa cobertura da imprensa brasileira e internacional, a imagem a indígena ganhou repercussão mundial e contribuiu para que o projeto



da usina fosse abandonado (PINTO, 2002). Além da construção da hidrelétrica de Kararaô também foi posto em debate o Plano 2020 da Eletrobrás, publicado em dezembro de 1987, que tinha como projeto a construção de 80 hidrelétricas na região amazônica (CAPOBIANCO, 1989)<sup>94</sup>.

Há que se pôr em relevância que o desdobramento desse debate em torno da viabilidade da construção da usina de Estreito ocorreu de maneira descontínua e o espaço em que as frentes argumentativas apresentaram suas respectivas razões e as contrapuseram, mostrou-se marcadamente desigual. Esse desnivelamento foi inicialmente provocado pelo fato de a imprensa local assumir posicionamento favorável à implantação da obra, aspecto que incidiu sensivelmente sobre as matérias que circularam. No entanto, esse campo tornou-se mais equilibrado à medida que outras mídias informativas passaram a integrar essa esfera pública. Tem destaque aqui dois jornais digitais: o *Brasil de Fato* e o *Conexão Tocantins*.

Os eixos argumentativos das matérias e reportagens concentraram-se na viabilidade econômica da hidrelétrica, e nos custos sociais de um empreendimento daquela magnitude para a região. O objetivo das matérias concentrava-se menos em informar e mais em convencer da importância da hidrelétrica para a região, assim, as reportagens são inseridas em uma ordem discursiva essencialmente favorável ao projeto. Porém, conforme os debates e as negociações em torno da obra foram sendo aprofundadas e progredindo, outras categorias adjacentes à temática foram ganhando visibilidade, como a noção de desenvolvimento e a discussão em torno da noção de atingido, isto é, até que ponto indivíduos e famílias deveriam ser afetados pela hidrelétrica para terem direito de ser contemplados pelas políticas compensatórias.

As primeiras menções à hidrelétrica de Estreito que circularam na esfera pública aparecem em 2004. Em abril daquele ano, o *Jornal Momento*, editado em Estreito – MA, além de dedicar dois artigos ao empreendimento, deu-lhe um lugar de destaque na primeira página, como podemos ver a seguir: Essa primeira reportagem é importante porque, de certo modo, aglutinou a temática das subsequentes e deixou claro as linhas de interesse dos atores políticos que se apresentavam, não obstante as aparentes distinções ideológico-partidárias.

Além de uma exposição sumária dos benefícios que seriam trazidos pela hidrelétrica, as matérias ressaltavam a mobilização de entidades da sociedade civil e dos parlamentares

---

<sup>94</sup> Em seminário promovido pelo Núcleo de altos estudos da Amazônia (NAEA), em 1981, o engenheiro e Coronel do exército Raul Garcia Llano, na época presidente da Eletronorte, apresentou uma palestra sobre o setor energético na Amazônia com ênfase na energia elétrica. Nesse trabalho ele expunha as alternativas para implantação do complexo hidrelétrico do rio Xingu que além de Cararaô (Belo Monte), havia mais cinco usinas previstas: Garotire, Caiapo, Carajás, Iriri, Carajari e Babaquara. No programa de expansão de energia elétrica constante no Plano 2020 aparece apenas Cararaô cujo início da construção estava previsto para 1992. Cf. LLANO, 1981; BRASIL, PLANO 2020, 1987.

maranhenses e do Tocantins, para dar celeridade ao processo de aprovação da licença ambiental da hidrelétrica. Em uma delas podemos ler o seguinte:

A bancada federal do Tocantins reuniu com a Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva. Na reunião, a pauta foi a reivindicação para adiantar o processo de diagnóstico ambiental [...] da usina de Estreito, que será construída no rio Tocantins [...]. Também estiveram presentes à reunião o presidente do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (Ibama), Marcos Luiz Barros; o prefeito de Estreito – MA, Benedito Barbosa; representantes de associações de classe e prefeitos e vereadores das cidades de Carolina – MA, Babaçulândia – TO, Aguiarnópolis – TO e Darcinópolis – TO<sup>95</sup>.

Interessava aos parlamentares desenterrar o processo de emissão da Licença Prévia<sup>96</sup> da usina. A posição notória da então Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva como ambientalista causava certa apreensão<sup>97</sup>. Talvez por isso, os parlamentares tenham iniciado as conversações em seu ministério e não no de Minas e Energia. E para isso tenham mobilizado suas lideranças em âmbito local, regional e federal. Ademais, a situação descrita acima, conquanto referir-se ao caso específico de negociação política para a aceleração da expedição da licença ambiental do projeto de extração hidrelétrica de Estreito, lança luz sobre um problema mais abrangente. É o fato de que as tomadas de decisão em torno da construção de usinas hidrelétricas na região amazônica extrapolam critérios técnicos de viabilidade e ajustam-

<sup>95</sup> DURANS, Janaína. *Usina de Estreito poderá sair do papel*. **JORNAL MOMENTO**. Estreito – MA. 13 a 28 de abril. REGIÃO. 2004, p. 03.

<sup>96</sup> No Brasil o licenciamento ambiental dá-se em três etapas. Para receber a Licença Prévia, que consiste na aprovação da viabilidade ambiental do empreendimento além de estabelecer recomendações e condicionantes a serem cumpridos na fase de sua implantação, o proponente do projeto precisa elaborar um Estudo de Impacto Ambiental (EIA), seguido de um Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) da região em que serão realizadas as obras. Se o órgão municipal ou estadual competente – ou o Ibama, no caso de empreendimentos que envolvam uma ou mais unidades federativas, como foi o caso da hidrelétrica de Estreito – aprovar o EIA/RIMA, a Licença Prévia é emitida por um prazo de cinco anos. Em seguida vem a licença de Implantação (LI), que autoriza a instalação do empreendimento, desde que os planos de mitigação ambiental e projetos de compensação tenham sido aprovados. Por fim, após a confirmação do cumprimento das exigências estabelecidas nas licenças anteriores, o empreendedor recebe a Licença de Operação que precisa ser renovada no prazo legal de 4 a 10 anos. No caso da hidrelétrica de Estreito essas licenças foram emitidas respectivamente em 2005, 2006 e 2010. Cf. CONAMA, 1986; BANCO MUNDIAL, 2008; IBAMA, 2013.

<sup>97</sup> Em 2014 a agência *Reuters Brasil* publicava artigo em que Fábio Feldman, coordenador para a área ambiental da campanha de Aécio Neves (PSDB), acusava Marina Silva de ter prejudicado o “interesse de gerações futuras”, por ter abandonado os projetos de hidrelétricas de grandes reservatórios e optado por usinas a fio d’água na região amazônica. Quatro anos antes, em entrevista à jornalista Mirian Leitão, Marina Silva, então candidata à presidência da república, criticava as formas de implantação desses empreendimentos na região amazônica, afirmando que o modelo atual, além de possuir graves deficiências de planejamento, trata as questões ambientais e sociais como externalidades ou efeitos colaterais a serem resolvidos no decorrer ou após a construção das usinas. No entanto, afirmou que, caso fosse eleita, não deixaria de construir hidrelétricas na Amazônia, sob o argumento de o vasto potencial hidráulico da região não poderia ser dispensado. Em 2012, ao prefaciá-la uma publicação organizada para debater os rumos do setor elétrico e suas relações com o desenvolvimento do Brasil, Marina reiterava as críticas ao modelo energético adotado no país mencionando seus “significativos impactos” (SILVA, 2012) para populações tradicionais e indígenas. Cf. REUTERS BRASIL, 2014. A entrevista com Mirian Leitão pode ser consultada no Youtube sob o seguinte endereço: <https://www.youtube.com/watch?v=6ZGOQSNkaGk>. Acesso em 20 de junho de 2017.

se muito mais às pressões e negociações de âmbito político e econômico. O próprio Ibama cuja função deveria ser a de órgão mediador, aparece tomando posição favorável à construção da usina: “conforme o presidente do Ibama, a hidrelétrica de Estreito será construída e a previsão da licença ambiental deverá sair até o final do semestre desse ano [sic]”<sup>98</sup>.

Nesse sentido, tomados como fontes, os jornais apresentam material riquíssimo porque suas páginas comportam uma articulação entre composições textuais de várias naturezas com imagens diversas. Fotografias e reportagens nunca são postas a esmo; elas compõem um discurso que visa informar, mas também construir e direcionar a opinião pública: “notícias não são o que aconteceu [...], mas sim relatos sobre o que aconteceu. É um tipo de narrativa, transmitida por tipos especiais de meios” (DARNTON, 2005, p. 41). Nesse sentido, os fatos importam, mas a representação deles, a forma como são tratados no texto e as instâncias de poder que suscitam são mais relevantes. Esse entrecruzamento entre o acontecimento e sua representação que nos importa, porquanto, nas páginas dos jornais estão em jogo, para além dos eventos que registram, as condições de possibilidade para que esses eventos sejam inseridos na agenda de debates, isto é, por quais motivos esses eventos começaram a compor a esfera pública. Mais ainda: ao relatar fatos, os jornais, dependendo de sua linha editorial-ideológica, discutem ideias, confrontam paradigmas e ajudam a corroborar posturas econômicas e políticas.

Dessa maneira, os jornais Sul-maranhenses foram fundamentais na composição de uma narrativa repleta de sentido para a implantação da UHE de Estreito. Sentido tanto no que diz respeito à inserção dos fatos e acontecimentos em uma cadeia lógica dando a entender que aquela construção era parte de uma história que tinha início, meio e fim; quanto na perspectiva de que a inserção daquele empreendimento do PAC significara a inserção daquela região – o Sul do Maranhão e o Norte do Tocantins – em uma história muito maior que a sua, qual seja, aquela região comporia uma parte relevante da história do progresso do país.

A imagem que segue pode nos ajudar a compreender a o argumento exposto acima.

---

<sup>98</sup> Homero Barreto trata da construção da UHE de Estreito no Ministério do Meio Ambiente. **JORNAL MOMENTO**. Estreito – MA. 13 a 28 de abril. TOCANTINS. 2004, p. 05.

Figura 25: Primeira página do Jornal Momento de 13 a 28 de abril de 2004.



Fonte: Arquivo do Jornal Momento, em Estreito – MA.

Percorrendo a *geografia* da página acima do *Momento* percebe-se que a matéria referente à hidrelétrica de Estreito ocupa um lugar de proeminência em relação às outras notícias. A fotografia que se refere à implantação da hidrelétrica é maior que as outras e ocupa parte significativa do lado esquerdo inferior da página. Outrossim, é a única secundada por

título e legenda, sendo que o primeiro também possui dimensões superiores aos das outras notícias.

Essa disposição da matéria não é uma surpresa, posto que as obras principais concentrar-se-iam em Estreito; no entanto, se assumirmos com Roland Barthes (2015) que a imagem fotográfica, nos diz algo para além de seu conteúdo aparentemente tautológico e assumirmos que “a textura da fotografia também transmite uma mensagem” (BURKE, 2017, p. 38) podemos afirmar que a fotografia em questão é uma narrativa articulada como imagem. Portanto, nos apresenta uma história. Ora, um leitor minimamente atento notaria sem o auxílio das legendas que a compõem, que a imagem não apenas diz respeito à possível chegada de uma hidrelétrica à região, mas também a uma expectativa favorável à implantação deste empreendimento.

As inscrições constantes nos cartazes captados pelo obturador deixam isso claro: a frase “O progresso é agora” que ilustra a faixa que se encontra em primeiro plano, aponta justamente para a ideia de que o progresso é menos um processo que carece de um tempo razoavelmente longo e mais um acontecimento instantâneo, cujo desencadeamento começaria com a implantação do empreendimento. Logo abaixo, podemos ler “Filadélfia apoia hidrelétrica” e, mais atrás, enxergamos um cartaz que parece dizer “Queremos a liberação da UHE de Estreito [...] significa mais empregos”. Ao seu lado vemos outro com a frase “Darcinópolis quer emprego para seu povo na UHE Estreito”. No canto superior esquerdo pode ser vista a palavra “trabalhar” e, no lado oposto, a locução “do Maranhão” que talvez se refira a alguma associação de classe.

Tomando essas assertivas em conjunto, podemos deduzir que o apoio das cidades citadas nos cartazes não era gratuito, mas estava condicionado às potenciais vagas de trabalho no canteiro de obras do empreendimento para os trabalhadores desempregados dessas localidades. Esse tempo imediato expresso no “é agora” do progresso implica o desejo de ruptura com uma época de escassez e abre as portas para a era da prosperidade, marcada pela geração de renda. Assim, podemos afirmar que a imagem escolhida para compor a página principal do jornal, longe de ser meramente ilustrativa, aponta “não tanto a realidade social, mas ilusões sociais, não a vida comum, mas performances especiais” (BURKE, 2017, p. 44), isto é, possui um conteúdo retórico destinado a dialogar com a percepção do espectador, assim como com o imaginário social no qual ele está inserido que procura despertar<sup>99</sup> as diversas

---

<sup>99</sup> As imagens fotográficas, em especial aquelas que os jornais fazem circular possuem um apelo poderoso para mobilizar afetos e aglutinar ideias, mas é pouco provável que elas simplesmente criem essas disposições nos leitores. Nas palavras de Susan Sontag (2004, p. 28), “fotos não podem criar uma posição moral, mas podem

aspirações da opinião pública sul maranhense e do norte do Tocantins, tanto aquela que deseja o desenvolvimento econômico da região, quanto aquela a procura de uma fonte de renda menos precária. Dessa forma, a presença desta cena estrategicamente captada de pessoas manifestando-se a favor da construção da hidrelétrica de Estreito, longe de ter um caráter ilustrativo, apresentava-se como uma evidência crua, irretocável, que falava por si própria, destinada a imprimir “realidade”, à notícia que seria exposta nas páginas seguintes.

Os dois artigos aos quais nos referimos anteriormente, estabelecem diversas ressonâncias com a imagem da primeira página. O primeiro, cujo título era *A usina de Estreito poderá sair do papel*, figurava na parte superior da seção dedicada às notícias referentes às regiões Sudoeste do Maranhão e Norte do Tocantins. O segundo encontrava-se na página destinada às notícias que davam conta da agenda política e econômica do Estado do Tocantins, sob o seguinte título: *Homero Barreto trata da construção da UHE de Estreito no Ministério do Meio Ambiente*.

Ambos eram muito parecidos e foram escritos por Janaína Durans, editora-chefe e proprietária do *Jornal Momento*. Em linhas gerais, relatavam que a bancada federal do Tocantins, juntamente com prefeitos, vereadores e representantes de associações de classe das cidades de Carolina – MA, Estreito – MA, Babaçulândia – TO, Darcinópolis – TO e Aguiarnópolis – TO, haviam se reunido em Brasília com a então ministra do meio ambiente, Marina Silva, e o presidente do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Renováveis (IBAMA), com a finalidade de discutir as questões concernentes à aceleração do processo de emissão das licenças que liberariam o início das obras de implantação da hidrelétrica.

Apresentavam a hidrelétrica como esperança de redenção econômica para aquelas regiões daqueles estados e previam que a construção da usina se daria ainda em 2004<sup>100</sup>. Sustentavam o otimismo do prognóstico com uma premissa muito convincente para a população da região: a possibilidade de implantação de uma usina hidrelétrica em Estreito impulsionaria sobremaneira o desenvolvimento econômico, não apenas daquela cidade, mas do sudoeste do Maranhão e do extremo Norte do Tocantins. Afinal de contas, tratava-se de investimentos na ordem de 2,2 bilhões de reais, que transformariam o panorama econômico da região, começando pela geração de “cerca de 5 mil empregos diretos e outros 10 mil indiretos”

---

reforça-la – e podem ajudar a desenvolver uma posição moral ainda embrionária”. Isso significa que o espectador pode, evidentemente, deixar-se influenciar, mas ele não é totalmente passivo diante da imagem.

<sup>100</sup> A previsão não se confirmou, posto que a licença prévia só seria emitida em 2005 e as obras propriamente ditas só teriam início em 2007.

<sup>101</sup>, acrescentados dos “royalties para os municípios atingidos” <sup>102</sup> e “novas receitas com o turismo permanente, e não o turismo de temporada”<sup>103</sup>.

Nos anos que antecederam a implantação do canteiro de obras, o argumento da geração de empregos foi repetido *ad nauseam* pelos jornais, justamente porque a força da informação implicava em deixar clara uma relação numérica que fosse notável, que saltasse aos olhos do leitor a implicação entre a inserção da hidrelétrica na região e a quantidade de empregos que emanariam desse acontecimento. Em 2005, *O Progresso* põe em circulação uma matéria cujo argumento era muito semelhante ao desenvolvido pela do *Momento*. Ela dizia o seguinte:

O estado do Tocantins será um dos maiores beneficiados, em 2005, no que diz respeito à geração de energia. É o que o presidente Luís Inácio Lula da Silva anunciou recentemente na inauguração da Usina de Monte Claro (RS), que neste ano estarão em construção 15 usinas hidrelétricas e outras 17 serão licitadas para serem edificadas. De acordo com o Secretário de Recursos Hídricos do Estado, Anísio Pedreira, das 15 usinas anunciadas pelo presidente, pelo menos seis estarão no Tocantins<sup>104</sup>.

É importante pontuar que a matéria já insere a região como beneficiária de um projeto nacional em curso. Esse argumento não foi deslindado apenas pelos jornais. Em 2007, cinco meses após o início das obras civis da hidrelétrica de Estreito, a revista *Informar*, periódico pertencente à Martins Representações e Comércio S/A - Marcosa<sup>105</sup>, empresa especializada em venda, locação e suporte técnico para máquinas pesadas, publicava uma matéria de capa cujo título era “*Usina hidrelétrica de Estreito (UHE): energia para todo o território nacional*” e, logo abaixo, vinha o seguinte subtítulo: “com um investimento médio de R\$ 3 bilhões, o maior projeto gerador de energia em curso no Brasil produz mais de 20.000 empregos e fomenta o desenvolvimento econômico do país”<sup>106</sup>.

O subtítulo reitera a relação apresentada três anos antes pelo jornal estreitense, apresentando o montante a ser investido na construção com a quantidade de empregos que, em tese, seriam gerados pela construção. No entanto, a revista não deixa claro se esses empregos seriam diretos ou indiretos.

---

<sup>101</sup> DURANS, Janaína. *Usina de Estreito poderá sair do papel*. **JORNAL MOMENTO**. Estreito – MA. 13 a 28 de abril. REGIÃO. 2004, p. 03.

<sup>102</sup> DURANS, Janaína. *Usina de Estreito poderá sair do papel*. **JORNAL MOMENTO**. Estreito – MA. 13 a 28 de abril. REGIÃO. 2004, p. 03.

<sup>103</sup> Idem.

<sup>104</sup> FAGUNDES, Tatiana; FARIAS, Elisângela. Tocantins será o estado mais beneficiado com hidrelétricas. **O Progresso**, Imperatriz, 14 Jan. 2005. Tocantins, Caderno 1, p. 6.

<sup>105</sup> A Marcosa foi fundada em 1947. Era representante da Cartepilar Inc., empresa norte-americana do ramo de fabricação de máquinas, motores e veículos pesados destinados à mineração e construção civil. Em 2012, a Marcosa foi comprada pela Sociedade de Tratores e equipamentos Ltda. (Sotreq) grupo empresarial que atua no mesmo ramo.

<sup>106</sup> INFORMAR. N. 10. Out-nov-dez, 2007.

Vejamos o que nos diz o primeiro artigo:

A Usina Hidrelétrica de Estreito é uma obra de interesse nacional de geração de energia para todo o país. Além de representar a utilização de nossas riquezas pelo bem do país, vai reverter diretamente em royalties para os municípios atingidos [...]. E vai possibilitar novas receitas [...] com a possibilidade de irrigação, entre outros inúmeros benefícios à população<sup>107</sup>.

Neste trecho, além de mencionar os benefícios econômicos nos âmbitos local e regional, enfatizava-se também o papel de destaque que esses estados passariam a exercer no desenvolvimento do Brasil. Interessava desvincular os estados contemplados pela construção da hidrelétrica de uma perspectiva estritamente regional e local – isto é, o incremento econômico pelo qual passariam as cidades na linha de impacto do empreendimento – e inseri-los em uma narrativa de âmbito nacional, qual seja, ao tornar-se canteiro de obras de um empreendimento do porte de uma hidrelétrica, o Maranhão e o Tocantins teriam papel relevante no desenvolvimento econômico do país; o Maranhão principalmente, pois passaria a compor o importante grupo de estados fornecedores de um dos insumos mais importantes para a produção e consumo nacionais: a energia elétrica.

Esse argumento segundo o qual a implantação da hidrelétrica seria um evento positivo em todos os âmbitos<sup>108</sup> é apresentado também na fala do deputado federal pelo Tocantins, Homero Barreto (PTB), para quem: A Usina Hidrelétrica de Estreito será uma obra de grande porte que beneficiará tanto o estado do Tocantins como todo o Brasil, pois aumentará a produção de energia do país e a oferta de emprego para os tocantinenses<sup>109</sup>.

A fala do parlamentar instaura uma espécie de dialética entre interesses locais, regionais e nacionais, como categorias complementares, isto é, enquanto o país seria beneficiado com a extração de energia, as cidades na linha de “influência” do empreendimento teriam suas economias incrementadas pela circulação de renda advinda da indução de empregos diretos e indiretos e, por fim, a região como um todo, passaria a fazer parte da expansão da fronteira energética amazônica. Esse argumento sustentava-se no ideário segundo o qual, “a expansão da infraestrutura produtiva pesada [...], se concretiza dentro da lógica do circuito econômico global” (SEVÁ FILHO, 2017, p. 115). Assim, a viabilidade da construção da hidrelétrica de Estreito assentava-se na lógica, segundo a qual a produção de energia elétrica

---

<sup>107</sup> Idem.

<sup>108</sup> Tanto é assim, que quando vozes dissonantes começam a compor o debate, usar-se-á o argumento de que os opositores ao projeto não estão pensando na nação, mas em interesses minoritários.

<sup>109</sup> Homero Barreto trata da construção da UHE de Estreito no *Ministério do Meio Ambiente*. **JORNAL MOMENTO**. Estreito – MA. 13 a 28 de abril. TOCANTINS. 2004, p. 05.



era um imperativo categórico, sem o qual o crescimento econômico nacional tornar-se-ia uma quimera. Por esse motivo, era importante deixar clara a via de mão dupla que regia as relações locais, regionais e nacionais expressas nos artigos.

Em 2005, os embates na arena jurídica começam. Em 21 de dezembro de 2006, argumentando que “os impactos gerados por este empreendimento serão maiores que os benefícios” (IBAMA, 2000, fl. 6.624, apud. FERREIRA, et. al. 2014, p. 84), a Associação Agroextrativista dos Pequenos Produtores de Carolina (AAPPC) encaminhou ao Ministério Público um ofício no qual manifesta sua oposição à implantação da barragem. Esse documento deixa à mostra uma característica recorrente na relação dos Consórcios responsáveis pela construção de hidrelétricas em todo o país e que, evidentemente, repetiu-se na estratégia de abordagem dos representantes do CESTE: a primeira delas é a racionalidade que ampara a relação do CESTE com os impactados é radicalmente instrumental e utilitarista, isto é, o rio é entendido como matéria bruta em via de tornar-se mercadoria, portanto é abstraído como potencial energético, como potencialidade em vias de transformar-se em ato.

O documento também deixa entrever que a animosidade não se deu apenas por isso, mas também pelo caráter autoritário das ações do Consórcio. Nele, podemos ainda ler o seguinte: “Reivindicamos que as comunidades atingidas sejam consultadas e respeitadas durante todo o processo de negociação” (IBAMA, 2000, fl. 6.624, apud. FERREIRA, et. al. 2014, p. 84). Se o documento assevera a transparência nas negociações significa que o Consórcio agia de forma autocrática, apenas repassando aos impactados as decisões e propostas, relegando a estes apenas a função de escolher entre a cara de crédito e os reassentamentos urbanos ou rurais. Há que se mencionar também que a outra dimensão desse autoritarismo encontra-se no fato flagrante de que essas famílias não foram convidadas a discutir a possibilidade de implantação do empreendimento, mas tão somente comunicadas de sua existência e que, dentro de algum tempo, deveriam retirar-se de suas casas.

De 2005 a 2007, as estratégias das ações eram conduzidas para que a obra fosse embargada. A partir de daí, com a expedição da primeira licença, a de implantação, as negociações foram, paulatinamente se concentrando em torno de indenizações e compensações justas para os atingidos. Isso pode ser vislumbrado nas publicações do MAB a partir desta data. Em um informe sobre a realização de uma caminhada de Araguaína a Estreito o site do movimento relatava o seguinte: “Eles reclamam da falta de clareza sobre os critérios utilizados para definir os valores das indenizações e diversas famílias não têm perspectiva de vida, pois não são reconhecidas como atingidas” (MAB, 2010).

Dessa maneira, as reivindicações mais frequentes tinham como temática a percepção por parte dos atingidos de uma sintomática incongruência ambiental entre suas terras e sítios em que jaziam os projetos de reassentamentos propostos pelo Consórcio: “as novas terras se demonstraram inférteis, improdutivas para as atividades que desempenhavam em suas terras anteriores, havendo ainda, a falta de água” (MELO & CHAVES, 2012, pp. 01-13).

Em contraposição ao discurso de que o canteiro de obras da hidrelétrica seria um vetor indutivo de aquecimento da economia e geração de empregos, algumas pesquisas e fontes apontam que, no que se refere aos pescadores, o fenômeno deu-se inversamente. Devido à impossibilidade legal de se pescar por dois anos no lago formado pela barragem, os pescadores perderam sua fonte de renda primordial, sendo obrigados a refugiarem-se em trabalhos alternativos, cuja renda ficava aquém da proporcionada pela venda do pescado (MELO & CHAVES, 2012). A significativa mortandade de peixes que decorreu após a entrada em funcionamento da primeira turbina, em 2011, tornou a situação mais aguda.

O MAB publicou a notícia em 27 de abril de 2011 relatando que os pescadores da colônia de Estreito afirmaram que foram encontradas quase 35 toneladas de peixes mortos na beira do lago da usina ao final de março daquele ano. Dados fornecidos pelo MAB acusam que, após o enchimento do lago, quase 80% dos pescadores associados à colônia abandonaram a profissão, alegando a insuficiência de peixes: “Eles dizem que é mentira, mas temos pessoas infiltradas que conseguiram imagens de tratores enterrando os peixes e funcionários do CESTE tentando esconder o crime. São jaús de até 35 quilos, que vendemos a mais de 150 reais”<sup>110</sup>

### **2.3 O Discurso do EIA/RIMA**

Os Estudos de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA), enquanto condição *sine qua non* para a aprovação de empreendimentos cuja construção possa acarretar danos ambientais sérios, como é o caso das usinas hidrelétricas, são uma prática relativamente recente no Brasil, posto que sua obrigatoriedade só começa a ser observada em fins da década de 1980 (ZOUHRI, 2011). Isso se deu com a publicação, em 1986, pelo Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), de uma resolução que procurava delinear os critérios técnicos e legais para a realização de Estudos de Impactos Ambientais, este documento ficou conhecido como Resolução CONAMA 001/86.

---

<sup>110</sup> Luís Moura, presidente da Colônia de pescadores de Estreito. Entrevista publicada em matéria publicada em 27 de abril de 2011. Disponível em <http://www.mabnacional.org.br>.

Essa obrigatoriedade foi ratificada na carta constitucional de 1988, em seu capítulo dedicado ao meio ambiente, no qual consta-se, dentre outras normativas, que atividades possivelmente causadoras de efeitos ambientais deletérios devem ter sua aprovação sujeita a um estudo prévio e detalhado dos impactos negativos ao meio ambiente consequentes de sua implantação e que o resultado desse estudo deve tornar-se público (BRASIL, 2017)<sup>111</sup>. Todavia, apesar dos Estudos de Impacto Ambiental representarem considerável avanço nos campos institucional e ambiental, os debates em torno de sua legitimidade apresentam caráter essencialmente problemático, pois, não raramente, são palco de dissenso. Estes estudos, assim como os relatórios resultantes, são constantemente tematizados durante os conflituosos debates que ocupam os atores sociais diretamente implicados no processo de construção de hidrelétricas, tanto os proponentes das obras, quanto aqueles que se opõe a ela<sup>112</sup>. No que concerne à UHE de Estreito, não foi diferente.

O EIA/RIMA da hidrelétrica de Estreito foi produzido entre janeiro de 2001 e janeiro de 2002, pela Consultoria Nacional de Engenheiros Consultores, mais conhecida como CNEC Engenharia S.A, empresa de consultoria pertencente, à época, à Camargo Correia, empreiteira que compunha o Consórcio Estreito Energia (CESTE)<sup>113</sup>. A CNEC responsabiliza-se por diagnósticos de impactos ambientais desde a década de 1960. Durante a ditadura militar, tornou-se uma das principais projetistas de hidrelétricas e outras obras de infraestrutura no Brasil<sup>114</sup> (CAMPOS, 2012). Em relação à região amazônica, elaborou em 1975 o estudo de

---

<sup>111</sup> O Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), foi criado em 1981 pela lei federal n. 6938, como parte da Política Nacional de Meio Ambiente. É presidido pelo Ministro do Meio Ambiente, desde que foi incorporado à pasta em 1990. Possui atualmente 108 conselheiros, cuja competência reside, dentre outras coisas, em estabelecer, em articulação com outros órgãos colegiados ao meio ambiente, normativas relativas a critérios de licenciamento ambiental, parâmetros técnicos para a delimitação de áreas críticas, assim como fomentar o fortalecimento de conselhos estaduais e municipais de meio ambiente. Há que se mencionar que antes de haver exigências legais que determinassem a feitura de Estudos de Impacto Ambiental, a barragem de Sobradinho, em 1972, passou por estudos desta natureza, que são considerados como o primeiro EIA realizado no Brasil. Em 1977 foi a vez da hidrelétrica de Tucuruí ser submetida a um estudo de mesma natureza. Ambas as iniciativas ocorreram sob o patrocínio do Banco Mundial, quando as obras já estavam em andamento. Isso naturalmente nos diz que a construção dessas hidrelétricas, não estava condicionada a esses estudos, que sem qualquer força normativa, foram realizados menos para avaliar possíveis ressonâncias deletérias e mais para diagnosticar a viabilidade econômica dos empreendimentos, esquadrihar o potencial energético dos rios e dar uma resposta à pressão dos movimentos ambientalistas internacionais e ao próprio Banco Mundial que era um dos financiadores dessas obras. Cf. BRASIL, MME, PLANO 2010, 1987; CAPOBIANCO, 1989; TEIXEIRA, 2010; [www.ipea.gov.br](http://www.ipea.gov.br).

<sup>112</sup> Um exemplo interessante disso foi o *Painel de Especialistas* organizado pela antropóloga e professora da UFPA, Sônia Magalhães. Este estudo reuniu pesquisadores das mais diversas áreas instituições de ensino e destinou-se a analisar ponto a ponto o EIA/RIMA da hidrelétrica de Belo Monte apontando vários problemas em sua estrutura, tanto do ponto de vista ambiental, quanto social. Cf. MAGALHÃES; HERNADEZ, 2009.

<sup>113</sup> A CNEC Engenharia foi fundada por professores da escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP), em 1959, sendo adquirida pelo grupo Camargo Correia em 1969. Em 2010 foi comprada pelo grupo australiano Worley Parsons, consultoria de energia que atua em 45 países. Cf. LAMONTAGNE, 2010; MACIEL, 2015.

<sup>114</sup> Além do EIA/RIMA da hidrelétrica de Estreito, a CNEC foi responsável pelos estudos das usinas de Baguari (MG), Itá (RS/SC), Tijuco Alto (SP/PR) e Segredo (PR). Também elaborou os relatórios do metrô de São Paulo e do trecho entre Minas Gerais e Espírito Santo da ferrovia Norte/Sul.

inventário do rio Xingu, que deu origem ao projeto de Belo Monte (BERMAN, 2012). Na década de 1980, elaborou diversos projetos referentes aos rios Amazonas e Tapajós.

O corpo técnico reunido para empreender os trabalhos de campo que subsidiariam o relatório que seria apresentado ao IBAMA e à FUNAI, era composto de sessenta e sete especialistas em diversas áreas, com destaque para as engenharias e ciências naturais que compunham a maior parte do grupo. Com efeito, os dezesseis engenheiros, nove biólogos, sete geólogos, nove arquitetos perfaziam mais da metade da equipe. No campo das ciências humanas e sociais havia apenas dois historiadores, um antropólogo, três geógrafos, quatro sociólogos e dois economistas<sup>115</sup>.

Essa equipe produziu um relatório composto de seis capítulos cuja linguagem essencialmente técnica e difícil, dá entender que sua feitura foi direcionada a um público restrito, de especialistas familiarizados com a temática. Não obstante ser sabido que o EIA/RIMA, em tese, deveria ser direcionado a um público bem mais amplo, não houve o cuidado em produzir um texto minimamente agradável e com recursos explicativos – como um glossário, por exemplo – que tornassem mais claros termos como *turn over*, *áreas de bota-fora* ou *áreas de empréstimo*, só para mencionarmos alguns<sup>116</sup>. Dessa forma, fica clara a impressão de que a linguagem cifrada que estrutura os enunciados que compõem este relatório de impacto ambiental, tem em vista instituir uma gramática compreensível apenas àqueles a quem a obra interessaria financeiramente.

As famílias residentes na área de impacto da barragem tiveram muitas dificuldades em compreender o que era proposto, dada a linguagem distante de seu mundo linguístico e semântico. É importante que isso seja mencionado, porque a linguagem nunca é neutra, mas possui uma relação circular com o poder, pois produz efeitos de sentido que se desdobram em relações de força. As elucbrações de Pierre Bourdieu podem nos ajudar a lançar luz sobre esta questão. A respeito dessa imbricação entre discurso e poder o sociólogo francês nos ensina o seguinte:

---

<sup>115</sup> O restante da equipe era composta por um químico, um administrador, um tecnólogo, um arqueólogo, um advogado, um projetista, quatro pesquisadores sem especialidade declarada, dois estagiários, um digitador e uma secretária. Conf. CNEC, 2001, pp. 261-267.

<sup>116</sup> Podemos identificar uma diferença de abordagem entre os EIA/RIMA de Estreito e o da usina de São Luíz do Tapajós, em Itaituba – PA, ambos feitos pela CNEC Engenharia. O EIA/RMA de Estreito não foi feito para a leitura pública, mas foi elaborado em uma linguagem essencialmente técnica, quase cifrada, destinada a especialistas e, portanto, pouco inteligível para o público a que supostamente interessaria, qual seja, as populações atingidas pela barragem. O EIA/RIMA de São Luíz do Tapajós, pelo contrário, tem um formato esteticamente mais agradável e atraente. Os textos são intercalados por imagens coloridas, infográficos, box laterais destinados a explicar termos essencialmente técnicos, tendo inclusive, um glossário na parte final do relatório. É uma abordagem aproximativa: o de Estreito, ao contrário, afastava. Cf. CNEC, 2015.

Produzidas e reproduzidas por corpos de especialistas mediante uma alteração sistemática da língua comum, as línguas especiais são (a exemplo de qualquer discurso) o produto de um compromisso entre um interesse expressivo de uma censura constituída pela própria estrutura do campo onde o discurso é produzido e também circula (BOURDIEU, 2008, p.131)

Assim, essa lacuna didática, não se tratou de inépcia ou descuido, mas de um ato intencional de exclusão, isto é, uma forma de censurar de antemão quaisquer possíveis alterações por parte do leitor. A linguagem é utilizada, não como veículo de comunicação, mas de afastamento do interlocutor, numa tentativa de mantê-lo em uma zona de penumbra na qual o texto é lido, mas não é compreendido. Forçando-o, assim, a adotar as regras do discurso que lhe interpela para poder contraditá-lo. Esse tipo de tática de exclusão que se opera ao nível da linguagem por meio da utilização de jargões técnicos deixa claro que no EIA/RIMA o discurso não era apenas o meio em que se dava o litígio, mas o próprio objeto da disputa.

O argumento acima pode ser corroborado ao observarmos a estrutura do documento: a equipe que elaborou o EIA/RIMA optou por utilizar em lugar de uma linguagem mais clara, a estratégia do discurso competente, excessivamente técnico, cuja força reside não na capacidade de se fazer entender pelo destinatário, mas na autoridade que lhe delega a instituição ou comunidade científica da qual provém e, também na capacidade que tem de tornar o receptor deste discurso refém de sua incompreensão. Dessa forma, quem se propusesse a questionar os dados apresentados teria sua arguição rechaçada pelo argumento de que aqueles que apontassem as fragilidades do relatório o faziam por não terem a competência técnica para lidar com os dados apresentados. Ademais, o EIA/RIMA de Estreito não foi estruturado somente em um arcabouço técnico, mas utilizou um discurso que em seu bojo, carregou uma série de intenções que consistiam em construir dados que não apenas apresentassem a viabilidade do empreendimento, mas justificassem sua existência, caso ele fosse questionado judicialmente ou por outras vias.

Assim, tanto o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), quanto os estudos de campo que lhes serviram de subsídio produziram um efeito de poder, qual seja: agiram no sentido de des-locar do debate quaisquer interlocutores que se propunham a contraditá-lo. Dessa forma, o des-locamento das famílias foi um processo que se desdobrou não apenas na dimensão física, geográfica, mas iniciou-se já na própria discussão instaurada e conduzida por meio dos dados produzidos e fornecidos pelo EIA/RIMA.

O primeiro capítulo do Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), da hidrelétrica de Estreito, destinava-se a apresentar o escopo do empreendimento e as razões que justificam sua construção, assim como suas características mais gerais. São apresentadas as empresas que

compõem o CESTE e é descrito o processo que levou à sua de concessão. Em seguida são abordados os parâmetros que levaram à escolha locacional do empreendimento, a 3, 25 km da cidade de Estreito – MA, em um local conhecido como Pedral do Pirarara. Essa tomada de decisão foi baseada, conforme o relatório, na consideração dos custos de construção, na energia que seria agregada ao sistema elétrico nacional e os impactos sobre o meio ambiente, definindo o trecho em que a barragem seria levantada como o “menos impactante” (CNEC, 2001, p. 12), sempre insistindo no argumento de que as escolhas são sempre feitas “do ponto de vista técnico, econômico e ambiental” (CNEC, 2001, p. 13).

Em seguida descreve minuciosamente a estrutura da barragem, o cronograma das obras e conclui mencionando a quantidade de mão de obra necessária à construção da hidrelétrica, enfatizando que a maioria dos empregos seria destinada aos trabalhadores da região. No capítulo seguinte dá-se uma breve revisão da legislação ambiental que norteou todo o processo, com vistas a demonstrar a adequação do projeto aos parâmetros nacionais e estaduais.

O terceiro e quarto capítulos tratam dos impactos previstos para a região, assim como das medidas mitigatórias. Neles são definidos, respectivamente, as Áreas de Influência Direta (AID) e as Áreas de Influência Indireta (AII), delimitadas como “porções territoriais sujeitas às influências direta e indireta das ações do empreendimento, nas suas ações etapas de planejamento, implantação e operação” (CNEC, 2001, p. 25), que, dito de outra forma, consiste em especificar categoricamente as áreas dos municípios que serão inundadas e as outras modalidades de transformação que decorrerão da instalação do canteiro de obras e as modificações na infraestrutura das cidades inseridas na área de impacto. As áreas de influência direta e indireta abrangem os meios natural, físico-biótico e sócio-econômico.

Essa parte do relatório é muito importante, porque é nela que consórcio proponente da hidrelétrica vai expressar o que entende por impacto (social, ambiental e econômico) e a metodologia utilizada para identificar seus fatores geradores, introduzindo uma noção positiva de impacto à qual é relacionada a possibilidade de fomento de novas vagas de trabalho para a população, dessa maneira, conforme o EIA/RIMA, “trata-se de um impacto de natureza positiva, pois a região tem carência de empregos, e ainda que de forma temporária, representam novas oportunidades de emprego para a população” (CNEC, 2001, p. 106), em especial a de Estreito – MA e Aguiarnópolis – TO, cidades que sediaram as principais obras da usina. O recolhimento de royalties pelas cidades atingidas<sup>117</sup> pelo reservatório também é mencionado como impacto de natureza positiva. Nessa seção também aparece a noção de quem é o atingido.

---

<sup>117</sup> Em um informativo bimestral o CESTE fez publicar que de junho de 2011 a setembro de 2015, já havia repassado aos municípios e ao Governo Federal cerca de R\$ 100.282.890,70. Esse montante, chamado de

No quinto capítulo consta a exposição e o planejamento de 31 programas destinados a implementar medidas compensatórias com vistas a mitigar os diversos impactos previstos para ocorrerem no decorrer do processo de instalação da usina e após a sua total inserção na região. Nessa seção, o Consórcio empreendedor se compromete a patrocinar programas que abarquem os aspectos biofísicos, natural e socioeconômico da área de impacto, por meio do monitoramento e gerenciamento ambiental destinados a verificar em todas fases da construção, a qualidade da água, as mudanças na ictiofauna, os processos de assoreamento, os índices climatológicos e sismológicos, projetos de recomposição urbana, além do programa de remanejamento das populações que teriam suas residências alagadas pelo reservatório, recomposição de áreas de turismo, como algumas praias que seriam submergidas, na região de Filadélfia e Babaçulândia, dentre outros.

O sexto capítulo mais se assemelha a uma conclusão. Sob o título “*Futuro da Região*”, seu conteúdo ocupa uma página e meia do relatório e, surpreendentemente, emite um diagnóstico pouco animador para a região, pois “a presença do reservatório não se constituiria em fator indutor de um incremento significativo das atividades produtivas” (CNEC, 2001, p. 260). Há que destacar também a maneira “cuidadosa” com que os enunciados são construídos. Essa cautela pode ser vista acerca no que se refere às áreas alagadas.

Apesar de admitir que o território a ser submerso era de extensão considerável, argumenta-se no relatório que “a cobertura vegetal das áreas que serão diretamente afetadas [...] terá uma compensação **tendente** a equilibrar as duas situações” [grifo meu] (CNEC, 2001, p. 260). Em seguida, quanto ao impacto sobre as praias que apareciam quando as águas do rio baixavam, entre os meses de junho e agosto, e que movimentavam sensivelmente a economia de cidades como Babaçulândia e Filadélfia, por exemplo. Sobre isso, o EIA/RIMA observa o seguinte:

Embora a perda das praias seja um impacto cultural e para a economia atual relativamente pesado, **é provável** que no cenário emergente, com a reestruturação da interface rio (lago) cidades e com a implantação de praias artificiais [...], permitam um florescimento da atividade turística” [grifo meu] (CNEC, 2001, p. 260).

---

Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos (CFURH), corresponde a 6% do valor da energia produzida pela hidrelétrica. Por lei, os estados envolvidos recebem 45% desses recursos a serem rateados entre os municípios cujas áreas foram inundadas ou que tenham em suas sedes instalações destinadas à produção de energia. O restante cabe à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL que fica com 3,6%, à Secretaria de Ciência e Tecnologia (2%) e à Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente (4,4%). O dinheiro é distribuído aos municípios em conformidade com a porcentagem de seu território inundado e é pago mensalmente para que os municípios invistam nos setores de educação, saúde, assistência social e infraestrutura. Carolina – MA e Filadélfia – TO, municípios mais afetados pela inundação provocada pelo reservatório, 17,8% a primeira e 9,2% segunda, receberam até aquele ano R\$ 11.082.211,28 e R\$ 6.143.721,05, respectivamente. Cf. CNEC, 2001; CESTE, 2015.

As palavras *tendente e provável* constantes nas citações acima, possuem no corpo dos enunciados uma função estratégica, qual seja, mantém as afirmações no campo das possibilidades. É como se o relatório, por outros termos, admitisse que a inserção da usina materializar-se-á como uma interferência que trará consequências seguramente danosas para as cidades diretamente implicadas em seu raio de alcance, mas que é possível que externalidades positivas também apareçam, respeitadas, determinados condicionantes. Dessa maneira, esse prognóstico de emergência de um cenário favorável à região, dá a entender que os impactos positivos a serem esperados, mormente no que diz respeito aos âmbitos social e econômico, devem resultar não do empreendimento em si, mas das ações mitigatórias e compensatórias, com as quais o consórcio empreendedor, por força de lei, se mantém comprometido em efetivar.

Por fim, o relatório admite que inserção da hidrelétrica custará o solapamento de uma dimensão considerável do modo de vida das populações ribeirinhas e menciona que, juntamente com as outras represas construídas antes dela, a UHE de Estreito “poderá transformar o rio Tocantins em imenso lago” (CNEC, 2001, p. 259). Ato contínuo, deixa entrever que, não obstante a geração de emprego e o aquecimento de outras atividades produtivas durante a construção da usina, após o término das obras, a presença da hidrelétrica não trará para a região transformações substancialmente positivas, pois, “os principais “potenciais” e fragilidades, assim como as principais demandas para um desenvolvimento integrado e sustentável, não serão afetados ou mobilizados em profundidade” (CNEC, 2001, p. 259), o que desconstrói todo o discurso calcado na ideia de que obras da magnitude das hidrelétricas são indutores de desenvolvimento e transformações sensíveis nas condições de vida das regiões em que são inseridas.

Após sua entrega, em 2001, o EIA/RIMA da hidrelétrica de Estreito foi objeto de debate em cinco audiências públicas transcorridas entre 15 e 19 de julho de 2002 nos estados do Maranhão e Tocantins. Em setembro de 2003, o IBAMA pediu ao consórcio empreendedor estudos complementares que, conforme a análise dos técnicos do instituto, seriam imprescindíveis para a atestação da viabilidade ambiental da usina. As complementações requisitadas foram entregues um ano depois e foram submetidas entre os dias 31 de janeiro e 04 de fevereiro de 2005, a uma nova rodada de audiências públicas, para que os representantes do CESTE tirassem as dúvidas da população quanto aos estudos adicionais, assim como acerca dos impactos econômicos, sociais e ambientais que a construção da hidrelétrica acarretaria à região. No entanto, as audiências tiveram caráter meramente consultivo, posto que não foram articuladas para debater a viabilidade econômica e social do empreendimento, assim como seus



custos ambientais, mas para apresentar o projeto e discutir seus impactos, quem seriam os atingidos e qual a natureza das compensações financeiras para as cidades e localidades. A própria imprensa encarregou-se disso:

durante cinco dias, comunidades e políticos de cidades atingidas pela obra discutiram sobre todos os impactos que o empreendimento vai gerar à região. O próximo passo será a análise feita pelo Ibama para que possa ser concedida a licença ambiental para o início das obras ainda neste semestre.<sup>118</sup>

Nessa proposição o empreendimento foi apresentado como realidade inapelável, fez com que as audiências fossem marcadas por debates acalorados e conflituosos. De um lado as populações atingidas assessoradas principalmente pelo Movimento dos atingidos por Barragens (MAB), a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), o Ministério Público (MP) em âmbito estadual de federal e a ONG Centro de Trabalho Indigenista (CTI), questionaram veementemente a metodologia de elaboração do EIA/RIMA, assim como as intencionalidades subjacentes à sua feitura.

Por ocasião de uma das audiências públicas, no pátio de um colégio abarrotado de ribeirinhos, agricultores e pescadores, os representantes do CESTE ouviam impassíveis a fala de um ribeirinho acerca de suas impressões do EIA /RIMA:

No EIA/RIMA, eles estão procurando descaracterizar os ribeirinhos, dizendo que nós degradamos o meio ambiente. Como nós, que vivemos do extrativismo, como nós temos degradado esse meio ambiente? Se a licença ambiental acontecer aí vocês vão inundar toda a nossa área de babaçu, aí nós não pudermos mais fazer nada [sic]<sup>119</sup>.

A audiência ocorrida em Babaçulândia – TO, em fevereiro de 2005, também protagonizou episódios de tensionamento. Diversas pessoas protestaram contra a implementação da barragem e a polícia chegou a ser mobilizada para conter os manifestantes<sup>120</sup>.

No que concerne à questão indígena, o Centro de Trabalho Indigenista (CTI) pressionou o CESTE a subsidiar um estudo etno-ecológico mais aprofundado sobre os impactos da hidrelétrica sobre o modo de vida das populações indígenas Apinajé, Krahô, Gavião e Krikati, porquanto o EIA/RIMA apontava que apenas a T.I. Kraolândia, entre os municípios de Itacajá e Goiatins, no estado do Tocantins, sofreria com os efeitos indiretos do empreendimento,

<sup>118</sup> *Hidrelétrica de Estreito é discutida em Carolina*. **O PROGRESSO**. Imperatriz – MA. 05 de fevereiro. Política. 2005, p. 03.

<sup>119</sup> Trecho do discurso de um ribeirinho registrado no documentário “Tocantins: rio afogado”, produzido em 2005. Cf. [www.youtube.com/watch?v=c29L\\_aOj88y](http://www.youtube.com/watch?v=c29L_aOj88y).

<sup>120</sup> *Audiência pública em Babaçulândia começa com clima tenso*. **O PROGRESSO**. Imperatriz – MA. 03 de fevereiro. Política. 2005, p. 02.

e as demais terras indígenas encontravam-se fora da área de influência direta da barragem (CNEC, 2001). Esse estudo deveria ser realizado por antropólogos familiarizados com os povos Timbira e escolhidos pelos próprios índios. A empresa foi obrigada a aquiescer à essa demanda e o relatório ficou pronto em outubro de 2006 (ALMEIDA 2007; LAMONTAGNE, 2010).

Por outro lado, os proponentes da barragem criticavam o processo de licenciamento alegando sua “[...] suposta morosidade e excesso de burocracia, o que resultaria em obstáculos para a aprovação de projetos” (ZOUHRE, 2011, p. 13). O Consórcio Estreito Energia (CESTE), apoiado pelas elites políticas tanto do Tocantins, como do Maranhão, assim como por camadas da sociedade ligadas ao comércio e à indústria, cobrava dos órgãos responsáveis pelo licenciamento celeridade no processo, sob o argumento de que o atraso no início das obras acarretaria prejuízo para a empresa, para a região cuja população precisava de empregos e para o país, que necessitava da energia a ser gerada pela usina. Essa conjuntura aparece de maneira eloquente no discurso de Atenágoras Reis Batista, à época presidente da Associação Comercial e Industrial de Imperatriz (ACII), que nos diz o seguinte:

O início da construção da hidrelétrica pode ser atrasado mais um ano, além de correremos o risco de perdermos um investimento de tal monta como este; [...] se essa licença não for concedida nos próximos 90 dias, não haverá tempo nem condições logísticas e meteorológicas adequadas para dar início à obra<sup>121</sup>.

Essa fala encontra-se registrada na página de Política da edição de 23 de março de 2005 do jornal *Progresso*, de Imperatriz – MA. Sob o sugestivo título de “Construção da Usina de Estreito ameaçada por “detalhes políticos””, a matéria também relatava que Atenágoras Barbosa trouxera do Rio de Janeiro o diretor do CESTE para falar sobre o empreendimento aos comerciantes imperatrizenses. A imagem abaixo aparece na matéria como registro desse encontro.

---

<sup>121</sup> *Construção da Usina de Estreito ameaçada por “detalhes políticos”*. **O PROGRESSO**. Imperatriz – MA. 25 de março. Política. 2005, p. 03.

**Figura 26: Registro do encontro do presidente da Associação Comercial e Industrial de Imperatriz com os dirigentes do Consórcio Estreito Energia (CESTE).**



Fonte: O PROGRESSO, 2005

O presidente da ACII, Atenágoras Barbosa e o diretor do CESTE, Edio Laudelino, segundo e terceiro, respectivamente, estão posicionados ao centro da imagem, ao lado de dois personagens não mencionados no texto. As mãos do presidente da ACII sobre os ombros da primeira pessoa e do diretor do CESTE, assim como a posição central de ambos na fotografia, sugere o protagonismo da Associação Comercial e Industrial de Imperatriz (ACII) no esforço de acelerar a efetivação das obras da hidrelétrica de Estreito. Nos leva também a inferir que o primeiro personagem fazia parte da equipe trazida do Rio de Janeiro, enquanto o quarto e último componente a imagem, mais deslocado provavelmente seja alguém da própria ACII.

O texto do jornal também informava, com vistas a pressionar os políticos maranhenses atuantes nas esferas nacional, estadual e regional, que o presidente da ACII protocolara um ofício às casas legislativas de ambas as esferas solicitando aos parlamentares maior engajamento na causa e a emprenderem as medidas necessárias a viabilizar o quanto antes a expedição da Licença de Instalação (L.I.) da hidrelétrica. Conforme suas palavras: “desde o ano de 2003 o consórcio está com o dinheiro pronto para o início da obra, mas detalhes políticos

estão impedindo que ela comece”<sup>122</sup>. E ressaltava que o único deputado que “estava vestindo a camisa do empreendimento [...] trabalhando diariamente para sua implantação”<sup>123</sup> era o deputado federal Sebastião Madeira (PSDB). Outrossim, Atenágoras Batista ressaltava, agora se reportando ao EIA/RIMA, que “para chegar ao atual estágio, acredita-se que o projeto da UHE Estreito tenha observado as exigências legais, inclusive ambientais. Uma vez obedecidos os preceitos da lei, é razoável que se lute pela implementação do projeto”<sup>124</sup>.

A Licença Prévia (LP) seria emitida pelo IBAMA alguns dias após a publicação desta matéria, em 25 de abril de 2005. Em setembro do mesmo ano o empreendedor iniciou a elaboração do Projeto Básico Ambiental (PBA)<sup>125</sup> e em 14 de dezembro de 2006 o IBAMA concedeu a Licença de Instalação da hidrelétrica, que permitia ao consórcio começar as obras de construção.

O EIA/RIMA possuía função e objetivos precisos: atestar a viabilidade econômica, social e ambiental do empreendimento, sendo que as duas últimas categorias estão subordinadas à primeira. Dessa forma, todo seu conteúdo foi produzido para convencer seus examinadores – IBAMA e FUNAI, principalmente – dessa viabilidade e dificultar a seus opositores – em especial os movimentos sociais que apoiaram a causa dos atingidos – a formulação de argumentos que indicassem a inviabilidade daquela construção.

Nesse ponto, as matérias jornalísticas e a estrutura do EIA/RIMA acabam se articulando para formar um argumento único, qual seja, o de que não apenas o empreendimento é necessário, mas que todo aquele que questiona sua viabilidade age como opositor ao desenvolvimento da região. Assim, é interessante notar como o EIA/RIMA fez aparecer a hidrelétrica, não apenas como uma proposta, mas como resultado “das necessidades prementes de energia elétrica do País” (CNEC, 2001, p. 05), inserindo-a em um espaço discursivo em que ecologia, sociedade e meio ambiente se relacionam com construções hidrelétricas de maneira complementar, como se a barragem se inserisse “naturalmente” no leito do rio, de modo a, com o tempo, se harmonizar-se à paisagem.

---

<sup>122</sup> *Construção da Usina de Estreito ameaçada por “detalhes políticos”*. **O PROGRESSO**. Imperatriz – MA. 25 de março. Política. 2005, p. 03.

<sup>123</sup> *Construção da Usina de Estreito ameaçada por “detalhes políticos”*. **O PROGRESSO**. Imperatriz – MA. 25 de março. Política. 2005, p. 03.

<sup>124</sup> *Construção da Usina de Estreito ameaçada por “detalhes políticos”*. **O PROGRESSO**. Imperatriz – MA. 25 de março. Política. 2005, p. 03.

<sup>125</sup> O Projeto Básico Ambiental (PBA) é o documento em que constam as condicionantes necessárias à emissão da Licença de instalação de qualquer construção que seja indutora de danos ambientais e sociais. Nele são apresentadas as medidas de controle ambiental, assim como os programas de e ações a serem desenvolvidas em todos os estágios do projeto com vistas a mitigar os impactos e ressarcir as populações atingidas.

Para que esse discurso adquira o efeito de sentido desejado, o EIA/RIMA assume o discurso do desenvolvimento sustentável, dando a entender que a energia necessária ao desenvolvimento do país e a manutenção de seu meio ambiente não são realidades excludentes, mas podem equilibrar-se, pois a indústria energética nacional teria consciência de que “as restrições levantadas aos empreendimentos hidrelétricos são de um modo geral de ordem sócio-ambiental” [sic] (CNEC, 2001, p. 06). Concentrando o problema em seus aspectos sociais e ambientais, o texto propõe a “equação” que resolveria esse antagonismo “aparente”:

Atualmente, contudo, o setor elétrico tem reorientado suas ações no sentido de consolidar e sistematizar o conhecimento nessa área, avaliar e caracterizar os custos e benefícios sócio ambientais, intensificar e ampliar as ações mitigadoras e, por fim, ampliar a participação da sociedade no processo de decisão de programas e projetos (CNEC, 2001, p. 06).

Os enunciados acima mostram que o EIA/RIMA de Estreito (assim como qualquer outro estudo dessa natureza) não deve ser entendido como um estudo cuja finalidade seria avaliar de forma neutra e sistemática a realidade sócio econômica da região em suas relações com o ambiente biofísico com o qual interage, mas desdobra-se como um documento argumentativo, destinado, não a constatar a viabilidade da obra, mas convencer os órgãos licenciadores e a sociedade em geral de que a obra é exequível. É por isso, que a argumentação é desenvolvida no sentido de minimizar a percepção do empreendimento como um acontecimento de consequências deletérias e enfatizar o caráter positivo de sua instauração, associando a isso ideia de que a região implicada no processo não seria alvo da ação, mas “sujeito” atuante no processo, justamente porque participaria “no processo de decisão de programas e projetos” (CNEC, 2001, p. 06).

Essa última parte da citação denuncia o caráter autoritário do processo, pois a população não é convidada a compor as discussões acerca da viabilidade da obra. Essa questão já estava, de antemão, resolvida. O “debate democrático” ao qual a região é convidada a participar dizia respeito às compensações e à natureza dos programas que serão desenvolvidos para levá-las a efeito. Por isso, audiências públicas foram denunciadas como mero exercício de teatralidade, em que os papéis já estavam basicamente determinados. O texto, no entanto, segue reiterando o caráter participativo da sociedade:

Essas ações visam atenuar os aspectos negativos e ampliar os aspectos positivos dos empreendimentos, cabendo à sociedade como um todo a responsabilidade de estabelecer a medida de exploração desse potencial, a partir de uma perspectiva de desenvolvimento sustentado (CNEC, 2001, p. 06).

Nesse sentido, o processo de construção da hidrelétrica de Estreito, seria o eixo aglutinador e articulador dessas instâncias, posto que o canteiro de obras resolveria os problemas econômicos, por meio da criação de empregos e os programas de mitigação cuidariam das demandas sociais e ambientais. Essa intenção é reforçada em outra passagem do estudo, que apresenta o progresso e o desenvolvimento econômico do Brasil, como motivos principais e irrefutáveis para a construção da usina de Estreito, porquanto a oferta insuficiente de energia não acompanhara o crescimento da economia e acabava por tornar-se um gargalo para crescimento econômico do país. Esse argumento, encontramos-lo no início do EIA/RIMA onde se lê que: “O setor elétrico brasileiro, que no passado constituiu importante vetor de expansão econômica, hoje é um condicionador desta expansão” (CNEC, 2001, p. 05).

O Relatório procurou dar robustez a esta argumentação apresentando estatísticas referentes ao consumo industrial e doméstico brasileiros, explicando que a demanda residencial, por conta do fortalecimento do poder de compra decorrido da consolidação do Plano Real, havia aumentado sensivelmente e que a demanda industrial correspondia a 43% do consumo de energia elétrica do país, em 2000, com tendência a expandir-se (CNEC, 2001).

Escopando-se nesses dados, o relatório procura inscrever um tom irrefutável à justificativa do empreendimento, afinal de contas, suas proposições estavam amparadas em estatísticas. No entanto, quando se trata de questões que envolvem disputas territoriais e conflitos em torno do usufruto da água, nunca podemos nos fiar na suposta “neutralidade” das estatísticas, pois “os fatos nunca falam por si, mas são sempre levados a falar por uma série de mecanismos discursivos” (ZIZEK, 1996, p. 17). E a evidência que podemos extrair disso é que o proponente do projeto, assim como as classes sociais que de alguma forma advogam em seu favor, sempre porá em relevância os aspectos da realidade que mostrarão o projeto não apenas como exequível, mas necessário.

Esse argumento de cunho economicista foi retomado no Plano Básico Ambiental (PBA), que sustentava que a construção da hidrelétrica de Estreito, inseria-se na necessidade de instaurar um equilíbrio entre a oferta de energia e a demanda, posto que o crescimento econômico do país estaria ameaçado, caso esse descompasso não fosse revertido em favor da demanda. E reiterava o seguinte:

Atualmente [2005], o Brasil detém todas as condições para dar continuidade a um novo ciclo de expansão ao longo desta década, com a taxa e inflação convergindo para patamares internacionais e a dívida pública e o déficit em conta corrente assumindo trajetórias declinantes como percentagem do PIB (CNEC, 2005, p. 03).

A proposição acima sustentava-se no índice médio da inflação brasileira que em 2005 marcava 6,88%, cifra extremamente positiva, se a compararmos com os 147, 98% de dez anos antes<sup>126</sup>, o que mostrava que a economia brasileira experimentava o crescimento que justificava a iniciativa e acrescentava o seguinte:

Perspectivas de crescimento como essas não ocorrem desde a **época áurea** dos anos 70, quando as reformas de 1964/1967 geraram, em um contexto externo favorável, bases para a expansão observada no período do “milagre brasileiro” [Grifo meu] (CNEC, 2005, p. 03).

Esta comparação não é posta em jogo por acaso, mas apresenta uma utilidade retórica fundamental, que a um nível mais profundo, consiste em associar o regime autoritário a uma época quase idílica de prosperidade econômica e sustentar a premissa de que o Brasil, na entrada do século XXI, experimentava um outro momento de aceleração econômica que não poderia ser desperdiçado e que, portanto, a construção da hidrelétrica articulava-se tanto como um reflexo dessa pungência econômica, quanto como condição de possibilidade para sua manutenção.

Acrescido a isso, foram apresentados outros nuances segundo os quais a premência na construção de hidrelétricas residia também em uma estratégia para “evitar períodos de restrição da oferta a médio e longo prazo” (CNEC, 2005, p. 03), referindo-se logicamente à “crise do apagão” ocorrida entre 1999 e 2001, e que foi desencadeada pela convergência das condições climáticas com a decisão do governo de contingenciar sensivelmente investimentos em infraestrutura energética. Uma estiagem prolongada causou a depleção dos reservatórios das usinas existentes que, em 2000 tiveram seu nível reduzido a 59,4%, limitando, assim, sua capacidade de geração de energia. Naquele ano, as hidrelétricas respondiam por 95% da geração de energia elétrica no país (ELETROBRÁS, 2000). Assim, o governo se viu compelido a lançar medidas de racionamento para contornar a crise, forçando as indústrias a cortarem seu consumo em até 25% e as residências em até 20%. Somou-se a isso, a ausência de investimentos tanto em geração, quanto na transmissão de energia elétrica em franca contradição com o aumento de 5,2% do consumo de energia, encabeçado pelo setor industrial<sup>127</sup>.

---

<sup>126</sup> Os índices foram cotejados no site: <https://pt.inflation.eu/taxas-de-inflacao/brasil/inflacao-historica/ipt-inflacao-brasil-1995.aspx>. Consulta feita em 26 de julho de 2019.

<sup>127</sup> No governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), período em que os apagões aconteceram, os investimentos no setor elétrico foram de aproximadamente R\$ 8 bilhões que em face dos R\$ 20 bilhões empregados no governo anterior, apresentam uma queda brutal. Conforme dados da Eletrobrás, replicados pelo jornal *O Globo*, que por aquela ocasião, fez uma série de reportagens a este respeito, em 2000, o setor industrial respondia por 44% do consumo de eletricidade, sendo que o comércio e as residências eram responsáveis, respectivamente por 15% e 27% do consumo, sendo outros setores responsáveis pelos 14% restantes. Cf. TAVARES; ORDOÑEZ, 2000.

Esse conjunto razões em que se sustenta a estrutura argumentativa do EIA/RIMA de Estreito não são prerrogativas suas. A relação crescimento econômico – demanda energética, parece ser uma equação quase automática para justificar a construção de hidrelétricas no Brasil<sup>128</sup>. Se nos determos por alguns instantes no EIA/RIMA da hidrelétrica de Sinop, no Mato Grosso, elaborado pela THEMAG Engenharia entre 2007 e 2009 (THEMAG, 2010) perceberemos que as razões utilizadas para justificar a construção desta usina, são apresentadas no interior de uma estrutura argumentativa bastante semelhante àquela utilizada no relatório da usina de Estreito.

Quanto à relação entre desenvolvimento e geração de energia o EIA/RIMA de Sinop nos oferece uma passagem muito semelhante às expostas acima. Ei-la: “as condições de geração de energia no Brasil não permitem ao País, pelo menos nas próximas décadas, deixar de investir maciça e continuamente no programa hidrelétrico, sem o qual não se pode assegurar o desenvolvimento nacional [sic]” (THEMAG, 2010, p. 06). Esse fragmento é praticamente a síntese daquilo que o relatório de Estreito mostrara. Seu conteúdo, porém, foi elaborado de forma a criar um efeito de sentido de cunho normativo bem mais categórico, porquanto, ao se referir às “condições de geração de energia”, o texto evoca não apenas a demanda crescente, mas ínsita à recordação dos problemas emanados da ausência de investimentos no setor elétrico, evocando a possibilidade dos transtornos decorrentes de uma reincidência de apagão, como os racionamentos compulsórios e os prejuízos para os empresários do setor industrial. Ademais, afirma categoricamente que o investimento em produção de energia não era uma escolha, mas uma exigência do momento, que como foi dito de outra forma no relatório de Estreito, já citado acima, “setor elétrico brasileiro, que no passado constituiu importante vetor de expansão econômica, hoje é um condicionador desta expansão” (CNEC, 2001, p. 05).

A afinidade discursiva dos relatórios continua: “O forte crescimento da demanda por energia vai exigir que o país lance mão de todas as fontes disponíveis, para garantir o suprimento da população, assim como de investimentos consistentes em eficiência energética” (THEMAG, 2010, p. 05). De fato, o problema no discurso apresentado pelo EIA/RIMA é que ele localiza déficit energético relativo ao setor industrial como um problema central, quando, na verdade, a carência de energia é um dos componentes de um entrave mais amplo para o Brasil, qual seja, uma infraestrutura que servisse de suporte seguro ao crescimento econômico.

---

<sup>128</sup> Não obstante o PIB brasileiro, desde 1940, crescer a 6 por cento ao ano, ainda em 1960, a infraestrutura apresentava condições deploráveis, não apenas no que diz respeito à oferta de energia, que não dava conta nem das necessidades de São Paulo e Rio de Janeiro, cujas indústrias precisavam passar por racionamento ou a recorrer a geradores a diesel, mas também no que concerne à pouca quantidade de estradas pavimentadas e um sistema ferroviário ultrapassado (SKIDMORE, 1988).



Portanto, a experiência de questionamento das proposições expostas no EIA/RIMA refletem o teor ideológico que marca as relações entre ciência e sociedade, mostrando que no mais das vezes o capital simbólico do discurso científico, assim como sua autoridade, instaura um campo de forças desigual em relação às reivindicações dos atingidos. A racionalidade científica revela-se instrumental, o que nos encaminha à ilação de que a análise produzida não era meramente formal, mas sobretudo, produtora de sentidos. Esse jogo de linguagem instaurado pelo EIA/RIMA, ao desenvolver-se ao modo de um jargão técnico, de uma gramática de análise árida, pode ser apreendida não somente como atenção ao rigor metodológico, mas, sobretudo, na intensão de mostrar o domínio do campo no qual os especialistas por seu saber notório e respaldado por instituições estão autorizados a emitir certos enunciados sobre a hidrelétrica e a região.

Os problemas instaurados por esse sistema de relações proposto pelos enunciados do EIA/RIMA os objetos que contempla serão abordados a seguir por meio da análise do conceito de atingido.

#### **2.4 Atingido: um conceito problemático.**

O conceito de atingido é uma noção central nos processos de implantação de hidrelétricas. No entanto, um esforço por articular de forma mais sistemática uma noção clara e abrangente em torno dessa categoria remonta apenas aos últimos vinte anos (VAINER, 2009). O debate em torno de uma noção mais abrangente é um pouco mais longo e está estreitamente ligado a movimentos sociais organizados em torno dos direitos dos expropriados pela construção de hidrelétricas, como o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), fundado oficialmente em 1991<sup>129</sup>.

---

<sup>129</sup> O aparecimento do MAB é resultado da aglutinação de diversas experiências de atingimento e combate à construção de barragens, em especial as de Moxotó (1971-1977), Sobradinho (1973-1979) e Itapacarica (1974-1988) na Região Nordeste; Tucuruí (1975-1984) e Balbina (1978-1989), na Região Norte; Itumbiara (1974-1980) na Região Central e Passo Fundo (1968-1973), Salto Santiago (1975-1984) e Itaipu (1974-1983), decorridas na década de 1970, quando o governo brasileiro optou prioritariamente pelo investimento em grandes hidrelétricas como modelo de matriz energética. A partir da década de 1980, as lutas contra as barragens foram tomando mais força e visibilidade, por conta de sua articulação com outros movimentos sociais eclesiais de base, e organizações políticas de esquerda e ligadas aos direitos humanos. A construção da hidrelétrica de Itaipu (PR) desencadeou a organização, em 1978, do *Movimento Justiça e Terra*, com a finalidade de pressionar a construtora a discutir as baixíssimas indenizações impostas às famílias atingidas. O movimento foi organizado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), contou com mais de 1.500 trabalhadores rurais e promoveu, em julho de 1980, diante do escritório da construtora, o primeiro acampamento organizado por trabalhadores atingidos por barragens no Brasil. Em 1979, ainda na região Sul, para fazer face aos impactos das hidrelétricas de Machadinho e Itá foi criada uma Comissão de Barragens, que posteriormente passou a chamar-se Comissão Regional de Atingidos por Barragens (CRAB). Em parceria com a CPT, as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), membros de alguns sindicatos e outras organizações, a CRAB integrou, em 1983, a 6ª Romaria da Terra, que reuniu cerca de 20 mil pessoas e teve como

Como veremos a seguir, as noções conflitantes acerca de atributos técnico-normativos e empíricos que atestassem seguramente quem poderia ser entendido como atingido pela hidrelétrica de Estreito, acabaram por descambar em uma luta pelo reconhecimento, nos moldes do debate proposto por Axel Honneth que compreende o *Reconhecimento* como uma experiência intersubjetiva na qual os indivíduos se constituem como pessoas porque, por um lado, aprendem a compreender a si mesmos como seres a que cabem determinadas propriedades, características e capacidades e, por outro lado, necessitam que os outros reconheçam essas características como legítimas, isto é, o indivíduo “dotado [...] pela concessão de direitos, é reconhecido como um membro da sociedade” (HONNETH, 2010, p. 137) percebe a experiência de reconhecimento como “um modo de autorrelação prática, no qual o indivíduo pode estar seguro do valor social de sua identidade” (HONNETH, 2010, p. 137). A luta pelo reconhecimento começa quando os sujeitos se sentem aliçados de seus direitos e desrespeitados em sua identidade. No caso da hidrelétrica de Estreito, esse conflito tem início quando os indivíduos que se percebem como atingidos entendem que não tiveram seus direitos reconhecidos pela empresa.

#### **2.4.1 De uma noção patrimonialista e hídrica a uma perspectiva relacional.**

O relato a seguir aconteceu no reassentamento Mirindiba, localizado às margens da Belém-Brasília, à 18 quilômetros de Araguaína, em direção à Palmas, capital do Estado do Tocantins. Da beira da estrada até a primeira casa do reassentamento ainda enfrentamos quinze quilômetros de estrada de chão. O autor da narrativa é Júlio Alves da Silva, ex-morador da Ilha de São José, nossa entrevista se deu no fim da tarde, em meio à sua plantação de milho. Foi em 2014, quatro anos após sua mudança. Eu o interpelava sobre sua percepção dos impactos

---

tema *Águas para a vida, não para a morte*, expressão que posteriormente comporia a bandeira do MAB. Os problemas sociais emanados pela construção da hidrelétrica de Sobradinho levaram à formação do *Polo Sindical de Trabalhadores Rurais do submédio do São Francisco*, em 1979. Esta não era uma organização especificamente dedicada à causa dos atingidos, mas ajudou-os a levarem sua luta adiante e ajudou na conscientização daqueles que seriam atingidos pela barragem de Itaparica. No que concerne à região amazônica, no fim de 1981, aparece o *Movimento dos Expropriados pela Barragem de Tucuruí*, que em 1982 organizou diversas manifestações e acampamentos em frente aos escritórios da empresa responsável pela construção da hidrelétrica. Dentre suas pautas, estavam a reivindicação de ressarcimentos dos prejuízos, indenizações mais justas e reassentamentos para as famílias impactadas. Dessa maneira, essas lutas em torno das consequências sociais das barragens foram se aglutinando e tomando a forma de uma luta articulada e expandida, levando à fundação do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), enquanto movimento social nacionalmente organizado, em 1991 durante o *I Congresso Nacional de Trabalhadores atingidos por Barragens*, realizado em Brasília – DF, entre 12 e 14 de março daquele ano. Atualmente o MAB possui representações em 17 estados brasileiros, incluindo o Maranhão e o Tocantins. Além disso, possui articulações com entidades internacionais como a Comissão Mundial de Barragens (CMB), O Banco Mundial, e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Cf. MAGALHÃES, 1994; 2007, BENICÁ, 2011.

sofridos pela comunidade em que ele vivia. Enquanto olhava para as espigas maduras que deveriam servir de alimento às galinhas ele me respondia uma pergunta:

Vou te dizer: foi um impacto muito grande. Isso aí... eu sei que tinha gente que pensava que a empresa tinha que pagar o valor do terreno, mais aquela emoção da pessoa – gostava do lugar e tal – pagar mais o valor por tudo isso. Eles disseram logo: “Oh, minha gente, tudo que se diz é valor, ele é corrigido pela... hum, não seiio quê BNT, assim... ABNT!” [...]. Os valores eram corrigidos todos assim, mas que a emoção da pessoa, nada disso era somado, porque se for pagar isso [esboçou um sorriso tristonho], não tinha como<sup>130</sup>.

O testemunho que se nos apresenta acima sintetiza o confronto entre duas noções que pretendem dar conta do alcance dos impactos da hidrelétrica de Estreito e, por extensão, deixa à mostra que o conceito de atingido, longe de ser um ponto pacífico no processo de implantação desses empreendimentos, é, de fato, uma categoria radicalmente conflitante entre duas noções de impacto e, por extensão, também de quem seria o atingido. Uma noção substancialmente normativa, de cunho predicativo e, portanto, delimitador e excludente. Podemos perceber o espectro dessa perspectiva quando ele menciona que os seus argumentos e de seus vizinhos eram repelidos com a explicação, por parte dos representantes do Consórcio, que o processo era conduzido sob os parâmetros da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). A outra forma de compreender o impacto e quem é o atingido extrai seu substrato da perspectiva segundo a qual o sofrimento articula-se como um componente social inerente ao des-locamento compulsório (MAGALHÃES, 2007).

As palavras de Seu Júlio expõem a fratura a orientação de moldes formais e atributivos, e, portanto delimitadores, adotada pelo CESTE e a perspectiva enrizada em todas as nuances que compõem a experiência de ser impactado ou atingido pela hidrelétrica, que inicia-se, justamente, pela experiência de *des-posseção*, isto é, pela deposição da relação que o morador tinha com a terra que habitava e da qual arrancava o sustento, posto que “a emoção da pessoa, nada disso era somado, porque se for pagar isso [...]”.

A empresa não mesura sentimentos, relações, investimento afetivo nas terras; ela lida com valores a indenizar por hectares alagados e com legislações concernentes a títulos de propriedades. Mais à frente veremos que essas noções conflitivas de atingimento conduziram a uma luta pelo reconhecimento. Assim, se quisermos nos deparar com uma fundamentação normativa e técnica do atingido, nós a encontraremos percorrendo os documentos produzidos pela Eletrobrás e pelo EIA/RIMA da hidrelétrica de Estreito, mas se for a experiência do

---

<sup>130</sup> Júlio Alves da Silva, Reassentamento Mirindiba, 2014.

impacto que nos interessa, devemos ouvir as pessoas que sofreram de alguma forma esses impactos. Dessa forma, enquanto para as empresas proponentes de hidrelétricas o atingido é uma categoria abstrata e atributiva que seleciona e define *quem é o atingido*; para ribeirinhos, pescadores, vazanteiros e populações indígenas, o atingimento é, sobretudo, uma experiência radical que começa antes da construção da obra, desdobra-se no interim do processo e continua com seu término.

O modelo conceitual para o contemplar os atingidos, utilizado pelo Consórcio Estreito Energia (CESTE), tanto no EIA/RIMA, quanto no Programa Básico Ambiental (PBA), baseou-se nos pressupostos estabelecidos pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Todavia, estes modelos normativos não dizem respeito especificamente ao conjunto de regras que nortearia a conduta do CESTE em relação às famílias a serem impactadas; estas normas referiam-se à avaliação das propriedades rurais e urbanas<sup>131</sup>. Elas estipulam a metodologia de prospecção do valor de mercado das propriedades assim como o das benfeitorias realizadas nelas.

A resolução 259/2003 da ANEEL, por sua vez, versa sobre os procedimentos legais necessários para se dar início ao processo de desapropriação de áreas públicas ou particulares em cujo território devem ser implantados aproveitamentos energéticos (ANEEL, 2003). Essa diretiva estabelece quais documentos devem ser entregues aos órgãos competentes para que a desapropriação das áreas seja realizada. No documento, as áreas a serem desapropriadas aparecem como mais relevantes que as pessoas que as ocupam. Assim sendo, os princípios normativos que o CESTE adotou, baseado nessas resoluções, dão a entender que as pessoas inseridas nas áreas de impactos são acessórias às propriedades. São simplesmente “proprietários ou possuidores” (ANEEL, 2003, p. 04) que precisam desocupar suas terras para serem realocados em outros lugares. Houve uma categorização exaustiva das propriedades, dos tramites adequados à sua avaliação e desapropriação e praticamente nenhuma menção explícita aos direitos das famílias atingidas que só são mencionadas, quando estabelecem com as áreas alguma relação de posse de fato ou de direito. Quanto esta temática é abordada, as famílias, as pessoas e as localidades são transfiguradas em vocabulário técnico<sup>132</sup> para serem alocadas na denominação de “conjunto de indicadores [que] compõem a “matriz de impacto”” (ANA, 2005, p. 28).

---

<sup>131</sup> As normas da ABNT utilizadas pela empresa contratada pelo Consórcio Estreito Energia (CESTE) para fazer o cadastro socioeconômico foram as normas ABNT-NBR 8799 e NBR 5676 que tratavam respectivamente das avaliações de propriedades rurais e urbanas. Cf. CNEC, 2005; CESTE, 2007.

<sup>132</sup> Em dado momento dos estudos da ANA, os elaboradores chegam a se referir ao Araguaia como “vazio hidrelétrico”. Cf. ANA, 2005, p. 36.

As reservas ambientais, populações indígenas, comunidades ribeirinhas e as leis ambientais que lhes resguardam os direitos são entendidos, tanto por empreendedores quanto pelos próprios órgãos governamentais diretamente ligados às estratégias de expansão do parque hidrelétrico nacional, como óbices, entraves à expansão do parque energético nacional:

Na Amazônia e no Centro-Oeste, onde se concentra o potencial hidrelétrico a aproveitar, a competição pelo uso da água é, ainda hoje, menor que em outras regiões. Contudo, pressões ambientais apoiadas em motivações de outra natureza são mesmo mais fortes. Há a questão do relevo, caracteristicamente de planície, que impõe limitações à extensão dos reservatórios e lança desafios tecnológicos a serem superados, como a combinação de baixas quedas com expressivas vazões afluentes. Há as questões da preservação da biodiversidade e das reservas indígenas, que hoje já representam 25% de ocupação da área regional (EPE, 2006e). Há, ainda, as distâncias a serem vencidas pelos sistemas de transmissão, com elementos técnicos (travessias de rios e áreas de reserva) e ambientais presentes” (EPE, PLANO 2030, 2007, p. 26).

Dessa forma, os atingidos longe de serem abordados como cidadãos dotados de direitos, entendidos como “algo por meio do qual cada ser humano pode saber-se reconhecido em propriedades que todos os outros membros de sua coletividade partilham necessariamente com ele” (HONNETH, 2010, p. 137-138), e que, portanto, precisam ser assegurados; são, ao contrário, abstraídos como óbices que precisam ser removidos. Essa relação objetiva que as empresas dispensam às populações atingidas são uma prática recorrente e consolidada tanto pelos Consórcios construtores das hidrelétricas, quanto pelas empresas de consultoria contratadas para fazer as pesquisas destinadas a subsidiar os Estudos de Impacto Ambiental (EIA) e seus respectivos relatórios. Lígia Sigaud, por ocasião de sua pesquisa sobre os deslocamentos provocados pelas hidrelétricas de Sobradinho e Machadinho no Vale do São Francisco, na década de 1970, já afirmava que, no processo de implantação de usinas hidrelétricas, “a população local não poderia deixar de se constituir senão em entrave, em obstáculo a ser removido para a formação do lago e a geração de energia” (SIGAUD, 1988, p. 96). Mais de trinta anos após a implantação de Sobradinho, Marcelo Pereira, em seu trabalho acerca do processo indenizatório das populações atingidas pela hidrelétrica de Estreito desenvolve um raciocínio muito semelhante ao que foi citado acima. Em seus termos:

Realocar as comunidades situadas nas áreas sujeitas a submersão por enchimento do reservatório para lugares cada vez mais distantes de suas origens, à beira do rio, como se esses grupos de atingidos pela implantação das usinas hidrelétricas fossem objetos inanimados, a-históricos e a culturais e, por conseguinte, não mantivessem nenhum tipo de vínculo com seus antigos territórios hídricos” (PEREIRA, 2013, p. 23)

Essa postura essencialmente pautada nas relações de propriedade passou a ser considerada problemática até pelas instituições federais responsáveis pelo setor de produção de

energia elétrica. Tanto é assim que as empresas pertencentes ao grupo Eletrobrás solicitaram, em 2003, ao professor e pesquisador Carlos Veiner a elaboração de um estudo que oferecesse parâmetros conceituais que pudessem subsidiar adequadamente o planejamento de políticas sociais voltadas às populações atingidas por empreendimentos hidrelétricos. Com auxílio de uma equipe, Veiner procurou desconstruir o discurso que entende que o atingido é apenas aquele que teve terras e propriedades alagadas, estendendo sua compreensão a todos os indivíduos que, em algum âmbito, tem suas relações sociais, forma de reprodução da vida material ou simbólica, interferidos por construções desta magnitude<sup>133</sup>. O pesquisador chegou à conclusão de que a forma de compreender o atingido pelas empresas proponentes de usinas hidrelétricas é hegemonicamente *territorial-patrimonialista ou hídrica*.

A abordagem territorial-patrimonialista reduz o atingido à condição de proprietário da terra ou não-proprietário residente, contanto que tenha realizado nela algumas benfeitorias. Por esta forma, a concepção predominantemente territorial-patrimonialista tenta “circunscrever o problema a duas e exclusivas dimensões: o território *atingido* é concebido como sendo a área a ser inundada e a população *atingida* é constituída pelos proprietários fundiários da área a ser inundada” (VEINER, 2009, p. 215).

A concepção hídrica estabelece uma identificação entre o atingido e o inundado. Dessa forma, mais que um marco diretivo, essa conceituação é exercida como estratégia cuja finalidade consiste em limitar espacialmente os efeitos sociais ocasionados pelas hidrelétricas, resumindo a responsabilidade o empreendedor em avaliar as propriedades, negociá-las e, após um acordo ou litígio jurídico, proceder no pagamento de indenizações ou providenciar a compra de novos lotes para, ato contínuo, remanejar a população atingida. Ainda segundo Veiner:

Mesmo quando reconhece os não proprietários – isto é, os ocupantes, posseiros, meeiros, etc. – esta perspectiva tende a circunscrever espacialmente os efeitos do empreendimento estritamente à área a ser inundada. Neste caso, atingido passa a ser entendido como inundado e, por decorrência, como *deslocado compulsório* – ou, como é corrente na linguagem eufemística do Banco Mundial, *reassentado involuntário* (VEINER, 2009, p. 216)

Dessa maneira, mesmo guardando certas diferenças, estas perspectivas se complementam, posto que, admitem como atingidos apenas as famílias afetadas

---

<sup>133</sup> Os resultados do trabalho coordenado pelo professor Carlos Veiner foram apresentados à diretoria da Furnas Centrais Elétricas S.A em junho de 2003. Em setembro de 2009 um texto baseado nessa pesquisa foi publicado em um Estudo de Impacto Ambiental da hidrelétrica de Belo Monte, no rio Xingu, organizado por especialistas em diversas áreas. Cf. VEINER, In. SANTOS MAGALHÃES&HERNADEZ, 2009.

territorialmente, seja pela perda de propriedades, seja pelo alagamento dos terrenos nos quais trabalhavam e produziam.

O Projeto Básico Ambiental (PBA) da hidrelétrica de Estreito alinha-se a estas concepções. Nele podem ser encontradas diversas passagens que corroboram as afirmações acima. De início os atingidos são classificados como *proprietários residentes ou não residentes e não proprietários* (CNEC, 2005). Sendo que ambas as categorias possuem como referencial uma relação de posse com a terra. No mesmo PBA podemos ler que o atingido ou o “público-alvo” das ações indenizatórias é o “conjunto de proprietários e posseiros de boa-fé de terras e benfeitorias das propriedades diretamente atingidas pelo empreendimento, e devidamente identificados no Cadastro Socioeconômico e/ou Fundiário” (CNEC, 2005, p. 11).

Essas concepções entraram em confronto direto com a maneira pela qual os moradores das localidades impactadas se entendiam como atingidos e também com a noção de atingido esboçada pelo Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), que acompanhou parte das famílias impactadas. Assim, o *atingido* tornou-se um termo em disputa<sup>134</sup>. Para o MAB o conceito de atingido contemplava não apenas aqueles que possivelmente perderiam suas casas e benfeitorias, mas contemplava todos os indivíduos que estabelecessem com o rio Tocantins uma relação que seria drástica e negativamente modificada a partir da construção da barragem. Podemos vislumbrar essa concepção no depoimento de Cirineu da Rocha:

Uma das maiores dificuldades que a gente tem enfrentado é como é que a gente consegue que a empresa [CESTE] reconheça essas famílias atingidas. Até porque as atividades que elas desenvolvem junto ao rio, elas não têm um documento de propriedade, elas não têm um documento que prove que elas têm alguma área dentro do rio ou na beira desse rio [...]. A empresa [...] passa a reconhecer principalmente os proprietários de terra e aquelas pessoas que têm um documento da área<sup>135</sup>

Essa discrepância conceitual desdobrou-se no âmbito técnico, e transformou o conceito de atingido, o discurso sobre ele, em objeto de disputa: “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta” (FOUCAULT, 2006, p. 10). Isto assumiu nuances mais visíveis quando a ele foi introduzido os aspectos ideológicos, políticos e éticos. Essa disputa tanto ideológica quanto de visão-de-mundo pôs em conflito os critérios pretensamente objetivos e econométricos dos técnicos

<sup>134</sup> Esse debate não envolveu apenas o MAB e o CESTE. Tomaram parte nessa discussão o Ministério público, as organizações não-governamentais que auxiliaram as famílias impactadas e os órgãos governamentais envolvidos na condição do licenciamento como a Funai e o Ibama.

<sup>135</sup> Cirineu da Rocha. Entrevista concedida ao Observatório Socioambiental de Barragens (OSAB) aos 14 de Julho de 2011. Cf. <http://www.observabarragem.ippur.ufrj.br/barragens/21/estreito>

contratados pelo consórcio cuja avaliação das terras, animais e benfeitorias era baseada nas normas técnicas estabelecidas.

No que concerne à percepção que os próprios atingidos tinham de sua condição, podemos extrair-la da entrevista a seguir. Esta sensação de des-locamento é traduzida com bastante fidelidade nas palavras de Raimundo Vicente, ex-morador da Ilha de São José – TO e atualmente residente no reassentamento Mirindiba, em Araguaína – TO. Nosso interlocutor inicia seu raciocínio com um dito que remete ao efeito pedagógico da tradição oral, e aponta de forma exemplar para a percepção subjetiva de uma mudança compulsória. Segundo Raimundo Vicente, “o povo tem um dizer que é uma certeza, que o animal que é da cela, com os forreio tudo macio, no dia que bota a cangalha nele, ele acha ruim, ele não quer aceitar”<sup>136</sup> e, em seguida explica sua alegoria:

É como a gente que mora no interior: a gente acostumado na vida do sertão, a gente é dificilmente se acostumar [...] com a vida da cidade. A vida na cidade é outra bem diferente [...]. Mas no caso de não dar certo o que a gente pensa, o que que há de fazer? Tem que ir para lá mesmo<sup>137</sup>.

Essa percepção é reforçada em seguida no corolário do raciocínio de Raimundo Vicente: “A vida lá [na cidade] é bem difícil, é mais uma vida sacrificada para a gente. Eu não gostaria, mas, no caso, o que que eu vou fazer? [...] é **aprender viver de novo, aprender viver outra vez**”<sup>138</sup> [Grifo meu].

Esta entrevista, Raimundo Vicente a concedeu dois anos antes de sua saída da Ilha de São José, portanto, sua linguagem é a de alguém que já não é mais um morador da Ilha de São José, mas de um retirante, de alguém que sabe que deverá abandonar suas terras em um futuro muito próximo; apenas não tem a certeza do momento em que isso se concretizará. Sua fala nos abre a perspectiva não apenas para a resignação diante saída inevitável, mas nos ajuda a compreender a sensação de que o des-locamento inicia-se com uma espécie de estranhamento que podemos perceber no receio de iniciar a vida na cidade, abstraída por nosso interlocutor como uma alteridade quase que absoluta. Sensação asseverada na afirmação duplamente distanciadora: a cidade é um lugar onde a vida não é apenas “**outra**”, mas também é “**bem diferente**”. Em sua narrativa Raimundo Vicente nos apresenta a sensação de desamparo, de “**aprender viver outra vez**”, que marca sensivelmente o atingimento que, longe de ser um

<sup>136</sup>Raimundo Vicente. Entrevista realizada na Ilha de São José - TO, 2008

<sup>137</sup> Raimundo Vicente. Entrevista realizada na Ilha de São José - TO, 2008

<sup>138</sup> Raimundo Vicente. Entrevista realizada na Ilha de São José - TO, 2008



predicativo formal, é antes uma experiência que inicia a sua constituição bem antes da retirada das pessoas de seus lugares de origem, mas começa justamente com a certeza inapelável da partida iminente e vai-se desdobrando conforme os moradores vão tomando consciência disso.

A experiência de estranhamento vivida por Raimundo Vicente, ele não a atravessa solitariamente. Mesmo que em modalidades diferentes, outros atingidos também passaram pelo processo de *des-posseção* descrito acima. A sensibilidade de Dona Adelaide Pereira Carvalho dá a essa *des-posseção* o nome de *desinquieta*.

Sentada ao lado do marido na espaçosa varanda de sua casa de alvenaria, uma das poucas com essa estrutura na Ilha de São José, ela me dizia estar “impressionada com esse negócio, com essa tal dessa barragem. Isso é uma coisa muito mal-empregada que o povo tão fazendo no Brasil”<sup>139</sup> e segue falando de seu enraizamento ao lugar: “É brincadeira! Você morar... eu, pelo menos, moro a 52 anos, bem aqui... [...]. Minha paixão é grande que [trecho inaudível], se eu morrer e não vai acabar [...]. Não é paixão! A gente sente, ...ah... ah... como é que diz? O *desinquieta*, né?”<sup>140</sup> e conclui dessa forma: “Só que essa barragem já estava, mas a gente fazia, como diz a história, pensava que era um sonho, né? Hoje faz como a cantiga: é uma realidade”<sup>141</sup>.

Ao imprimir um aspecto onírico ao sofrimento psíquico ocasionado pela chegada da barragem, Dona Adelaide nos apresenta sua estratégia para lidar com o *desinquieta*, que por expressar-se como um movimento de exclusão da quietude, como um estado constante de ausência de paz é também uma face do processo de des-locamento, posto que, antes das pessoas serem retiradas de seus lugares físicos, elas são compelidas à deixarem seus lugares psíquicos de segurança. Ora, “pensava que era um sonho” significa aqui a dificuldade em acreditar mesmo que a barragem, de fato, materializar-se-ia. Mais ainda, expressa a que essa realidade se impôs de maneira tão violenta, que mesmo com a obra já em andamento, era difícil crer que ela chegaria a seu termo, assim com a estadia daquelas pessoas na Ilha de São José.

Para dar mais abrangência ao conceito de atingido faz-se mister transitarmos rapidamente do âmbito das populações ribeirinhas sobre o qual nos debruçávamos a pouco e nos ponhamos a escutar algumas vozes oriundas das populações indígenas, que foram atingidas pela hidrelétrica, mas a partir de uma outra esfera. Tomaremos como interlocutores os índios Apinajés, grupo pertencente ao povo Timbira, que habita os arredores da margem esquerda do Rio Tocantins e a margem direita do Rio Araguaia. Suas cujas terras estão distribuídas na região

---

<sup>139</sup> Adelaide Pereira Carvalho. Entrevista realizada na Ilha de São José - TO, 2008.

<sup>140</sup> Adelaide Pereira Carvalho. Entrevista realizada na Ilha de São José - TO, 2008.

<sup>141</sup> Adelaide Pereira Carvalho. Entrevista realizada na Ilha de São José - TO, 2008.

denominada de “Bico do Papagaio”<sup>142</sup>, e concentram-se principalmente nos territórios de Tocantinópolis – TO, Maurilândia do Tocantins, Nazaré – TO e São Bento – TO.

A hidrelétrica de Estreito não foi primeiro empreendimento a atingir o modo de vida dos Apinajés. Desde a década de 1970 os Apinajés são obrigados a lidar com projetos desenvolvimentistas que intervieram diretamente tanto em seu território, quanto em seu modo de vida. Dentre estas intervenções podemos dar destaque ao Projeto Carajás e a construção de rodovias cujo traçado contornava a borda das Terra Indígenas (TI) ou simplesmente atravessava essas terras, como é o caso da Transamazônica<sup>143</sup>. Conforme dados publicados pelo *Mapa de Conflitos envolvendo injustiça ambiental e saúde no Brasil*<sup>144</sup>, a proximidade dessas estradas às T.I. tornou muito mais frequentes a presença de caçadores, madeireiros e coletores, o que ocasionou diversos conflitos entre indígenas e não-índios. Além disso houve a abertura de pequenos pontos de prostituição e venda de cachaça. Portanto a preocupação dos Apinajé não tinha a ver com o alagamento de terras, mas com o fluxo de indivíduos atraídos pela barragem, como aconteceu anteriormente com a aberturas das estradas, que poderiam invadir suas terras, gerando possíveis conflitos.

A seguir temos a fala de uma indígena Apinajé. Seu nome é Irani e foi ouvida pela equipe de antropólogos do Centro de Trabalho Indigenista (CTI), em 2006, durante a feitura do relatório Socioambiental destinado a aprofundar as dimensões dos impactos da hidrelétrica de Estreito sobre as populações indígenas que estavam em sua esfera de influência. Em seu relato temos o seguinte:

A gente não aguenta mais ouvir sobre a barragem. Desde criança a gente ouve falar que vão construir a barragem. Nós crescemos preocupados com o que vai acontecer, passamos a vida pensando. Agora eu estou velha, mas as crianças de hoje continuam a ouvir da barragem, ficam com medo. Elas vêm perguntar para onde vão mandar os índios, elas crescem pensando se irá ter que sair daqui, se o rio vai secar, se os peixes vão sumir. Como nós vamos conseguir viver sem os peixes, sem os bichos, sem o rio? Ninguém vem fazer coisa boa para nós, só vem barragem<sup>145</sup>.

---

<sup>142</sup> O “Bico do Papagaio” é uma microrregião político administrativa composta por 25 municípios situados em uma zona de confluência entre o extremo Norte do estado do Tocantins e o sudoeste do Pará e o sudoeste do Maranhão. A região foi palco de diversos conflitos fundiários, principalmente entre as décadas de 1970 e 1980.

<sup>143</sup> Além da transamazônica que situa-se no limite de oito aldeias (São José, Boi Morto, Serrinha, Cocal Grande, Patizal, Palmeiras, Cocalinho e Buriti Comprido), os Apinajés enfrentam problemas ocasionados por mais três estradas: a TO 126 que liga Tocantinópolis – TO a Itaguatins – TO, em cujo eixo estão localizadas as aldeias Mariazinha, Riachinho, Brejão, Botica e Bonito; a TO 210, situada a 200 metros da aldeia Prata e a TO 010 que influencia as aldeias Buruti Comprido e Botica. Cf. CTI, 2006.

<sup>144</sup> Site ligado à Fio Cruz disponível no seguinte endereço eletrônico: <http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br>.

<sup>145</sup> Irani, depoimento recolhido na aldeia Mariazinha (CTI, 2006).

A angústia e o medo que compõem a fala de Irani nos remetem à narrativa de dona Adelaide. No entanto, podemos detectar uma diferenciação que não elimina seu componente universalizante, qual seja: enquanto a insegurança de Dona Adelaide tem a ver com o deslocamento compulsório, com o fato de ter de abandonar suas terras; Irani deixa menciona a possibilidade de retirada, mas deixa bem mais marcada em sua voz que é a mudança no ritmo do rio, isto é, a ausência dos peixes e o sumiço da caça, principais fontes de proteína para a população das aldeias, que lhe deixa apreensiva.

No sentido de maior abrangência do conceito de atingido, é bastante ilustrativo o posicionamento das comunidades indígenas da região. O Consórcio não os reconhecia como diretamente atingidos sob a argumentação de que suas terras estavam fora da área de abrangência da barragem (CNEC, 2005). As etnias indígenas Krahô, Apinajé, Krikati e Gavião não foram inclusas no relatório como sujeitas a impactos decorrentes da obra. Tomemos agora - para expandirmos o alcance semântico do conceito de atingido - como interlocutor Antônio Veríssimo, liderança indígena Apinajé. Seu testemunho retoma aspectos da experiência relatada por Raimundo Vicente e Adelaide Pereira e expande o alcance empírico que dá mais substância ao conceito de atingido. Ao se interpelado acerca da experiência indígena do atingimento, Antônio Veríssimo inicia sua resposta questionando os critérios categoriais utilizados pelo CESTE argumentando nos termos seguintes:

Tem um critério bastante [...] equivocado e bastante negativo, esse negócio do atingido, porque eles falam que quem é o atingido é só aquele que estava acima, que está na **área do alagamento**, que vai ser retirado da área, que é o local alagado e tal. Mas, **atingido é todo mundo que está na área de abrangência do projeto**, quem está abaixo é atingido da mesma forma, quer dizer, eles falam: atingido direto e atingido indireto, né? Tem esse... conceito [inaudível] bastante errado para enganar as pessoas. Na verdade, é uma coisa que eles inventam para o povo colocar na cabeça e ficar acreditando nisso<sup>146</sup> [Grifo meu].

Acima nosso interlocutor deixa claro que os critérios utilizados para abranger as populações atingidas são muito limitados e excludentes, posto que tomam como ponto de referência o fato do indivíduo ser ou não proprietário das terras inundadas pela formação do lago, deixando na marginalia a relação dos indivíduos com o espaço habitado, com o rio. Antônio Veríssimo insiste neste aspecto porque os Apinajés não tiveram terras alagadas após a construção da barragem, mas a mudança na dinâmica do rio causou forte interferência no cotidiano das aldeias Apinajés e das outras populações indígenas que moram na área de impacto da hidrelétrica. Ele ainda diz o seguinte:

---

<sup>146</sup> Antônio Veríssimo da Conceição. Entrevista realizada na aldeia Cocalinho, em Cachoeirinha - TO 2018.

Um dia eu vi um companheiro do, um [indífo] krahô falando na reunião lá em Carolina – TO. Ele falando: “olhe quando não tinha [a hidrelétrica de] Estreito, você chegava [...] num domingo assim, você chegava numa vila dessa: Filadélfia, Carolina, qualquer vila, povoado, você encontrava verduras, milho verde, quiabo, maxixe, melancia, frango caipira, peixe, tudo barato. Agora você vai e você não vê nada para vender, por quê? Porque a área certa do rio, a vazante acabou, o peixe acabou”. Então, elas hidrelétricas tem esse papel... esse papel dramático, né?<sup>147</sup>

Outro indígena, também entendido como liderança Apinajé, expõe uma característica muito interessante atingimento. Seu nome é Edmar e seu relato nos ajuda o atingimento como um processo que, como já foi posto acima, tem seu início antes mesmo da construção da barragem, consolida-se com os des-locamentos e re-territorializações que decorrem do barramento do rio, mas que não se encerra com o término das obras. Pelo contrário, continua a desdobrar-se em diversas formas de des-locamentos sociais e econômicos. Conforme Edmar a própria compensação financeira que as populações indígenas receberam do Consórcio Estreito Energia (CESTE) articula-se como um impacto.

Quando começou a entrar isso [a compensação], até lá nós éramos 18 aldeias, quando começou esse processo de negociação. Já depois do processo de negociação a gente teve um impacto [...] que afetou diretamente, teve um impacto direto, entendeu? O termo fala que é para diminuir o problema que a barragem ia causar. Então com esse recurso diminuiria né, mas só que o problema vem aumentando [...] de 18 aldeias em 2007, 2008, hoje nós temos um total de 44 aldeias!<sup>148</sup>

De fato, os recursos compensatórios que o CESTE foi obrigado a destinar aos Apinajés proporcionou a aquisição de equipamentos importantes para o monitoramento das Terras Indígenas, mas, conforme Edmar a ressonância deletéria foi muito maior, posto que a entrada de recursos também interferiu sensivelmente na dinâmica das aldeias que passaram a disputar os recursos. Essa disputa gerou conflitos que causaram a divisão entre as aldeias, o que também acabou pulverizando os recursos destinadas a cada uma. Conforme o Centro de Trabalho Indigenista (CTI), em 2006 havia 14 aldeias (CTI, 2006); em 2018, época em que a entrevista acima foi realizada, já se contavam 44.

A análise dos relatos acima imprime substância à afirmação de que a concepção que compreende o atingido apenas como o indivíduo que teve suas terras alagadas, mostra-se insuficiente por excluir diversos outras nuances que podem ser geradas pelo impacto. Por isso o debate em torno do *atingido*, não pode ater-se apenas a critérios técnico-normativos, mas

<sup>147</sup> Antônio Veríssimo da Conceição. Entrevista realizada na aldeia Cocalinho, em Cachoeirinha - TO 2018.

<sup>148</sup> Edmar Xavito Apinajé, entrevista realizada em Tocantinópolis – TO, 2018

impõe-se como uma questão cujos desdobramentos teóricos, epistemológicos e empíricos são inapeláveis. O atingido se constituiu como tal no entremeio da experiência muito concreta de viver toda a tensão psíquica decorrente da iminência inapelável de se ver retirado do espaço que, por muitas décadas, abrigou lavouras, casas, pomares, criações de animais e, ato contínuo, encontrar-se à mercê de um espaço a territorializar, diante de terras carentes de rio e estrutura produtiva completamente distintas das de antes.

Dessa forma, podemos então asseverar que o atingido por uma hidrelétrica é todo aquele que de alguma forma foi impactado pelas externalidades decorrentes dos transtornos territoriais, econômicos, culturais e sociais emanados da implantação daquele empreendimento. Este impacto, ou atingimento não pode restringir-se somente aos proprietários de terras e benfeitorias inundadas pela formação do lago, mas precisam ser extensivas às transformações deletérias concernentes à relação dos indivíduos com o rio – tanto no aspecto simbólico, quanto concreto – e com a região influenciada por este rio. Portanto, o atingido é aquele cuja existência é radicalmente deformada por quaisquer efeitos infestos emanados da construção do empreendimento.

Essa percepção de atingimento, tanto por sua envergadura teórica, quanto por seu alcance empírico, apresenta consequências normativas inaceitáveis para os proponentes de empreendimentos hidrelétricos e com o Consórcio Estreito Energia não foi diferente, posto que seu EIA/RIMA apresentava uma proposta bem mais estreita dessa categoria. Essa proposta estava, evidentemente, como foi exposto acima, subsidiada na legislação que arbitra sobre empreendimentos de intervenção territorial da natureza das hidrelétricas. Assim, essa desinteligência entre os atores sociais envolvidos forneceu condições de possibilidade para uma disputa pelo discurso sobre o atingido que vamos chamar a seguir de uma luta pelo reconhecimento.

#### **2.4.2 Uma luta em torno do reconhecimento.**

Em 2009, algumas famílias atingidas, cerca de 400 pessoas, em especial pescadores de Estreito e moradores da Ilha de São José e de Babaçulândia, ocuparam por quase todo o ano – a ocupação começou em junho e estendeu-se até setembro de 2010 - a entrada do canteiro de obras da hidrelétrica de Estreito. A reivindicação era de que eles “não estão sendo reconhecidos como atingidos os extrativistas, os barqueiros, barraqueiros, os vazanteiros, meeiros e arrendatários dentre outros” (MAB, 2009). Em 2011, uma semana após a primeira turbina da usina de Estreito ser posta em operação, 150 pessoas ocuparam uma área da União

na cidade de Barra do Ouro – TO. O grupo exigia ser reassentado em área urbana da cidade. Os ocupantes alegavam terem sido forçados a abandonar casas e locais de trabalho sem qualquer indenização por parte do Consórcio (MAB, 2011).

Isso se deu porque essas pessoas não eram, de fato, proprietários das casas que moravam ou dos terrenos às margens dos rios em que cultivavam. Eram, em sua maioria agregados e vazanteiros que agricultavam as terras de outrem, sem para isso, pagos pelos proprietários. Dessa forma, sentiram-se atingidos pelo empreendimento, pelo fato de que o enchimento do lago submergiu as vazantes, impossibilitando-os de trabalhar. Ademais, os proprietários foram indenizados, mas os que moravam nas propriedades ou nela trabalhavam foram excluídos.

Os estudos feitos pelo MAB apontavam que 2500 famílias se encontravam nesta situação. Duas audiências públicas, uma foi feita em agosto de 2009, no dia 18, foram convocadas pelo Ministério Público do Tocantins e do Maranhão para debater questões relativas à política de compensações e discutir mais claramente quais os indivíduos que seriam categorizados como atingidos. O CESTE não compareceu a nenhuma delas. Organizaram a marcha o MAB, a CPT e o MST. As lideranças do MAB que coordenavam a ocupação pressionavam o consórcio para que as negociações fossem conduzidas como a de São Salvador<sup>149</sup>, também no Tocantins. Conforme o coordenador do MAB, Cirineu da Rocha:

Na época, foi organizado uma equipe formada por representantes do MAB, da empresa, do governo e do Ministério Público. Essa equipe analisou os casos e fez todas as avaliações necessárias. O resultado disso foi que em São Salvador, todas as famílias foram indenizadas, até as que possuíam apenas um barraco (MAB, 2010).

Em 2010 os atingidos, com auxílio do MAB, organizaram uma marcha de Araguaína - TO a Estreito - MA. A manifestação que contava com cerca de 600 pessoas objetivava pressionar a empresa a reconhecerem os direitos daqueles que não haviam sido entendidos como atingidos. Os manifestantes saíram de Araguaína aos 23 de setembro e chegaram a Estreito em 1º de outubro. A marcha contou, além do MAB, com integrantes do MST e da CPT e membros de colônia de pescadores (MAB, 2010)

Esses fatos possuem relevância porque é justamente nesse ponto que aparece a incongruência entre o conceito de atingido pelo qual o CESTE estabelece seus parâmetros de

---

<sup>149</sup> Esta hidrelétrica começou a operar em 2009. Localiza-se entre as cidades de São Salvador e Paranã, ambas no Estado do Tocantins. Tem potência de 241 MW e tem uma área de 104 km<sup>2</sup> de terras inundadas. Também fazia parte do PAC. Os dados “oficiais” informam que 211 famílias foram atingidas. O MAB fez um levantamento de cerca de 700 famílias. Cf. <http://dams-info.org/pt/dams/view/sao-salvador/>. Consulta feita em 08 de junho de 2017.

ações e a maneira como essa categoria é formulada pelos movimentos sociais, em especial pelo MAB. O CESTE obedece a um parâmetro de natureza *patrimonialista*: “a negociação individual realizada entre o empreendedor e o atingido caracteriza-se como uma estratégia do Consórcio envolvido, para reduzir o problema social a uma dimensão patrimonial-legal, discutindo-se o valor da indenização” (FERREIRA, et. al., 2014, p. 82). Enquanto o MAB e os próprios atingidos aglutinam a esse conceito características antropológicas, culturais, societárias e históricas, entendendo que o atingido é todo aquele que de alguma maneira, foi afetado pelas transformações desencadeadas pela construção, desde seu início até as ressonâncias que continuarão após a conclusão da obra. Nesse sentido, o conceito de atingido transcende o âmbito especificamente patrimonial, enfatizado pelo CESTE, e associa a ele, a relação dos indivíduos com a terra e o rio, o valor simbólico de seus bens materiais e “naturais”, como a frieza das casas de barro, o espaço das varandas, a água e o peixe sempre disponíveis aos moradores etc.

Os pressupostos normativos que indicavam as características das famílias que poderiam ser entendidas como impactadas pela hidrelétrica de Estreito, apresentaram-se como um dos principais pontos de discordância entre as forças sociais que entraram em conflito durante a construção da usina<sup>150</sup>. Essa disparidade aparece primeiramente nos números apresentados pelo CESTE e pelo MAB. O levantamento socioeconômico realizado pelo CESTE em 2004<sup>151</sup> apontava que, somando-se as áreas urbana e rural, cerca de 1.953 famílias ou 8.000 pessoas sofreriam diretamente os danos provenientes da barragem (CNEC, 2005)<sup>152</sup>. Os números apresentados pelo MAB eram sensivelmente maiores. Sua pesquisa elevava o montante para 5.000 famílias<sup>153</sup>.

Essa discrepância pode ser explicada se nos detivermos no fato de que o CESTE e o MAB não apenas utilizaram metodologias de análise diferentes para chegarem às suas inferências, mas o conceito de atingido que cada qual tomou como referencial era distinto. Essa distinção foi fundamental na condução dos debates em torno dos impactos que a construção da

---

<sup>150</sup> Na pesquisa realizada para a feitura de sua dissertação, Pereira (2013), por diversas vezes menciona a dificuldade tanto por parte do Consórcio, quanto por parte das populações que viviam no entorno do rio de chegarem a um consenso acerca de quem poderia ser considerado ou não como atingido pela construção da hidrelétrica.

<sup>151</sup> Esta pesquisa foi feita pela CNEC em junho de 2004 como Estudo Complementar ao EIA/RIMA e publicado em 2005 como Plano Básico Ambiental. Cf. CNEC, 2005.

<sup>152</sup> É interessante notar que o EIA/RIMA contabilizava um número bem menor de atingidos, cerca de 1.290 famílias, o que corresponderia a 6.150 indivíduos. Cf. CNEC, 2001

<sup>153</sup> Este número foi fornecido por Cirineu da Rocha, integrante da direção nacional do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), em entrevista concedida ao Observatório Sócioambiental de Barragens (OSAB) aos 14 de julho de 2011. Cf. <http://www.observabarragem.ippur.ufrj.br/barragens/21/estreito>

usina acarretaria às famílias atingidas e as ações que deveriam ser efetivadas para a sua mitigação.

Enquanto os moradores das localidades não separavam o valor econômico das propriedades de sua dimensão axiológica que abrangia, além do valor monetário, a importância cultural e afetiva dos lugares.

O valor dado pelas compensações se constitui, na maioria dos casos, inferior ao real valor das perdas, pois o valor econômico do meio ambiente é algo complexo, uma vez que os bens e serviços ambientais, bem como suas funções providas ao homem, não são apropriáveis pelas transações de mercado (MAGALHÃES FILHO, et al., 2012, p. 63-75).

Nesse sentido, entraram nessa discussão a importância do impacto sobre as relações vicinais e familiares que poderiam ser desagregadas, a relevância do rio Tocantins para aqueles que moravam às suas margens<sup>154</sup>. O MAB apontou que cerca de 1500 famílias de pescadores não foram incluídas no cadastro para compensação, porquanto o Consórcio não as reconhecia como atingidos. Melo e Chaves que os pescadores só foram incluídos na lista de impactados em 2008, após uma série de pressões por parte do MAB e da Colônia de pescadores de Estreito.

O intuito do Consórcio era comprar as propriedades e pagar pelo uso do potencial energético do rio. Nesse sentido, sua estratégia de ação era a de convencer – em um primeiro momento – que a troca será boa para ambos os lados e que os atingidos receberão mais do que tinham antes – casas de alvenaria, mais alqueires de terra, animais, títulos de propriedade da terra, animais, assistência por algum tempo etc. Todavia, o cálculo feito pelos impactados – cálculo que também não deixa de ser pragmático – não apresenta saldo positivo, posto que o rio, para essas comunidades não se apresenta somente como paisagem, mas integra-se às suas vidas e constitui-se como fundamental na construção de sua identidade (entendida não somente como definição em relação a algo, mas de apreender-se por meio de algo em relação a outrem, isto é, essas pessoas constituíam-se como ribeirinhos, pescadores, vazanteiros, por conta de sua relação com o rio – fonte de peixes, banho refrescante ou fonte de nutrientes para as roças).

A perda do rio, entendido como fonte de renda e de subsistência, apresentava-se como um impacto irrevogável e irreversível, porquanto os reassentamentos ficam distantes dele e não apresentam as mesmas condições ambientais. Ademais, “várias outras características dessas

---

<sup>154</sup> A pesquisa de Pereira também chega a essa conclusão. Conforme ele: “não se trata, quando acontece, de uma mera indenização por danos meramente econômicos, porque está em jogo toda uma estrutura sociopolítica resultante de um longo e estreito relacionamento com o rio, pois, como se observa, a subsistência das várias comunidades ribeirinhas depende de todas as atividades econômicas, culturais, sociais e ambientais mantidas às suas margens” (PEREIRA, 2013, p. 35)



áreas não são levadas em consideração quanto a compensação. O grau de fertilidade do solo, seu potencial agricultável, a biodiversidade da região e a importância histórico-cultural não inseridos no cálculo desse tipo de compensação” (MAGALHÃES FILHO, et al., 2012, p. 72)

O CESTE via as propriedades por uma ótica essencialmente econômica; os moradores, por seu turno, insistiam em incluir o valor simbólico das propriedades (SOUSA & ALMEIDA, 2012). Isso causou dissenso, posto que muitos alegavam que as indenizações eram insuficientes para se conseguir comprar uma casa na cidade ou na zona rural. As negociações e audiências públicas tornavam-se rapidamente conflitivas porque as ideias, conceitos e visões de mundo em torno da hidrelétrica e, conseqüentemente, das categorias implicadas a ela, como quem era o atingido – em termos econômicos e espacial – o significado de Natureza e Rio, as compensações e indenizações, progresso e desenvolvimento etc. Todas essas categorias eram entendidas e elaboradas pelos atores sociais envolvidos no processo, não apenas de maneiras distintas, mas por premissas antagônicas e quase irredutíveis. Por exemplo, enquanto as avaliações das casas e benfeitorias dos atingidos eram avaliadas pelo CESTE sob critérios essencialmente econômicos<sup>155</sup>; os atingidos agregavam a elas valores simbólicos, o que, evidentemente aumentava seu valor.

Os critérios do CESTE são meramente objetivos e prescindem das relações construídas entre os impactados e o rio:

As casas e terras dos impactados podem parecer aos olhos do empreendedor um bem pagável mediante transação de mercado [...], quando buscam valorar um recurso físico-natural que venha a ser impactado por uma atividade privada. Esses danos imateriais existem e [...] precisam ser levados em consideração na hora de se fazer um estudo de validade de projetos a exemplo de usinas hidrelétricas” (FERREIRA, et. ali, 2014, p. 79)

Além dessas ressonâncias mais deletérias, os dados produzidos pela pesquisa denunciavam a diferença de níveis em que se encontravam as avaliações feitas pelo CESTE sobre o valor das propriedades, calcada, evidentemente em critérios técnicos; e o valor impresso pelos atingidos sobre suas benfeitorias, que naturalmente, incrementaram à avaliação econômica, questões de cunho subjetivo, alinhado à sua história no local, ao valor afetivo das casas, quintais, árvores frutíferas etc. O que tornou o processo ainda mais problemático.

O conceito de atingido atravessa a questão da identidade porque perceber-se como tal, não se trata de assumir um rótulo classificatório que lhe permita o acesso a uma indenização e

---

<sup>155</sup> Interessante que em publicação da ANEEL, o rio é referido como “estoque de energia elétrica represado sob forma de água” (ANEEL, 2008, p. 30).

suposta assistência técnica e monetária por algum tempo; diz respeito, além disso, a assunção de uma nova dimensão assumida pelo ribeirinho, ilhéu, vanzanteiro, agricultor, quebradeira de coco babaçu, o leito, pescador ou barqueiro, que teve a conjuntura de sua existência – relações sociais e de trabalho, modo de vida, habitação, usufruto da terra e do rio – radicalmente interferido pela construção da barragem e a formação de seu lago.

Assumir-se como atingido é reivindicar para si uma identidade coletiva baseada na luta pelo reconhecimento de uma injustiça praticada contra seus direitos de usufruto do rio e de continuar a vida da maneira como a estava conduzindo. Nesse sentido o atingido não é apenas aquele que foi alagado, mas todo aquele que estabelecia com o rio e seu entrono uma espécie de relação que foi interrompida. A luta pelo reconhecimento do atingido como identidade situa-se no âmbito de perceber o mundo a partir dessa nova vivência, qual seja, de alguém que foi des-territorializado em prol dos interesses de grandes empresas a partir de construções de alta magnitude.

É fundamental também destacar o fator relacional da identidade que permite aos sujeitos compreenderem-se como participantes de uma esfera coletiva que dá substância e legitimidade à sua identidade individual. Ora, a identidade não tem a ver somente com os atributos aos quais me arrego, com quem digo que sou, mas, com quem digo que sou em relação a outrem. Portanto, a identidade, num sentido histórico e antropológico, transcende o princípio lógico de identificar-se consigo mesmo e lança o indivíduo numa relação em que é a diferença que estabelece sua *egoidade*.

### **CAPÍTULO 3: OS CHEGANTES E OS EXPULSOS: MODOS DE NARRAR A (DES) TERRITORIALIZAÇÃO.**

Pode-se dizer também que o que nos caracteriza é que somos seres que narram sua própria história. Assim como na natureza há os roedores e os herbívoros, os humanos pertencem à espécie dos narradores. Narram oralmente, narram por escrito, narram pelo teatro, narram pelo cinema, narram por cores e volumes, narram pela dança, narram conversando na esquina, narram pelos jornais, narram focando por telefone e até por e-mail não fazem senão narrar.

SANT'ANNA, Affonso Romano de, 2013, p. 80

O processo de construção da hidrelétrica de Estreito – MA/TO deflagrou duas espécies de des-locamentos que se impuseram como hegemônicos: um em direção ao empreendimento e outro como movimentação no sentido oposto, isto é, de afastamento. Os des-locamentos de caráter centrípeto estão relacionados às levas de indivíduos que de forma organizada ou espontânea rumaram para Estreito – MA com o intuito de conseguirem vagas como operários nas obras civis da usina ou aproveitarem oportunidades de trabalho emanadas indiretamente da construção, em empresas que passaram a prestar serviço para o CESTE.

Indícios dessa expectativa laboral podem ser encontrados nas páginas do jornal estreitense *Momento*, que em dezembro de 2006 noticiava um convênio entre o Consórcio Estreito Energia (CESTE) e o Serviço Nacional da Indústria (SENAI) com vistas a promover cursos em áreas ligadas à construção civil com o objetivo de capacitar potenciais candidatos das cidades localizadas na área de abrangência da barragem para prestarem serviço no canteiro de obras ou em construções que seriam erigidas por influência da usina<sup>156</sup>.

Essa iniciativa tinha a ver com a estimativa do CESTE de que 70,2% dos empregos gerados pela construção da hidrelétrica seriam destinados à população local (CNEC, 2001). Por outro lado, nos ajuda também a compreender a preocupação tanto dos prefeitos, quanto dos representantes da empresa responsável pela construção da barragem de que a maioria das vagas ofertadas pela construção fossem preenchidas pelas levas de trabalhadores vindos de outras regiões – que provavelmente já teriam trabalhado em outras hidrelétricas – em detrimento da mão-de-obra local, sem qualquer experiência nesse tipo de construção. Ora, o histograma de mão-de-obra constante no EIA/RIMA da hidrelétrica especulava que, no momento de pico das

---

<sup>156</sup> *Consórcio Estreito Energia promove cursos de capacitação em municípios. Jornal Momento. Estreito – Ma. 11 a 25 de Dezembro. 2006, p. 03.*

atividades, o empreendimento exigiria aproximadamente 5.800 trabalhadores, sendo que 11% estava destinado a cargos técnicos de nível médio e superior, supervisão e chefia, que logicamente seriam preenchidos por empregados do próprio Consórcio, como engenheiros e operadores de máquinas pesadas. Restava à população da região 30% de vagas para não qualificados, 11% direcionadas ao setor administrativo e a feitorias e 48% para mão-de-obra qualificada (CNEC, 2001).

Dessa forma, em agosto daquele mesmo ano, por ocasião de uma audiência pública em que essa parceria entre CESTE, SENAI e prefeituras da região de impacto da hidrelétrica começava a ser firmada, o Diretor de Meio Ambiente do CESTE afirmava que “essa preocupação é em relação aos empregos gerados com o empreendimento, que se não houvesse essa parceria, esses empregos seriam ocupados por pessoas de fora, com qualificação para assumi-los”<sup>157</sup>, mostrando que se esperava uma confluência substancial de trabalhadores para aquela região. Uma parte desses trabalhadores, ao término de seu contrato com as empresas prestadoras de serviço, retornavam aos seus lugares de origem ou, assessorados por essas mesmas empresas, acabavam se dirigindo para outros empreendimentos hidrelétricos em que essas empreiteiras estavam engajadas, como a hidrelétrica de Belo Monte, por exemplo<sup>158</sup>. Por outro lado, alguns desses trabalhadores acabaram se estabelecendo em Estreito – MA ou nas cidades próximas do estado do Tocantins. Uma parcela desses indivíduos passou a exercer ocupações distintas daquelas que realizavam no canteiro de obras ou nas empresas que prestavam serviço para o CESTE; outra parcela engrossou as estatísticas de desemprego ou passou a exercer trabalhos esporádicos.

Esse fluxo de indivíduos para regiões que abrigam projetos hidrelétricos de grande magnitude não é, evidentemente, uma prerrogativa da UHE de Estreito. Quando da construção da usina de Tucuruí a cidade chegou a receber cerca de 30 mil trabalhadores em busca de uma vaga no canteiro de obras (PANDOLFO, 1994). Esse deslocamento de mão-de-obra para a antiga Vila de Tucuruí provocou uma explosão populacional, haja vista que em 1970, cinco anos antes do início da construção da hidrelétrica, a cidade contava com aproximadamente 9.921 habitantes e quatro anos antes da inauguração da usina, em 1980, a já abrigava cerca de 61.140 moradores (PARATUR, 2011).

---

<sup>157</sup> *Consórcio Ceste de Energia assina convênio de parceria com Senai na Câmara de Estreito-MA. JORNAL MOMENTO.* Estreito – MA. 25 de setembro a 10 de outubro. 2006, p. 03.

<sup>158</sup> Um dos entrevistados relatou que não era incomum ônibus apinhados de trabalhadores saírem de Estreito – MA, diretamente para Altamira – PA.

A cidade de Altamira – PA que sediou as obras da hidrelétrica de Belo Monte, integra-se à mesma lógica. Ainda no início das obras, em 2010, chegou a atrair cerca de 80 mil trabalhadores (MARCONDES, 2010). Naquele ano, a cidade comportava 99.075 habitantes. Em 2012 já contabilizava cerca de 126.000 moradores indicando um incremento populacional de 26.925 indivíduos em apenas dois anos. Nos dez anos que antecederam a construção da hidrelétrica de Belo Monte, a população de Altamira aumentara muito menos, posto que saltara de 77.430 residentes em 2000, para os 99.075 já mencionados, apontando um acréscimo de 21.645 indivíduos (OLIVEIRA, 2013). Atualmente esta cidade possui 114.594 moradores. Esse incremento populacional forçou a cidade a empreender um processo de requalificação urbana que alterou sensivelmente o desenho da cidade. Esse processo, especialmente deflagrado pela instalação da hidrelétrica, teve na Norte Energia S.A. seu principal indutor, além do poder público e de outras agências privadas (HERRERA & NETO, 2017).

As movimentações de natureza centrífuga, por seu turno, referem-se ao deslocamento compulsório de 119 famílias para reassentamentos rurais distribuídos pelo norte do Estado do Tocantins (PARENTE, 2015). Esses reassentamentos foram adquiridos pela empresa responsável pela construção da hidrelétrica. No entanto, os espaços e moradias para os quais as famílias foram conduzidas ficam muito distantes do rio e em ambientes que não reproduzem as condições anteriores de vida das famílias atingidas, que tiveram grandes dificuldades para se adaptarem, mormente no que concerne à reprodução da vida material e da distribuição vicinal, porquanto as condições de vizinhança não foram reproduzidas nesses reassentamentos o que resultou no fato de que alguns núcleos familiares foram separados e filhos que eram vizinhos de seus pais, passaram a residir em moradias muito distantes ou em reassentamentos diferentes.

No que concerne à reprodução da vida material, esses impactos podem ser vislumbrados nas dificuldades dos reassentados de acostumarem-se à rotina urbana, posto que os reassentamentos encontram-se relativamente próximos das cidades; na necessidade de lidarem com técnicas de plantio bastante distintas das que estavam acostumados nas localidades anteriores em que não usavam adubação química, enquanto que os locais dos reassentamentos destinados à agricultura, esse tipo de preparo da terra era imperioso e acabou ocasionando uma série de colheitas malogradas.

A distância do rio também pode ser entendida como um impacto de consequências sensíveis tanto porque impossibilitou os fretes dos barqueiros que faziam viagens semanais à Estreito – MA, Babaçulândia – TO e Filadélfia – TO, quanto tornou mais difícil a pesca, principal fonte de aquisição de proteína animal das famílias que foram impactadas. Os peixes

que eram apanhados pela manhã, nas redes postas na noite anterior, agora tem que ser comprados nas feiras das cidades.

Outra realidade ainda mais problemática corresponde às famílias que não foram indenizadas pelo consórcio responsável pela construção da hidrelétrica, mas que de alguma forma sentiram-se atingidos pelo empreendimento. Essas famílias, em sua maioria composta de pescadores, agricultores de vazantes e coletores de frutas do cerrado, resolveram ocupar, com o apoio do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), faixas de terras lindeiras ao lago da barragem, de propriedade do CESTE. Desse processo resultaram cerca de nove ocupações espalhadas por pontos adjacentes ao lago. A ocupação desses espaços desdobrou-se em processos judiciais de reintegração de posse que forçaram algumas famílias a desocuparem os terrenos em que se estabeleceram.

Todos esses des-locamentos, tanto o dos migrantes que se dirigiram à área de influência do empreendimento, quanto as famílias atingidas, que foram compulsoriamente conduzidas para reassentamentos, e as famílias que decidiram ocupar as margens do lago formado pela hidrelétrica, deflagraram um complexo movimento dialético que podemos compreender como um fenômeno de des-territorialização e re-territorialização. Os atores sociais mencionados acima des-locaram-se de seus territórios e, espontânea ou compulsoriamente, retomaram a existência em outros sítios – sejam rurais ou urbanos -, iniciando assim, um problemático processo de re-territorialização.

Para que as afirmações acima assumam coerência lógica e empírica, faz-se importante elucidar de que maneira me apropriado do conceito de território. Esta categoria possui caráter extremamente polissêmico e seu alcance descritivo depende essencialmente da disciplina em que é empregada, como pelo autor que lança mão de seu uso (HAESBAERT, 2019). Dessa forma, valho-me deste conceito tal qual o fazem Felix Guattari e Gilles Deleuze que o deslindam em sua plasticidade, abstraindo-o inicialmente como “um espaço vivido” (GUATARRI, 1996, p. 323), isto é, saturado de temporalidade e de experiência, portanto, marcado pelo fazer humano que se desdobra tanto em relações de força, de disputa pelo lugar em que se habita, em que se produz a própria existência.

Um território, portanto, é o espaço em que as experiências humanas se desdobram, deixam seus rastros e remetem a memórias. É justamente essa relação entre a experiência no lugar e as memórias produzidas por essa vivência que imprimem aos homens um sentimento de pertença<sup>159</sup> em relação ao território que passa a figurar como “um sistema percebido no seio do

---

<sup>159</sup> Walter Benjamin desenvolveu reflexões que também nos ajudam a pensar o território pela perspectiva de um espaço marcado pela experiência de enraizamento que imprime ao lugar os traços daquele que o habita. Para

qual um sujeito se sente ‘em casa’. O território é sinônimo de apropriação” (GUATARRI, 1996, p. 323).

Assim sendo, o território não é um espaço “físico”, “natural”, mas um lugar socialmente apropriado, culturalmente construído em que os homens desdobram sua existência material e simbólica. É um lugar cuja constituição é sustentada por um plexo de relações, configurado com o “conjunto dos projetos e das representações nos quais vai desembocar, pragmaticamente, toda uma série de comportamentos, de investimentos, nos tempos e nos espaços sociais, culturais, estéticos, cognitivos” (GUATARRI, 1996, p. 323), desenvolvendo com o lugar liames afetivos e axiológicos, por um lado; e, por outro, articulando relações estratégicas para sua manutenção neste mesmo território. É importante ressaltar que a territorialidade, isto é, esse feixe de experiências que se desdobram no espaço, imprimindo-lhe marcas e estabelecendo com o lugar uma relação simbólica que o transforma em território pode, portanto, ancorar-se nas dimensões política, cultural e econômica. Ou seja, relações de poder, atravessadas relações de sentido que, por seu turno, estabelecem ressonâncias em todos os aspectos da organização da vida material.

Esse processo é dialético tanto no que diz respeito aos impactados, quanto ao agente dos impactos, pois o território não é somente um espaço habitado, mas, sobretudo, dominado, transformado, ao mesmo tempo que a Usina Hidrelétrica de Estreito des-territorializa famílias, animais e o próprio rio, ela também implementa seu próprio processo de territorialização, não apenas porque forçou o des-locamento de milhares de pessoas, mas porque procurou controlar e direcionar esses des-locamentos. Rogério Haesbaert nos ajuda a compreender esse processo ao afirmar que “territorializar-se significa também, hoje, construir e/ou controlar fluxos/redes e criar referenciais simbólicos num espaço em movimento” (HAESBAERT, 2019, p. 280)

---

Benjamin, “habitar significa deixar rastros” (BENJAMIN, 2009, p. 46) indicando que algo de imaterial persiste no espaço vivido ao modo da feição daquele que o ocupa/ocupava. Pode ser uma ferramenta manuseada de um modo todo próprio e que um simples olhar nos remeta à imagem daquele que a utiliza, uma forma de decorar o interior das habitações que lhes transfere o rosto de seus habitantes ou mesmo uma forma de capina ou aragem apenas empreendida por determinado indivíduo. Portanto, o território só pode ser entendido como tal, porque possui a *assinatura* daqueles que o habitam.

### 3.1 Dramatis Personae

As fontes<sup>160</sup> que deram substância à compreensão desses processos de des-territorialização e re-territorialização que emanaram dos des-locamentos provocados pela construção da hidrelétrica de Estreito, foram as narrativas orais oriundas das experiências daqueles que foram sensivelmente atingidos pelo soerguimento daquele empreendimento energético. Compreendo as fontes orais como documentos produzidos com a ajuda direta do historiador no contexto de entrevistas previamente organizadas e com um objetivo bastante específico de elucidar questões e problemas referentes a um determinado fato interessante à reflexão historiográfica. Como foram pro-vocadas e produzidas com a ajuda do pesquisador que fez as perguntas e, evidentemente, selecionou e seccionou os trechos que entende como mais representativos e que apresentam aspetos relevantes, essas fontes comportam o resultado de uma relação e de um encontro: o do entrevistador que interroga e a do entrevistado que desenvolve uma narrativa a partir daquela indagação. Outrossim, como os narradores encontram-se imersos em relações de poder, suas histórias são também discursos, isto é, um “conjunto de significações constrangidas e constrangedoras que passam através das relações sociais” (FOUCAULT, 2011, p. 220).

Dessa forma, por constituir-se como um discurso, a fonte oral não pode ser abordada como simples fala, mas devem ser levadas em conta as suas condições de possibilidade, ou seja, não apenas aquilo que é dito, mas o contexto em que é dito e como o entrevistado experienciou os fatos que desenvolve em seus relatos. Como todo documento, a fonte oral – mesmo quando resultado de uma narrativa proveniente de um indivíduo – tem como condição de sua produção um feixe de relações, afetos e experiências. Dessa forma, as fontes orais são constituídas como experiências inseridas em uma ordem simbólica inteligível, cujo objetivo transcende a mera comunicação de um acontecimento, mas visa, sobretudo, a constituição de uma memória relativa a um fato e a determinação do lugar do entrevistado naquele fato o que indica que essas

---

<sup>160</sup> O cunho vernáculo da palavra *fonte* já nos remete à sua potencialidade significativa. Podemos abstrair a fonte tanto como aquilo que flui, que realidade que se movimenta constantemente em direção à desembocadura de algo mais amplo; quanto como “princípio”, como condição de possibilidade para tornar a realidade mais compreensível. Para José D’Assunção Barros as fontes históricas, sejam elas de qualquer qualidade ou natureza, precisam ser entendidas por meio do cruzamento dessas duas noções: “As fontes constituem de alguma maneira um dos princípios da História [...]; mas elas também são intrinsecamente o que assegura o próprio fluir do discurso do historiador – um tipo de texto no qual tudo almeja ser demonstrado passo a passo, revivido quando possível, imaginado quando necessário, problematizado sempre” (BARROS, 2019, p. 23). Na produção das fontes orais podemos perceber diversos nuances de sua fluidez materializada nas entonações, cortes abruptos, retomadas nos caminhos da narrativa e assim por diante.



fontes não apenas são interpretações de passado, mas também são atos de constituição de memórias (ALBERTI, 2004).

Nesse sentido, os entrevistados não fornecem um relato neutro e preciso, mas uma análise dos eventos pelos quais passaram inseridas em um encadeamento temporal. É justamente esta representação mediada pela memória que denuncia a complexidade que marcou de fato as relações de força travadas entre os indivíduos e as ações que realizaram. Dessa maneira:

Não se espera [...] que a história de vida nos forneça um quadro real e verdadeiro de um passado próximo ou distante. O que se espera é que a partir dela, de uma vivência concreta de uma experiência específica, possamos reformular nossos pressupostos e nossas hipóteses sobre determinado assunto (DEBERT, 1986, p. 142)

Por esta forma, retomando o argumento segundo o qual as narrativas não são apenas relatos sumários, mas são essencialmente análises, não se trata aqui de entender a história da construção da barragem, mas de compreender seu significado no universo bastante heterogêneo de vazanteiros, pequenos agricultores, pescadores e todos quantos entenderam-se como atingidos por esse empreendimento<sup>161</sup>, portanto, a história das pessoas impactadas pela hidrelétrica.

Ao contarem suas histórias, os entrevistados já as interpretam, isto é, inserem os acontecimentos que viveram e testemunharam em um contexto significativo. Isso nos indica que os homens não são apenas “falantes” que fazem uso da linguagem como algo que lhes é exterior, mas que são seres essencialmente linguísticos. Essa asserção implica que os sujeitos são atravessados pela linguagem, ocupam um lugar em seu interior e, que, no limite, são falados pela linguagem<sup>162</sup>. Dessa forma, pode-se afirmar que a narrativa não descola os eventos contados das histórias individuais de seus narradores, pelo simples fato, de que eles falam de suas experiências, percepções e impressões.

---

<sup>161</sup> Uma pesquisa realizada pela antropóloga Guita Debert com mulheres de classe média com mais de setenta anos, sobre as representações da velhice ajuda a entender com mais clareza esse argumento. Durante as entrevistas, a pesquisadora constatou que as mulheres ouvidas, quando interrogadas acerca da liberdade assumiam posições antagônicas conforme relatavam suas experiências familiares da adolescência em comparação com as atuais. Elas entendiam que em suas vidas atuais eram mais livres e felizes que na juventude, quando eram controladas pelos pais ou oprimidas pelos ditames sociais. Quando interrogadas sobre sua opinião acerca da juventude articularam comentários diametralmente opostos. Avaliavam negativamente a sociedade e as famílias hodiernas como muito permissivas. Cf. DEBERT, 1986.

<sup>162</sup> Essa assertiva nos leva a uma questão muito interessante que tem a ver com o fato de que a linguagem está para nós como horizonte de nossas possibilidades de nos relacionarmos com a realidade. Para compreendermos isso, basta atentarmos para o fato de que não conseguimos operar fora do âmbito da linguagem como uma ordem simbólica inteligível. Nesse sentido, podemos nos apoiar na clássica proposição de Wittgenstein de que o limite de nosso mundo é o determinado pelo horizonte imposto pela linguagem. Cf. WITTGENSTEIN, 1968.

A escolha das fontes orais deu-se porque as consideramos como documentações tenazmente imbricadas à experiência dos atores sociais que estiveram de alguma maneira implicados nos eventos que emanaram do processo de construção da hidrelétrica de Estreito. Ao relatarem as experiências pelas quais passaram no decorrer do processo de implantação da hidrelétrica, essas pessoas nos expõem também suas percepções das transformações sociais e ambientais que foram desencadeadas pelo empreendimento. Dito de outra forma, essas narrativas têm sua importância porque nos ajudam a vislumbrar nuances do processo que, por vezes, não aparecem em outras fontes, ou, quando aparecem, as encontramos em espaço muito reduzido, por vezes em discursos indiretos.

Para a análise das narrativas orais optei pelo arcabouço teórico-metodológico fornecido pela História Oral entendida como uma postura historiográfica que:

Busca, pela construção de fontes e documentos, registrar, através de narrativas induzidas e estimuladas, testemunhos, versões e interpretações sobre a História em suas múltiplas dimensões: factuais, temporais, espaciais, conflituosas, consensuais. Não é, portanto, um compartimento da história vivida, mas, sim, o registro de depoimento dessa história vivida. [...] É um procedimento premeditado de produção de conhecimento que envolve o entrevistador, o entrevistado e a aparelhagem de gravação (DELGADO, 2006, p. 15-16).

A proposição acima é importante porque define de maneira elucidativa e sucinta as principais características da História Oral, compreendida, assim, como uma empreitada historiográfica de caráter teórico e metodológico essencialmente dialógica, cujo gesto inicial é a constituição das fontes no contexto das entrevistas, isto é, do face-a-face entre o pesquisador e aquele que vai fornecer-lhe seu testemunho, por meio da articulação de uma narrativa em que estão implicados de forma bastante articulada a experiência a qual o entrevistado se refere, assim como a linguagem e o discurso utilizados para deslindar essa experiência.

Todo esse material é urdido pelos fios da memória, que, não apenas “compila” as narrativas, mas ajuda no processo de sua tessitura por meio das provocações que faz ao entrevistado. Destarte, é fundamental afirmar que a análise historiográfica que opta pelas fontes orais não toma a memória propriamente dita como alvo de análise, mas as condições de construção de determinada memória de um acontecimento ou época, portanto, a História Oral investiga a memória “lá onde ela não é apenas significado, mas também *acontecimento, ação*” (ALBERTI, 2004, p. 36).

Por isso o processo da *entre-vista* é tão importante e influencia de maneira sensível a constituição dessas fontes, posto que não se trata da recolha de um material já pronto, mas é, como a define Alessandro Portelli, a instituição de uma “bipolaridade dialógica” (PORTELLI,

2010, p. 20) na qual dois sujeitos, para evocar o aforisma nietzschiano<sup>163</sup>, olham-se e medem-se mutuamente, constroem um diálogo evocativo e marcado por diversas estratégias que podem transitar de uma tranquila conversação até situação um tanto mais conflitiva, porquanto, se o entrevistador faz as perguntas que lhe apeteçam com vistas a “conduzir” a entrevista, o narrador/entrevistado também interpela o pesquisador “a fim de entender quem é e o que quer, e de modelar seu próprio discurso a partir dessas percepções” (PORTELLI, 2010, p. 20).

A bipolaridade dialógica a que Portelli se refere acima, dá à entrevista um caráter ético, posto que se trata de uma relação de confiança entre dois sujeitos, e também um caráter epistemológico, muito importante, porque institui um trânsito entre entrevistador e entrevistado que podemos chamar, na esteira de Deleuze e Guattari, de *Outrem*. Essa categoria não é expressão de um “outro” do discurso em relação a um “eu”, também não se calca em uma dicotomia Sujeito-objeto, mas é sobretudo uma situação de fluência na qual estão envolvidos os dois sujeitos que mutuamente se interpelam em torno da narrativa que produzem em conjunto. Dessa forma, *Outrem* pode ser entendido como:

[A] expressão de um mundo possível num campo perceptível, somos levados a considerar de uma nova maneira os componentes desse campo por si mesmo: outrem não sendo nem um sujeito de campo, nem um objeto de campo, vai ser a condição sob a qual se redistribuem, não somente o objeto e o sujeito, mas a figura e o fundo, as margens e o centro, o móvel e o ponto de referência, o transitivo e o substancial, o comprimento e a profundidade (DELEUZE & GUATTARI, 1992, p. 30)

*Outrem* seria, portanto, o universo de experiências possíveis que se instaura no contexto dialógico da entrevista: experiência de retomada e reinterpretação do passado por intermédio da memória; possibilidade de confrontar a história vivida com outras fontes para compor um quadro mais complexo dos eventos; possibilidade de problematizar nossa experiência do passado e transformar um emaranhado de experiências em conhecimento. Essa fluência que conduz à produção conjunta da fonte oral nos conduz ao corolário de que a assertiva ético-política segundo a qual a História Oral *daria voz aos que não tem voz*, não se sustenta sob a perspectiva epistemológica, pois o amanhã com as fontes orais não tem a ver com “dar” voz a um terceiro, ou mesmo “falar por ele” a fim de dar-lhe visibilidade. Trata-se, todavia, de proceder em um exercício hermenêutico contínuo no sentido de fazer com essas

---

<sup>163</sup> Trata-se do aforismo 146 de *Para além do bem e do mal*, que diz o seguinte: “Quem luta com monstros deve ter cuidado para não se tornar um monstro. E se olhas demoradamente para o abismo, o abismo olha para dentro de ti” (NIETZSCHE, 2012, p. 90). Isso nos ajuda a pensar que na entrevista não existe passividade, ao contrário; trata-se de um encontro atravessado por relações de poder, principalmente porque está em jogo a “vontade de verdade” do pesquisador, para mencionar Nietzsche novamente, e o narrador que, por meio de um ensaio de interpretação das intenções do pesquisador e da suposição daquilo que ele “deseja” ouvir, elabora sua narrativa. Sem falar também que também possui intencionalidades referentes à história que conta.

fontes experimentos intelectuais, isto é, abstrair as narrativas e o passado envolto por elas como “um mundo possível, tal como existe num rosto que as exprime, e se efetua numa linguagem que lhe dá uma realidade” (DELEUZE & GUATTARI, 1992, p. 29).

Para fazer face e sistematizar o mundo possível fornecido pelo “amontoado de experiências” (THOMPSON, 1987, p. 12) tão heterogêneas que os atingidos pela barragem de Estreito me confiaram, escolhi a abordagem metodológica conhecida em História Oral como entrevista temática<sup>164</sup> que consiste em um questionário pré-estruturado por critérios de abordagem de um tema específico. Portanto, não é a história individual dos entrevistados que está em primeiro plano, mas o recorte de sua existência correspondente ao momento em que a construção da hidrelétrica de Estreito passou a interferir em suas trajetórias de vida, porquanto, aspectos específicos da vida dos entrevistados só interessam na medida em que se relacionam com o problema a que se refere a pesquisa.

Nesse sentido, a abordagem da entrevista temática possui um caráter essencialmente testemunhal posto que o universo de entrevistados foi composto majoritariamente por indivíduos que foram implicados de alguma maneira pela construção da barragem, seja as famílias atingidas que foram obrigadas a se deslocar para reassentamentos, sejam os trabalhadores que se dirigiram ao canteiro de obras, sejam os comerciantes e empresários que viram na construção uma alavanca para a movimentação econômica de suas cidades e empresas, enfim, todos esses atores sociais tiveram suas atitudes e tomadas de decisões envolvidas em uma complexa e conflituosa articulação entre objetivos coletivos e motivações individuais ou mais restrita a uma esfera de relações mais adstrita, como a familiar. Há além disso, suas

---

<sup>164</sup> O formato e a condução das entrevistas são fundamentais para que as fontes tenham a capacidade de elucidar as questões que nos empenhamos em problematizar e elucidar. Os manuais de História Oral recomendam dois formatos de abordagem: entrevistas temáticas e histórias de vida (ALBERTI, 2005a; DELGADO, 2006). As entrevistas de História de Vida são aquelas que possuem o próprio indivíduo como centro da narrativa. Dessa maneira, o entrevistado é encorajado a contar sua trajetória de vida desde a infância, relatando tudo o que viveu e testemunhou até o presente em que se encontra.

José Carlos Meihy ainda sugere um terceiro tipo que seria a entrevista de tradição oral. Conforme este historiador, a tradição ora não se confundiria com as duas primeiras porque, diferentemente das duas primeiras, a tradição oral não tem caráter testemunhal, pois aquele que conta a narrativa não é contemporâneo dos fatos a que se refere, isto é, não os testemunhou. Portanto, seu relato é tributário de outras narrativas o que o faz muito mais atrelado à noção de memória coletiva ou ao que Michael Pollack denominou de “memória por tabela” (POLLAK, 1992), isto é, uma memória que nos foi legada de outrem, que foi transformada por nossa experiência, mas que não é fruto de nossa vivência. Assim, “o sujeito desse tio de pesquisa é sempre mais coletivo, menos individual, e por isso a carga da tradição comunitária é mais prezada e presente porque continuada” (MEIHY&HOLANDA, 2015, p. 41). Um exemplo elucidativo de trabalho com tradição oral é a pesquisa de Mathias R. Assunção sobre a memória da Balaiada, no Maranhão. O Historiador inglês entrevistou, na década de 1980, nos municípios Maranhenses que foram tomados por essa rebelião escrava acontecida entre 1838 e 1842, diversos descendentes daqueles que de alguma maneira estiveram envolvidos naquele movimento (ASSUNÇÃO, 1988;1998). Cf. ALBERTI, 2005 b; SILVA JÚNIOR&FERNANDES, 2012; SILVA JÚNIOR&ALENCAR, 2017

perspectivas políticas e inclinações ideológicas. Tudo isso, contribuiu para a análise e não foi esquecido no momento das entrevistas.

É importante fazer menção ao fato de que as entrevistas temáticas tenham sido a escolha metodológica mais apropriada para aproximar-me do fenômeno que me pus a compreender: os des-locamentos provocados pela barragem e seu concomitante processo de (des) territorialização. Não lancei mão dessa abordagem como um procedimento estanque e apartado. Apesar das entrevistas terem sido estruturadas por temas, em diversos momentos foram atravessadas pelas histórias de vida de meus colocutores que, quando deslindavam suas experiências de des-locamento, acharam adequado falarem um pouco de como chegaram até as localidades em que moravam.

Isso porque tanto as entrevistas temáticas quanto as de história de vida possuem uma relação sensível com o método (auto) biográfico, porquanto, “seja concentrando-se sobre um tema, seja debruçando-se sobre um indivíduo e os cortes temáticos efetuados em sua trajetória, a entrevista terá como eixo a biografia do entrevistado, sua vivência e sua experiência” (ALBERTI, 2005a, p. 38). Dessa forma, a estruturação temática foi plano principal das entrevistas, mas sua paisagem também foi composta por traços de trajetórias de vida e até mesmo de alguns aspectos da tradição oral.

As narrativas que subsidiam esta pesquisa correspondem às experiências dos eventos relativos à construção da usina hidrelétrica de Estreito transcorridos entre 2005 e 2010 que, respectivamente, correspondem à tomada de conhecimento da construção da barragem, os eventos que transcorreram durante este processo e, por fim, à chegada das famílias impactadas aos reassentamentos a que foram destinadas. As entrevistas foram realizadas entre 2008 e 2019 abrangendo maiormente as memórias de indivíduos que de alguma forma se viram implicados pelo processo de desterritorialização, que se iniciou quando os técnicos contratados pelos Consórcio Estreito energia (CESTE) chegaram nas localidades para procederem na avaliação de terras, residências e benfeitorias, passou pelos diversos movimentos de resistência à construção da barragem; incluiu a chegada de trabalhadores de outros Estados para compor a mão-de-obra demandada pelo canteiro de obras e atingiu seu cume com o êxodo compulsório que levou atingidos e suas famílias aos reassentamentos.

O universo de entrevistados também é composto pelos moradores e ex-moradores de ocupações que se formaram às margens ou nas proximidades do lago formado pela barragem. Espalhadas pelo estado do Tocantins, principalmente nas regiões de Filadélfia, Babaçulândia e Palmeiras e Barra do Ouro, essas ocupações são compostas por famílias que se sentiram

atingidas pela construção da hidrelétrica de Estreito, mas não receberam quaisquer compensações ou acharam as indenizações recebidas insuficientes.

As ocupações são as seguintes: Acampamento “Coragem”, localizado às margens do lago, na Área de Proteção Permanente (APP), na região de Palmeiras do Tocantins e “Beira Rio”, localizada em Barra do Ouro. Na região de Filadélfia encontram-se as ocupações denominadas de “Turrão”, “Dom Bosco”, “Inhumas”, “Uirapuru” e “Barra do Grotão”; e “Ilha Verde” e “Arraia” na região de Babaçulândia. “Ilha Verde” e “Barra do Grotão” sofrem reintegração de posse em 2019. Tive a oportunidade de entrevistar os ex-moradores da “Ilha Verde” e alguns moradores de “Dom Bosco”. A maioria dos integrantes dessas ocupações é composta de agricultores que trabalhavam como meeiros em vazantes sobre as quais as águas do Tocantins se precipitaram por conta da formação do lago. Os proprietários dessas áreas foram indenizados, mas os vazanteiros, que somente cultivavam as plantações nada receberam. Assim, algumas famílias que se sentiram atingidas pela hidrelétrica, organizaram-se e resolveram ocupar faixas de terras entre o lago e a ferrovia Norte-Sul. Todas essas áreas pertencem ao CESTE e a questão está *in judice*. Além de vazanteiros, há também pescadores e pequenos agricultores, barraqueiros que trabalhavam sazonalmente na época de praias do rio Tocantins e coletores de frutas do cerrado e dejetos recicláveis.

Como as entrevistas seguram uma estrutura temática, cujo interesse era compreender a experiência de des(re)territorialização pela qual os narradores passaram, não foi feita uma seleção homogênea no que concerne a idade dos entrevistados. Escolhi priorizar o grau de envolvimento dos atingidos em todo o processo. Dessa forma, a faixa etária dos entrevistados importou na medida em que contribuía para elucidar os aspectos da realidade que me propunha a compreender em cada entrevista. Quando meu interesse era compreender o peso que a ausência do rio representava para os impactados, escolhi entrevistar aqueles que por mais tempo viveram às margens do Tocantins e, com ele, construíram uma relação; quando, por outro lado, me vi às voltas com aspectos relativos ao processo de resistência à barragem ou com às relações trabalhistas engendradas por sua construção, incluí no universo de entrevistados, pessoas mais jovens<sup>165</sup>. Segue uma breve apresentação dos narradores que me confiaram suas memórias. Não constam todos, apenas aqueles cujas vozes aparecem com mais frequência no texto. Foram os seguintes:

---

<sup>165</sup> Rousseau escreveu certa vez em *O Emílio* que a vivência não tem necessariamente a ver com a quantidade de anos que o indivíduo acumulou ao longo de sua existência, mas com a quantidade de experiências pelas quais passou e que o ensinaram e modificaram sua perspectiva. São essas pessoas que possuem algo para dizer (Cf. ROUSSEAU, 1995).

### 3.1.1 Adonias Avelino Brandão

Nascido na cidade de Cachoeira, no estado da Bahia, Adonias chegou a Estreito em 2009 para trabalhar como armador de ferragens no canteiro de obras da hidrelétrica de Estreito. O emprego lhe fora arranjado pelo irmão mais velho que já trabalhava na barragem desde 2008. O irmão retornou à Bahia, mas Adonias acabou ficando na cidade. Realizamos duas

entrevistas. Na primeira,

feita em outubro de 2016, Adonias morava em Estreito. Dois anos depois, o encontro ocupando 33 alqueires no acampamento “Coragem”, onde reside atualmente, ganhando a vida como pescador. Adonias tem 43 anos. Seu relato é interessante na medida que nos ajuda a pensar a trajetória um tanto errante dos trabalhadores que se dirigiram à região atraídos por trabalho na barragem, mas ficaram empregados por pouco tempo. Não obstante isso, acabaram se detendo por mais tempo na região por terem contraído laços familiares ou engajando-se em outras ocupações ou projetos.

**Figura 27: Adonias Avelino Brandão no acampamento “Coagem”.**



Fonte: Acervo da pesquisa, (2018).

### 3.1.2 Jucilene Alves da Silva Braga

Foi criada na Ilha de São José, localidade totalmente inundada pelo lago resultante da construção da hidrelétrica. Quando a equipe do CESTE começou as viagens à Ilha de São José para proceder na elaboração do EIA/RIMA, Jucilene Braga trabalhava nas terras da mãe, como agregada. Atualmente mora no reassentamento “Baixão”, nos arredores de Babaçulândia – TO. Foi em sua casa que realizamos nossa entrevista aos 21 de abril de 2016. Juntamente com o

esposo, tira seu sustento das plantações que cultiva em seu lote, mormente a mandioca, o milho, feijão e melancia.

**Figura 28: Jucilene Alves da Silva Braga, no reassentamento “Baixão”, em Babaçulândia – TO.**



Fonte: Acervo da pesquisa, (2016).

### **3.1.3 André Rodriguez Silva Santana**

André, natural de Estreito - MA, exerceu diversas ocupações para empresas que prestavam serviço para o CESTE entre 2009 e 2010. Trabalhou como operador de balsas, ajudante de marinheiro e eletricitista. Depois trabalhou na hidrelétrica de Jirau, em Rondônia, passando também por outras empresas como a Suzano. Nossa conversa aconteceu em outubro de 2016 quando já havia retornado a Estreito - MA e preparava-se para iniciar um negócio próprio.

### **3.1.4 Valdecir Alves da Silva**

Valdecir tem 53 anos e reside no reassentamento Mirindiba, em Araguaína-TO. Nascido em Carolina – MA, passou a morar na Ilha de São José com os pais. Lá casou e



constituiu família. Não era proprietário, vivendo nas terras da sogra como agregado. Além trabalhar nas roças da família, ganhava a vida como pescador sendo, inclusive, associado à Colônia de Estreito – MA. A entrevista foi realizada em 11 de fevereiro de 2014, em sua casa no reassentamento Mirindiba. Escutá-lo foi interessante por dois aspectos: por viver como agregado e, portanto, em

**Figura 29: Valdecir Alves da Silva no reassentamento Mirindiba, em Araguaína - TO**



Fonte: Acervo da pesquisa, (2014)

tese, sem direito a uma casa nos reassentamentos e por ter participado de algumas manifestações de resistência à construção da hidrelétrica. O primeiro aspecto deu à sua narrativa um tom bastante cuidadoso, que percebi no primeiro momento de nosso encontro, quando, depois de apertarmos as mãos, disse que responderia às minhas perguntas se eu não estivesse lá para prejudicá-lo. Valdecir escolhia muito bem as palavras que usou para compor sua narrativa, mormente quando falou sobre sua participação nas manifestações contra a barragem, não por ser partidário das ações do CESTE, mas pelo medo de perder a pequena propriedade e que conseguira.

### **3.1.5 Francelina Coelho de Souza (Dona França)**

Dona “França” chegou à Ilha de São José em 1940, com a família. Seu padrasto era vaqueiro e foi um dos primeiros colonizadores do lugar. Em 1948, estabeleceu-se definitivamente no lugar, onde residiu até 2010, quando, juntamente com os outros moradores, precisou mudar. Como optou pela indenização, passou a residir numa propriedade próxima ao lugar no qual repousava a Ilha de São José. Entrevistei duas vezes: a primeira em 2008, na Ilha de São José e outra em fevereiro de 2014, quando já residia em sua morada atual.

**Figura 30: Francelina Coelho de Sousa (Dona França), na Ilha de São José - TO**



Fonte: Acervo da pesquisa, (2009)

### **3.1.6 Maria dos Anjos Nunes da Silva (Maria da Ilha)**

Maria dos Anjos Nunes da Silva, mais conhecida como Maria da Ilha, nasceu em Cajueiro no Estado do Tocantins. Tem cinquenta e seis anos e morava na Ilha de São José desde 1985. É casada com José Carlos Alves da Silva que, no entanto, atende por Leonardo. Filiou-se ao *Movimento dos Atingidos por Barragens* – MAB em 2004, quando iniciaram os rumores referentes à construção da barragem de Estreito, tornando-se uma militante muito ativa até o hoje.

Antes disso, trabalhava como agente de saúde na Ilha e, eventualmente, por ocasião da dificuldade de acesso dos moradores da Ilha à cidade mais próxima, Babaçulândia – TO, acabou realizando alguns partos. Teve papel importantíssimo nas negociações entre uma parte dos moradores da Ilha de São José e o CESTE, mormente no que concerne à aquisição do reassentamento Mirindiba em que vive hoje com a família.

**Figura 31: Maria dos Anjos Nunes da Silva (Maria da Ilha), na Ilha de São José - TO**



Fonte: Acervo da pesquisa, (2009).

Entre 2008 e 2018 realizei diversas entrevistas com Maria da Ilha. Pela sua militância política no MAB, os depoimentos de Maria da Ilha são os mais articulados, possuem uma linha ideológica bastante demarcada. Dessa forma, Maria da Ilha pode ser tomada como uma espécie de entrevistada “profissional”, porque estando a frente do movimento de resistência à barragem acabou concedendo diversas entrevistas à imprensa e a muitos pesquisadores. Essa prática

melhorou sua fluência, mas também condicionou seu discurso, posto que suas narrativas não apresentam muitas contradições do ponto de vista do enredo que é construído absolutamente em desfavor da construção da barragem, infringindo ao acontecimento um caráter essencialmente negativo para todos os atingidos. Dona Maria também já incorporou a estratégia de “antecipar” aquilo que o entrevistador “deseja” ouvir. Por isso suas entrevistas foram analisadas com bastante cuidado. Maria da Ilha também tem outra característica muito importante como fonte e que não pode ser desprezada, qual seja, ela é o tipo de narradora que influencia sensivelmente nas entrevistas alheias. Isso se dá tanto por seu caráter de liderança quanto pela posição política que ocupou no decorrer de todo o processo. Por isso, não é recomendável que ela seja incluída em entrevistas coletivas<sup>166</sup>.

<sup>166</sup> Aprendi esta lição na prática. No início de 2018 Dona Maria acompanhou-me em uma de minhas viagens de pesquisa. Como já conhecia este traço de comportamento, pedi que ela se ocupasse de outros afazeres enquanto eu procedia nas conversas, mas na primeira entrevista ela acabou me acompanhando e isso deixou o entrevistado visivelmente constrangido, pelo fato de que durante o processo de negociação para aquisição dos reassentamentos, eles se encontravam em grupos distintos. Dessa forma, a entrevista começou de maneira muito engessada e superficial posto que o entrevistado se empenhou em medir as palavras – tanto porque, Maria da Ilha teimava em interromper a conversa por “retificar” fatos e “emendar” as interpretações de meu colocutor. Assim, pedi que ela fosse checar algumas coisas para mim. Assim que se afastou, o entrevistado ficou mais à vontade para falar. Em

No início de 2014 Maria da Ilha concluiu o Curso de Técnico em Meio Ambiente com ênfase em saúde ambiental das populações do Campo, promovido pelo MAB em parceria com o MST. Como Trabalho de Conclusão de Curso escreveu um pequeno relato sobre a história da Ilha de São José. Atualmente participa muito ativamente de encontros e manifestações promovidos pelo MAB em outros estados do Brasil, articulando-se como uma liderança muito importante.

### 3.1.7 Júlio Alves da Silva

**Figura 32: Júlio Alves da Silva, no reassentamento Mirindiba.**



Fonte: Acervo da pesquisa, (2014).

Seu Júlio foi nascido e criado na Ilha de São José. Extraía sua sobrevivência do manejo de algumas cabeças de gado e do trabalho na roça. É cunhado de Maria da Ilha. Atualmente sua maior fonte de sobrevivência depende da criação de gado e da mandioca, feijão, milho e melancia que produz em sua roça e que são negociados no programa de “Compra Direta” do município de Araguaína que destina a aquisição dos alimentos que compõem a merenda escolar das escolas municipais dos pequenos produtores locais.

Além de fornecer farinha para alguns comerciantes da cidade.

Seu Júlio não se opôs à construção da barragem, pelo contrário, viu nela a possibilidade de uma mudança qualitativa de vida, conforme sua perspectiva, “[A] ilha de São José foi um lugar que nós fomos nascidos e criados, mas nós aqui, [em Mirindiba] demos cambalhota em matéria de valor, nós fomos valorizados umas cinco vezes a mais, baseado nos valores nossos

---

outra entrevista, agora sem Maria da Ilha, o mesmo entrevistado parecia muito mais tranquilo para apresentar sua versão dos fatos.

lá”<sup>167</sup>. Nossa entrevista aconteceu em Mirindiba, em fevereiro de 2014, quatro anos após as famílias terem chegado lá. E sua importância reside justamente no fato de que sua narrativa é muito distinta da apresentada por Maria da Ilha, nos ajudando, dessa forma a compor um quadro mais complexo de todo o processo, nos indicando que cada ator social implicado nesses deslocamentos, atravessou-os à sua maneira e escopado por sua própria carga de vida. Seu Júlio continua: “Hoje em dia [...] você acha que se você abrir a boca para vender [um lote em Mirindiba] a uns 125 mil, você não fica sem ele rapidinho? [...] Por quê? Bem centralizado, próximo à cidade grande, não é?! Tudo com poço semi-artesiano. Meu amigo! Aqui é tranquilo”<sup>168</sup>, ressaltando não apenas o valor dos lotes, mas as benfeitorias constantes nele e que eram ausentes na Ilha, além da proximidade com a cidade, tornando mais fáceis o acesso a serviços importantes como escola para as crianças e assistência médica.

### 3.1.8 Raimundo Vicente

Raimundo Vicente reside atualmente no reassentamento Mirindiba, em Araguaína – TO. Chegou à Ilha de São José com o pai em 1953, a procura de terras mais cultiváveis. Algum tempo depois o pai foi embora e Raimundo ficou, casou e criou filhos e netos às margens do rio Tocantins, permanecendo na Ilha até 2010, quando foi transferido com a família para o reassentamento em que vive ainda mora.

Sua rotina na Ilha de São José dividia-se entre o cultivo de vazantes de milho e melancia, o cuidado pequenas roças de mandioca, a criação de galinhas e algumas cabeças de gado bovino. Em Mirindiba, cuidou por algum tempo de roças de milho e mandioca, do cultivo de frutas e hortaliças e da criação de um pequeno rebanho de gado. Uma cegueira

**Figura 33: Raimundo Vicente na Ilha de São José - TO**



Fonte: Acervo da pesquisa, (2008).

<sup>167</sup> Júlio Alves da Silva. Mirindiba, 10 de fevereiro de 2014.

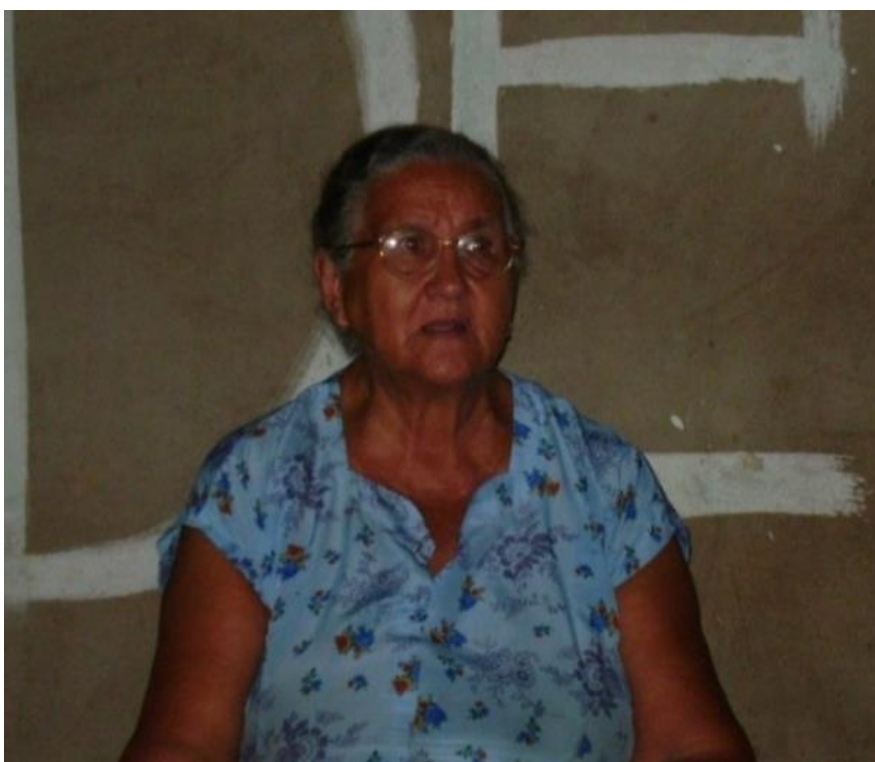
<sup>168</sup> Júlio Alves da Silva. Mirindiba, 10 de fevereiro de 2014.

ocasionada pelo diabetes tornou essas funções impossíveis, ficando agora à cargo de uma de suas filhas, que mora no reassentamento com a família. Os dois filhos trabalham e residem em Araguaína - TO.

### 3.1.9 Adelaide Pereira Carvalho

Começou a morar na Ilha de São José em 1973. Mudou-se para lá após seu casamento, pois o esposo já morava no lugar desde 1952. Não mora em nenhum dos reassentamentos, optando pela indenização em dinheiro. Atualmente, mora na região de Marabá – PA com o marido. Vai com frequência a Araguaína por ocasião do tratamento médico e sempre se hospeda no reassentamento Mirindiba, onde reside uma de suas filhas.

**Figura 34: Adelaide Pereira Carvalho**



Fonte: Acervo da Pesquisa, (2008)

### 3.1.10 Antônio Veríssimo da Conceição.

Além de ocupar o cargo de Conselheiro Gestor da *Penpxá*, associação criada em 2008 pelos Apinajés para gerir os recursos provenientes da compensação que o Consórcio Estreito

Energia (CESTE) foi obrigado a destinar às populações indígenas atingidas pela barragem de Estreito, Antônio Veríssimo da Conceição, 52 anos na época da entrevista, é considerado uma importante liderança indígena, não apenas entre os Apinajés. É natural de Araguatins, mas atualmente reside na aldeia Cocalinho, localizada na Mora na aldeia Cocalinho, na região de Cachoeirinha - TO.

Entrevistei-o duas vezes, entre janeiro e novembro de 2018. Seu Antônio é muito articulado e já participado de diversas manifestações em torno dos direitos indígenas em articulação com órgãos indigenistas como o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e o Centro de Trabalho Indigenista (CTI). Durante nossa conversa, mostrou compreender não apenas o caso da hidrelétrica de Estreito – MA, mas também os conflitos relacionados a outros empreendimentos hidrelétricos e minerais na região amazônica. Sua narrativa é de alguém já acostumado a lidar com pesquisadores, portanto seu discurso é concatenado e organizado.

**Figura 35: Antônio Veríssimo, ao lado dos filhos na aldeia Cocalinho – TO.**



Fonte: Acervo da Pesquisa, (2018)

### 3.1.11 Edmar Xavito Apinajé.

Edmar é uma jovem liderança dos índios Apinajé. Participou ativamente das manifestações contra a barragem de Estreito e já assumiu a presidência e a tesouraria da coordenação da Associação União das Aldeias Apinajé – PEMPXÁ, criada para gerir os recursos provenientes da compensação financeira pelos impactos da UHE de Estreito. Mora na aldeia Patizal<sup>169</sup> na região de Tocantinópolis – TO. Atualmente, faz o curso de Educação no Campo, na Universidade do Norte do Tocantins – UFNT, no campus daquela cidade. Seu nome indígena *krâkênh*, significa “cabeça pelada”, porque nasceu totalmente sem

**Figura 36: Edmar Xavito Apinajé.**



Fonte: Acervo da Pesquisa, (2018) cabelo.

### 3.1.12 Valderice Pereira da Silva

Valderice trabalha na Agência de defesa Agropecuária do Estado do Tocantins (ADAPEC). É natural de Carolina – MA, mas aos 12 anos estabeleceu-se com a família em Babaçulândia – TO. Trabalha desde os 18 anos em roças de vazante. Antes de entrar para o funcionalismo público trabalhava com o marido como meeira em uma fazenda conhecida por *Turrão*, localizada na região de Babaçulândia. Integrou o grupo de famílias que se estabeleceram na ocupação “Ilha Verde”. Considerada como “a *enfrentante* do começo” despontou como uma importante liderança da comunidade. Ademais, foi sua a ideia de ocupar o local. O nome “Ilha Verde” também foi uma sugestão sua.

<sup>169</sup> Nome que remete à concentração de palmeiras de um coco chamado Pati.



**Figura 37: Valderice em evento organizado na “Ilha Verde”.**



Fonte: Acervo da Pesquisa, (2019)

Quando as águas do lago alcançaram Babaçulândia, Valderice teve sua residência inundada. Apesar de ter sido indenizada pela casa, argumenta que a compensação dispensada pelo CESTE não era suficiente porque a empresa não a indenizou por suas atividades nas vazantes e também como barraqueira na praia que se formava no veraneio, quando as águas do Tocantins baixavam. Assim, durante o processo que levou à ocupação da beira do lago, Valderice tornou-se militante do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Para Valderice, integrar-se ao MAB foi uma escolha tática, pois, conforme suas memórias “comecei é... [...] [porque] eu conheci a Judite e o Cirineu [lideranças do MAB] [...], por necessidade”<sup>170</sup>, porque viu naquele movimento social a possibilidade de ver a concretização das aspirações de indenização pelos impactos. E continua:

Eles estavam acampados em Estreito, em frente o canteiro de obras e eu fui lá um dia. Quando eu cheguei lá, que eu vi aquela multidão [...]. Aí participei das reuniões. Aí, logo me decidi. Aí já acompanhei os meninos, já. Aí pronto, desse ano até hoje, estou nessa luta com esses meninos bem aí e não tenho expectativa de sair não, porque enquanto não resolver a situação do povo, tem que vestir a camisa do MAB [risos]<sup>171</sup>

<sup>170</sup> Valderice Pereira da Silva. “Ilha Verde”, 2018

<sup>171</sup> Valderice Pereira da Silva. “Ilha Verde”, 2018

Na fala acima não é de alguém que somente participa de um grupo insurgente, mas de alguém que incorporou um papel de liderança e assumiu uma responsabilidade não apenas por si, mas pelo grupo do qual faz parte. Por conta da ação de reintegração de posse realizada em 2019, Valderice precisou deixar a “Ilha Verde”. Atualmente divide sua estadia entre Babaçulândia e uma chácara que conseguiu adquirir nas proximidades da cidade.

### 3.1.13 Chirlene Alves dos Santos

É natural de Babaçulândia – TO. Ajudava o pai e a mãe nas vazantes e na pesca. Boa parte de sua família integrava o grupo que ocupou a “Ilha Verde”. Quando morava ocupação cultivava junto com a mãe uma horta, cujo produto era vendido em Babaçulândia. Por conta de sua atuação junto às famílias da “Ilha Verde” acabou assumindo um protagonismo considerável. Atualmente reside em Babaçulândia e é aluna do curso de Educação no Campo da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), campus de Tocantinópolis.

Abaixo, temos Chirlene (de pé) e a mãe, dona Aparecida, em meio a um dia de trabalho em sua horta.

**Figura 38: Chirlene e sua mãe cultivando sua horta na beira do lago.**



Fonte: Acervo da Pesquisa, (2016)

Cada narrativa oferece uma perspectiva porque originou-se de uma experiência das transformações acarretadas pela construção da hidrelétrica de Estreito. A trama da narrativa é tecida por essa experiência.

### 3.2 Memória, testemunho, experiência.

Há três conceitos que se tornaram centrais para que a análise das entrevistas produzisse efeitos mais prolíficos: o de testemunho, memória e experiência, impus-me a tarefa de analisar as entrevistas sob essas luzes. Neste trabalho, essas categorias estão sempre remetendo umas às outras, constantemente estabelecendo entre si ressonâncias e agenciamentos<sup>172</sup>. Dessa maneira, faz-se mister, o desdobramento de suas significações e a maneira como eles operam de forma superposta na qual a elucidação de um contribui para a compreensão dos outros.

O cunho vernáculo do conceito de testemunha deriva do substantivo latino *testis*. Proveniente do direito romano, esta palavra tem sua raiz em *tertius*, que significa terceiro, tanto no sentido ordinal, quanto no de alguém que observa de fora. Assim sendo, o termo *testemunha* (*testis, tertius*) se refere ao indivíduo não apenas designado a presenciar o desenrolar de um acordo ou litígio entre dois sujeitos, mas também habilitado a autenticar, caso necessário, esta transação. No entanto, tal como está disposto, este conceito não é satisfatoriamente operatório para os fins da história oral, porquanto, os testemunhos sobre os quais debruço não consistem em perspectivas externas, mas de olhares que, de alguma maneira, estiveram inseridos no processo de construção da hidrelétrica. Dessa forma, cabe aprofundar o conceito.

É nesse ponto que recorremos às reflexões de Giorgio Agamben. Ao debruçar-se sobre a literatura de testemunho produzida pelos sobreviventes dos campos de concentração nazistas<sup>173</sup>, o filósofo italiano contrapõe ao termo *testis*, o conceito de *superstes*. O conteúdo semântico deste último, acolhe o significado do primeiro e o transcende. Segundo Agamben, a testemunha como *superstes* denota o sujeito que fala do interior do acontecimento, isto é, foi espectador e agente do processo no sentido de o ter atravessado.

---

<sup>172</sup> Evoco aqui a perspectiva deleuziana de que conceitos são categorias heterogênicas que se articulam por relações de vizinhança pois acabam abrindo caminhos para outros conceitos, ora confluindo neles, ora atravessando-os, pois, “as zonas e as pontes são as juntas do conceito” (DELEUZE&GUATTARRI, 1992, p. 30). Dessa maneira, afirmar que o conceito de memória estabelece ressonâncias com os de experiência e de testemunho, significa que estes organizam relações de sentido o interior do primeiro e vice-versa.

<sup>173</sup> Os testemunhos dos quais me ocupo não são provenientes, evidentemente, de situações limite, como a experiência dos campos de concentração, cujo processo de *inumanização* impossibilitou o testemunho, justamente pela linguagem humana não dar conta dessa experiência. Os relatos com os quais me deparo são memórias provenientes do trauma da ruptura. Todavia, o princípio explicativo contido no conceito de testemunha deslindado por Agamben, abordando o testemunho como uma narrativa ancorada na perspectiva e na experiência, pode ser aplicado à experiência das famílias des-territorializadas pela hidrelétrica de Estreito.

Em seus próprios termos, o *superstes* “indica aquele que viveu algo, atravessou até o final um evento e pode, portanto, dar testemunho disso” (AGAMBEN, 2008, p. 27). Nesse sentido, o conceito de testemunha aqui esboçado nos permite pensar as narrativas a partir de uma articulação entre subjetividade e objetividade, no sentido de um olhar que, transita entre o interior e o exterior. Dito de outra forma, sua significação transcende a simples presença ocular, deslocando o sujeito de uma posição periférica e segura, para o âmago do acontecimento. Assim, o que autoriza esse testemunho é justamente a experiência que aquele que testemunha fez dos acontecimentos que se propõe a relatar.

As elucubrações de Agamben encontram alento no terreno historiográfico. François Hartog entende que a testemunha, entendida como sobrevivente, é “alguém que está firmado sobre a própria coisa, ou alguém que ainda subsiste” (HARTOG, 2011, p. 204). Paul Ricoeur também enfatiza o conteúdo empírico indispensável ao testemunho, categorizando-o como uma declaração narrativa cuja veracidade e fidelidade ao evento reportado encontra sua primeira sustentação na experiência do narrador, cuja autoridade veritativa repousa no “eu posso contar, porque estive lá” (RICOEUR, 2007). Todavia, assevera que a autoridade pretendida pela testemunha não pode ser sustentada somente na atestação de sua participação no acontecimento. É necessário entender a estrutura que sustenta seu testemunho. É justamente esta a preocupação de Ricoeur quando se pergunta acerca das condições de confiabilidade de um testemunho. Para ele, esse problema pode ser aclarado se nos concentrarmos no “núcleo de sentido do testemunho” (RICOEUR, 2007, p. 171), isto é, no que ele diz para além do que está posto.

Além dessa abordagem mais hermenêutica e analítica cuja dinâmica consiste em interpelar o testemunho a partir de seu interior, faz-se necessário ao historiador com-textualizar o discurso da testemunha, isto é, proceder num “exercício medido de contestação e de um esforço de atestação” (RICOEUR, 2007, p. 192). Dito de outra maneira, lançá-lo naquilo que Thompson denominou de lógica historiográfica, isto é, submetê-lo ao confronto com outros testemunhos e fontes referentes ao mesmo tema.

Conforme Ricoeur, o próprio ato de testemunhar, por ter uma estrutura inapelavelmente dialógica, antepõe esse cotejo, acrescentando um terceiro componente à urdidura que subjaz o caráter de fidedignidade de sua narrativa. Ao *eu estive lá*, segue-se um desdobramento fiduciário contido no apelo *acredite em mim*, para desembocar em um convite ao confronto, contido em *no caso duvides, pergunte a outrem*. Esse atestado só é possível no âmbito da esfera pública. É por meio dessas condições gerais de comunicação que “uma crítica do testemunho se enxerta em sua prática” (RICOEUR, 2007, p. 173). O testemunho estabelece, assim, uma transição entre a memória e a história (RICOEUR, 2007; HARTOG, 2011).

A relação entre a História e a Memória apresenta uma tensão, posto que a História, enquanto acontecimento vivido, não pode ser recuperada ou posta em observação tal qual ocorreu. Tão pouco pode ser acessada em sua integralidade. Sua imagem se nos apresenta em rastros. Walter Benjamin menciona que a operação historiadora consiste em interrogar os vestígios fragmentários do passado para inseri-los em um contexto passível de análise. Paul Ricoeur, por exemplo, argumenta que a noção de rastro é um pré-requisito para a atividade historiadora. Destarte, a operação historiadora consiste não somente no registro, mas, sobretudo, em lançar o passado – o acontecimento ou o recorte de uma época – no pre-sente (ser-diante-de); o passado é posto sob um olhar perscrutador, pois “a história não é apenas uma ciência, mas igualmente uma forma de rememoração. O que a ciência “estabeleceu”, pode ser modificado pela rememoração” (BENJAMIN, 2009, p. 513).

Essa tensão pode ser observada na via contrária, no sentido de que a historiografia pode também abordar criticamente<sup>174</sup> a memória inquirindo suas condições de possibilidade. Dessa maneira, a questão da memória torna-se relevante não pela rememoração em si, mas pela maneira como a recordação é construída e apresentada. Dito de outra maneira, pelos acontecimentos, detalhes, falas, relações, conflitos e atores sociais que são privilegiados ou preteridos quando a memória é transposta em um discurso narrativo. O que nos ajuda a compreender o lugar dos silêncios que, por vezes são tão ou mais eloquente que as palavras, que podem exercer a função específica de soterrar o que realmente importa ser posto à mostra. Dessa forma, a ausência de palavras não dever ser entendida como a subtração do sentido, mas como a condição de possibilidade de um discurso que se articula pelo signo da falta. É justamente nesse ponto que rastro e silêncio se cruzam, se os abstrairmos, como já foi apontado acima, como uma ausência presente.

Em Benjamin, o que solidariza história e memória não é o movimento do olhar ao passado, mas a tomada de consciência do historiador de que o passado se nos apresenta em fragmentos, em pedaços que precisam ser postos em articulação, dispostos de maneira a compor uma imagem dialética – fugidia – minimamente cognoscível. Dentre as várias metáforas que utiliza para descrever a ação historiadora, Benjamin lança mão da imagem do *lampejo* (BENJAMIN, 2009). Esse, a meu ver é um dos *insights* mais relevantes de Benjamin: a defesa

---

<sup>174</sup> Aproprio-me deste conceito pela ótica kantiana, segundo a qual a crítica não consiste em solapar o conceito, mas em examinar suas condições epistemológicas de possibilidade, se tratando, não de detrata-la ou expurgar sua confiabilidade, mas em, sobretudo, compreender as relações que concorreram para a sua construção e manutenção, relações essas essenciais para a supressão intencional ou inconsciente de experiências, para a manutenção na recordação de acontecimentos específicos, como foram experienciados e de que forma essas lembranças e esquecimentos aparecem na narrativa.

de que o historiador lida, para compor sua escrita, com rastros, fragmentos. E cada fragmento pode apresentar marcas de outros estilhaços ou, simplesmente, reforçar o pressuposto de que a operação historiográfica, apesar de seu esforço pela análise, problematização e inteligibilidade, mantém um caráter aberto, sempre lacunar, como “um canteiro de obras indefinido, sempre aberto para o ausente” (DOSSE, 2012, p. 293).

Enquanto o caráter fragmentário do passado aproxima a memória e a história, é o uso, que cada uma faz da linguagem, que as tornarão distintas. A memória é, no mais das vezes, fundamentalmente oral, plástica; a História, por seu turno, encontra na escrita a força de sua abordagem sobre o passado. Dessa maneira, a operação historiográfica constitui-se como uma tentativa de compreensão/explicação do passado socialmente construído, que envolve além da narrativa, a problematização dos acontecimentos humanos nela transpostos. Nesse sentido, a história apropria-se da memória para desconstruí-la<sup>175</sup>; para entender suas condições de possibilidade. Quanto a isso, Ricoeur nos ensina que a história como uma “representação presente das coisas ausentes do passado” é, “do começo ao fim, escrita” (RICOEUR, 2007, p. 148).

Todavia, essa diferença fundamental não implica necessariamente em uma anteposição entre memória e história. Elas imbricam-se, estabelecem entre si ressonâncias<sup>176</sup>. François Dosse também menciona a impertinência de uma abordagem dicotômica e, na esteira de Ricoeur, reitera que, não obstante haver “de fato, um corte entre o nível memorial e o do discurso histórico” (DOSSE, 2012, p. 295), a proximidade entre história e memória é inescapável. Outrossim, assevera que a suspeição desmedida em relação às lacunas inerentes à rememoração, assim como o embotamento da história pela memória, desembocaria por um lado, numa espécie de cristalização da atitude historiográfica e, por outro lado, á infertilidade do solo epistêmico no qual a escrita da história se movimenta.

---

<sup>175</sup> Desconstrução não é aqui entendida como demolição ou destruição, mas como uma abordagem a um artefato linguístico para acessar seu esqueleto, isto é, os mecanismos aparentemente invisíveis que a sustentam. Ora, o historiador não tem diante de si o passado, mas seus rastros substancializados nas fontes. É nesse sentido que Alun Munslow afirma que “ao invés de começar pelo passado, deveríamos começar pela sua representação” (MUNSLow, 2009, p. 12), isto é, inquirir por quais motivos a memória acerca de um processo construiu-se de determinada maneira e não de outra. É essa pergunta acerca das condições de possibilidade de formação da memória que constitui a posição des-constutora do historiador.

<sup>176</sup> Aproprio-me do conceito de *ressonância* da maneira como Deleuze o desdobra para explicar as relações entre Filosofia, Arte e Ciência. Nesse sentido as ressonâncias são os ecos que história e memória estabelecem entre si, sem se confundirem. Isto é, constroem “relações de troca, mas a cada vez mais por razões intrínsecas” (DELEUZE, 1992, p. 160). Dessa maneira, tanto as percussões que a história aciona na memória, quanto os elementos que a memória faz ressoar no interior da história fazem com que as duas se desdobrem como “espécies de linhas melódicas estrangeiras umas às outras e que não cessam de interferir entre si” (DELEUZE, 1992, p. 160).

Dessa forma, podemos afirmar que a história, enquanto análise narrativa das relações sociais dos homens em seu tempo, não pode prescindir da experiência viva que a memória possibilita, justamente porque além de ser um ato de apropriação do tempo, a memória é também uma relação com ele, uma perspectiva sobre o tempo. Rememorar consiste, assim, em articular nossa experiência desdobrada na duração: é o tempo territorializado. Nas palavras de Ricoeur, “a operação historiográfica procede de uma dupla redução, a da experiência viva da memória, mas também da especulação multimilenar sobre a ordem do tempo” (RICOEUR, 2007, p. 170). É nessa quadratura que podemos interpretar a declaração de Benjamin mencionada anteriormente, de que a plasticidade da memória penetra nas engrenagens da história modificando sua escritura, dando-lhe mais mobilidade, fluidez.

Portanto, o que obsedaria uma investigação historiográfica cujo cerne interpretativo lança a memória na lógica da história, na verdade, acabou tornando-se seu ponto de partida. O problema, dessa forma, não reside em afirmar – e provar, evidentemente – se a memória é essencialmente coletiva ou majoritariamente individual, mas de entender as condições de possibilidade que concorreram para que a narrativa dos indivíduos, à medida que aborda acontecimentos específicos de suas histórias – que não estão descoladas da História como um todo – possui aspectos ora mais individuais que coletivos; ora mais coletivos que sociais, e assim por diante.

Essa forma de abordagem nos leva a conceber a memória como atividade muito distante da espontaneidade – não se recorda por recordar -, mas como ação eivada de intencionalidade<sup>177</sup>. Assim, as histórias que nos são contadas, além dos acontecimentos que narram, fornecem-nos pistas para identificar quais relações de força se desdobram no interior daquela mesma narrativa e dos acontecimentos que lhe subsidiam<sup>178</sup>. A memória, portanto, não é o lugar onde o passado jaz incólume, pronto a ser acessado quando necessário, mas o terreno em que recordação e esquecimentos estabelecem ressonâncias ao mesmo tempo que travam relações de força que constantemente ressignificam o passado no qual o sujeito que recorda se

---

<sup>177</sup> No sentido fenomenológico, de selecionar aquilo que se deseja contar, construindo assim uma narrativa que, mesmo não se des-colando dos fatos narrados, estabelece com eles uma relação hermenêutica, posto que ao encadeá-los numa narrativa inteligível – com início meio e fim – dá mais relevância aos aspectos que mais lhe apetezem, social ou politicamente, ou que supõe serem mais relevantes para seu interlocutor. No que concerne a um movimento de interdição do canteiro de obras de uma hidrelétrica, teremos interpretações muito distintas se entrevistarmos o manifestante atingido, um repórter que cobriu o acontecimento, um trabalhador do canteiro de obras e um representante da empresa responsável pela construção da usina.

<sup>178</sup> É importante, quanto a isso, ficarmos atentos à lúcida assertiva de Bourdieu segundo a qual o indivíduo acaba sendo sempre inclinando-se a “tornar-se ideólogo de sua própria vida” (BOURDIEU, 2006, p. 184), justamente porque o entrevistado ao materializar suas recordações na entrevista, as insere em uma ordem lógica e cronológica que pretende não apenas discorrer sobre os fatos, mas dar-lhes um sentido. É justamente a tecnologia de construção desse sentido que nos interessa.

vê implicado. A memória é a articulação entre a lembrança e o esquecimento. Quando se trata de uma evocação inserida em uma narrativa engajada – no sentido de que quem narra o faz sempre de um lugar político, ético, econômico ou social específicos – o esquecimento é menos um aniquilamento da experiência pretérita, e mais uma omissão, um esvaziamento ou silenciamento estratégico. Nesse sentido é indício, um rastro – no sentido benjaminiano – isto é, como uma ausência que se torna presente, justamente pelo vazio de sua falta.

Henri Bergson nos ajuda a pensar essa característica da memória, estabelecendo um argumento segundo o qual, se a memória é voltada para o passado, esse movimento é feito a partir do presente, o que significa que os entrevistados constroem suas narrativas tendo em vista a situação na qual se encontram. Em suas palavras:

Nossa consciência atual, consciência que reflete justamente a exata adaptação de nosso sistema nervoso à situação presente, não descartasse todas aquelas imagens passadas que não são capazes de se coordenar à percepção atual e de formar com ela um conjunto *útil* (BERGSON, 1999, p. 92).

Assim, no momento e que a entrevista se desdobra e a relação entre entrevistador e entrevistado se converge para a experiência tematizada, o passado deve ser útil ao presente, deve explicá-lo. Deleuze explica isso nestes termos; “as lembranças tendem a se encarnar, fazem pressão para serem recebidas – de modo que é preciso todo um recalque saído do presente e da ‘atenção à vida’ para rechaçar aquelas que são inúteis ou perigosas” (DELEUZE, 2012, p. 61). Assim, se o passado interpela constantemente o presente, este, por seu turno, age no sentido de “moldá-lo”. Esse fenômeno emerge justamente da relação de força que se estabelece durante a entrevista – como já foi posto anteriormente -, posto que se o pesquisador faz as perguntas de modo a tentar conduzir a conversação, o entrevistado, por seu turno, também exerce essa função ao tecer sua narrativa inserindo nela elementos que, a seu ver, seriam úteis ao seu interlocutor e que também sejam uma forma de não conflituá-lo com seu passado.

A memória, como construção calcada em categorias sociais que, por sua vez, encontram-se estreitamente imbrincadas nas percepções e experiências dos indivíduos, tende a afastar-se de um relato sumário e literal, para alinhar-se a uma interpretação dos acontecimentos, tendo em vista, não apenas seu significado para o indivíduo que o viveu, mas sua possível relevância para aquele que, por algum motivo – no meu caso o da pesquisa – se dispõe a ouvir a história. Nesse sentido, pode haver no trabalho de pesquisa, em diversos níveis, o espectro de uma *Estética da recepção*<sup>179</sup>.

---

<sup>179</sup> Em 1983, três anos após a publicação de seu romance mais conhecido, *O nome da Rosa*, Umberto Eco explicava seu processo de composição e dizia que escrever – seja um romance ou um trabalho filosófico – não é um ato



Nesse *face a face*, instaura-se um jogo de poder em que o controle da entrevista se encontra em trânsito, circulando em ambos, posto que, se de um lado o entrevistador faz as perguntas que lhe apeteçam, o entrevistado as responde da maneira que lhe aprouver. Alessandro Portelli faz muitas menções a isso em seus trabalhos e utiliza o termo *bipolaridade dialógica* para explicar que na relação entrevistado/entrevistador a passividade é inexistente, pois ambos, se estudam, se medem, para estabelecerem uma relação de confiança e cumplicidade mútuas. Ele expressa isso parafraseando o aforismo nietzschiano do observador e do abismo, afirmando que “enquanto o pesquisador olha para o narrador, o narrador olha para ele, a fim de entender quem é e o que quer, e de modelar seu próprio discurso a partir dessas percepções” (PORTELLI, 2010, p. 20).

Assim, por meio da análise das memórias daqueles que nem sempre tem oportunidade de expor publicamente sua percepção do processo, assim como de suas motivações e estratégias individuais/coletivas em relação ao empreendimento, proporcionaram-nos o entendimento de aspectos pouco perceptíveis na construção de hidrelétricas na região amazônica. Essas trajetórias por vezes invisíveis ao nosso olhar, mais atento a macroestruturas, ajudam-nos a pensar as ressonâncias por vezes nefastas de empreendimentos que prometem desenvolvimento, mas acabam estabelecendo uma dinâmica de flexibilização do trabalho, como apontarão as entrevistas analisadas a seguir.

---

gratuito, pois o autor tem em vista um *leitor ideal*, isto é, o destinatário de sua obra. Nesse sentido, o autor embrenha-se em um diálogo virtual com seu suposto leitor, impondo-lhe um ritmo de leitura, deslindando o sentido da trama, etc. Esse diálogo oscila entre aquilo que o autor supõe ser a expectativa de seu leitor em relação ao enredo do romance e aquilo que a visão de mundo que o próprio autor gostaria de revelar a seu leitor mesmo que este ainda não tenha consciência de querer o que se lhe oferece. Acredito que o processo dialógico instaurado na entrevista de história oral seja muito parecido, pois o entrevistado tem de lidar, mesmo diante de um interlocutor concreto, com a figura do *ouvinte ideal*, isto é, acaba equilibrando em sua narrativa um relato que ele supõe que o entrevistador deseje ouvir com aquilo que entende que seu interlocutor deve ouvir. Mesmo após a entrevista, essa relação de força se desdobra em outros níveis, posto que, tal como no romance, quando “enquanto [...] está sendo feit[o] o diálogo é duplo” (ECO, 2012, p. 575) depois, a obra abandona o autor cai nas malhas da interpretação/recepção dos leitores - já não tão ideais, a entrevista é transcrita e analisada pelo pesquisador, que depois a (re) apresenta ao entrevistado, para que este lhe “apare as arestas”. Com as fontes escritas acontece algo de semelhante, porquanto o registro de algo comporta em seu ato a intenção, mesmo inconsciente, de legar-lhe posteridade). Para uma discussão mais pormenorizada Cf. PORTELLI, 2010; ECO, 2012.

### 3.3 Os que foram atraídos pela barragem

Nesta seção, proponho-me abordar o complexo “jogo de vai e vem” (GINSBURG; PONI, 1989, p. 175), nos quais os indivíduos, a partir dos deslocamentos ocasionados pela construção da hidrelétrica de Estreito, incorporaram domínios de experiência baseados na transitoriedade do lugar, nas relações sociais e na maneira de reproduzir a própria existência. Nesse sentido, serão postas em primeiro plano as narrativas de alguns indivíduos, cujas trajetórias de vida foram marcadas pelo trabalho no canteiro de obras da barragem. As entrevistas que nutrem esta seção nos ajudam a compreender algumas nuances do processo que emergem das relações que deram substância ao mundo do trabalho instaurado pela implantação da hidrelétrica de Estreito.

Dentre essas nuances podemos apontar o fato de que, diferentemente das famílias que se viram desalojadas pela implantação do empreendimento, para os indivíduos que residiam em Estreito e cidades adjacentes, a chegada do empreendimento significou a possibilidade concreta de mudança na vida material por meio da aquisição de emprego no canteiro de obras ou em outros setores que seriam potencializados pela obra. Isso nos ajuda a pensar esse processo de forma menos dicotômica. O que não implica em afirmar que os danos emanados da implantação do empreendimento são passíveis de uma avaliação relativa, mas importa no sentido de pôr em relevo que nem todos tiveram uma experiência essencialmente negativa do processo e que alguns indivíduos acabaram galgando certa melhora de vida, mesmo que por curto tempo.

Essa curta melhora de vida deslindada nas entrevistas nos aponta para outra característica dos projetos desenvolvimentistas de grande magnitude, como é o caso da construção de hidrelétricas e da qual a usina de Estreito não escapa à lógica, qual seja: a de que esses empreendimentos chegam na região, aquecem a economia por meio da criação de empregos diretos e indiretos e do fomento de atividades produtivas gregárias ao canteiro de obras, mas não contribuem para a transformação efetiva da região na qual se inserem, posto que, ao terminarem as obras, a população das cidades retornam ao estado inicial de desemprego e depressão econômica.

Aponta também para o caráter dialético desse processo de des-territorialização, posto que ao mesmo tempo que a hidrelétrica se territorializou na região, acabou provocando diversos processos de des-territorialização, tanto no sentido de expulsar famílias dos sítios lindeiros ao rio ou na área de impacto do empreendimento, quanto dos indivíduos que se dirigiram aos canteiros de obras advindos tanto da própria região, quanto de outros estados brasileiros.

Os atores sociais entrevistados foram os seguintes: o baiano Adonias Avelino Brandão, que se dirigiu à região de Estreito – MA em busca de trabalho na hidrelétrica. Chegou a Estreito a chamado do irmão mais velho que já trabalhava no canteiro de obras como armador de ferragens. Adonias não se manteve por muito tempo no ofício a que se destinara na barragem, mas permaneceu na Região exercendo outras ocupações. Casou-se com uma moça de Estreito – MA e atualmente atua como pescador associado à Colônia de Pescadores de Estreito, dividindo seu tempo entre a cidade e um lote no Acampamento Coragem, uma das ocupações decorrentes da implantação da hidrelétrica. O outro é André Rodrigues Silva Santana. Natural de Estreito – MA, trabalhou na barragem, mas acabou circulando por outros empreendimentos, fora do Maranhão, como a hidrelétrica de Jirau - RO, no rio Madeira. Também foram entrevistados Robson Pereira da Costa e Marcos Soares de Macedo, ambos estreitenses, que ocuparam diversos cargos nas obras civis da hidrelétrica e que, por isso, acabaram prestando serviço em outros empreendimentos energéticos como os de Jirau, em Roraima, e Belo Monte, no Pará.

A intersecção entre as memórias destes indivíduos que vivenciaram de formas distintas a inserção da hidrelétrica no cotidiano de Estreito, além de ajudar a “indagar as estruturas invisíveis dentro das quais [o] vivido se articula” (GINSBURG; PONI, 1989, p. 178), nos conduzirá por discussões acerca da relação entre identidade, história, e suas implicações nas trajetórias individuais. São os fragmentos de cotidiano fornecidos por suas narrativas que nos possibilitarão enxergar algo da realidade social que envolveu a cidade de Estreito – MA à época da construção da hidrelétrica.

Tal como a história, a memória é um discurso sobre o passado. Os discursos, sejam eles orais ou escritos, transcendem o âmbito meramente informativo, e devem ser entendidos “como práticas sociais, [...] dirigidas a um público” (PETIT, 2003, p. 250). Dessa forma, por ser uma ação social que envolve sentido e significado na capilaridade das relações de poder, seu escopo consiste em convencer ou dissuadir. Assim sendo, o discurso da memória deslinda uma experiência do passado vivido ou transmitido. Essas categorias intercambiam-se. Por esta forma, o exame das fontes orais exige uma articulação fluida e tensa entre o empírico fornecido pela entrevista e o esforço teórico que sua análise exige. Reduzir a escala de análise para a trajetória de um indivíduo a partir de suas memórias não o desloca de sua conjuntura; pelo contrário, nos ajuda a pensar as “relações econômicas em conjunto com as relações sociais, políticas e culturais, a partir da referência empírica recolhida na observação direta” (LIMA, 2012, p. 212).

Nesse sentido, por meio da redução da escala de análise desejo vislumbrar algo da realidade social que se impôs aos indivíduos após a instalação do canteiro de obras da barragem. Assim, as trajetórias destes indivíduos servirão como via de acesso à compreensão dos impactos, transformações e conflitos ocasionados pela conjuntura que se formou a partir da construção da usina hidrelétrica de Estreito. Essa escolha não implica na inclinação em afirmar que o recorte feito se articula como uma miniatura da sociedade na qual ele está inserido ou mesmo o seu reflexo reduzido. O objetivo é entender dimensões específicas de uma realidade social mais ampla, através da trajetória laboral destes indivíduos. Uma dessas dimensões é justamente a precarização das relações de trabalho às quais aqueles que se empregaram no canteiro de obras precisaram submeter-se.

### 3.3.1 As redes de sociabilidade

Adonias nasceu na Bahia na cidade de Cachoeira. Ainda novo mudou-se com a família para Conceição da Feira e, algum tempo depois, para Santo Estevão<sup>180</sup>. Chegou a Estreito em 2009, a convite de seu irmão mais velho, conhecido como “Boca”, empregado na hidrelétrica desde 2008. Boca lhe arranjava trabalho no canteiro de obras como armador de ferragens. Antes disso, Adonias passara uma temporada de oito meses no Rio de Janeiro, trabalhando na manutenção de redes de esgoto. A impossibilidade de sustentar-se com um salário de R\$ 611,00 obrigou-o a retornar à casa da mãe, em Santo Estevão - BA.

Quatro anos antes de sua chegada, os jornais locais já propalavam a expectativa de que o empreendimento alavancaria a economia e o desenvolvimento da região. Em 2004, o *Momento*, jornal editado na cidade de Estreito, apontava que o empreendimento, além de “ser uma obra de interesse nacional, de geração de energia para todo o país”<sup>181</sup> abriria cerca de 15 mil vagas de empregos diretos e indiretos. O *Jornal Capital* de Imperatriz – MA, noticiava em 2006 que a construção da hidrelétrica geraria mais de “seis mil empregos diretos e mais 15 mil indiretos”<sup>182</sup>. Por sua vez, *O Progresso*, também de Imperatriz, trazia uma tabela com

---

<sup>180</sup> Dados fornecidos pelo último censo demográfico realizado pelo IBGE, indicam que são municípios pequenos. Cachoeira possui 35.013 habitantes, Conceição da Feira 22.840 e Santo Estevão 53.473. Todos situados nas imediações de Feira de Santana, cuja população é estimada em 622.639 habitantes. Cf. IBGE, Cidades.

<sup>181</sup> Usina de Estreito poderá sair do papel. **Jornal Momento**. Estreito. 13 a 24 abril. 2004. Região. p.04

<sup>182</sup> Novas hidrelétricas geram 27 mil empregos no Tocantins. **Jornal Capital**. Imperatriz, 06 Jul. 2006, Tocantins, p. 07.

informações meticulosamente organizadas, dentre as quais constava a expectativa de 5.500 empregos diretos e 16.500 empregos indiretos<sup>183</sup>.

Assim, Adonias encontra-se entre aqueles que se dirigiram a Estreito fiados na promessa de emprego e renda que acompanha projetos desta natureza. No entanto, seu vínculo empregatício durou somente dois meses<sup>184</sup>. Vejamos por quê:

Na verdade, eu sou armador de ferragem, mas não tinha vaga quando eu estava. Só tinha vaga de ajudante de armador. Aí eu entrei como ajudante, mas eu fazia o serviço dos armadores todinhos, que eles eram só *carteira quente*. Então, como eu vi que não dava certo - eu recebia 480,00 R\$, eles recebiam 777,00 R\$ e ainda ficavam fazendo pouco da minha cara - porque eu fazia o serviço deles e recebia menos [...] fazia o serviço de armador e ganhava de ajudante<sup>185</sup>.

Os “*carteiras quentes*” a quem Adonias se referiu, são operários que exerciam uma função, mas tinham registrado na carteira de trabalho outro ofício, como os ajudantes de armador que ficharam na empresa como armadores. É possível que a postura destes trabalhadores tenha influenciado a decisão de Adonias. Ao mencionar: “eu vi que não dava certo”, deixa entrever que evidentemente não estava satisfeito com as condições em que trabalhava. Ora, viera a Estreito para trabalhar de armador, um dos ofícios destinados aos trabalhadores entendidos pela empresa como “qualificados” (CNEC, 2001), mas precisou contentar-se com uma ocupação subalterna, cujos vencimentos eram inferiores aos de seu emprego anterior. Para completar, ainda tinha que aturar os colegas de trabalho que tiravam troça por ele ganhar menos e trabalhar mais que eles. Todavia, ainda assim, tal decisão parece inusitada, por vir de alguém que chegara a poucos meses na cidade em busca de emprego. Além de nos apresentar o motivo que precipitou sua desistência do trabalho, o entrevistado reitera que não foi dispensado, mas escolheu deixar o emprego: “na lista de corte, foi eu mesmo que coloquei meu nome [...]; não foram os engenheiros que me colocaram para fora [...]. Eu esperei o apontador sair [...], fui lá e olhei meu nome, se estava na lista de corte, e não estava. Aí eu fui e coloquei”<sup>186</sup>. Tal escolha não apenas afastou-o naquele momento do canteiro de obras, mas pode ter também criado condições para que não voltasse a trabalhar na barragem, distanciando definitivamente dela sua trajetória laboral.

---

<sup>183</sup> Consórcio estreito espera licença do Ibama para iniciar hidrelétrica. **O Progresso**. Imperatriz, 23 Jan. 2005. Regional, Caderno 1 p. 04.

<sup>184</sup> Trabalhou na fase das obras civis, que dentre outras coisas, consistia em desviar o curso do rio Tocantins pela estrutura do vertedouro da barragem.

<sup>185</sup> Adonias Avelino Brandão. Entrevista realizada em 25 de outubro de 2016.

<sup>186</sup> Idem.

Bem distinta foi a trajetória feita pelo maranhense André, que teve sua relação empregatícia com a hidrelétrica marcada por idas e vindas. Entre 2009 e 2010, por possuir uma carteira da marinha, trabalhou atravessando numa balsa, mecânicos e equipamentos de Estreito – MA a Aguiarnópolis – TO, cidades que sediaram o canteiro de obras da hidrelétrica. Conforme seu relato:

Tinha um colega meu que alugou o barco para a barragem, para ficar levando os engenheiros, fazendo pesquisa. Aí primeiro eu fiquei com uma outra empresa que prestava serviço para uma terceirizada e eu fui para Araguaína, fiz exames e fiquei com esse cara, fiquei só atravessando mecânico do lado do Tocantins para o Maranhão no turno da noite<sup>187</sup>

Além de nos informar sobre como sua formação laboral relacionou-se com a implantação da hidrelétrica e foi influenciada por ela, a entrevista de André acena para o fato de que diversas empresas, além das que compunham o Consórcio Estreito Energia (CESTE) e afora as que já existiam na região, instalaram-se em Estreito – MA, com vistas a prestarem serviço no canteiro de obras. Dentre elas estava o conglomerado baiano OAS Construtora, que ficou responsável pela primeira fase do empreendimento iniciada em fevereiro de 2007. Essa etapa consistia em suprimir a vegetação, construir as instalações que comporiam o canteiro de obras (alojamentos, escritórios, ambulatório, poço artesiano, instalações elétricas, centros de lazer para os trabalhadores e refeitórios) e abrir vias de acesso ao canteiro.

Para fazer face a esse trabalho, a OAS, por sua vez, contratou outra empresa, a U&E Mineração e Construção S/A. Enquanto a primeira incumbiu-se de executar os serviços na margem direita da obra, do Maranhão; a segunda ocupou-se com as obras do lado esquerdo do projeto, localizado no estado do Tocantins. Essa cadeia de terceirização estendia-se à exaustão, posto que era mais vantajoso para essas empresas gerir a obra do que executá-la. Assim, diversas empresas menores e locais foram subcontratadas para prestarem serviço nas obras, em especial as que lidavam com embarcações, por já terem experiência com a navegabilidade do rio. Eram essas empresas que contratavam majoritariamente a mão de obra necessária às demandas do canteiro de obras.

André acaba circulando por algumas dessas empresas. Após trabalhar como operador de balsa, emprega-se em outra empresa terceirizada que prestava serviços para o Consórcio Estreito Energia (CESTE), como ajudante de eletricista. Neste íterim retoma as funções de ajudante de marinheiro.

---

<sup>187</sup> André Rodrigues Silva Santana. Entrevista realizada aos 25 de outubro de 2016.

Da “Santos Lotações”, a primeira empresa que eu fiquei lá dentro. Aí eu saí, fiz esse curso e consegui com um colega meu que morava aqui perto de ajudante de eletricista [...]. Quando eu fiquei, entreguei os documentos todos, eles viram que eu tinha carteira da marinha. Aí esse colega meu falou: ‘Vem para cá que a gente tá precisando de um [ajudante de marinha]’. Já fui classificado de ajudante para marinha. Aí [...] passei onze meses também, entre ajudante e marinha. Aí teve uma redução e eu saí<sup>188</sup>

A mudança de ocupações pelas quais André passava, indica que havia oportunidades para os trabalhadores se especializarem de forma a galgarem postos mais qualificados que, portanto, pagassem um pouco mais. Essa versatilidade laboral, não foi uma prerrogativa de André. Um caso semelhante ao seu é o do também maranhense Robson Pereira da Costa que começou a trabalhar no canteiro de obras em 2008. Em sua entrevista ele nos diz que em um período de dois anos e oito meses, exerceu diferentes ocupações, sendo inicialmente contratado para uma função não especializada e saindo como trabalhador especializado em operação de máquinas e equipamentos pesados. Eis, seu relato: “quando eu entrei na hidrelétrica, eu entrei de servente. Aí trabalhei um ano de servente, aí fui promovido a armador, aí trabalhei mais um ano. Aí fui promovido novamente a operador de máquinas e equipamentos”<sup>189</sup>.

Tanto o relato de André, quanto o de Robson, mostram que as especializações pelas quais passavam os trabalhadores dependiam menos da vontade de aprender uma nova profissão, do que da necessidade de adequar-se às demandas oriundas da construção, posto que as vagas dependiam do *turn over*<sup>190</sup> da obra. Isto significa que a cada fase da obra, ao mesmo tempo que eram necessários empregados com ocupações específicas para aquela etapa da construção, também eram dispensados trabalhadores cujas funções já não eram necessárias naquele momento. Essa conjuntura levava as empresas a firmarem com os trabalhadores contratos de curta duração que poderiam ou não serem renovados. Outra questão à qual devemos nos atentar é que não apenas a especialização bastava para ser “fichado”. Dessa forma, aqueles que desejavam permanecer um pouco mais precisavam aprender novos ofícios. Também podemos observar esta estratégia no discurso de outro ex-operário do canteiro de obras. Seu nome é Marcos Soares de Macedo e trabalhou na hidrelétrica de Estreito de 2007 a 2010, quando pediu baixa para cuidar da esposa que havia fraturado a coluna. Quando deixou o canteiro de obras da hidrelétrica, Marcos ocupava o cargo de encarregado de armação que consistia em comandar

---

<sup>188</sup> André Rodrigues Silva Santana. Entrevista realizada aos 25 de outubro de 2016.

<sup>189</sup> Robson Pereira da Costa. Entrevista realizada em 29 de novembro de 2018.

<sup>190</sup> *Turn over* é um termo utilizado na área de administração de empresas relacionado à gestão de pessoas. Especifica o desligamento de alguns funcionários e a entrada de outros para substituí-los.

uma equipe que preparava as ferragens destinadas a sustentar o corpo de concreto da barragem. Em sua entrevista, ele nos diz o seguinte:

Eu era ajudante de armador: tirava ferro, cortava, tirava as medidas. Fui para meio-oficial, depois para oficial [depois] fui para armador. Aí [...] o outro encarregado viu o nosso esforço, gostou e quis montar uma equipe boa para a central de armação, que é o [inaudível] de frente. Aí, com isso, me convidou para lá. Aí eu já tinha gosto por isso, eu fui, aceitei. Lá ele me deu uma equipezinha pequena<sup>191</sup>.

A fala de Marcos é interessante em muitos aspectos. O primeiro deles é que, o que permitia o trânsito de ofícios no interior do canteiro de obras, não era tanto uma especialização formal, mas o empenho dos operários em aprenderem outras técnicas no trato direto com os colegas de trabalho: o ajudante de armador ao trabalhar com os armadores acabava aprendendo como montar as ferragens e aplicá-las à estrutura de concreto. Nesse ínterim o aspirante a armador era avaliado pelo responsável e pela equipe que integrava.

Outro aspecto importante é que diferentemente de Robson e André, nosso interlocutor alcançou um posto de chefia que lhe permitiu formar uma equipe de armadores à sua escolha. Isso a confiança que seu primeiro encarregado lhe depositara, permitiu a Marcos não apenas manter-se no emprego, mas deu-lhe a oportunidade de inserir outros amigos no mercado de trabalho. Marcos nos diz que quando surgiram vagas para contratação,

Eu [Marcos] falei que tinha mais gente aqui que estava precisando, que tinha trabalhador também que era iniciante e através dele [do encarregado] eu consegui chamar o Robson e o irmão dele também, chamei meu irmão, chamei quase a família toda [risos], tinha uns amigos aqui. aí eu mesmo montei minha equipe<sup>192</sup>

Dessa forma, mesmo em âmbitos distintos, os percursos feitos por André, Robson, Marcos e outros trabalhadores que prestaram serviços na hidrelétrica de Estreito, só podem ser entendidos se examinarmos o feixe de sociabilidades em que esses atores sociais se viram enredados, assim como as escolhas que efetuaram em meio às circunstâncias a que as redes de relações das quais faziam parte acabaram por lhes conduzirem. Quanto a isso, o historiador espanhol Jose Maria Imízcoz explica-nos que debruçar-se sobre os indivíduos por meio de suas redes sociais possibilita-nos entender meandros da sociedade pouco percebidos em análises pretensamente mais globalizantes, pois “partir de los actores y de sus configuracionaes reales para observar como se articulan realmente y explicar mejor sus conductas y dinâmicas” (IMÍZCOZ, 2004, p. 121).

<sup>191</sup> Marcos Soares de Macedo. Entrevista realizada em 29 de novembro de 2018.

<sup>192</sup> Marcos Soares de Macedo. Entrevista realizada em 29 de novembro de 2018.



Em meados de 2010, encontramos André em outra empresa prestadora de serviços à barragem. Desta vez como lixador. Dois meses depois é promovido a soldador na mesma empresa. Nesse ínterim, mesmo empregado, André matriculou-se em um curso de Técnico em Segurança do Trabalho com vistas a conseguir uma vaga em outra empresa que também prestava serviços ao CESTE, a “Inês Engenharia e Montagem”. Esta atitude de André se calcava na experiência de contratos curtos que tivera nas empresas em que havia trabalhado, dessa maneira, ao diversificar suas habilidades laborais abria mais possibilidades de evitar o desemprego. No entanto, o certificado de técnico em segurança do trabalho não era suficiente para seu ingresso.

Além da demanda por emprego ser superior à sua oferta, André não era o único Técnico em Segurança do Trabalho que concluía o curso. Era fundamental, então, lançar mão de uma estratégia ou atentar-se ao surgimento de uma oportunidade. Mais uma vez, estabelecer relações com alguém ligado à barragem impõe relevância. André esboça o problema nestes termos: “eu estava querendo entrar nela. Só que eu não conhecia ninguém”<sup>193</sup>. Isso nos indica que, se a capacitação para o emprego era importante, conhecer alguém que lhe intermediasse uma entrevista com o empregador era fundamental. Tanto é assim, que a dificuldade foi resolvida quando nosso interlocutor conhece a neta de um encarregado da área de mecânica da empresa. Ele nos diz que, “Fazendo o curso lá, eu conheci a neta de um supervisor [...] e ela perguntou: ‘André tu saíste da OAS?’”. André responde afirmativamente. Então a jovem lhe pergunta se ele não estaria interessado em entrar numa empresa na qual seu avô era supervisor de solo. Ao quê André responde: “pois então arruma alguma coisa aí para mim”. “Tu queres fichar de lixador?”, indaga a moça. “Ficho, na hora”, responde André. Então, “O avô dela mandou me chamar. Eu fui lá e fiquei de lixador. Aí pronto. Fiquei dois anos e dois meses.”<sup>194</sup>

Nesta mesma empresa, André passa de lixador a soldador. Em 2012, é dispensado e rumo para Imperatriz, dessa vez para trabalhar na Suzano Papel e Celulose<sup>195</sup>. Em 2014, encontramos-lo trabalhando como soldador na hidrelétrica de Jirau<sup>196</sup>, em Rondônia. Lá passou um ano e quatro meses: “Trabalhei lá [na Suzano] onze meses. Aí o pessoal que estava aqui [em Estreito] me convidou para ir para Rondônia, para Jirau [...]. Passei um ano quatro meses lá [...]. Aí saí de lá e entrou a crise. Aí não consegui mais fichar”<sup>197</sup>. Tenta em seguida fichar-se na hidrelétrica de Belo Monte, em Altamira – PA, mas não consegue.

---

<sup>193</sup> Idem.

<sup>194</sup> André Rodrigues Silva Santana. Entrevista realizada aos 25 de outubro de 2016.

<sup>195</sup> A Suzano foi instalada no distrito industrial de Imperatriz - MA, localizado às margens da Belém-Brasília.

<sup>196</sup> A hidrelétrica de Jirau foi construída em Rondônia e faz parte do complexo de usinas instaladas no rio Madeira.

<sup>197</sup> Idem.

Podemos notar aqui que as possibilidades de trabalho se expandem para André ancoradas em dois fatores: Primeiro, à medida que sua grade de sociabilidades vai se tornando mais complexa. Em segundo lugar, sua versatilidade. Ora, além de ter a carteira que lhe permitia conduzir embarcações, fizera os cursos de ajudante de eletricista e de técnico em segurança do trabalho, além de ser soldador. Todavia, o fato de André em toda a entrevista precisar o tempo que permaneceu em cada empresa nos leva à ilação de que, se por um lado, ter amigos que de alguma forma possuíam acesso à hidrelétrica facilitava a aquisição de uma vaga no canteiro de obras, por outro lado, essa malha relacional mostrava-se ineficaz quando se tratava de manter-se no emprego. Isto fica claro quando André decide pleitear uma vaga de soldador em Altamira, na construção de Belo Monte.

Estava querendo ir para Belo Monte. Passei duas vezes tentando fichar lá, mas não consegui [...] fiz duas vezes o teste lá, mas acho que sumiram com meu teste [...] o encarregado que me chamou para lá [...]. O fiscal chamou ele para ir para Belo Monte. Aí ele foi e queria levar a equipe dele, só que quando chegou lá, ele não tinha as forças para fichar a gente. Aí ficou, tentou e não deu certo, aí peguei e fiquei aqui. Aí fichei na Suzano de novo, passei um mês fichado, aí voltei para cá para Estreito<sup>198</sup>.

Em Belo Monte sua rede de relações mostrou-se ineficaz. Era necessário também que seu elo com a barragem tivesse influência. Retorna ao Maranhão e emprega-se novamente na Suzano. Passado um mês volta a Estreito e é convidado por um colega de firma para tentar a sorte em Mato Grosso, na construção da hidrelétrica de Sinop, mas sua tentativa soçobra diante da negativa das empresas em concederem emprego a maranhenses, conhecidos no canteiro de obras como dados às confusões. Ao tornar a Estreito emprega-se por três meses em uma empresa responsável pela manutenção da ferrovia Norte-Sul. Em 2016, decide então investir o dinheiro ganho com a venda de um terreno em um curso de “martelinho de ouro” feito em São Paulo. De volta a Estreito, trabalha por alguns meses em uma empresa responsável pela manutenção da barragem. Atualmente, empenha-se na abertura de uma oficina de estética automotiva.

Voltemos a Adonias. Não foi por vontade própria que não conseguiu retornar ao canteiro de obras da barragem. Após sua saída voluntária retorna para a Bahia. Em 2010 volta a Estreito para tentar novamente uma vaga na construção da hidrelétrica, mas não consegue ser fichado. Porém, permanece em Estreito até o final deste ano, pois o irmão lhe arranjava um emprego no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e no PROJOVEM, como

---

<sup>198</sup> Idem.

professor de Capoeira. No fim de 2010, retorna à Bahia, mas o desemprego força-o a voltar novamente para Estreito e retomar as atividades de professor de Capoeira no início de 2011. A partir daí, tendo Estreito como lugar de referência, Adonias transita pelas localidades adjacentes dando aulas novamente pelo PETI e PROJOVEM. Segundo ele: “dei aula dois anos aqui, no Estreito; dei aula dois anos em Aguiarnópolis e dei aula sete meses na Ribeira”<sup>199</sup>, os dois últimos são municípios do estado do Tocantins.

Seu retorno a Estreito não foi motivado somente por necessidades econômicas. Adonias talvez tenha raciocinado que as relações que forjara em sua primeira estadia em Estreito, facilitariam a aquisição de uma ocupação remunerada. Somando-se a isto, havia o fato de nosso interlocutor ter contraído relações afetivas mais profundas na cidade. Ao ser perguntado o motivo pelo qual havia retornado mais uma vez à cidade ele nos responde assim:

Porque eu me dei bem com uma mulher aqui, aí fiquei. Gostei da cidade, todo mundo gostava de mim. Eu não tinha desavença com ninguém, não brigava com ninguém [...]. E aí eu fiquei, aí eu retornei [...]. Depois não deu certo com essa mulher que eu estava, aí fui e me casei com outra (que é essa daqui). Passei três anos com a outra, não deu certo. Aí fui casei com essa, aí já tem quatro anos. Agora eu vou na Bahia dar uma passeada, levar ela para conhecer a família<sup>200</sup>.

A coabitação com uma mulher do lugar, com toda certeza, deve tê-lo introduzido num rol de relações menos frágeis e que lhe oportunizaram novas formas de rendimento. Isto pode ser corroborado, pelo fato de Adonias, concomitante às suas atividades como professor de Capoeira, associar-se à Colônia de Pescadores de Estreito: “Das outras vezes eu voltei porque... estava bom aqui. Eu sou pescador também, sou armador [...] e a pesca aqui, eu vivia bem e vivo até hoje”<sup>201</sup>.

A condição de pescador permitiu que Adonias fosse atingido pelos efeitos negativos da barragem de Estreito. O principal deles foi a mortandade de peixes na região do lago. Como associou-se à Colônia de Pescadores antes da abertura da primeira comporta da hidrelétrica, Adonias pode comparar as condições de pesca antes e depois da construção da barragem e reitera que a mortandade de peixes se acentuou após o fechamento das comportas: “às vezes em um dia eu faço um salário; fazia, porque agora está meio difícil. Depois que a barragem foi feita, aí diminuiu a pesca. Eu pegava dezesseis peixes, em quatro eu fazia 600 reais. Agora, está meio devagar”<sup>202</sup>. E o confronto entre o antes e o depois da barragem continua desta forma:

---

<sup>199</sup> Adonias Avelino Brandão. Entrevista realizada em 25 de outubro de 2016.

<sup>200</sup> Idem.

<sup>201</sup> Idem.

<sup>202</sup> Adonias Avelino Brandão. Entrevista realizada em 25 de outubro de 2016.

Eu pegava quinze, dezesseis Jaús, Surubim, esses outros peixes. E agora, eu vou [e] acho cinco, seis... é assim. Depois da barragem diminuiu a.... logo que teve uma mortalidade, acho que foi umas cinco a seis carretas de peixes, na barragem, [por] que faltou oxigênio. Aí, inclusive os pescadores entraram com uma ação para receber essa indenização da mortalidade dos peixes, mas não conseguiram ainda. E até hoje, ainda morre peixe lá. Eles tiram escondido e enterram para ninguém saber. Mas tem alguns trabalhadores que avisam para a gente<sup>203</sup>.

A menção de Adonias à mortalidade de peixes não foi uma referência isolada. Em 2011 a União das Aldeias Apinajé, coordenada pelos índios Apinajés de Tocantinópolis – TO, juntamente com a Associação dos Pescadores de Estreito entraram com uma ação no Ministério Público denunciando o CESTE como responsável pela mortandade de aproximadamente 20 toneladas de peixes<sup>204</sup>. A ação movida pelas duas entidades pedia a imediata suspensão da Licença de Operação (L.O) da hidrelétrica até que o caso fosse devidamente apurado. Abaixo podemos ver uma imagem registrada pelo *Jornal Momento*, de Estreito, que dedicou ao acontecimento uma rápida matéria.

**Figura 39: Peixes mortos retirados do lago da hidrelétrica de Estreito – MA/TO**



FONTE: Jornal Momento, 2011.

<sup>203</sup> Idem.

<sup>204</sup> Por que eles estão morrendo? Toneladas de peixes mortos no lago de hidrelétrica de Estreito preocupa população em ambientalistas. **Jornal Momento**. Estreito. 07 a 23 abril. 2011. Maranhão-Pará-Tocantins. p.02

O discurso, de Adonias, no entanto, não toma uma direção ecológica ou ambientalista. De antemão, não há a preocupação com a preservação da natureza ou de protesto à sua destruição. Seu protesto é mais econômico que ambiental. Ele se ressentido de que sua renda atual seja muito inferior à dos anos anteriores ao funcionamento da hidrelétrica. A morte dos peixes é vista por Adonias menos como catástrofe ambiental do que como problema econômico direto e imediato que ele precisa contornar de alguma forma.

Os dois narradores nos fornecem duas trajetórias distintas que possuem a construção da hidrelétrica como eixo. Se por um lado a vida profissional de Adonias afasta-se da hidrelétrica por completo; os caminhos empregatícios de André estabelecem com ela uma relação de ida e volta. Talvez o tempo que Adonias passara no canteiro de obras não lhe permitira construir redes de sociabilidade que lhe possibilitassem continuar o percurso de armador de ferragens na hidrelétrica ou em outro empreendimento que exigisse a qualificação.

### **3.3.2 As estratégias diante da precariedade das relações de trabalho**

Não obstante as flagrantes discrepâncias que os caminhos percorridos por André e Adonias guardam entre si, suas trajetórias em Estreito aderiram à mesma lógica engendrada por projetos hidrelétricos que, por sua vez, é reflexo da estrutura mais geral da sociedade capitalista moderna. Esta lógica é marcada pela precarização das relações de trabalho, traduzida em contratos curtos, por temporada. Manuel Castells afirma que essa “flexibilidade e instabilidade do emprego e a individualização da mão-de-obra” (CASTELLS, 1999, p. 17), assim como a organização das atividades econômicas em redes globalizadas é característica fundamental do capitalismo moderno que obedece à premissa de que a insegurança dos postos de trabalho eleva o nível de competitividade que, por sua vez, aumenta a produção e os lucros.

Os discursos de nossos interlocutores, não obstante suas distinções, nos apontam para uma característica importante do cotidiano dos trabalhadores de alguma forma envolvidos na construção da hidrelétrica de Estreito. Essa característica é a insegurança empregatícia. As relações de trabalho são marcadas por uma espécie de obsolescência programada. São curtas e flexíveis. Esta não é, evidentemente, uma característica inaugurada por este empreendimento; ele tão somente realiza essa espécie de relação de maneira eficaz.

Essa obsolescência programada flexibiliza não somente as relações dos trabalhadores entre si e com seus empregadores, mas inflige um caráter fluído aos próprios trabalhadores, que precisam não somente desenvolver certa polivalência laboral, mas movimentar-se de empresa em empresa, assim como deslocar-se para outros lugares, migrando também de profissão. A

entrevista de André é muito ilustrativa a respeito disso. Ele nos expõe sua última contratação para trabalhar na barragem desta maneira: “Eles disseram, ‘André, tu assinas o contrato, o serviço é de sessenta e poucos dias (para mais ou para menos)’ Aí eu falei: ‘tranquilo’. Aí fichei. Fizemos lá o serviço, tivemos uma ótima pontuação, tanto pelo CESTE, quanto pela Tractebel”<sup>205</sup>.

Diante da precariedade das relações de trabalho, assim como da dificuldade de fichar em uma firma sem indicação, os trabalhadores lançavam mão de diversas estratégias, André nos cita duas: A primeira, utilizada por ele mesmo, foi a de ocultar sua origem maranhense dos empregadores.

Aí eu cheguei lá com o endereço de residência do Tocantins e um número do Tocantins para ver se eu fichava [...]. Eles me alojaram e tudo, mas quando ‘puxaram’ meus documentos e não tinha o meu nome no comprovante de residência, inventaram meio mundo de problemas, disseram que não dava para me fichar naquele dia [...] que eu tinha que vir para cá, que depois eles me ligavam<sup>206</sup>.

A outra forma de lidar com a precariedade dos empregos era a de tirar vantagem de alguma maneira dessa situação:

Aqui o cara saía, passava três meses, e fichava de novo. Porque aí o cara pegava o acerto. Saía com um ano, pegava o acerto, passava três meses e fichava de novo [...]. Aí o Brasil deu essa enfraquecida [...] [e] eu desanimei com essa profissão. É boa e tudo, mas é meio que ingrata: só vai por indicação. E meu supervisor, o pessoal forte que me levou, está todo mundo parado<sup>207</sup>.

O desnivelamento nas relações empregatícias, em que o peso pende sobre o trabalhador não passa despercebido por André. A experiência da insegurança e da necessidade de construir vínculos pragmáticos o obrigam a mudar de rumo constantemente. Essa instabilidade no trabalho reflete-se nas escolhas dos indivíduos. Essas escolhas não são reguladas por um regime de previsibilidade, mas em face das necessidades do momento, como a urgência em pagar as contas e alimentar a família: “Essas pessoas não planejam sua “carreira” [...]; não veem sua vida como uma forma definida diante de si, não economizam os autos ganhos de algumas semanas para fazer poupança. Assim, as oportunidades são aproveitadas à medida que surgem” (THOMPSON, 1998, p. 21-22)

Não eram apenas os trabalhadores que se insurgiam violentamente contra o consórcio que acabavam excluídos das vagas de emprego. Aqueles que processavam o Consórcio ou as

<sup>205</sup> André Rodrigues Silva Santana. Entrevista realizada aos 25 de outubro de 2016.

<sup>206</sup> Idem.

<sup>207</sup> André Rodrigues Silva Santana. Entrevista realizada aos 25 de outubro de 2016.

empresas que lhe prestavam serviços, dificilmente conseguiam ser fichados novamente. Esta estratégia da empresa não impediu que fossem movidas ações trabalhistas contra ela. Nem tão pouco obliterou formas de protesto, como nos indica André, a seguir. Em 2016, após uma estadia em Imperatriz – MA, trabalhando na Suzano, encontramos André em Estreito – MA, novamente trabalhando na hidrelétrica. Desta vez, na manutenção de algumas grades. Antes de ser fichado na empresa, o responsável pelo recrutamento faz-lhe a seguinte pergunta: “André tu tens alguma bronca com a barragem aí, tu botaste alguma coisa na Justiça?”<sup>208</sup>. Após a resposta negativa de André, ele continua: “pois então, traz teus documentos e vamos ver se tu fichas aí com a gente”<sup>209</sup>. André consegue o emprego e permanece nele por seis meses, quando é dispensado com a promessa de uma contratação futura em 2017.

### 3.3.3 Os fios que tecem a identidade

Os depoimentos mostram que a identidade não é imanente ao sujeito, mas é um constructo narrativo, por dois motivos, por constituir-se enquanto linguagem, isto é, no momento em que os indivíduos falam; e por depender da explanação de uma trajetória de vida que “explique” como o sujeito que relata constitui-se como tal para chegar até aquele ponto. Ora, sempre que se falavam sobre suas impressões da hidrelétrica, os entrevistados remontavam inicialmente à sua história de vida, tanto para justificarem seus direitos ante o empreendimento, quanto para dizerem quem eram.

Uma nuance interessante que desponta do relato de Adonias, é seu empenho em rechaçar qualquer traço de conflito entre ele, os moradores de Estreito ou mesmo entre seus colegas de trabalho quando ainda laborava na barragem. Por diversas vezes, sua narrativa foi entrecortada por alocações do tipo “Todo mundo gostava de mim, como gosta até hoje. Nunca briguei com ninguém aqui”<sup>210</sup>. Mesmo, quando se referiu aos conflitos no interior do canteiro de obras, que, via de regra, ocorriam quando os trabalhadores paralisavam as atividades “quando eles [a empresa] demoravam de pagar”<sup>211</sup> e geralmente se “[...] quebrava tudo”<sup>212</sup> assume sempre a posição de espectador, como um terceiro que somente observa, toma partido, mas não interfere diretamente no dissenso: “[...] confusão teve muita, agora, eu não participei de nenhuma”<sup>213</sup>.

---

<sup>208</sup> Idem.

<sup>209</sup> Idem.

<sup>210</sup> Adonias Avelino Brandão. Entrevista realizada em 25 de outubro de 2016.

<sup>211</sup> Idem.

<sup>212</sup> Idem.

<sup>213</sup> Idem.

A preocupação de nosso interlocutor em tecer uma narrativa em que sua figura aparece distanciada de quaisquer conflitos, pode ser interpretada como a estratégia de alguém que se encontra em território alheio e pretende permanecer nele. Mas pode indicar outro objetivo que não está desvinculado do anterior. Qual seja, o de impor uma identidade face a um estereótipo. Isso está explícito, quando Adonias se recente, no que se refere aos conflitos acontecidos no canteiro de obras, de que: “[...] tudo só era na culpa do Baiano, porque o baiano também estava no meio”<sup>214</sup>.

Os baianos ficaram conhecidos no canteiro de obras por seu temperamento bilioso associado a um certo “senso de grupo”. Adonias se nega a assumir essa fama irascível e insere o comportamento de seus conterrâneos em um contexto. Lançando mão desta estratégia contextual, nosso narrador desconstrói a proposta de uma essência baiana ancorada numa violência fundamental. Acerca do baiano, Adonias relata o seguinte: “Porque o baiano é desse jeito: Se você colocar ele para trabalhar, quando ele terminar de trabalhar, você pague ele. Se você ficar enrolando e não pagar, aí, ali, agora, você vai ter que pagar de qualquer jeito”<sup>215</sup>.

O relato de Adonias refuta a impressão de violência gratuita atribuída aos baianos e, em seu lugar, propõe que as insurreições de seus conterrâneos não se davam pelo simples gosto às refregas, mas como reação a uma “quebra de contrato” configurada no não pagamento ou atraso do salário. Assim, a imagem da violência dá lugar à da insatisfação perante uma injustiça. Ao operar este deslocamento, Adonias adentra o tortuoso caminho que leva ao complexo jogo da identidade. Com efeito, o sociólogo polonês Zygmunt Bauman afirma que a identidade só se apresenta a nós, quando deixa de ser evidente tornando-se um problema merecedor de debate e compreensão. Ele nos explica que “você só tende a perceber as coisas e colocá-las no foco do seu olhar [...] quando elas se desvanecem, fracassam [...] começam a se comportar estranhamente ou o decepcionam de alguma forma” (BAUMAN, 2005, p. 23).

É importante notar, que Adonias não utiliza a locução “nós baianos”, mas o termo no singular e mais universalizante “O baiano”. Assim, ele acaba procedendo numa empreita conceitual ancorada em pressupostos empíricos. Em outras palavras, procede numa articulação entre o *si mesmo* e os *outros* para costurar um *nós*. Ao falar de “O Baiano”, Adonias fala também de si, elaborando um “eu postulado” (BAUMAN, 2005, p. 21). É justamente nesse ponto que podemos pensar a identidade como um “processo de construção de significado com base em um atributo cultural” (CASTELLS, 1999, p. 22), isto é, a identidade é menos um *a priori* e mais uma construção ancorada na história do indivíduo, nas relações sociais que trava

---

<sup>214</sup> Idem.

<sup>215</sup> Idem.



continuamente, no ambiente cultural em que está inserido e, evidentemente, na imagem de si que ele constrói, para si e para os outros, ao longo de sua trajetória existencial.

Anthony Giddens sinaliza isto ao referir-se à identidade como “o eu compreendido reflexivamente pela pessoa em termos de sua biografia” (GIDDENS, 2002, p. 54). Portanto, entender a identidade como um processo, implicado necessariamente em levar em conta que ela emerge em meio as experiências pelas quais o indivíduo passa, assim como a consciência que ele constrói de si em relação com essas experiências. Bauman solidariza-se com esta perspectiva, pois considera a Identidade como um trabalho destinado à inconclusão, como uma “tarefa ainda não realizada, incompleta, um estímulo, um dever e um ímpeto à ação” (BAUMAN, 2005, p. 27).

Adonias também questiona outro estereótipo:

Eles chamam o baiano de preguiçoso, mas o baiano só é preguiçoso se não receber o dinheiro que trabalhou. Se ele estiver recebendo, está trabalhando. Mas se ele não receber, ele vai trabalhar de graça? Tem muita forma aí que se disser “é baiano”, eles mandam voltar “não, não quero não”. Por causa disso, porque o baiano quer trabalhar, mas quer receber<sup>216</sup>.

Se continuarmos na linha argumentativa que afere à identidade a função de “organizar significados” (CASTELLS, 1999, p. 23), poderemos afirmar que Adonias procede acima, num reordenamento dos significados atribuídos às atitudes dos baianos. Ao invés de negar peremptoriamente a caricatura social do baiano como indivíduo “preguiçoso” e inerte, Adonias opta por re-significar essa imagem, transfigurando-a de estigma para ato de resistência. Aqui torna-se muito instrutiva a asseveração de Foucault segundo a qual o poder, vem acompanhado de resistência, porquanto não se constitui como um objeto do qual se possa tomar posse, mas como relação social exercida pelos indivíduos. Ora, o poder é:

[...] algo que circula [...], como algo que só funciona em cadeia[...]. Funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte e consentido do poder, são sempre centros de transmissão (FOUCAULT, 1979).

Além de desconstruir o estereótipo do preguiçoso, nosso interlocutor reforça a inconsistência de uma representação do baiano como indivíduo propenso à desordem violenta, posto que, a contraposição exposta acima não se dá pelo confronto físico, mas pela desaceleração do trabalho. Vale ressaltar que ao iniciar seu discurso com “Eles dizem”, Adonias

---

<sup>216</sup> Adonias Avelino Brandão. Entrevista realizada em 25 de outubro de 2016.

denuncia o caráter exógeno e excludente da estigmatização. Em sua definição, não são os baianos que se dizem preguiçosos, mas os “outros”, os que estão de fora.

Adonias não é o único alvo dessa generalização de caráter. Nosso outro narrador, André, nos relata sua experiência de um caso bem parecido, mas relativo aos maranhenses. Em 2015, quando tentou uma vaga de soldador nas obras de construção da hidrelétrica de Sinop, no Mato Grosso, teve sua chance rechaçada porque a empresa à cargo da construção da referida hidrelétrica não estava mais contratando maranhenses. De lá, um conhecido, que antes o chamara para ingressar em uma das empresas prestadoras de serviço no canteiro de obras, ligou informando as razões das negativas:

De lá ele já cresceu o nome lá e já foi chamado para outra barragem, já como supervisor. Aí ele me chamou de novo, só que depois de dois dias ele me ligou e disse: ‘André, aqui não ficha maranhense’ ‘Mas por quê?’. ‘Porque os caras fizeram uma greve aqui e acabou que eles condenaram o estado todo’<sup>217</sup>.

Ambas as narrativas nos ajudam a pensar o ato de estereotipar os indivíduos como uma estratégia de duplo viés: primeiro inclui os indivíduos em um grupo designado por uma ação comum. Esta inclusão, paradoxalmente, possui efeito de exclusão, pois além de diferenciar os grupos, afasta o grupo estigmatizado das relações de trabalho. Em ambos os casos, o estereótipo age como uma prisão referencial, desumanizando os indivíduos e impondo-lhes um estigma do qual “se ressentem, mas não tem permissão de abandonar nem das quais conseguem se livrar” (BAUMAN, 2005, p. 44). Ora, mesmo não estando em Mato Grosso no momento da greve, André não conseguiu a vaga, simplesmente por ser maranhense.

O exercício de tornar o passado inteligível através das lentes de quem o viveu, torna-o mais próximo de nossa experiência, entendida essencialmente como *práxis*, isto é, uma relação de mútua imbricação entre o pensar e o agir, entre a experiência, enquanto dado bruto, e a percepção que os homens fazem dessa experiência. Quando um indivíduo conta sua história ou relata acontecimentos dos quais foi testemunha, empreende o movimento duplo de relatar sua experiência imbricada à percepção dos fatos.

As trajetórias destes dois jovens não estão tão distantes das experiências cotidianas daqueles que, como eles, viram nas hidrelétricas a possibilidade de mudança qualitativa em sua existência material, mas acabaram incorrendo na traumática experiência do desterro e no restabelecimento da vida em lugares distantes do rio ao qual estavam habituados.

---

<sup>217</sup> André Rodrigues Silva Santana. Entrevista realizada aos 25 de outubro de 2016

As trajetórias desses atores nos levam ao corolário de que a construção da hidrelétrica de Estreito estava agregada a uma lógica de instauração de uma estratégia de *trabalho para consumo*, isto é, um trabalho cuja principal característica era a sua obsolescência previamente calculada: o tempo de sua duração era circunscrito às fases da construção, sendo os trabalhadores obrigados a diversificarem suas habilidades como uma tática que lhes permitia ficar mais tempo empregados. Era um trabalho consumido pelo tempo e pelos trabalhadores. Outra estratégia da empresa para circunscrever esses espaços era a de terceirizar o maior número possível de serviços. Assim, o trabalho é encarado sob o signo da efemeridade.

### **3.4 Da beira do rio à margem da estrada**

Esta seção destina-se a explicar como se deram as fases do processo de implantação da hidrelétrica por intermédio de como as famílias perceberam os primeiros encontros com os funcionários do Consórcio Estreito Energia (CESTE), como se deu a mudança para os reassentamentos e, por fim, sua chega a eles para a retomada da vida.

#### **3.4.1 Sobre as paisagens do progresso**

Quando tornei ao lugar da Ilha de São José, ela já se tornara um desdobramento de memória. As roças de arroz e milho que se espriavam pelas vazantes, agora germinam nas recordações de seus ex-moradores. A força mnêmica daquele lugar inscreveu-se de tal forma nas tábuas das memórias daquelas pessoas que, mesmo já realocadas, continuam a deslindar narrativas atravessadas por uma saudade que só se explica na compreensão de suas vivências. O relato a seguir ilustra essa dimensão:

É muita lembrança, menino. [...]. Aquela ilha que a gente morou lá, que a gente nunca mais vai ver ela [...], um lugar que não tem como o cara esquecer é nunca! [...] De vez em quando as pessoas chegam me procurando como que era a Ilha. O pessoal chega me procurando querendo saber, porque... “rapaz, diz que lá era tão bom...”, às vezes até criança fica me procurando<sup>218</sup>.

Essas são palavras de Carlos Lacerda Pereira da Silva, também chamado de Dica. É da varanda de sua casa no reassentamento “Fazendinha”, em Palmeiras do Tocantins, que ele, com o olhar pousado em sua roça, recorda a vida de pequeno proprietário e barqueiro, na ilha

---

<sup>218</sup> Carlos Lacerda Pereira da Silva. Entrevista realizada por Cícero Júnior no Reassentamento “Fazendinha”, em Palmeiras do Tocantins, 2018

de São José. Entre nós um gravador sobre uma pesada mesa de madeira e um rio de recordações. Habitar a ilha marcou tanto sua existência que, conforme ele mesmo nos relata, as lembranças não são apenas evocadas, mas se impõem. Elas o acompanham no confronto/encontro da memória com o tempo presente, pois não se pode mais plantar como se fazia na ilha, os pastos não são como os da ilha, os limites das propriedades são diferentes.

Essa distinção aparece em outra passagem de seu relato, em que de maneira superlativa ele nos diz o seguinte:

Acho que aqui no Brasil, em lugar nenhum você vai encontrar uma terra melhor que aquela. Porque ó: eu trabalhava lá, eu plantava, eu criava minhas cinquenta cabeças de gado, e minha terra lá era pequena! [...] eu não podia era passar de cinquenta cabeças de gado porque aí já apertava.

Eu plantava mandioca, plantava banana, plantava feijão, arroz, tudo eu plantava e ainda criava cinquenta cabeças de gado [...]. Qual é o lugar que você faz isso hoje? Minha área lá [...], era tudo feito os piquetinhos [...] e a roça, toda a vida bem servido na roça...pescando, toda a vida eu tive a atividade de pescar, tive não; tenho!<sup>219</sup>

Assim, habitar um lugar não consiste apenas em ocupar seu espaço, mas em construir nesse lugar e com ele relações. As relações se inscrevem no corpo de nossa linguagem e de nossa visão de mundo como tatuagens. Dessa maneira, podemos, com Benjamin afirmar que habitar é deixar rastros (BEJNAMIN, 2010). Ora, se as lembranças são tantas, “que não tem como esquecer é nunca”<sup>220</sup>, então, doravante, é a ilha de São José que reside em seus ex-moradores. No entanto, eles não deixaram de habitá-la. Os ex-moradores habitam a ilha, da mesma forma habitamos nossa língua materna.

A ilha, contudo, não está só; há também o rio. Sua presença reforça a falta. Não é só da terra que os ribeirinhos sentem a ausência, mas do rio que lhes foi tirado. Por isso, as lembranças em confronto com o estado atual de vida implicam em certo sofrimento. É dona Petronília quem nos apresenta essa dimensão dorida da lembrança, quando nos diz o seguinte:

Não gosto nem de ir na beira dele [do rio Tocantins] lá. [...]. Quando eu vou em Babaçulândia e eu olho assim na direção que eu morava, chega dá vontade de chorar [RISOS], era bom demais, moço, eu gostava demais da beira do meu rio”<sup>221</sup>.

<sup>219</sup> Carlos Lacerda Pereira da Silva. Entrevista realizada por Cícero Júnior no Reassentamento “Fazendinha”, em Palmeiras do Tocantins, 2018

<sup>220</sup> Carlos Lacerda Pereira da Silva. Entrevista realizada por Cícero Júnior no Reassentamento “Fazendinha”, em Palmeiras do Tocantins, 2018

<sup>221</sup> Petronília Dias do Nascimento. Entrevista realizada por Cícero Júnior no reassentamento Santo Estevão, em Babaçulândia – TO, em 25 de janeiro de 2018.

Ao empregar o pronome “meu”, nossa interlocutora não se refere ao rio como a uma posse; “meu”, nesse caso, indica um movimento de acolhida do rio em seu mundo, enquanto contexto de sentido e significação. Ora, dizer que algo é meu, significa torná-lo próximo. Com efeito, ao dizer “quando eu vou na beira dele”, Petronília fala do rio, como quem fala de um amigo e da tristeza emanada da sua ausência. Fitar “a direção em que eu morava” implica sofrimento porque olhar e memória realizam um processo de sobreposição. De certo modo, Petronília se vê diante de um rastro, de uma ausência que se faz presente por ter estado lá. A partícula “lá” que encerra a primeira frase, contrasta como o “meu rio” que encerra a narrativa. Ela indica a distância de um rio que já não pode ser visto a qualquer momento e de um lugar que agora jaz.

É diante dessa presença ausente que me deixei ficar. Até onde pôde alcançar, meu olhar recobriu o rio Tocantins transfigurado em um sudário líquido e inerte que cobria pesadamente vazantes, árvores, pastos e moradias. O único sinal de que havia um lugar sob aquela monotonia aquática – apenas quebrada pelas pancadas de vento que de quando em quando emaranhavam aquelas águas – eram os galhos secos e as palhas pendentes de coqueirais, cujos troncos pútridos se insinuavam à superfície teimando em manter-se de pé. À margem do lago jazia inclinado o “Coração de mãe”, barco que fazia a rota da Ilha de São José - TO a Estreito - MA.

**Figura 40: o que restou do “Coração de Mãe”, barco que fazia a rota da Ilha de São José – TO a Estreito – MA.**



Fonte: Acervo da pesquisa, 2018

Noite sim, noite não, o “Coração de Mãe” saía da ilha abarrotado de gente e sacas de arroz, cachos de bananas, melancias e toda sorte de víveres para serem vendidos no mercado de Estreito ou mesmo no porto, onde os donos de quitandas já esperavam no dia seguinte. Agora, aquele barco é tão somente um semblante. A vegetação se instalando morosamente no que restou do assoalho, e o lixo espalhado pelo que restou de seu interior, denunciam o abandono. Tudo isso, mais as lambidas do rio que pacientemente o vão devorando, acabarão por reduzir o “Coração de Mãe” a um amontoado de madeira podre. Mais para trás, escondida por uma cerca e uma variedade de pequenas árvores, encontra-se a casa de Seu Moadir, ex-barqueiro e proprietário do “Coração de Mãe”. Entre a margem do lago e a casa, a estrada de ferro Norte/Sul rasga a paisagem. Descendo alguns quilômetros o rio, temos o cinturão de concreto a transformar seu fluxo em energia elétrica. É essa a paisagem que o progresso e a barragem legaram aos ribeirinhos, vazanteiros, pequenos agricultores, barqueiros e pescadores que retiravam do rio Tocantins a fonte de sustento de sua vida material e simbólica.

### 3.4.2 A Ilha de São José

A Ilha de São José situava-se no lado esquerdo do rio Tocantins. Nela moravam setenta e nove famílias, que extraíam a sobrevivência do manejo das roças de vazante, da criação de gado bovino e da pesca. Distava 40 km de Babaçulândia – TO, cidade à que pertencia<sup>222</sup>, e aproximadamente 70 km de Estreito – MA. Parte não desprezível do território era cortada por babaçuais, mormente a porção central, inabitada por causa do terreno pantanoso. A maioria das casas compunha-se de paredes de barro e telhados de palhas secas retiradas das palmeiras de coco babaçu. Algumas, como as da imagem abaixo, tinham por quintal o próprio rio Tocantins.

**Figura 41: Modelo de habitação mais comum na Ilha de São José – TO.**



Fonte: Acervo da Pesquisa, 2008

Havia também algumas construções de alvenaria e outras de madeira, mas o eram em quantidade irrisória. As casas mais confortáveis pertenciam aos barqueiros que faziam linha

---

<sup>222</sup> Cf. <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/perfil.php?codmun=170300&search=tocantins|babaculandia>. Acesso em 30/08/2013.

para Estreito ou Babaçulândia - suas casas eram de alvenaria - e os donos de bares, cujas residências, contíguas à venda, eram geralmente de madeira.

Considerando-se o tamanho do lugar, cerca de 10 km de comprimento por aproximadamente 3 km de largura, existia uma quantidade bastante razoável de bares - pelo menos seis. De um flanco a outro da ilha eles exerciam a função tanto de botecos propriamente ditos, quanto de armazéns, porquanto nem todos os moradores se davam ao trabalho de ir à sede municipal fazer compras. Nos finais de semana alguns moradores, geralmente os jovens, entretinham-se com a sinuca, a música e as bebidas vendidas nos estabelecimentos. As festas também não eram raras e até os filhos do lugar que moravam em Estreito costumavam participar.

À noite, dos pequenos “portos”, nos quais os ribeirinhos engatavam suas canoas, as crianças banhavam-se e as mulheres lavavam roupas, podia-se ver, do outro lado do rio, o sinal de luz pestanejante a preceder o apito do trem transportando minério através da ferrovia Norte/Sul. Depois que o sol mostrava sua face, de qualquer ponto próximo à margem do Tocantins era possível vislumbrar as vazantes de milho ou feijão que cresciam ladeando aquelas águas.

Vazante é o nome que os ribeirinhos do Tocantins e do Maranhão dão aos terrenos localizados à beira do rio. Nos períodos de cheia o rio as recobre por um ou dois meses. Quando as águas “vazava”, o solo está pronto para o plantio, sem necessitar de quaisquer aditivos. Na região de Babaçulândia – TO, em que se encontrava a Ilha de São José, muitos agricultores retiravam sua renda e alimentação prioritariamente da agricultura de vazante. A memória de Valderice Pereira da Silva, atingida pela hidrelétrica de Estreito e ex-moradora da ocupação “Ilha Verde”, descreve o regime de vazante desta forma:

Quando nós chegamos aqui para o Tocantins [...] nós começamos a plantar vazante lá no... na fazenda que chama... conhecida por *Turrão*, que é município aqui de Babaçulândia. Só que essa terra era de um fazendeiro. Aí nós colocávamos vazante lá e era assim: nós plantávamos... por exemplo, nós colhíamos três quilos de feijão, aí ia duas quartas para a gente e uma para o dono da terra [...]. Não éramos só nós, eram várias famílias<sup>223</sup>.

A narrativa acima nos fornece informações muito interessantes acerca das relações sociais que se impunham na maioria das roças de vazante. De um lado estavam os pequenos agricultores, geralmente migrantes, como Valderice e seus pais. Esses trabalhadores não possuíam terras, então, se propunham a trabalhar nas propriedades de outrem, geralmente

---

<sup>223</sup> Valderice Pereira da Silva. “Ilha Verde”, 2018.



fazendeiros, que sediam as faixas de terra ao longo do rio, em troca da partilha das colheitas de mandioca, milho, feijão, arroz ou melancia, as culturas mais cultivadas nas vazantes. Não havia contrato formal nem remuneração. Essa forma consuetudinária de “contrato” de trabalho é conhecida na região como “meia”. Quanto a esse contrato, temos outro relato igualmente elucidativo. Desta vez é Chirlene Alves dos Santos que o fornece. Ela nos explica que o agricultor que sujeito a este modelo de trabalho era “[...] naquele tempo”, chamado de “[...] *meieiro*, não tem?”<sup>224</sup>. E continua retomando alguns aspectos já mencionado e acrescentando outros nuances que completam o que nos disse Valderice anteriormente:

Quando era no tempo da cheia o rio enchia e tinha as terras lá perto, aí quando o rio secava, assim, mês de março, por aí assim, começava a baixar a água do rio, tinha... o meu pai é bastante conhecido lá na região, aí ele saía assim nas fazendas pedindo [para plantar na beira do rio], só que ele plantava e aí com a produção dele ele partia, aí ficava com a metade e dava outra metade para o dono da terra<sup>225</sup>.

Utilizando a imagem de seu pai, Chirlene nos ensina outra forma de procedência dos agricultores que não possuíam terras próprias: era comum, após o recuo das águas, a peregrinação desses trabalhadores pelas fazendas para oferecerem sua força de trabalho. O pai de nossa narradora, ao que ele indica, parecia ser conhecido na região por cuidar de várias roças de vazante ao mesmo tempo.

No que concerne à Ilha de São José, a memória oral nos fornece uma imagem bastante rica desse processo:

No ano de oitenta todo mundo ficou sem nada, mas só que recompensou porque... aí chegamos dentro [da ilha], aí e... pode plantar, aí deu como tudo no mundo, não foi? Em oitenta? Deu muito milho em oitenta. As casas acabou tudo [to te falando!]. Sofrimento, Sofrimento, mas na hora que a água saía de lá...<sup>226</sup>

A recordação acima nos foi fornecida por Dona Pedrina, ex-moradora da ilha de São José – TO. Ela deixou o lugar para morar em Estreito – MA. Isso aconteceu bem antes da chegada da barragem. Sua narrativa nos mostra que os recobrimentos periódicos do rio constituíam-se como enchentes violentas, que forçavam os moradores da ilha a deixarem suas casas por alguns dias, até que as águas baixassem. Se as águas tornavam os solos férteis, por outro lado enchiam as casas de lama, derrubavam as habitações mais frágeis ou deixavam apenas os arcos de madeira que eram preenchidos pelo barro.

<sup>224</sup> Chirlene Alves dos Santos. Tocantinópolis TO, 2018

<sup>225</sup> Chirlene Alves dos Santos. Tocantinópolis TO, 2018

<sup>226</sup> Dona Pedrina. Entrevista realizada no reassentamento Mirindiba, 2014.

Abaixo podemos ver a imagem de uma vazante localizada bem à margem do rio Tocantins, na Ilha de São José.

**Figura 42: vazante de milho na borda da Ilha de São José – TO.**



Fonte: Acervo da Pesquisa, 2008

Quando a faina nas vazantes era muito extenuante para seu dono, ele geralmente contratava os jovens moradores para lhes ajudar em regime de diária<sup>227</sup> ou empreita<sup>228</sup>, que articulavam-se as formas de trabalho mais usuais. Todavia, não era incomum, os moradores juntarem-se para trabalhar na vazante do vizinho recebendo em troca uma parte do excedente de arroz ou milho na época da colheita, como exposto acima. Isso acontecia com frequência entre as famílias, porquanto, quase todos possuíam certos laços de parentesco<sup>229</sup>. Quanto a empregos formais, havia somente o dos professores que lecionavam na pequena escola de ensino fundamental. Eles vinham de Filadélfia – TO, passavam a semana e retornavam à cidade no sábado para estarem de volta na segunda ou terça-feira.

<sup>227</sup> O valor da diária era geralmente R\$ 25,00. Esta informação nos foi concedida por um dos membros da família em cuja casa hospedei-me e que na época estava trabalhando na roça de um dos moradores do lugar.

<sup>228</sup> O valor da empreita (*empleita*, como chamam os ex-moradores da ilha) variava de acordo com a negociação estabelecida entre o dono da vazante e o trabalhador.

<sup>229</sup> Depois do casamento era bastante comum os filhos construírem suas moradias nas terras dos pais, tornando-se agregados destes e como, no mais das vezes, os moradores se casam entre si e o lugar era relativamente pequeno, famílias que não possuíam parentesco consanguíneo acabavam por contrair liames familiares por intermédio dos matrimônios.

Abaixo temos a imagem de uma roça de vazante localizada na parte central da Ilha de São José. Em um dado período o rio submergia esses terrenos tornando-os pantanosos por algum tempo. Quando as águas retrocediam, os moradores aproveitavam para plantar.

**Figura 43: roça de vazante que ficava no centro da Ilha de São José**



Fonte: Acervo da Pesquisa, 2008

Outra atividade bastante importante era a dos barqueiros. Embarcações semelhantes ao “Coração de Mãe” transportavam diariamente ou uma vez por semana, os ribeirinhos até Estreito - MA, Babaçulândia - TO ou Filadélfia – TO. As viagens possuíam diversas finalidades, dentre as quais podemos destacar a venda dos gêneros cultivados nas roças, os jovens frequentarem a escola, a compra de provisões mensais, remédios ou consultas médicas. Havia três embarcações que faziam o trajeto para Estreito - TO. Duas saíam regularmente às quintas-feiras, à “boca da noite”, recolhendo os viajantes que já aguardavam nos portos. Aportavam na ponta da ilha quando a noite estava bem avançada e, por volta das três horas da manhã, seguiam para Estreito - TO, aonde chegavam por volta das oito horas da manhã, para só retornarem no sábado pela manhã.

A imagem a seguir é do interior do “Coração de Mãe”, apinhado de pessoas e objetos em uma de suas viagens semanais.

**Figura 44: Embarque de mercadorias no interior do “Coração de Mãe”**



Fonte: Acervo da Pesquisa, 2008

Abaixo temos um modelo de embarcação que fazia a rota de Babaçulândia – TO a Filadélfia – TO, passando pela Ilha de São José – TO.

**Figura45: Barco da cidade de Babaçulândia algumas décadas antes da construção da UHE de Estreito MA/TO**



Fonte: Arquivo pessoa de Valderice Pereira da Silva, 2018

O “Coração de Mãe” – barco em que eu fazia minhas viagens à Ilha de São José – pertencia a um senhor de nome Moadir<sup>230</sup>, barqueiro desde 1980. O outro era de um senhor chamado de Dionel. O terceiro, cujo nome é “Joanatom”, de propriedade de José Carlos Lima, ia a Estreito apenas uma vez por mês por interesse do próprio barqueiro, com vistas a comprar gêneros para suprir a mercearia que mantinha em casa. Ademais, o proprietário do “Joanatom” tinha com a prefeitura de Babaçulândia um contrato para levar e trazer da Ilha, todas as sextas feiras, as pessoas que desejassem ir à cidade fazer compras. Existiam ainda outras duas embarcações que faziam linha para Babaçulândia e outras de porte menor que faziam o mesmo percurso. Saíam pela manhã e voltavam à noite do mesmo dia. Com o enchimento do reservatório os barqueiros pararam com as atividades, pois a barragem impediu o acesso a Estreito - TO.

Além dessas atividades, os moradores da Ilha de São José também se ocupavam com a criação de gado, de porcos e o cultivo do fumo, acompanhados da coleta e venda do coco

---

<sup>230</sup> Moadir mora atualmente em um pequeno rancho situado à frente do trecho do rio Tocantins em que jaz submersa a Ilha de São José. O caminho entre a casa e o rio é atravessado pela estrada de Ferro pertencente à VALE. Tentei por diversas vezes a realização de uma entrevista, mas seu Moadir sempre declinava do convite.

babaçu. O feijão e a melancia também eram muito vendidos em Estreito. Conforme o relato de alguns barqueiros<sup>231</sup>, as embarcações saíam repletas desses víveres da ilhargá. A partir de 2005 esses gêneros não eram mais mandados para Estreito e as viagens com fins comerciais já não eram muito frequentes, salvo algum morador que desejasse vender no mercado de Estreito a colheita de bananas.

Os moradores foram obrigados a desocupar o local no início do mês de julho de 2010, sendo que os últimos deixaram a ilha em setembro do mesmo ano. Levaram tudo o que puderam: plantas, animais, árvores frutíferas, até a madeira das casas. Atualmente, as 74 famílias que residiam na Ilha de São José estão distribuídas em quatro reassentamentos. Vinte e seis famílias ficaram no reassentamento do Baixão a 18km de Babaçulândia, no estado do Tocantins. Doze famílias estabeleceram moradia a 15 km de Babaçulândia, no reassentamento Bela Vista, antiga fazenda Itapuã. Entre nove e dez quilômetros de Babaçulândia, onze famílias estabeleceram-se no reassentamento Santo Estevam. Em Mirindiba, localizado a 18 km de Araguaína, no Tocantins, entrando mais oito quilômetros à margem da Belém-Brasília residem 19 famílias. Nem todas as famílias resolveram ficar em reassentamentos. Alguns optaram por indenizações e escolheram alocar-se em Estreito, no Maranhão; outros decidiram morar em Babaçulândia e alguns rumaram para o sul do Pará.

### 3.4.3 Os reassentamentos

Os reassentamentos para os quais as famílias atingidas foram remanejadas são os seguintes: Mirindiba, em Araguaína; Baixão, Bela Vista e Santo Estevão em Babaçulândia; São João, em Palmeiras do Tocantins. Todos no estado do Tocantins. Parte considerável das famílias desses reassentamentos proveio da ilha de São José, localidade totalmente inundada pela barragem. A outra parcela é composta pelas famílias de Filadélfia – TO. Mirindiba fica a 8 km da margem da Belém-Brasília, nas proximidades de Araguaína. Nele moram 18 famílias (SANTOS & SIEBEN, 2014). Baixão é o mais próximo de Babaçulândia, cerca de 14 km de sua entrada até a cidade, para este reassentamento foram enviadas 26 famílias. Antes de chegarmos a este reassentamento é preciso atravessarmos uma pequena vila. Nos reassentamentos Santo Estevão e Bela Vista moram, respectivamente, onze e doze famílias. Os proprietários cadastrados como pecuaristas receberam um lote de 40 hectares e mais oito animais. As famílias cadastradas como agrícolas receberam lotes com 12 hectares.

---

<sup>231</sup> Informação coletada durante uma conversa com seu Moadir, mas o diálogo não foi gravado, apenas registrado em meu diário de pesquisa.

As casas de todos os reassentamentos obedecem à mesma planta. São de alvenaria, com sala, três quartos, cozinha, área e banheiro. Adjacentes a elas foram construídos um pequeno depósito para grãos e ferramentas e um poço artesiano. Todas as casas possuem fossa séptica e água encanada. Além disso, o CESTE foi obrigado a fornecer assistência técnica às famílias por três anos, além de responsabilizar-se pela manutenção dos poços e ocasionais reparos das casas pelo mesmo período. No entanto, aqueles cujas condições financeiras permitiram, rapidamente fizeram modificações na estrutura das casas. As mudanças consistiram principalmente, como pode ser observado nas imagens abaixo, em avarandados, em que os moradores costumam receber as visitas, tirar a cesta ou sentar-se ao fim da tarde para observar as criações.

Aqueles que não puderam fazer varandas, ergueram casas com paredes de barro e telhas de palha de babaçu, mais arejadas e frias que as de alvenaria. Não são raras as famílias que passam o dia em suas choupanas, dirigindo-se às casas de tijolo apenas para dormir.

**Figura 46: Casa no reassentamento Mirindiba com estrutura original.**



Fonte: Acervo da pesquisa, (2014).

**Figura 47: Casa do reassentamento Mirindiba, com modificações.**



Fonte: Acervo da pesquisa, (2016)

**Figura 48: Casa no reassentamento Baixão, sem modificações na estrutura.**



Fonte: Acervo da pesquisa, (2016).



**Figura 49: Casa no reassentamento Baixão, modificada.**



Fonte: Acervo da pesquisa, (2016)

**Figura 50: casa no reassentamento Baixão**



Fonte: Acervo da pesquisa, (2016)

Os atingidos que se dirigiram ao Baixão chegaram ao reassentamento no dia 22 de julho de 2010<sup>232</sup>. Os moradores de Mirindiba foram os últimos a saírem da Ilha de São José. Mudaram em agosto de 2010. As narrativas dos impactados possuem dois pontos de referência: a vida à beira do rio e a vida atual. O confronto entre estes dois referenciais espaço-temporais (rio, antes; reassentamento, depois/agora) são os fatores evocativos das memórias. Em torno de ambos é que orbitam outros pontos de referência, tais como a percepção do encontro com o CESTE, a saída da ilha, o traslado e os primeiros dias nos reassentamentos. Alistair Thomson argumenta que essa dialética entre passado e presente é bastante recorrente nas entrevistas, porquanto os acontecimentos lembrados são sempre avaliados à luz das condições atuais dos narradores. Assim:

As histórias que relembramos não são representações exatas de nosso passado, mas trazem aspectos desse passado e os moldam para que se ajustem às nossas identidades e aspirações atuais. Assim, podemos dizer que nossa identidade molda nossas reminiscências; quem acreditamos que somos no momento e o eu queremos ser afetam o que julgamos ter sido (THOMSON, 1997, p. 57)

Dessa forma, a rememoração desdobra-se para além de contar e recontar o passado; trata-se de uma estratégia de, de alguma maneira, reconciliar-se com ele, de compor uma narrativa que nos permita continuar a vida. É por esse motivo que os conceitos de identidade e experiência são tão importantes para o exame dos testemunhos orais como fontes históricas. Paul Thompson chama a atenção para isso quando defende a História Oral como uma abordagem em que “a experiência de vida das pessoas de todo tipo possa ser utilizada como matéria-prima” (THOMPSON, 1992, p. 25), isto é, como fonte de conhecimento histórico.

Nesse sentido, o conceito de *experiência* deve ser deslindado. Longe de um emaranhado de sensações decorrentes de um estímulo interno ou como atividades que se repetem rotineiramente, a experiência deve ser entendida como a capacidade que os indivíduos têm apreender sua existência como atividade em construção que depende essencialmente de suas relações com os outros e da forma como apreende seu passado, não enquanto vivência instantânea, mas como ressonância constante em seu presente. Esse caráter vívido da experiência, que pressupõe não o que foi vivido, mas a relação entre a maneira como foi vivido e a forma como esse vivido foi recordado para ser contado, nos permite afirmar com Alistair Thomson que o marcante da experiência é que ela nunca chega a seu termo, tanto pelo fato de

---

<sup>232</sup> Jucilene Alves da Silva Braga. Moradora do Baixão, reassentamento próximo à Babaçulândia – TO. Entrevista concedida em 21 de abril de 2016.

ter sido vivida, quanto porque pode ser constantemente retomada e reinterpretada. Ora, “as experiências que tivemos nunca terminam, porque as estamos refazendo constantemente, dando-lhes um novo sentido, re-lembrando” (THOMSON, 1997, p. 77).

Dessa maneira, quando as pessoas nos falam, elas não nos relatam somente uma história, mas a história da forma pela qual elas a experienciaram, o caminho pelo qual passaram para chegarem até ali. Walter Benjamin segue um percurso alinhado ao proposto acima, quando se empenha em distinguir o conceito de experiência da simples vivência. Para Benjamin o conteúdo axiológico da experiência reside na transmissibilidade de seu caráter pedagógico, cuja abertura repousa na capacidade do receptor de interpretar o que lhe foi dito<sup>233</sup>.

Nesse sentido, as contribuições de E. P. Thompson também são importantes. Em sua célebre polêmica com Althusser<sup>234</sup>, o historiador britânico, argumenta que se a experiência torna os homens sujeitos da história, essa subjetividade não se realiza numa autoconsciência ou capacidade de abstrair a racionalidade que conduz o devir histórico, mas justamente no fato de que os homens tornam-se sujeitos da história pela capacidade material e simbólica de traçarem seu caminho nela, mesmo no interior de conjunturas alheias à sua escolha ou vontade, a partir de escolhas e estratégias. Em suas palavras:

Como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida “tratam” essa experiência em sua *consciência* e sua cultura [...] das mais complexas maneiras [...] e em seguida [...] agem, por sua vez, sobre sua situação determinada” (THOMPSON, 1981, p. 182).

---

<sup>233</sup> Para ilustrar isso, Benjamin lança mão da palavra *Erfahrung*, derivada do verbo *erfahren* que significa *experimentar, aprender a partir de uma experiência*. Por seu turno, *Erfahren* origina-se de outro vocábulo do alemão antigo, *Fahrt*, que significa *viagem, caminho, trajeto*. Esta palavra está ligada ao radical *fahren* que quer dizer *conduzir-se ou atravessar uma região durante uma viagem*. Dessa maneira, todas essas palavras apontam não apenas para o movimento, o deslocamento de um ponto a outro, mas também para o espaço em que esse movimento transcorreu. Essa construção conceitual encontra alento em seu equivalente latino, *experientia*, cuja proveniência vem da junção da preposição *ex* com *perior, ex-perior*. *Perior* tem seu radical da preposição *per* que significa *através de; entre; durante*. É dela que derivam as palavras *peritos* (*peritia*), *periculum* e *oportunum*. A preposição *Ex* significa *procedente de; entre; desde; do interior de; fora de*. Em outras palavras, aquilo que se desloca do interior para fora. Dessa maneira, fazer uma experiência consiste em atravessar um caminho repleto de perigos e poder falar deles após a travessia. Para uma reflexão mais profunda Cf. MATOS, 2001; BENJAMIN, 1994; MONTAGNER&DA SILVA, 2009.

<sup>234</sup> Thompson nos ensina que atitude historiográfica precisa estar atenta à categoria que faz com que nos interessemos pela história: a *experiência humana*. Dentre outras coisas, Thompson argumenta que o ponto mais nevrálgico do pensamento Althusseriano seria o de tentar expurgar a reflexão social de toda experiência, relegando sua filosofia a um mero exercício mental. A mediação, assim, sofre um deslocamento: ao invés de tentar encaixar os fenômenos em categorias dadas *a priori*, os narradores contam sua vida, sem abstrações muito etéreas, mas formulando conceitos enraizados em suas experiências. Dando a entender que empiria e abstração aproximam-se do processo histórico quando abordados articuladamente (quase como a perspectiva Kantiana de que a razão sem a experiência é vazia e a experiência sem a razão é cega). Cf. THOMPSON, 1981. Quanto a relação entre experiência e razão, KANT, 2003.

Importa extrair da narrativa a experiência humana: “as narrações históricas não falariam da realidade, mas sim de quem as construiu” (GINZBURG, 2007, p. 09). Portanto, durante as conversas os entrevistados apresentaram maneiras distintas de lembrar que eram reflexos de como eles lidavam (lidam) com as memórias referentes ao processo que os fez chegar até os reassentamentos. Essa relação com o passado também foi incorporada ao estilo de suas narrativas.

#### **3.4.4 Chegada do CESTE: Do entusiasmo à insegurança.**

A partir de novembro de 2007, as equipes do CESTE começaram a realizar nas comunidades a serem atingidas reuniões cujo objetivo era explicar de maneira mais sistemática as implicações da construção da hidrelétrica para as famílias (CESTE, 2007). As pautas das reuniões giravam em torno das compensações, a quem elas se destinariam e o fato de que, por força da construção da usina, as terras em que aquelas famílias viviam e trabalhavam seriam alagadas, o que implicava na sua retirada, em caráter irrevogável, para outros lugares. Daí em diante, as famílias passaram a ter um contato contínuo com o vocabulário pelo qual foram catalogados no EIA/RIMA e no PBA. Dessa maneira, os membros das famílias passaram a ser discriminados entre proprietários e não-proprietários. A primeira categoria subdividia-se entre aqueles que moravam nas terras e entre os que eram donos, mas não residiam nas propriedades. Os agregados de todas as espécies, foram enquadrados na segunda classificação.

As primeiras comunidades “convidadas” a participar dessas reuniões foram Cana Brava e Mamoeira, pertencentes ao município de Filadélfia e Palmatuda e Ilha de São José, em Babaçulândia. Todas elas no Estado do Tocantins. Essa escolha se deu porque os moradores dessas localidades seriam forçados, por algum motivo, a aderirem ao remanejamento. Estas cidades, assim como as comunidades que lhe eram adjacentes, tinham sua vida econômica e cultural essencialmente voltadas para o rio. As praias ocasionadas pelo recuo das águas do Tocantins, assim como as roças de vazantes eram elementos norteadores das atividades econômicas de seus moradores.

Com efeito, as incursões dos funcionários do Consórcio Estreito Energia (CESTE) nessas comunidades remontam a 2002 e transcorreram até 2004. Durante essas visitas ocorreu levantamento socioeconômico junto às famílias (CNEC, 2005). Esse cadastramento consistia numa espécie de Censo, no qual eram registrados todos os dados concernentes aos valores das propriedades e das terras, a quantidade de famílias, o número de membros que as compunham,

e, o que era mais importante para o Consórcio, qual a natureza de seu vínculo à terra. Também foi feito um levantamento das atividades produtivas dos membros das comunidades.

Podemos ver a seguir uma fotografia produzida pelas equipes que empreendiam o cadastramento das famílias e traçavam seus perfis socioeconômicos que, via de regra, esquadriavam as propriedades para identificar as benfeitorias, a quantidade e espécie de plantações e animais e catalogar a ocupação dos membros da família economicamente ativos. A família retratada é a de Manoel Pinto da Costa e Maria do Carmo. Entrevistei-os em 2018, na varanda de sua casa, no reassentamento Santo Estevão, nas mediações de Babaçulândia – TO.

Quanto a este dia, dona Maria do Carmo, única mulher na fotografia, o recorda nesses termos:

Está eu, os meus meninos todos eram pequenos. Está o meu menino com a vassoura na mão. Tem eu, tem o Manoel... a primeira vez que eles tiraram a foto em frente a casa. Só nós que temos esse comprovante, só nós aqui! Outro não tem. Até eles ficaram surpreendidos, aquele povo, que eles mandam, né. Nós falamos que tínhamos a foto na frente, a primeira vez que eles chegaram pra tirar a foto, está bem aí. Era só nós<sup>235</sup>

Na leitura de dona Maria do Carmo, a fotografia em questão não é uma lembrança, mas um “comprovante”, uma prova que atesta a ocasião da visita, o que deixa entrever que as relações entre os impactados e os representantes do CESTE não eram pautadas em termos de confiabilidade.

---

<sup>235</sup> Maria do Carmo da Costa. Reassentamento Santo Estevão, Babaçulândia – TO, 2018.

**Figura 51: Família cadastrada pelo CESTE à época do levantamento socioeconômico do EIA/RIMA.**



Fonte: Documentos de Manoel Pinto da Costa, reassentamento Santo Estevão, Babaçulândia – TO, 2018.

Feito isso, começaram as negociações em torno dos valores das compensações e do remanejamento da população para reassentamentos rurais ou urbanos. Os dados cotejados compuseram o Estudo de Impacto Ambiental e seu subsequente Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) produzido em 2002 e o Projeto Básico Ambiental (PBA), escrito entre 2004 e 2005.

De toda maneira, após ser emitida a Licença de Instalação e serem iniciadas as obras, o CESTE começou as atividades de mobilização das comunidades para avisá-las da obrigatoriedade de sua retirada e instruí-las acerca das políticas de compensações da empresa. Além das reuniões foram produzidos panfletos promocionais e uma espécie de cartilha na qual constava de maneira mais acessível que no EIA/RIMA a natureza e as etapas do que a empresa chamou de “processo de remanejamento”. O material produzido pelo Consórcio era destinado a informar, mas, sobretudo, a fazer uma propaganda positiva das atividades da empresa e de sua abordagem nas localidades a serem atingidas.

Isso pode ser observado na figura abaixo, retirada de um boletim informativo feito circular pelo CESTE em novembro de 2007.

**Figura 52: Reunião de representantes do CESTE com as famílias impactadas da ilha de São José – TO, em 2007.**



FONTE: CESTE, 2007.

Diferentemente da fotografia da família de Dona Maria do Carmo, em que as personagens estão sisudas e visivelmente incomodadas com a situação, a imagem acima foi produzida de forma que sugerisse que os contatos iniciais entre as equipes do Consórcio Estreito Energia (CESTE) e os moradores das localidades a serem impactadas pela hidrelétrica, transcorreram com tranquilidade. A jovem que se encontra à frente das pessoas, empenha-se em explicá-lhes como dar-se-á o processo de remanejamento. As pessoas parecem atentas e satisfeitas. Se pousarmos nosso olhar mais abaixo, teremos a confirmação disso no olhar de satisfação do casal de idosos. O sorriso aberto do senhor expressa certa expectativa. No semblante da senhora transparece um contentamento da cor de seu vestido. Afinal de contas, “eles [CESTE] tinham tantas promessas”<sup>236</sup>.

À sombra de uma árvore frondosa e circundados por babaquais, as pessoas escutam atentamente as instruções da funcionária do CESTE. Às suas costas percebemos um quadro

<sup>236</sup> Jucilene Alves da Silva Braga. Moradora do Baixão, reassentamento próximo à Babaçulândia – TO. Entrevista concedida em 21 de abril de 2016.

com alguns apontamentos previamente elaborados, cujo conteúdo certamente se destinava a explicar pormenorizadamente os benefícios que a construção da barragem traria. Todo este cenário<sup>237</sup> fora montado para dar a entender que todos compreendiam a situação e a aceitavam. O subtítulo da imagem com os seguintes dizeres: “diálogo transparente marca as reuniões da UHE Estreito com a população”, reforça essa condução da percepção. A ponte entre a imagem e seu subtítulo é sutilmente composta pela iluminação do dia que parece atravessar os babaçuais até chegar ao grupo.

A frase nem precisava estar lá, porquanto a imagem sozinha já deixava entrever as conversações aconteciam sem atropelos ou quaisquer logros. Foram claras, nada deixou de ser mencionado ou esclarecido. Todavia, se seguirmos as indicações de Barthes, segundo as quais, na obviedade aparente das coisas repousa um certo “abuso ideológico” (BARTHES, 2001, p. 08) e de que as repetições e redundâncias carregam enunciados passíveis de interpretação, podemos inferir que a intenção do CESTE era transmitir à opinião pública, não somente que as negociações transcorriam sem desinteligências, mas que a empresa cumpria suas obrigações informativas e que sua abordagem às famílias era pacífica e clara. Somado a isso, podemos afirmar que as imagens acima, não apenas falam de alguma coisa; mas a alguém. É justamente nessa articulação entre linguagem e comunicação que reside o poder de seu discurso, sua capacidade de interpelação.

No entanto, se confrontarmos o discurso desta imagem com os testemunhos orais, teremos diante de nós um panorama mais multifacetado do que nos é apresentado pelo CESTE. À total ausência de conflito enfatizada no informativo, as narrativas justapõem um ambiente psicológico mais complexo que envolvia realmente certo entusiasmo em relação à obra, pelas promessas de indenizações vultosas e realocações com terras mais férteis, mas também mencionam que as interlocuções não foram tão transparentes quanto a imagem acima procura convencer.

Observemos isso a partir do cruzamento entre duas entrevistas. Ambas procuram relatar os contatos iniciais entre as equipes de levantamento socioeconômico e os moradores da Ilha de São José, que seria totalmente inundada. Em seguida avançaremos na análise inserindo outras narrativas. Nossos dois primeiros colocutores nos fornecem relatos diferentes, mas complementares sobre os primeiros contatos com as equipes de cadastramento e sobre as percepções iniciais que os moradores tiveram dessas visitas e do que elas significaram.

---

<sup>237</sup> Ao afirmar que “a convenção fotográfica está repleta de signos” (BARTHES, 2011, p. 104) Roland Barthes postula que a imagem fotográfica é produto de uma composição de cena, possui uma estrutura inextricavelmente semântica e semiológica.



O primeiro é o excerto de uma entrevista acontecida em 2014, quando a hidrelétrica já estava em pleno funcionamento e o processo de realocação das famílias já havia sido concluído. Ela me foi concedida por Valdecir Alves da Silva. À época do cadastramento morava na Ilha de São José; atualmente reside no reassentamento Mirindiba. O segundo, transcorreu em 2008, quatro anos após a entrada do CESTE na vida das famílias atingidas. A entrevista aconteceu na Ilha de São José, dois anos antes de sua total submersão. Quem fala é Francelina Coelho de Sousa, conhecida como Dona França, que preferiu ser indenizada ao invés de ser encaminhada para algum reassentamento. Mudou-se para a margem esquerda do rio Tocantins e, com duas filhas, levantou um pequeno sítio em frente ao local em que ficava a Ilha na qual morou por 68 anos.

Começamos com Valdecir:

Ele só chegava igual àquele negócio do censo [...], eles chegavam tipo aquilo. Chegava lá procurando:  
 FUNCIONÁRIO DO CESTE: ‘tu mora aqui?’.  
 VALDECIR: ‘Não’.  
 FUNCIONÁRIO DO CESTE: ‘É que eu estou fazendo uma pesquisa e [queria] fazer umas perguntas a você aqui’  
 [...] Nós não sabíamos nem como funcionava<sup>238</sup>

O relato de Dona França apresenta as vistorias das equipes do CESTE dessa maneira:

Vêm demais [...]. Tira retrato, mede casa, mede isso, pergunta das madeiras... perguntando [sobre] a madeira das casas [...] até os enchimentos dessas paredes, eles estavam perguntando que madeira era essa [...]<sup>239</sup>

Os relatos acima indicam que a presença das equipes causou estranhamento aos moradores das localidades, principalmente quando as pessoas se viram diante de perguntas acerca de suas posses, atividades laborais, renda e estrutura familiar. A estratégia das equipes de cadastramento do CESTE desdobrou-se inicialmente em duas fases: abordagem dos chefes de família, apresentando-lhes uma séria de perguntas destinadas a entender quem eram os proprietários de fato das terras e quem vivia nelas na condição de agregado. Em segundo lugar, esquadrinhavam as propriedades a fim de inventariá-las minuciosamente para que as casas, roças, animais, plantações, material com o qual eram construídas as casas fossem avaliados e catalogados para que o valor das indenizações por eles fosse devidamente calculado.

---

<sup>238</sup> Valdecir Alves da Silva, morador do reassentamento Mirindiba e ex-morador da Ilha de São José. Entrevista concedida no reassentamento Mirindiba em 11 de fevereiro de 2014.

<sup>239</sup> Francelina Coelho de Sousa (Dona França). Entrevista realizada na Ilha de São José em 21 de abril de 2008.

Ambas as narrativas se reportam às visitas iniciais que, ao que parece, deixaram claro que se tratava de uma pesquisa, mas não o motivo que os levou até a porta dos moradores. Visto que os moradores respondiam aos questionários sem saber muito bem do que se tratava: “Nós não sabíamos nem como funcionava” ou, como sugere a entrevista de Valdecir, confundiram o levantamento socioeconômico com o censo promovido pelo IBGE. De toda forma, a novidade trazida pela chegada do outro – corporificado nas equipes e posteriormente na expectativa de transformações radicais que a barragem acarretaria – traduziu-se no estranhamento dos moradores quanto às intenções daqueles que lhes abordavam.

Há que se atentar também para o fato de que, não obstante as confluências, cada narrativa constitui-se como um olhar por sobre a barragem a partir de pontos distintos. Esse ponto é o lugar social, político e econômico de meus colocutores. Cada um relata a sua experiência do processo. Este é um aspecto fundamental das duas narrativas que me esforço por analisar, qual seja: as diferenças entre seus lugares de enunciação ou, dito de outra, os indivíduos que as forneceram falavam de lugares sociais distintos, o que, de alguma forma interferiu nas condições de possibilidade de sua construção<sup>240</sup>.

A primeira distância, como já foi mencionado acima, é a temporal. A entrevista com Valdecir foi realizada em 2014, quando o processo já chegara a seu termo, enquanto Dona França construiu seu relato em 2008, um ano após o início das obras. Naquela ocasião o rio ainda não havia sido desviado e os lugares em que seriam encravados os reassentamentos ainda

---

<sup>240</sup> Como afirma Pere Petit (2003), os discursos extraem sua dinâmica e força do fato de serem ações sociais, seja no âmbito oral ou escrito. É por esse motivo que discurso e poder são categorias que se imbricam e articulam, posto que ambos se desenvolvem nas relações sociais que os indivíduos travam cotidianamente. Dessa forma, a narrativa desenvolvida como resposta a uma entrevista deve ser entendida apenas como o deslinde de uma narrativa que procura encadear acontecimentos e ações em uma cadeia temporal minimamente coerente, posto que o entrevistado insere em seu relato análises, reflexões e justificativas para o seu lugar e comportamento nos eventos ou para os de outrem. Essa postura do entrevistado é por vezes sutil ou mais explícita. De toda forma, ela aparece. Não obstante, as várias discordâncias entre as linhas de análise do discurso, todas parecem incorrer em um pressuposto comum, qual seja, os discursos não são provenientes e nem se propagam em um vácuo social; ao contrário, são enunciados para exercer efeitos de poder que só despontam das relações sociais. A esse respeito, Norman Fairclough destaca a relevância do discurso tanto na constituição dos sujeitos, quanto na mudança social. Para ele o discurso possui uma estrutura tripartida em texto, prática discursiva e prática social. Nesse sentido, as elucubrações dos filósofos e sociólogos que se empenharam a fazer uma análise das estruturas significativas da linguagem cotidiana em articulação com as interações sociais dos falantes também podem oferecer ferramentas analíticas importantes. Aqui podem ser citados os trabalhos de Bourdieu que entende o discurso como uso da linguagem e, portanto, como ação que extrapola o âmbito meramente comunicativo e informativo e insere as interações linguísticas no campo das relações de poder sob o pressuposto que o uso que fazemos das palavras nunca é neutro. Danilo Marcondes também chama atenção para isso ao asseverar que toda análise linguística, mesmo a de pretensões mais formais, não pode desconsiderar que a linguagem só faz sentido se inserida em um contexto social que, por sua vez, possibilitará seu campo semântico. Em suas palavras, “quando analisamos a linguagem nossa finalidade não é apenas analisar a linguagem enquanto tal, mas investigar o contexto social e cultural no qual é usada, as práticas sociais, os paradigmas e valores, a “racionalidade”, enfim, desta comunidade, elementos estes dos quais a linguagem é indissociável. *A linguagem é uma prática social concreta* e como tal deve ser analisada” (MARCONDES, 1990, p. 10). Para uma discussão mais detalhada Cf. MARCONDES, 1990; FAIRCLOUGH, 2001; PETIT, 2003; BOURDIEU, 2008.

eram uma incógnita. Nesse sentido, a narrativa de Valdecir possui caráter mais reflexivo, tanto por reportar-se a um processo relativamente concluído, quanto por ter tido mais tempo para sopesar os acontecimentos pelos quais passou, avaliar os prós e contras da mudança para o reassentamento e, evidentemente, comparar as condições atuais de sua vida com as anteriores. Sua frase ao fim do primeiro excerto: “Nós não sabíamos nem como funcionava”, é bastante ilustrativa quanto a esse caráter processual da memória, que, nas palavras de Alessandro Portelli, não funciona como movimento cognitivo autômato, nem como ato puro, mas desdobra-se ao modo de um “processo múltiplo de produção gradual de significados, influenciado pelo desenvolvimento do sujeito, pelo interlocutor, pelas condições do ambiente” (PORTELLI, 2010, p. 72). Assim sendo, a memória não apenas re-toma o passado, mas o insere em uma articulação epistêmica na qual os acontecimentos mencionados são dispostos de maneira que façam sentido e revelem tanto o contexto no qual se sucederam quanto o conteúdo das ações dos indivíduos implicados. É nesse vértice que objetividade e subjetividade estabelecem articulações.

Há outra diferença entre ambos. Enquanto Francelina era proprietária de terras, Valdecir morava na ilha na condição de agregado de sua sogra e, portanto, não tinha direito a indenização em dinheiro. Por esta ótica, em termos materiais, o processo foi menos penoso para Valdecir do que para Dona rança, visto que para esta, a indenização recebida não ressarcia devidamente os bens dos quais abrira mão. Valdecir, por sua vez, conseguiu uma casa e alguns hectares de terras, saindo da condição de agregado.

Em outra parte de sua entrevista, Valdecir reitera a preocupação dos funcionários do Consórcio com a catalogação de propriedades e benfeitorias:

Ele só foi fazer a pergunta lá, procurando. A gente ia dizendo, tudinho: o que você plantava, o que você tinha [...]. Aí foram embora. Aí procurou se eu criava. Eu disse: ‘rapaz, não crio não porque não tenho onde criar, mas eu crio gado. ‘você tem gado?’ [perguntou o funcionário]. Eu digo: ‘tenho’. Aí apresentei os documentos que eu tinha... aí [ele disse], ‘tudo bem’. Ele procurou [saber] o que eu colhia, quantas [inaudível] eu colhia, aquelas coisas e tudo. Depois veio outro, já com mais tempo [...] tirando foto da casa, procurando, como era, se tinha porta, se não tinha; se tinha pia, se não tinha. Se eram de tábuas as paredes, se eram de barro (aquela coisa), se eram de palha. Esse primeiro que veio... aí sumiu <sup>241</sup>.

O relato acima é acrescido por uma dinâmica temporal condensada nos períodos em que as equipes de estudo do CESTE percorreram a Ilha de São José. O índice dessa

---

<sup>241</sup> Valdecir Alves da Silva, morador do reassentamento Mirindiba e ex-morador da Ilha de São José. Entrevista concedida no reassentamento Mirindiba em 11 de fevereiro de 2014.

temporalidade é a partícula “aí”. Todas as vezes o narrador a utiliza, é para marcar o término ou o limiar de um evento: “**Aí** foram embora. **Aí** procurou se eu criava” e “[...] veio... **aí** sumiu”. Dona França também se reporta à frequência dessas inspeções. Mencionar que se ocupava da criação de gado, pode ser entendido como uma maneira de deixar claro que também era proprietário de algo.

Enquanto a narrativa de Valdecir é mais esquemática, preocupada em encadear os eventos enfatizando os intervalos entre as visitas e a duração cada vez maior das incursões, Dona França, por seu turno, apresenta um relato mais engajado no calor do momento. Em outra parte da entrevista, ela menciona a tensão que marcou suas conversas com os representantes do Consórcio e suas impressões marcadamente negativas sobre a hidrelétrica. Ela diz o seguinte: “Isso aqui eu já tenho dito a alguém que anda por aqui, que anda demais! [...] perguntando o que eu quero, o que eu acho da barragem. E eu digo, eu não acho nada. Para mim ela não me representa nada! Só ruindade! [...]”<sup>242</sup>. Em seguida, reproduz uma das muitas conversas que teve com os membros das equipes de cadastramento. Quando estes lhe perguntavam, “se for preciso sair daqui, você quer o dinheiro, quer outra terra?”, ao que ela respondia: “Se for para eu sair, eu quero o dinheiro na minha mão! Que aí eu vou para onde eu quiser e puder ir! Não vou... para me arrancarem daqui e me jogarem em um lugar que eu não queira...”<sup>243</sup>.

De fato, Dona França optou pela indenização e aplicou o dinheiro na construção de uma pequena chácara situada no lado esquerdo do rio Tocantins, recuada poucos quilômetros de sua margem, bem em frente ao lugar onde ficava a Ilha de São José.

Não obstante as diferenças entre os dois entrevistados, suas narrativas apontam para um ponto em comum: entre 2002 e 2004 vigorou nas comunidades a serem atingidas, um ambiente marcado pela contradição de expectativas: a insegurança de alguns se contrapunha às expectativas de outros. Esse clima complexo foi agravado pelo fato de que as pessoas não conseguiam compreender as razões pelas quais deveriam sair de suas casas. Não se trata aqui de uma deficiência cognitiva, mas de um impasse ético.

Vejam outros testemunhos que reforçam os anteriores e ajudam a aprofundar a compreensão do ambiente mental que se instaurou com a notícia da instalação da hidrelétrica e o inapelável deslocamento da população. Jucilene Braga, moradora do reassentamento Baixão, próximo a Babaçulândia – TO. Relata desta forma suas impressões dos primeiros contatos com as equipes do CESTE:

---

<sup>242</sup> Francelina Coelho de Sousa (Dona França). Entrevista realizada na Ilha de São José em 21 de abril de 2008.

<sup>243</sup> Idem.

[...] todo mundo, ficava assim desconfiado. A gente, não só eu como todo mundo, não conhecia desse trabalho. E eles trabalham com muita inteligência naquela área de estar introduzindo as pessoas [...] e a gente que ficava, ó, numa ilha daquela lá [...], não tinha conhecimento de lei de nada. Aí eles chegavam lá e *alugavam* todo mundo: ‘vai ser desse jeito, vai ser bom demais para vocês’ e não sei o quê<sup>244</sup>

O testemunho de Jucilene expressa claramente que o discurso dos membros das equipes de cadastramento socioeconômico apresentava o deslocamento compulsório como indutor de sensível mudança na qualidade de vida das famílias. Assim, o horizonte de melhorias presente no discurso do CESTE pareceu obnubilar a compreensão das consequências que a construção da hidrelétrica acarretaria. No entanto, há outro aspecto de sua narrativa que chama atenção: o fato de ter mencionado o aspecto retórico da abordagem dos empregados do Consórcio, cuja linguagem por demais técnica, acabou tornando problemática a compreensão do que acontecia e as implicações do empreendimento para as famílias.

Dessa forma, o campo linguístico acabou transformando-se em campo de conflito, posto que as dificuldades de compreensão não estavam concentradas nas implicações da construção da hidrelétrica; os moradores das comunidades entendiam o que significava morar na área de impacto direto da futura construção de uma barragem. O problema concentrava-se na linguagem utilizada pelos membros das equipes de inventário socioeconômico.

Acerca disso, encontramos outro depoimento, semelhante ao de Jucilene, mas munido de elementos que ajudam a compor com mais precisão o ambiente construído para a abordagem das famílias impactadas. Quem fornece a narrativa é Maria dos Anjos Nunes da Silva, mais conhecida como Maria da Ilha. Atualmente, reside no reassentamento Mirindiba nas imediações de Araguaína – TO. Antes da construção da hidrelétrica residia na Ilha de São José. Como notar-se-á a seguir, o conteúdo da entrevista de Maria da Ilha é nitidamente mais engajado, que os anteriores. Ela cita instituições, profissionais e insere suas condutas em uma urdidura axiológica. Isso se deve à sua militância no Movimento dos tingidos por Barragens (MAB) desde 2004. Esse engajamento fez dela liderança de um dos grupos formados pelas famílias para negociar com o CESTE os lugares onde seriam instalados os reassentamentos. Outrossim, teve papel ativo durante as manifestações contra a construção da hidrelétrica e das ocupações ocorridas em frente ao canteiro de obras. Portanto, toda a sua narrativa é marcada por sua experiência de embate com o CESTE e por sua formação no MAB. Ela diz o seguinte:

Na primeira avaliação [...] veio um pessoal da empresa de levantamento [...]. Era aquele pessoal de olhar terras, de comprar terras, empreiteiros de fazer alicerce de

---

<sup>244</sup> Jucilene Alves da Silva Braga. Moradora do Baixão, reassentamento próximo à Babaçulândia – TO. Entrevista concedida em 21 de abril de 2016.

casa, conversar com o povo. Tinha psicólogo, assistente social, tinha um pessoal que dizia que era dos direitos humanos, tinha não sei que mais.... Sei que de cada órgão mentiroso, tinha algum pessoal.... do Ibama [risos] [...]. Sei que eles formavam um conjunto de dez a vinte pessoas. Cada um com um objetivo. Um de enganar e o outro de convencer. [...]<sup>245</sup>.

O relato acima amplia um pouco mais o universo social que começava a se formar. As narrativas precedentes, apesar de fornecerem nuances bastante interessantes, imprimem ao CESTE e as empresas que lhe prestavam serviço, uma alteridade homogênea marcada por um “Eles”, nunca nomeado. Maria da Ilha, por sua vez, empreende um esforço de nomeação e distinção. Este nuance da narrativa indica, menos que Maria teve mais acuro em seu esforço de descrição dos acontecimentos que os outros narradores e mais o fato de que os nomes e atribuições ficaram marcados em sua memória porque seu envolvimento nas tratativas, com os que chegavam, foi mais intenso e combativo que o de seus vizinhos. Sua narrativa dá a entender que ela conhece a mecânica que rege a abordagem dos proponentes de construções de hidrelétricas nos lugares em que chegam para tratar com as famílias que serão atingidas.

A narrativa acima não se constitui somente de uma constatação factual. É essencialmente a interpretação que a entrevistada deu ao conteúdo das relações que estas equipes travaram com as famílias atingidas. Isso pode ser visto nas considerações axiológicas que acompanham esta exposição oral. E ao fim de sua fala constrói uma espécie de *silogismo moral*. O Ibama, assim como os outros “órgão[s] mentiroso[s]” aparecem como reflexo da conduta dos indivíduos que se apresentaram como seus representantes, cuja finalidade das ações Maria da Ilha expõe nesses termos: “cada um com um objetivo. Um de enganar e o outro de convencer”.

Nesse sentido, solidarizo-me às observações de Pierre Bourdieu<sup>246</sup> segundo as quais nomear não consiste meramente em um gesto atributivo, mas, essencialmente, em uma operação social porque estrutura a percepção que os indivíduos têm de seu mundo social (BOURDIEU, 2008). Dessa maneira, a qualificação “órgão mentiroso” indica que as relações entre os atores sociais envolvidos no conflito foram marcadas pela desconfiança. Maria da Ilha jamais poderia ter chegado a esta conclusão se não tivesse atravessado esses acontecimentos,

<sup>245</sup> Maria dos Anjos Nunes da Silva (Maria da Ilha), entrevista realizada no reassentamento Mirindiba, em Araguaína - TO aos 16 de agosto de 2013.

<sup>246</sup> Bourdieu põe a luta por classificações como uma dimensão das lutas de classes. Para ele, a materialidade das relações humanas, sejam elas conflitivas ou não, não pode prescindir dos efeitos simbólicos que produzem. Dessa maneira, relações de poder são também relações de sentido, posto que não basta dominar ou resistir, mas compreender o significado da imposição de um gesto, assim como o que se opõe ao seu senhorio. Cf. BOURDIEU, 2008.

se deles não tivesse feito experiência. É nesse sentido que Benjamin nos indica que a narrativa vem sempre impregnada da experiência do narrador (BENJAMIN, 1994).

Em outro momento, Maria da Ilha faz novamente menção a esta postura ao relatar um episódio envolvendo o Consórcio Estreito Energia. Ela relata que em 2006, após certo silêncio, alguns funcionários do CESTE retornaram à Ilha de São José. Traziam em mãos um documento em cujo conteúdo, diziam eles, constava a oposição da comunidade em relação à construção da hidrelétrica. Ato contínuo, solicitaram que as famílias assinassem para que este fosse enviado a Brasília para ser apreciado pelos órgãos competentes. Todavia, segundo o relato de Maria da Ilha, o documento foi apresentado de forma reversa. Em suas palavras:

Foi uma reunião em Brasília onde estava presente o MAB e o CESTE. Lá disseram que todas as pessoas da ilha eram a favor da barragem e mostrou o abaixo assinado. Eu ouvi aquilo e pedi a fala e disse que aquilo não era verdade e esclareci como foi o abaixo assinado que era contra a barragem e não a favor. Eles mostraram o documento com as assinaturas de todos inclusive a minha como representante. Nesse momento [...] percebi que fomos todos enganados. Com isso foi aprovada a construção da barragem [sic]<sup>247</sup>

O relato acima possui uma incongruência crono-lógica<sup>248</sup>, posto que recorta dois acontecimentos – a assinatura do documento e a audiência pública em Brasília – e os junte, invertendo causas e consequências. Entre a “reunião em Brasília” e a assinatura do documento transcorreram dois anos. A reunião à qual Maria da Ilha se refere aconteceu em 2008. Foi uma Audiência Pública realizada na Comissão de Direitos Humanos (CDH) do Senado Federal. Na ocasião vários entraves concernentes à problemática relação entre o Consórcio Estreito Energia (CESTE) e as populações atingidas foram tematizados<sup>249</sup>. A incongruência crono-lógica a que me referi aparece na última afirmação da narradora: “Com isso foi aprovada a construção da barragem”, posto que na época da reunião o canteiro de obras da hidrelétrica já havia sido erigido e estava a pleno funcionamento um ano antes do acontecimento<sup>250</sup>. No entanto, essa

---

<sup>247</sup> Este relato, apesar de apresentar incisivos traços de oralidade, encontra-se em um texto escrito por Maria da Ilha entre 2013 e 2014 como conclusão de um curso de Técnico em Meio Ambiente. O curso foi promovido pelo Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) com apoio da Fio Cruz. A citação em questão situa-se entre as páginas 24 e 25 do referido trabalho. Em futuras referências citarei este trabalho dessa maneira: DA SILVA, s/d.

<sup>248</sup> Utilizei o hífen para enfatizar que não se trata de entender cronologia como a sucessão de datas, mas como concatenação (logos) do tempo (cronos) pela perspectiva sucessão da duração que se percebe não nas datas, mas nas transformações que se apresentam no antes e no depois.

<sup>249</sup> Conforme o Sistema de Informação do Congresso Nacional (SICON) a única audiência pública da Comissão de Direitos Humanos (CDH) do Senado Federal que tratou do assunto da Hidrelétrica de Estreito ocorreu no dia 7 de maio de 2008. O nome de Maria da Ilha consta na lista de participantes. Cf. SENADO FEDERAL, 2008.

<sup>250</sup> Esta audiência pública ocorreu em Brasília aos 07 de maio de 2008. Foi requerida pelo Senador José Nery (PSOL – PA). Além de representantes do MAB e do CESTE, contou com a presença dos prefeitos de Estreito – MA e Babaçulândia – TO, assim como diversas lideranças indígenas e de entidades que se prestava a reivindicar

inexatidão quanto a aprovação da implantação da hidrelétrica não implica em uma inconsistência veritativa.

Destarte, o processo, que consiste em encadear as lembranças em uma ordem simbolicamente inteligível, não significa retomar o passado tal qual ele foi, mas re-compô-lo de forma significativa, o que autoriza afirmar que o que se torna relevante é justamente a trama de relações que existe entre a recordação e o passado a que ela se reporta, assim, acontecimento, memória e narrativa “se sustentam, entrelaçam-se um e outro em relações que aliás não cessam de se modificar” (FOUCAULT, 1977, 212)<sup>251</sup>. Dessa forma, o que podemos depreender da narrativa de Maria da Ilha são a desconfiança e os conflitos constantes que marcaram as relações entre CESTE e as populações atingidas.

Se cotejarmos as narrativas até agora analisadas perceberemos que, não obstante discorrerem sobre o mesmo processo, apresentam diferenças importantes quanto à sua composição. Elas indicam, como já foi mencionado acima, os lugares sociais dos narradores e, também, a natureza de suas relações com o CESTE. Todavia, como já foi pontuado acima, mesmo por enfoques diferenciados, todos fazem menção ao fato de que tanto os responsáveis pelo mapeamento socioeconômico, quanto as equipes que estabeleceram com as famílias outras relações acabaram criando um campo conflitivo, cuja causa resida na tentativa de imposição de um mercado linguístico<sup>252</sup> que impôs sanções e exclusões que provocaram uma espécie de fratura na comunicação, algo que Bourdieu chamou de paradoxo da comunicação, em que, mesmo compartilhando o mesmo horizonte linguístico a comunicação ente os indivíduos não se realiza, porque os termos utilizados pelo emissor não suscitam no receptor a possibilidade de incorporá-los à sua experiência.

Maria da Ilha se refere a essa fratura na comunicação nos seguintes termos.

Eles falavam tanto que não dava nem chance de você respirar! [...] nem para perguntar: ‘se assim não dá, desse jeito não dá certo; era assim, tá certo’. Você não tinha um tempo para [...] respirar e saber o que era aquilo. [Eles] falavam umas línguas bonitas, que a gente não sabia nem se eles estavam lhe xingando.... Teve uma hora que eu disse assim: ‘deixa eu ver se vocês estão me xingando, me esculhambando ou

---

os direitos dos pescadores, extrativistas e barraqueiros cujas atividades produtivas situavam-se na área de impacto direto da hidrelétrica de Estreito. Cf. SENADO FEDERAL, 2008.

<sup>251</sup> Esta afirmação foi feita por Foucault quando analisou o memorial que o jovem camponês Pierre Rivière havia escrito para explicar de que maneira e por quais motivos degolara a mãe e o casal de irmãos mais novos em 1835. O trabalho foi realizado por uma equipe coordenada por Michel Foucault na década de 1970. Para mais informações Cf. FOUCAULT, 1977, pp. 211-222.

<sup>252</sup> Tomando o “mercado linguístico” da maneira que o entende Bourdieu, isto é, não como a língua propriamente dita, no sentido de se falar um idioma comum, mas discursos estilizados que acabam por criar, no interior da própria língua, uma espécie de dialeto inteligível somente àqueles “iniciados”, como por exemplo os enunciados jurídicos específicos e, no caso dessa pesquisa, os termos técnicos com os quais, as famílias atingidas evidentemente não estavam familiarizadas. Cf. Especificamente BOURDIEU, 2008, p. 24ss.



se estão dizendo que eu sou bonita?! Porque até agora eu não entendi a fala de vocês' [...]. Então eles falavam tanta coisa bonita que você não sabia o que era que eles diziam! [...] às vezes eu dizia: 'fala para mim direito a língua portuguesa!' <sup>253</sup>

As duas últimas linhas mostram as tentativas forçar o nivelamento das trocas linguísticas para que a comunicação, isto é, o entendimento entre ambas as partes, se realizasse. Por esta perspectiva, podemos observar dois níveis de linguagem: um referente ao idioma comum a ambos os atores sociais e outro que diz respeito ao discurso, isto é, ao uso da linguagem direcionado a produzir efeitos de poder materializado em um campo semântico, no qual o domínio do significado das palavras incorre em vantagens estratégicas no âmbito das relações de poder, que como afirma Bourdieu são também relações de sentido.

Para Maria da Ilha essa fratura semântica começou quando das avaliações das propriedades, posto que os termos técnicos utilizados pelos membros das equipes de cadastramento não eram os mesmos utilizados pelos moradores das localidades. Ela afirma que “eles chegaram falando um termo de *hectare*. E nós não sabíamos o que era *hectare*” <sup>254</sup>. Maria da Ilha, porém, exigiu que os técnicos utilizassem termos aos quais os moradores estavam acostumados e utilizavam cotidianamente, para que o resultado das medições de terras pudesse ser inteligível: “Eu dizia ‘vocês falem [do jeito] que a gente entenda!’. Nós não entendemos de *hectare*; [...] entendemos que alqueire! [batendo com o dedo na mesa]. Nós entendemos de tarefa, entendemos de linha de terra!’” <sup>255</sup>. A palavra *hectare* era estranha ao horizonte significativo de experiências das famílias, o que, evidentemente, dificultava o entendimento, posto que a categoria utilizada por eles e que fora incorporada às suas práticas cotidianas era o alqueire. Por isso, a exigência de uma *tradução*, ou que os termos sejam postos em correspondência.

Para minha interlocutora, essa incongruência de termos não estava ligada apenas a um desencontro técnico, mas à tentativa de criar um primeiro sistema de exclusão, cujo intuito residia em induzir as famílias a aceitarem mais rapidamente suas propostas. A esse respeito, cabe ressaltar que, as trocas linguísticas não são apenas relações de comunicação, mas configuram-se como “relações de poder simbólico onde se atualizam as relações de força entre os locutores e seus respectivos grupos” (BOURDIEU, 2008, p. 24). Dessa maneira, dominar o mercado linguístico dos termos desdobra-se como tática de um grupo para impor sua visão e di-visão do mundo sobre outro. Quanto a isso, Maria da Ilha que nos diz que os responsáveis

---

<sup>253</sup> Maria dos Anjos Nunes da Silva (Maria da Ilha), entrevista realizada no reassentamento Mirindiba, em Araguaína - TO aos 16 de agosto de 2013.

<sup>254</sup> Idem.

<sup>255</sup> Idem.

pelo cadastro socioeconômico, “falavam totalmente em outra língua. Aí você não entendia: ‘ah, sim. Tudo bem’. [E eles diziam]: ‘pois então assina’. Às vezes você assinava coisa sem saber que era a sua força”<sup>256</sup>. Dessa forma, a própria abordagem do CESTE foi empreendida no sentido de estabelecer uma cisão entre aqueles que entendiam o processo e aqueles que não o compreendiam, empreendendo uma qualificação de papéis. O que nos aponta para o fato de que o clima de tensão se formou algum tempo depois, quando os atingidos começaram a perceber, ou vislumbraram indícios de que os prejuízos iriam preponderar sobre os pretensos benefícios que lhes eram apresentados.

### 3.4.5 Os conflitos internos.

As dissensões a respeito dos benefícios da hidrelétrica não se deram apenas entre o CESTE e as famílias atingidas. Os próprios impactados discordavam entre si em diversos aspectos. Se por um lado, nas áreas urbanas os pretensos benefícios, como: o aquecimento das economias locais por meio da criação de empregos, dinamização do setor de serviços, a construção e manutenção de prédios públicos e o futuro repasse de uma porcentagem do lucro da energia gerada pela hidrelétrica aos municípios envolvidos no empreendimento, foram potencializados em relação aos impactos que acompanhariam a construção e permaneceriam após seu término; por outro lado, nas áreas rurais, o discurso concentrou-se em desenvolver duas expectativas: a geração de renda, mesmo que por um curto período e o acesso à terra.

Alguns moradores vislumbravam a possibilidade de somar-se à mão de obra que as obras demandariam, outros, por seu turno, enxergavam nos reassentamentos a possibilidade de adquirirem terras e casas próprias e desvencilharem-se da condição de agregados. Dessa maneira, a imperiosidade do deslocamento provocada pela construção da hidrelétrica não foi acolhida de forma unívoca pelas famílias residentes nas localidades atingidas. O cadastramento fora utilizado pelas equipes responsáveis pelo contato com os atingidos, como catalizador e garantia dessa mudança qualitativa de vida:

Eles [funcionários do CESTE] diziam: ‘olha, é assim, vocês fazendo esse cadastro, vocês vão ganhar... se vocês quiserem a terra, vocês ganham a terra, [são] oito alqueires de terra, uma casa muito boa, com três quartos, área em volta dela toda e mobiliada’ [...]<sup>257</sup>.

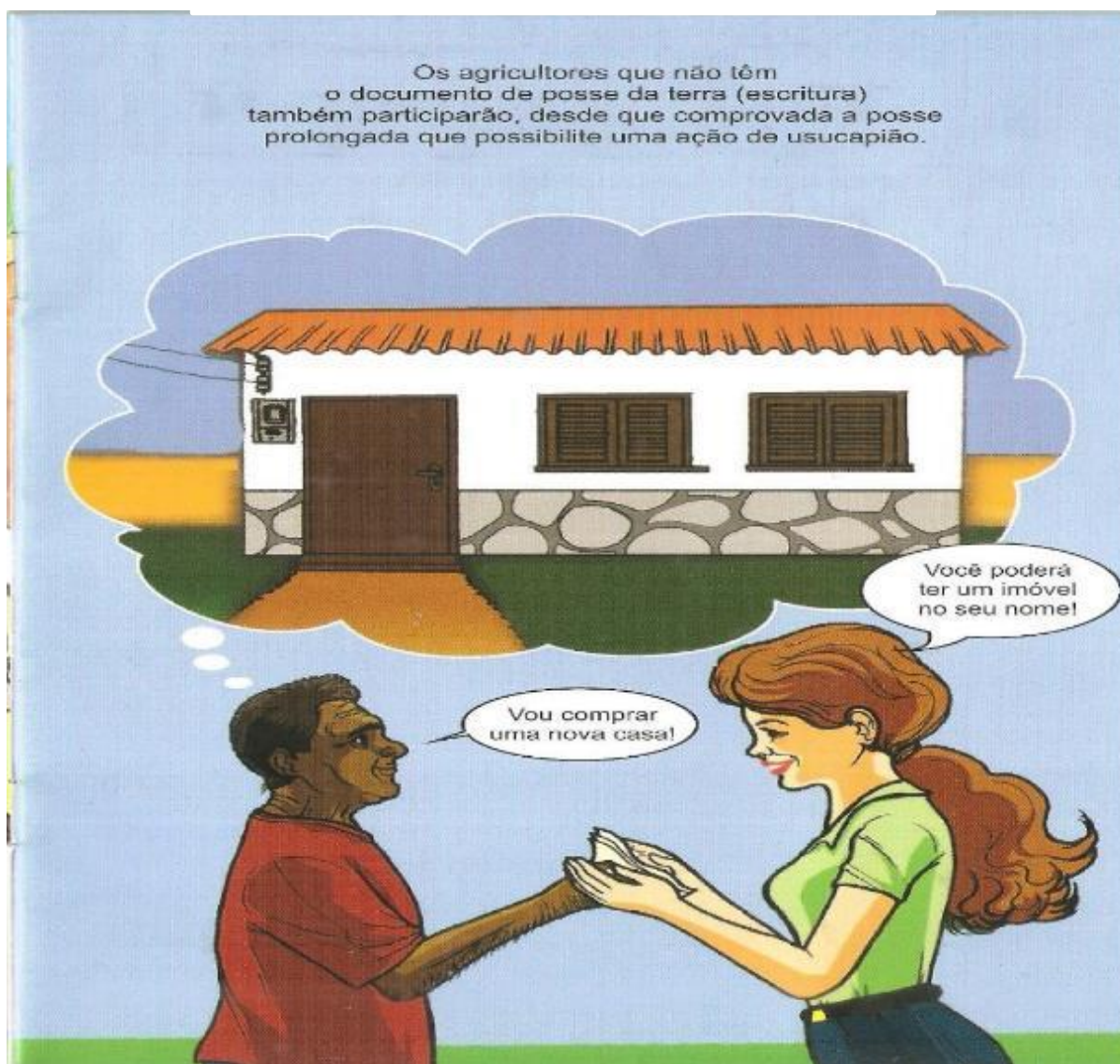
<sup>256</sup> Maria dos Anjos Nunes da Silva (Maria da Ilha), entrevista realizada no reassentamento Mirindiba, em Araguaína - TO aos 16 de agosto de 2013.

<sup>257</sup> Jucilene Alves da Silva Braga. Moradora do Baixão, reassentamento próximo à Babaçulândia – TO. Entrevista concedida em 21 de abril de 2016.

O depoimento acima, ilustra a mudança de abordagem das equipes do CESTE. De 2002 a 2004 – período em que foram elaborados os Estudos de Impacto Ambiental e o Relatório com as informações devidamente sistematizadas (EIA/RIMA), culminando com um cadastramento socioeconômico que subsidiou os programas mitigadores contidos no Projeto Básico Ambiental (PBA) - as visitas às comunidades para que as terras, propriedades e benfeitorias fossem avaliadas, os proprietários de terras e agregados fossem identificados. A partir de 2007, ano a que se refere a entrevista acima, as incursões do CESTE possuíam como objetivo informar às famílias as possibilidades de remanejamento, como eles aconteceriam e quando os moradores deveriam deixar as propriedades. Pode-se averiguar isso, em um livreto confeccionado em 2007 especialmente para este fim.

Com um formato similar ao de uma história em quadrinhos, essa cartilha construía uma narrativa que explicava de maneira simplificada como se dariam as indenizações, como foram classificados os “beneficiários” da barragem e quais seriam os benefícios. Nela podemos ler o seguinte: “os agricultores, que não têm o documento de posse da terra (escritura), também participarão, desde que comprovada a posse prolongada que possibilite uma ação de usucapião.” (CESTE, 2007, p. 03). Se articularmos esta frase ao conteúdo da entrevista acima, podemos vislumbrar as possibilidades que, em especial, os filhos ou parentes que viviam como agregados nas propriedades dos pais ou sogros, viram desenhar-se à sua frente. Bastava apenas que seu nome constasse no cadastro socioeconômico. Abaixo da frase, havia ainda uma imagem que reforçava seus efeitos de sentido.

**Figura 53: Ilustração do plano de remanejamento.**



Fonte: CESTE. *Plano de remanejamento da população*. São Luís: Clara Comunicação e Editora, 2007, p. 03

Os conflitos entre os próprios membros das comunidades emanaram das diferentes percepções sociais que cada um construiu acerca do empreendimento. A perspectiva de sensíveis melhorias nas condições de vida dessas famílias, ensejada pelas equipes responsáveis pelas primeiras reuniões com os membros das comunidades iniciaram as dissensões entre os habitantes, dando a entender o clima de expectativa gerado, tanto pelos empregos que os promotores da obra diziam que ela geraria, quanto pela possibilidade daqueles moradores que não possuíam propriedades de conseguirem casa própria e alguns alqueires para o cultivo de suas roças.

Muita gente ficou [inaudível]. Eu disse, ‘não gente, eu não estou interessada nesse negócio de casa mobiliada; quero saber é se eu ganho um terreno com a casa, pode ser o que for, eu ganhando uma terrinha para eu plantar minhas coisas, está bom’. Aí vai, vai, vai, vai, essas promessas aí. Cada um que vinha, vinha com uma promessa mais bonita, aí vai, vai, vai, hum, menino! Teve gente que saiu foi rodado nisso aí. Eu sei eu eles prometeram muitas coisas<sup>258</sup>.

Conforme as visitas das equipes do CESTE foram se tornando mais frequentes, suas relações com os moradores passaram a ser mais conflituosas. Isso porque o entusiasmo inicial deu lugar à incerteza das famílias em relação ao que lhes aconteceria após a chegada das águas. A iminência da inundação criou um de *ambiente de suspensão*: alguns pararam de plantar e aqueles que criavam animais, começaram a vendê-los. Dona França refere-se a esta conjuntura nestes termos:

A gente não tem nada, não tem recurso nenhum, mas aqui é bom para a gente criar. Até o povo que tinha uma porção de gado aqui dentro, estão todos vendendo, porque não sabem como é que vai ser com eles, né? [...] A falta de carne aqui pra nós vai ter, porque o povo que tem carne está vendendo por causa dessa [...] barragem. E aí, [...] ao redor não tem lugar bom pra criar igual aqui<sup>259</sup>.

Essa entrevista foi concedida em 2008, um ano após as obras civis da hidrelétrica terem começado e da publicação do panfleto promocional que analisamos anteriormente. Nosso colóquio teve como eixos suas impressões sobre a hidrelétrica, seu posicionamento acerca da abordagem do CESTE e das propostas de compensação e seus planos para depois que tivesse que deixar a ilha.

A ambivalência contida nas primeiras palavras de seu testemunho, “a gente não tem nada, não tem recurso nenhum, mas aqui é bom para a gente criar”, indica a presença de uma profunda sensação de insegurança e confusão. A incerteza causou o paulatino retraimento das atividades produtivas. Para quê plantar ou criar, se tudo vai ser engolido pelo rio e não se sabe se os novos sítios possuem condições adequadas à criação de animais. Esse era o raciocínio mais frequente. A incerteza deu lugar à insegurança, e esta ao medo. Um medo difuso que não tinha a barragem por objeto específico, mas o imponderável com o qual as famílias deveriam encontrar-se em breve, quando transpassassem as soleiras e atravessassem o rio para não mais voltar.

As discordâncias ocorreram inclusive no seio das famílias. Durante a entrevista realizada com Dona França, em 2008, ocorreu uma “conversa paralela” que ajuda a corroborar esta afirmação. Àquela altura conversávamos sobre as indenizações e se as famílias já haviam

<sup>258</sup> Jucilene Alves da Silva Braga. Moradora do Baixão, reassentamento próximo à Babaçulândia – TO. Entrevista concedida em 21 de abril de 2016.

<sup>259</sup> Francelina Coelho de Sousa (Dona França). Entrevista realizada na Ilha de São José em 21 de abril de 2008.

escolhido que rumo tomar, isto é, se iam para reassentamentos ou para os núcleos urbanos mais próximos. Faltavam dois anos para o traslado. Os moradores da Ilha de São José haviam se organizado em três grupos distintos, sendo que um, representado por Maria da Ilha era assessorado pelo MAB. Quando lhe perguntei para onde iria e se seus filhos a acompanhariam, ela demonstrou sua incerteza dessa forma:

Eu não sei; vejo ele [filho] dizendo que vai para o reassentamento. Lá para onde o homem diz que ‘a terra é boa’; só que ele nunca foi lá... [gargalhou]. Ele já foi aí, por lá pelas terras. Disse que gostou, hum. Ontem eu estava perguntando à mulher dele: ‘e tu, dizem que estás animada para ir lá para o assentamento...’. [Ela respondeu]: ‘hum rum’. Eu digo: ‘ah, tá certo’<sup>260</sup>.

Dona França menciona a animação do filho, que era seu agregado, com as terras, mas o faz de maneira irônica, posto que a expectativa de seu filho parece fiar-se mais na palavra de um terceiro do que em uma averiguação *in loco*. Ato contínuo, ela faz as mesmas considerações, só que agora sobre as impressões de sua filha, chamada Luzia: “‘a terra é boa, a terra é muito boa! Só que eu nunca fui lá’. Então como é que tu saber que é boa? Desse jeito a Luzia chegou aqui me contando, ‘a terra é boa, só que eu nunca fui lá’. A Luzia, sempre que tem essa terra boa que os homens querem vender ela...”<sup>261</sup>. Nesse momento, um filho seu que chegara a pouco, grita à distância: “Negociar...”. Ao que Dona França retorquiu, “hummm, Negociar...”, repetindo a palavra utilizando-a como contra argumento que ficara enfatizado na modulação de sua voz, que mesclava agastamento e ironia. Depois virou-se para mim e continuou: “esse aí é meu filho. Ele mora bem para ali. Eu tenho quatro filhos morando bem pertinho de mim, aqui dentro, de junto do meu lote”.

Dois anos depois, duas filhas acompanharam Dona França para um sítio na margem a frente do lugar onde ficava a Ilha de São José. Dois de seus filhos conseguiram casas no reassentamento Baixão, em Babaçulândia – TO. Outra filha assentou morada em Mirindiba, próximo a Araguaína – TO.

A escolha dos reassentamentos, em alguns casos, deu-se também por um *ato de memória*, isto é, quando os grupos em que se dividiram os moradores visitavam as fazendas que poderiam ser compradas para que os reassentamentos fossem construídos, o critério de escolha baseava-se na semelhança entre a terra a ser adquirida e as localidades em que as famílias residiam. Nessa escolha, critérios como a qualidade de terra e a proximidade a córregos foi mais acentuada. Em outros casos, aconteceu o inverso: os moradores procuravam lugares

---

<sup>260</sup> Francelina Coelho de Sousa (Dona França). Entrevista realizada na Ilha de São José em 21 de abril de 2008.

<sup>261</sup> Idem.

que se diferiam dos lugares anteriores, principalmente no tocante às possibilidades de deslocamento e acesso aos serviços de saúde e comércio. Em todos os casos, foi o confronto com a memória que serviu de propulsor à escolha: as boas lembranças da ilha levavam a escolher lugares parecidos com ela; aqueles que lembravam com enfado das enchentes, do isolamento e da dificuldade de recursos básicos, optaram por lugares mais próximos aos municípios. Quando a realidade se impõe, ela é recebida com um misto de sonho e miragem. Vários moradores não acreditavam na chegada da barragem, nem na possibilidade de a ilha ser inundada:

No tempo que saiu essa história, o povo dizia que essa barragem saía. A gente não acreditava que saía não. Aí eles começaram... quando eles começaram a ir nas casas, aí foi que nós acreditamos que ia sair a barragem. Aí visitando o pessoal, pegando o nome das pessoas e o tanto de gente que tinha em casa, se tinha algum filho morando perto, ele indenizava a gente e indenizava aquele lá, no caso, se tivesse na divisa do lote, sabe? Se um filho meu estivesse num lote, mas se ele [o lote] não estivesse dividido, aí saía de graça. Eles só pagavam os direitos se tivesse os documentos; se não tivesse, perdia. E aconteceu foi muito desse jeito<sup>262</sup>.

### 3.4.6 O translado

O dia se levantara de forma inabitual. Ninguém foi à roça. Não se faziam mais necessárias capinas, nem ceifas. A quietude orvalhada que precedia o amanhecer, só interrompida pelo som afogado de uma fruta cuja queda era amortecida pelas folhas secas acumuladas ao pé de uma árvore qualquer; pelo marulhar das águas do Tocantins provocado por um cardume ou mesmo o tilintar ainda tímido dos copos ao receberem o café recém preparado, que junto com seu aroma emanava das casas, foi rasgado abruptamente pelo som estridente dos motores das lanchas que começavam a aportar na Ilha de São José. Era 22 de julho de 2010, dia de ir embora.

A rotina tranquila de ida aos currais alimentar os animais, em seguida checar redes armadas à noite em pontos estratégicos do rio, para, por fim retornar à casa para comer o desjejum de farofa de peixe ou carne, para sustentar a lida na plantação, deu lugar ao entra e sai apressado das pessoas em suas casas embalando e carregando móveis, acomodando animais nos caminhões e desmontando casas para aproveitar sua madeira nos reassentamentos. Tudo isso, sob o estampido dos barcos que esperavam à margem do rio e dos caminhões que transformavam trilhas em estradas: “num lugar que era a ilha, que era a coisa mais difícil de

---

<sup>262</sup> Aparecida Alves dos Santos. Entrevista feita por Cícero Júnior na Ilha Verde – Babaçulândia. Em 21 de abril de 2016.

andar carro, ficou uma coisa trilhada assim, viu. Trilhado mesmo, que aí eu fiquei encabulado, só dessas *caminhonetezona* “traçada”, cortava areia aí, precisava ver o jeito”<sup>263</sup>.

A retirada das famílias das localidades, que seriam parcial ou totalmente alagadas pelo reservatório, teve início em 2008, no povoado de Palmatuba, próximo a Babaçulândia – TO (CASTRO, 2009). Esse processo chegou a seu termo em 2010, com o remanejamento das famílias de Filadélfia e Ilha de São José para os reassentamentos. Truculência e açodamento marcaram a mudança das famílias, que aconteceu em agosto. A polícia militar foi acionada para garantir que ninguém servisse de empecilho às equipes do CESTE responsáveis pela condução do remanejamento. Júlio Alves da Silva, agricultor e morador do reassentamento Mirindiba, traz em sua memória esse momento de ruptura da seguinte forma:

Os últimos dias nossos na Ilha de São José foi de tribulação. Por que tribulação? Olha: quando aproximou foi [pausa] em torno de uma semana mais ou menos para nós mudarmos, carro da polícia chegava a cada momento. A gente já vivia com a cabeça parece que estava cheia de vento. Aí é quando chegaram com aquela - como é que chama? – ordem de despejo e deram um período de dias. Se até aquele dia não saísse, ia sair no carro da polícia. Ah, meu amigo aquilo [falou sorrindo] para nós foi um sufoco. A gente – tu acreditas? – a gente deitava na cama para dormir e passava a noite sem dormir mais. Ficava tudo de cabeça... tipo doido, [...]. Eu sei que aí, chegava três, quatro carros. Eu sei que lá em casa era onde mais chegava esse pessoal. Pensava que não, chegavam três, quatro carros cheios de polícia [...]<sup>264</sup>.

O recurso a dois dispositivos repressivos configurados no mandado judicial, que tornava a desterritorialização irrevogável, e à Polícia Militar, que tornava fisicamente inviável a resistência, deixou nua toda a prática autoritária que marcou as relações entre o CESTE e as famílias impactadas. As famílias eram tão somente um problema que precisava ser resolvido. Evidentemente, que quanto a isso, o processo de desterritorialização dos atingidos pela hidrelétrica de Estreito guarda ressonâncias com vários outros empreendimentos da mesma natureza no Brasil. Não somente, quanto à remoção, mas principalmente quanto ao caráter violento que a condução desse processo assume.

Em seu estudo sobre os impactos da Barragem de Sobradinho, na Bahia, a antropóloga Ligia Sigaud chega a uma conclusão parecida, no que diz respeito, ao processo de saída das famílias das margens do Rio São Francisco para se dirigirem aos projetos de reassentamento: “nestas condições, a população local não poderia deixar de se constituir senão como entrave, em obstáculo a ser removido para a formação do lago e a geração de energia” (SIGAUD, 1986,

<sup>263</sup> Júlio Alves da Silva. Entrevista realizada aos 10 de fevereiro de 2014 no reassentamento Mirindiba.

<sup>264</sup> Idem.



p. 20). Nesse sentido, o que estava na ordem do dia para o Consórcio responsável pela construção da hidrelétrica, não era evidentemente, o bem estar das famílias. Na verdade, elas só entraram no campo de visão dos empreendedores porque habitava as margens do rio Tocantins ou seu entorno e, precisavam ser removidas.

Continuemos com a narrativa de Seu Júlio.

Era para sairmos, por exemplo, como amanhã. Amanhã era para ter despejo. Aí quando foi hoje cedo, um dia antes cedo, o carro chegou lá em casa. O carro começou a passar e chegando: ‘seu Júlio, vai querer mudar hoje?’. ‘Rapaz, é agora. Se é que é para mudar, vamos agora mesmo. Eu não quero sair é no carro da polícia [risos]’ [...]. No carro da polícia, eu, como cidadão, não me sinto muito bem não. Mas já sabendo que é ordem de despejo, não dá para mim não. Aí foi já aquele grupo de gente pegando uma coisa e outra e botando nos carros e tal. E aquelas coisas que era para vir... já era chegando as barcas e os motores, e descendo para o rio e colocando o que era... e o que dava de sair nos carros, saindo nos carros.

De toda forma, não havia mais tempo para tratativas:

E esse pessoal do MAB e CPT, tudo acompanhando a gente, mas dizendo que não era para a gente assinar, que não sei o quê, e chegando os dias da gente sair: “meu amigo, nós não temos mais como cumprir ordem de MAB nem de CPT não; essa é a nossa ordem agora. Porque se nós formos fazer assim nós vamos ficar no meio da água e nós temos que ir para o nosso lado”. Eu sei que fizeram uma reunião lá... ‘hoje é a decisão’. Eu sei que aí... pronto!<sup>265</sup>

Eram barcos lotados de madeiras, aves presas em gaiolas, porcos, panelas, roupas e tudo quanto pode ser transladado, os moradores da Ilha de São José atravessaram o rio Tocantins em direção a Babaçulândia. De lá, as famílias se dirigiram para os respectivos reassentamentos. Nesta cidade, as pessoas foram largadas com seus pertences para, em seguida, embarcá-los em caminhões que os levariam à sua “nova vida”. Foram horas de espera. A demora obrigou muitos moradores a improvisarem chiqueiros e poleiros na praça que dava para a beira do rio. Alguns chegaram a esperar dois dias. A lembrança dessa travessia é ainda muito vívida na memória dos moradores dos reassentamentos. Edilson Cândido Vieira, morador do reassentamento Mirindiba, nos relata esse episódio assim:

E nós ficamos lá na beira do rio com porco, galinha, tudo. Lá largados na beira do rio [...]. Passamos dois dias lá [...] em Babaçulândia, [...] na beira do rio. As estacas todas jogadas lá na beira do rio, e porco, e galinha, e, e, nós. Nós atávamos as redes nos galhos de pau [...]. A não! O barco estava lá. Aí nós dormíamos dentro do barco. A

<sup>265</sup> Júlio Alves da Silva. Entrevista realizada aos 10 de fevereiro de 2014 no reassentamento Mirindiba.

segunda noite, [...] agora eu lembrei, nós dormimos debaixo de um pé de ingá. [...]. Com dois dias aí liberaram<sup>266</sup>.

Já Jucilene relata o traslado dessa maneira:

Meu Deus! Não quero nem pensar nessa mudança [...]. A gente com o motor cheio de bagulho e eu com esses dois netinhos que eu tinha, em cima do colchão do motor... Galinheiro engatou tudo e chorando. Meu Deus! Chorando! E não era só eu não! O motor cheio de mudança [inaudível] e o povo chorando [...]. Chegamos bem ali [inaudível] das mangueiras. Em Babaçulândia, tinha um monte de mudança dos outros que já tinham vindo na minha frente, né? Tinha gente com porco [inaudível], galinha, esperando os caminhões para levar para Mirindiba, não sei para onde. Aí chegamos. Aí o rapaz falou: ‘dona Jucilene, nós vamos lhe levar *primeirinho* e depois o Zé [esposo] vai’. [...]. Aí vieram me deixar aqui. [...] Trouxe o meu “bandeco”, as coisas dos meninos e o Zé ficou lá para trás. Só eu aqui nesse pedaço de chão com esses meninos, com um medo danado! [...], já era umas dez horas [da noite]. Fiquei ali naquela calçada ali do fundo. Sentei assim, botei o menino... dei comida para eles, água, sem banhar, sem nada, botei a cabeça de um aqui outro aqui [apontou para o colo] e fiquei. E ‘meu Deus! E agora? O Zé não vem!’<sup>267</sup>.

A experiência foi tão forte, que detalhes ficaram impressos na memória. A dor é traduzida nas minudências, em sua riqueza. Para alguns o deslocamento compulsório foi agravado pela forma como ele foi conduzido pelos empregados do Consórcio.

### 3.4.7 Aqui tem muita tribulação...

Localizado a 14 quilômetros de Babaçulândia, Baixão está localizado alguns quilômetros adentrando a margem esquerda da rodovia TO – 424, no sentido Araguaína - Babaçulândia. Antes de chegar à primeira moradia deste reassentamento é preciso atravessar uma pequena vila. As 26 famílias que lá residem são oriundas da Ilha de São José e Filadélfia. A maioria sobrevive da lavoura de subsistência – principalmente de arroz, feijão, mandioca e milho -, e da criação de gado. Alguns poucos complementam a renda com uma aposentadoria pelo INSS.

<sup>266</sup> Edilson Cândido Vieira. 59 anos. Entrevista ocorrida no reassentamento Mirindiba, em Araguaína, aos 18 de abril de 2016.

<sup>267</sup> Jucilene Alves da Silva Braga. Moradora do Baixão, reassentamento próximo à Babaçulândia – TO. Entrevista concedida em 21 de abril de 2016.

**Figura 54: Entrada do reassentamento Baixão na TO – 424, próximo a Babaçulândia – TO.**



Fonte: Acervo da pesquisa, (2016).

Para nos fornecer outras informações acerca deste reassentamento, Jucilene Alves da Silva Braga continua como nossa interlocutora. Passou seus 51 anos entre a Ilha de São José e Aguiarnópolis - TO. É casada com Evaldo Pereira da Silva e tem quatro filhos já adultos. Como muitos outros, morava na propriedade da mãe, dividindo seu tempo entre o cultivo da roça e o pastoreio do gado. Junto com o marido, ocupava-se também de um pequeno comércio destinado a fornecer víveres de primeira necessidade aos moradores, assim como combustível para os barcos. Seu relato nos apresenta uma imagem muito eloquente, uma síntese, das adversidades apresentadas pelo novo mundo social que os atingidos pela hidrelétrica de Estreito que foram remanejados para reassentamentos, foram obrigados a lidar. Pousemos nosso olhar sobre seu testemunho.

Eu, para mim, aqui nada é melhor. Não acho. Assim: tem uma coisa só que eu acho melhor aqui. Quando eu morava na ilha [de São José], eu morava na terra de minha mãe [Delfina] aqui, eu estou em cima do que é meu. A diferença é só essa daí! Mas sobre lazer, sobre conforto, essas coisas, não achei não. [Porque] aqui tem muita *tribulação*; lá não tinha, lá era muito sossegado. Lá a gente vivia bem, passava bem e podia dormir de porta aberta que nada mexia; aqui você não pode... meu Deus do céu!

Eu que fiquei bem próxima aqui, fui a mais prejudicada. Bem próxima dessa Vila. *Tentação* demais aqui, o povo rouba mesmo<sup>268</sup>.

Acima temos a exposição das contradições que envolvem a saída das antigas moradias e o esforço para reestabelecer-se em um novo sítio, bem como todo o feixe de percepções desencadeadas diante da imperiosidade de não apenas “sentar morada”, mas, literalmente, recomeçar a vida quase que do zero. Refere-se ao conflito resultante das expectativas que soçobraram diante da realidade mais adversa dos reassentamentos. Os elementos que sustentam este postulado emergem da articulação do restante deste testemunho inicial a outros que remetem à disposição das famílias em suas novas moradas e às percepções suscitadas das exigências do universo social no qual estão agora lançados.

As lembranças que emergem da entrevista movimentam-se na memória<sup>269</sup>, como se ela fosse uma estrada de mão dupla entre presente e passado. Os termos espaciais “aqui” e “lá” respectivamente utilizados para designar o reassentamento Baixão e a Ilha de São José apontam para esse movimento de ida e volta. Estas categorias marcam também um dualismo cronológico, cujo fio condutor reside em um interessante paradoxo ontológico: para deixar claro que aquele passado não tem retorno, o relato de Jucilene empreende um deslocamento constante entre “aqui” e “lá”, explicando suas condições atuais, por intermédio de seu contraponto com o passado.

Jucilene faz costuras no tempo de sua narrativa. Ela estabelece um movimento de ida e volta. O Baixão é definido sempre como contraponto da Ilha, numa espécie de decadência qualitativa. Para explicar sua situação presente, nossa narradora relata a vida anterior à chegada no reassentamento. Quando Jucilene compara os seis anos de reassentamento com o tempo vivido na Ilha de São José, a vida no Baixão não aparece como continuidade da existência, mas como um corte, um rompimento. Essa cisão espaço-temporal aparece nas primeiras palavras de nossa<sup>270</sup> interlocutora: “Eu. Para mim, aqui, nada é melhor” e, ato contínuo, enfatiza a avaliação: “Não acho”. Sua narrativa começa pelo lugar do agora; o antes, ao qual a ilha está ligada aparece como pressuposição implícita. Como se, não obstante, a Ilha de São José habitar afetivamente a memória de Jucilene, é a realidade incontornável do reassentamento que se impõe, relegando a ilha a um lugar de lembrança, de re-cordação – re-cordare. Esta anteposição continua. Enquanto o reassentamento é o lugar da *tribulação*, da tentação e da insegurança; a

<sup>268</sup> Jucilene Alves da Silva Braga. Moradora do Baixão, reassentamento próximo à Babaçulândia – TO. Entrevista concedida em 21 de abril de 2016.

<sup>269</sup> A memória é o lugar em que lembrança e esquecimento travam relações tensas de poder.

<sup>270</sup> Utilizo aqui a palavra “nossa” porque a partir do instante em que apresento este trabalho a um leitor, Jucilene já não fala apenas a mim, mas a quem lê o que escrevo.

ilha é apresentada como o lugar da segurança e do “sossego”: “Lá a gente vivia bem, passava bem e podia dormir de porta aberta que nada mexia; aqui você não pode... meu Deus do céu!”<sup>271</sup>.

Por outro lado, os três índices de subjetividade “eu”, “para mim” e “não acho” indicam que se por um lado, a mudança foi particularmente negativa para Jucilene, para outros atingidos o reassentamento pode ter significado melhora nas condições de vida. Nesse sentido, o único aspecto qualitativamente positivo apontado pela entrevistada diz respeito à posse da terra. Na ilha, sua família residia como agregada na propriedade da mão; no reassentamento, Jucilene é dona de fato e direito do terreno em que mora.

Voltemos rapidamente aos dois substantivos utilizados por Jucilene: *tentação* e *tribulação*. A palavra *tentação* é empregada mais no sentido de incômodo, infortúnio do que de desejo provocado por outrem. O corpo semântico das palavras é arranhado pela experiência e tem seu sangue misturado aos significados e sentidos que afloram ao rés do chão das práticas cotidianas, nos ensinando que os indivíduos não somente *re-significam*<sup>272</sup> coisas e práticas, mas também a sua apreensão conceitual e linguística.

Isso só é possível porque nossa relação com nossas experiências vai muito além do que simplesmente “tomar parte nelas” de fazê-las, mas envolve uma forte necessidade de ruminar a impressão que fora cravada por ela nas tábuas de nossa memória e, além disso, torná-las públicas, expô-las para outrem. Isso se torna possível porque a linguagem, em todas as suas possíveis articulações, encontra-se no cerne da experiência humana e compõe toda a estrutura epistêmica que subjaz os quadros conceituais que construímos. Alun Munslow, na esteira de Foucault, afirma a impossibilidade de acesso a quaisquer experiências do passado tais quais aconteceram; essa experiência encontra-se sempre mediada, pela linguagem enquanto processo significativo (MUNSLOW, 2009).

---

<sup>271</sup> Jucilene Alves da Silva Braga. Moradora do Baixão, reassentamento próximo à Babaçulândia – TO. Entrevista concedida em 21 de abril de 2016.

<sup>272</sup> O hífen que escolhi usar para separar palavras que na gramática usual não são grafadas dessa maneira, tem duas funções: disjuntiva e conjuntiva. Na primeira, que é o caso de *re-significar*, quero dar ênfase ao efeito de movimento que a palavra implica. Nesse sentido, *re-significar* indica um trânsito de sentido, quer dar a entender que os significados se superpõem, mas não como uma grade que, se por um lado impõem barras fixas que impedem a entrada, por outro, possui brechas que permitem a visibilidade e a entrada de *ar semântico*. Com isso, quero dizer que *re-significar*, não indica a troca de um significado por outro, mas a co-existência, às vezes conflituosa, às vezes coordenada, de dois significados que têm a contradição como cerne de suas identidades. O sentido conjuntivo tem a ver com a tentativa de diferenciar o sentido mais usual em nossa língua, do significado que se lhe quer atribuir um conceito estrangeiro. Por exemplo, o termo *Weltanschauung*, utilizado na fenomenologia, que se traduziria ordinariamente por visão de mundo, mas que geralmente se traduz assim *visão-de-mundo*, tanto para indicar que em alemão constitui-se como se fosse uma única palavra, quanto para apontar seu significado, qual seja, do mundo menos como o emaranhado de objetos e entes dispostos em um espaço e sujeitos à sucessões, e mais como um com-texto de sentido e significação apropriado pelos homens, que ex-sistem à media que se relacionam com esses entes, não apenas no âmbito físico, mas de forma hermenêutica e semiótica, imprimindo-lhes sentido ou buscando neles significados, mensagens.

Dessa forma, seja como entrevista, documento escrito ou imagens, as fontes históricas são interpeladas por nós como artefatos linguísticos que remetem a instâncias da experiência, cuja validade empírica no tempo será corroborada não somente pela existência das fontes que lhe mencionam ou pela simples correspondência entre fonte e fato, mas por sua capacidade de dizer algo sobre o evento, para além do simplesmente manifesto, isto é, pela sua capacidade de ajudar o historiador a enxergar quais as relações de poder emergem desses processos significativos. Ao contar sua experiência do processo de reassentamento, Jucilene, conquanto insista em reiterar que se trata de uma perspectiva individual, não constrói sua narrativa sozinha, mas fala do interior de uma comunidade que partilhou do mesmo processo.

A experiência de insegurança ocasionada pelos furtos já não aparece nas entrevistas feitas em Mirindiba, quiçá pelo fato de que este reassentamento é bem mais distante de Araguaína, do que Baixão o é de Babaçulândia.

Além da dispersão promovida pela destinação das famílias a diferentes reassentamentos, uma separação ocorreu no interior dos próprios reassentamentos. Dessa forma, os lotes cabidos às famílias não respeitaram a distribuição espacial anterior. No caso do Baixão, os lotes não foram escolhidos pelos futuros moradores, mas foram sorteados. Isso fez com que toda a lógica vicinal que estruturava as relações nas antigas localidades fosse desbaratada. Famílias que anteriormente dividiam o quintal, foram separadas por quilômetros. Nem tão pouco as relações de dependência entre os velhos e seus filhos foram levadas em conta. É o caso de Jucilene, que na ilha de São José morava na propriedade da mãe e atualmente reside a uma distância significativa dela:

Fizeram um sorteio e eu caí logo no primeiro aqui. E a mamãe olha onde foi ficar: dois quilômetros longe de mim! Porque, no caso, eu sendo pecuarista e a mamãe sendo pecuarista, eu tinha ficado aqui e a mamãe tinha ficado aqui bem de frente [...]. Aí eu poderia cuidar da minha mãe<sup>273</sup>.

As novas relações de vizinhança confrontam a nova moradora com comportamentos que evidentemente não lhe são estranhos, mas aos quais ela não estava acostumada em sua morada anterior. O relativo isolamento da ilha, assim como o número reduzido de habitantes que permitia que todos se conhecessem, proporcionava aos moradores certa sensação de segurança exemplificada no fato de que se “podia dormir de porta aberta que nada mexia”. O reassentamento apresentou aos moradores um mundo vicinal que lhes era pouco familiar. A

---

<sup>273</sup> Jucilene Alves da Silva Braga. Moradora do Baixão, reassentamento próximo à Babaçulândia – TO. Entrevista concedida em 21 de abril de 2016.

possibilidade de terem suas criações roubadas entrou no horizonte de expectativas das famílias do Baixão, posto que agora, já não eram só os amigos de longa data e a própria parentela que eram seus vizinhos, mas os moradores da Vila que antecedia a entrada do reassentamento, as famílias que moravam à beira da Estrada e a população de Babaçulândia, distante apenas 14 quilômetros.

Assim, à experiência traumática do deslocamento físico, seguiu-se o *choque* de adaptação ao novo universo social que se lhes impunha, como extensão dessa experiência de des-locamento. A insegurança decorrente dos furtos, inicialmente, aparece como constrição mais evidente e faz emergir a dinâmica da narrativa, que apresenta uma radical alteridade entre as condições atuais de existência e as do passado próximo.

### 3.4.8 Reaprender a viver

As práticas de plantio utilizadas anteriormente mostraram-se ineficazes nas terras dos reassentamentos. A qualidade inferior do solo, exigiu a aplicação de fertilizantes químicos. A exigência de implementação de uma forma de plantio distinta da comumente levada a cabo pelos atingidos em suas antigas terras impôs-se após o fracasso das primeiras colheitas.

A gente plantou uma roça no ano passado, ali na casa do meu primo ali, que é vizinho aqui. Menino, eram mais de duas tarefas, você acredita!? Eu pensei: ‘não, aqui nós vamos ter um bocado de arroz’; e nós colhemos cinco volumes de arroz. E estava bonito [a roça]. Assim, na saída do [inaudível] é uma coisa linda, mas na hora. Uma vez nós plantamos acolá em cima, um bocado de vezes, nós plantamos arroz, depois plantamos feijão... colhemos nada, só trabalho<sup>274</sup>.

A entrevista deixa entrever que foram feitas diversas tentativas, antes da inserção de materiais químicos para a correção do solo. Assim, a péssima qualidade da água e a aridez do solo, aparecem nas narrativas como índices da ruptura provocada pelo remanejamento compulsório. Apesar de não haver continuidade, havia a consciência de que não se estava partindo do zero.

Aqui é muito é muito difícil para gente viver, não é um lugar que corre dinheiro não tem como [inaudível] ganhar seu pão de cada dia. Lá onde nós morávamos, não. Você produzia tudo. As criações da gente eram muitas, ninguém mexia. Se criava muito porco, muita galinha. Se colhia muito milho, muito feijão, polvilho, fazia farinha e tudo. E vendia tudo ali na sua porta. [inaudível] para cidade, pro Estreito, se quisesse levava; mas se não quisesse, vendia tudo ali. Saía já com o dinheiro [inaudível]. Aqui não! Aqui se planta meio mundo de chão, tantos volumes de arroz e não colhe quase nada. Como é que a gente vai viver?! Se a gente mesmo, aqui, não arruma um serviço!

---

<sup>274</sup> Jucilene Alves da Silva Braga. Moradora do Baixão, reassentamento próximo à Babaçulândia – TO. Entrevista concedida em 21 de abril de 2016.

Meus meninos mesmo aí, tudinho tem o ensino médio [mas] ninguém arruma serviço. Põe currículo aqui, põe currículo lá... difícil. [...]. A vida aqui é outra; não tem aquela vida lá não. Lá nós éramos muito felizes<sup>275</sup>.

Tudo no reassentamento parece ensejar a memória das moradias anteriores, como contraponto. Essa memória de contraponto pretende mostrar a pertença a outro solo. Talvez essa dicotomia seja uma tática inconsciente de firmar a própria identidade, não só no sentido de atribuir-se um predicativo, mas por meio do gesto que diz quem-eu-não-sou.

Lá na ilha a gente plantava... aqui a gente planta tudo com adubo e lá a gente plantava sem adubo nenhum e ó tamanho das espigas de milho [fez um gesto de grandeza com as mãos] e aqui, a gente planta com adubo e ó o tamanho das cabecinhas de gato, hum nam! [inaudível] tem que arrumar um jeito de vender alguma coisa, porque aqui o trem não está fácil não. Eu já estou me sentindo... já trabalhei demais para criar meus filhos e na roça toda a vida, na roça, na cidade. Trabalhei demais já para os outros. E agora já estou com 51 anos, as forças vão acabando<sup>276</sup>

Os reassentamentos inseriram da maneira mais violenta os atingidos nos problemas da sociedade moderna tais como o desemprego e a escassez de comida de uma forma mais incontornável. Trata-se de uma integração a uma economia de mercado, na qual o suprimento de viveres é cada vez mais condicionado à quantidade de capital monetário. Posto que, agora, os reassentados tem que se haver com o problema de abastecimento subordinado à sua possibilidade de adquirir por fins comerciais gêneros alimentícios, relativos ao seu poder ou não de compra.

Aqui, tudo é no supermercado e no mercado. Se não tiver o dinheiro... lá não. Às vezes estava, assim, fraca as coisas da alimentação de casa [inaudível] botava uma rede [...], você pegava meio mundo de peixe e estava satisfeito. Aqui tudo é comprado e é caro e, muitas vezes, ainda nem tem, falta ainda. Então assim, para mim, eu, é claro que eu não achei melhoria nenhuma não, de jeito nenhum<sup>277</sup>

Não é apenas o caso de retomar a vida, mas de re-aprender a conduzir a existência em diversos âmbitos. Ora, indivíduos que anteriormente tinham o rio como quintal, foram deslocados para oito quilômetros à beira da estrada.

### 3.4.9 As primeiras dificuldades

---

<sup>275</sup> Jucilene Alves da Silva Braga. Moradora do Baixão, reassentamento próximo à Babaçulândia – TO. Entrevista concedida em 21 de abril de 2016.

<sup>276</sup> Idem.

<sup>277</sup> Idem.



Um dos pontos comuns entre todos os reassentamentos foi a paisagem que os moradores encontraram ao chegar. A memória oral registou que os reassentados depararam-se com terras degradadas, pouco férteis, nas quais as plantações tiveram que começar do zero. Seu Leonardo, morador do reassentamento Mirindiba, em Araguaína – TO, rememora suas primeiras impressões ao chegar ao reassentamento em que mora atualmente:

[...] Aqui eu cheguei [...] tinha só o raio do capim, isso aqui era capim de sumir com a gente dentro [...] tocamos um foguinho aqui [...] e fomos queimando devagarzinho [...], mas aqui na enxada, você vai fazer uma lavoura grande [...] não dá conta não: é preciso ter dinheiro. É preciso aprender a mexer com veneno; eu não gosto de trabalhar com veneno não, mas esse outro pessoal aí só trabalha com veneno<sup>278</sup>

O testemunho de seu Leonardo nos mostra choque causado pelo profundo sentimento de estranhamento que as famílias des-localadas experimentaram. Tudo era radicalmente distinto: a paisagem tomada de capim, as novas condições de manejo que a constituição da terra impunha aos agricultores não acostumados a lidar com pesticidas e adubos químicos.

Jucilene, moradora do Baixão, relata dessa maneira suas primeiras impressões da nova moradia: “aqui não tinha um pé de nada. Tudo foi a gente quem plantou, depois que chegou aqui”<sup>279</sup>.

Às condições do solo somou-se, no Baixão, o problema de abastecimento de água. Os poços artesanais ficaram praticamente inutilizados, porquanto a água fornecida por eles é inútil tanto para consumo humano quanto das criações. Nos primeiros meses, os moradores do Baixão foram obrigados a buscar água em rios próximos ou comprar em Babaçulândia. Uma das moradoras do Baixão relata como descobriu as condições da qualidade da água: “Aí, de manhã... ‘eu vou usar água da torneira para fazer o café, o leite para os meninos’. Coloquei o leite, cortou todinho. Eu digo, ‘meu Deus do céu!’”<sup>280</sup>.

A água que abastecia os poços artesanais não servia nem para irrigação e quantidade considerável de animais que a beberam acabaram morrendo:

Com essa água aí era molhar as coisas e morrer. Ela [a água] é assim, é traventa, tipo como que tem, tipo como quem colocou uma pedra ume, que ela trava, assim. Você molhava uma coisa assim de manhã, à tarde ela estava da cor dessa parede aqui [aponta para a parede rebocada], parece que colocou sal ao redor. E ela é água limpa mesmo [clara]. Quando você liga... meu Deus! Molha a tua cabeça pra tu veres! O meu cabelo caiu todinho [risos]. E não foi só o meu não [...]. Faz é grudar o sabão, tipo uma cola. Não tem nenhum desses poços aqui que prestem

<sup>278</sup> Leonardo. Reassentamento Mirindiba, Araguaína- TO, 2013.

<sup>279</sup> Jucilene Alves da Silva Braga. Moradora do Baixão, reassentamento próximo à Babaçulândia – TO. Entrevista concedida em 21 de abril de 2016.

<sup>280</sup> Idem.

Você acredita que os pintos bebiam essa água, porque não tinha outra opção, eu ficava com dó, chega eu chorava, os bichinhos bebiam e ficavam bem assim no pé do casco de água e já ia sentando pena. Morreu, morreu cachorro que bebia dessa água, gado também morreu. Morreu um monte de coisa<sup>281</sup>.

Diante disso, os moradores se organizaram para conseguir o fornecimento de água potável por meio de caminhões-pipas.

A gente fez reunião com um monte de gente aí, com o pessoal que trabalhava com a gente, a gente ficou cobrando deles [...]. Esse pessoal foi em Palmas, for no ministério [público], sei que conseguiu o caminhão-pipa para colocar água para nós. Ou colocava ou não sei nem como... a gente já tinha morrido. Nós estamos aqui em um lugar que não tem água, meu Deus do céu!<sup>282</sup>

Em fevereiro de 2011, o Ibama fez uma vistoria técnica nos reassentamentos Baixão, São Estevão e Bela Vista e constatou que os filtros instalados pelo CESTE não haviam solucionado o problema de insalubridade da água. O Consórcio foi notificado e, em resposta, enviou um relatório afirmando que as localidades estavam sendo abastecidas por caminhões pipas. Outra vistoria realizada pelos técnicos do Ibama em abril do mesmo ano constatou que o relatório era inverídico. O Ministério Público Federal do Tocantins entrou com uma ação contra a empresa (MAB, 2011). No entanto, a situação não foi resolvida a contento.

**Figura 55: Carro-pipa que abastece diariamente os poços do reassentamento Baixão na TO**



Fonte: Acervo da pesquisa, (2016).

---

<sup>281</sup> Idem.

<sup>282</sup> Idem.

A imagem acima foi captada no reassentamento Baixão. No entanto, salvo o reassentamento Mirindiba que possui água potável, a cena de caminhões pipa chegando às casas pela manhã cedo para abastecerem as caixas d'água e os recipientes dos animais, já faz parte do cotidiano de todos os reassentamentos.

Dessa forma, as transformações na vida dos que optaram por morar nos reassentamentos não se resumiram apenas ao traslado forçado, mas obrigaram os ex-moradores da Ilha de São José e de outras localidades a confrontar-se com um ambiente drasticamente distinto do anterior que os forçou, inclusive, a repensarem a maneira de trabalhar na terra. À obrigatoriedade de aprender novas técnicas de plantio, somaram-se a ausência de água corrente e a dificuldade de adaptação às novas moradias. O que nos leva a inferir que a realocação não é o término do des-locamento, mas o seu desdobramento de uma de suas dimensões que mantém as pessoas constantemente fora de seus lugares.

Todavia, concomitante à conjuntura problemática dos reassentamentos, há um desdobramento ainda mais radical e dramático, qual seja: a realidade das ocupações, faixas de terra adjacentes ao lago formado pela barragem ou muito próximos dele, em Áreas de Proteção Permanente (APP), em que diversas famílias atingidas pelas ressonâncias deletérias advindas da construção da barragem, mas não devidamente contempladas por suas ações compensatórias, resolveram se estabelecer, sob o argumento de que o CESTE lhes retirou não apenas as moradias, mas suas condições materiais de reprodução da própria existência. É sobre estas ocupações que nos debruçaremos nas páginas que seguem.

## CAPÍTULO 4: AS OCUPAÇÕES

Há um quadro de Klee que se chama *Angelus Novus*. Representa um anjo que parece querer afastar-se de algo que ele encara fixamente. Seus olhos estão escancarados, sua boca dilatada, suas asas abertas. O anjo da história deve ter esse aspecto. Seu rosto está dirigido para o passado. Onde nós vemos uma cadeia de acontecimentos, ele vê uma catástrofe única, que acumula incansavelmente ruína sobre ruína e as dispersa a nossos pés. Ele gostaria de deter-se para acordar os mortos e juntar os fragmentos. Mas uma tempestade sopra do paraíso e prende-se em suas asas com tanta força que ele não pode mais fechá-las. Essa tempestade o impele irresistivelmente para o futuro, ao qual ele vira as costas, enquanto o amontoado de ruínas cresce até o céu. Essa tempestade é o que chamamos de progresso.

BENJAMIN, Walter. *Tese IX*. 1994, p. 226

### 4.1 Preludium

O fragmento acima é um excerto do último trabalho escrito por Benjamin. Sua redação foi levada a cabo no início de 1940. Além de articular-se como a síntese da filosofia e teoria da história benjaminianas, as *Teses sobre o conceito de História* guardam profundas ressonâncias com o universo histórico em que foram escritas, a saber: o pacto germano-soviético de não agressão, a deflagração da II Guerra Mundial e a tomada crescente da Europa pelo exército nazista (LÖWY, 2005). Essa conjuntura incidiu sensivelmente sobre vida de Benjamin, que como intelectual judeu e marxista, para escapar da perseguição hitlerista, viu-se forçado a deixar a Alemanha para viver os últimos anos de vida des-locando-se constantemente pela Europa, até escolher pôr termo à própria existência em 1940, em Port Bou, fronteira entre a França e a Espanha, após ver sua tentativa de fuga do regime nazista soçobrar na aduana<sup>283</sup>.

---

<sup>283</sup> Como testemunho das ironias que a vida nos apresenta, é importante mencionar que assim que de o grupo de refugiados do qual fazia parte Benjamin, finalmente chegou a Port Bou na noite de 26 de setembro de 1940, depois de um dia inteiro de percurso a pé pelas montanhas da região da Catalunha, seus membros ficaram sabendo pelos policiais franquistas que trabalhavam na aduana que a fronteira acabara de ser fechada. O retorno era impossível posto que, se o fizessem, os fugitivos seriam capturados pelo exército nazista e, ato contínuo, encaminhados para os campos de concentração. Essa possibilidade era incogitável para Benjamin que preferiu consumir os tabletes de morfina que trazia consigo naquela mesma noite. No dia 27, seus companheiros foram receberem autorização para atravessarem para a Espanha. O último bilhete endereçado a Adorno – e entregue a este por Henny Gurland, companheira de viagem de Benjamin e a primeira a encontrá-lo já inerte – traduz muito cruamente a angústia do Filósofo. Em suas palavras: Numa situação sem saída, não tenho outra escolha senão pôr fim a tudo. É num vilarejo nos Pirineus onde ninguém me conhece que minha vida vai acabar. Peço-lhe que transmita meus pensamentos ao meu amigo Adorno e lhe explique a situação em que me vi colocado. Não me resta muito tempo para escrever todas aquelas cartas que eu desejara escrever” (ADORNO, 2012). Não se sabe onde seu corpo foi sepultado. Uma

A experiência de des-locamento de Benjamin em consubstanciação com o plano de fundo histórico em que essa experiência se desdobrou, imprime a este último trabalho do filósofo a atualidade e universalidade comuns às reflexões filosóficas marcadas pelo rigor.

A imagem do anjo de asas quebradas olhando fixamente para as ruínas do passado, enquanto a força irascível do vento do progresso o impele para a frente, corresponde ao olhar resignado das famílias des-localadas a contemplar sob seus pés o cenário amorfo composto dos pedaços de barro seco que antes preenchiam as grades das paredes que sustentavam as casas dos moradores da Ilha Verde. Em meio a esses monturos espelhados por onde, antes havia os pequenos ranchos, jaziam panos rasgados, sujos de lama e brinquedos parcialmente quebrados, provavelmente vítimas do esquecimento que apenas o açodamento da mudança compulsória pode explicar. e cortinas sujas de lama. Ao redor desses escombros, como a compor a desolação da paisagem, jaziam roupas, utensílios e móveis de toda sorte; tudo disposto à força do improviso. Tudo isso secundado pelas hortas e roças já quase que completamente abandonadas.

As imagens a seguir podem auxiliar-nos a fazer um exercício de imaginação do que foi o cenário descrito acima.

**Figura 56: Pertences dos ex-moradores da ocupação “Ilha Verde” no dia da reintegração de posse**



Fonte: Acervo da pesquisa. (2019).

---

história grotesca nos relata que alguns anos após sua morte, por conta da intensa procura por seu túmulo, o guarda do cemitério de Port Bau acabou por improvisar uma pequena lápide com o nome do Filósofo, para onde encaminhava os turistas em troca de algumas moedas. Cf. GAGNEBIN, 1982; LÖWY, 2005.

Ao pousar o olhar sobre o rapaz caminhando por entre as palhas de babaçu que antes compunham os telhados dos casebres, não precisamos de muito esforço para associá-lo à alegoria daquele que “vê uma catástrofe única, que acumula incansavelmente ruína sobre ruína e as dispersa a nossos pés” (BENJAMIN, 1994, p. 226), enquanto que, por seu turno, o Consórcio Estreito Energia (CESTE), vislumbra apenas uma ação consequente de um empreendimento destinado a subsidiar o desenvolvimento do país.

**Figura 57: Um dos cenários da ocupação “Ilha Verde” no dia da reintegração de posse**



Fonte: Acervo da pesquisa, (2019).

É possível que dentre os diversos pensamentos a atravessar o jovem que caminha por entre os escombros da vida que construíra, esteja o de “deter-se para acordar os mortos e juntar os fragmentos”, mas uma “tempestade o impele irresistivelmente para o futuro, ao qual ele vira as costas, enquanto o amontoado de ruínas cresce até o céu. Essa tempestade é o que chamamos de progresso” (BENJAMIN, 1994, p. 226).

Ao inserir em uma mesma frase “tempestade” e “progresso”, duas categorias que, se observadas de relance, apresentam-se à nossa percepção como antagônicas, Walter Benjamin nos ensina o caráter dialético do progresso que ao construir artefatos, põe ao chão modos de

vida; que em seu ato de inserir-se e territorializar-se em uma região, des-loca, des-territorializa e marginaliza a um só tempo.

A partir de 2012, quando a construção da hidrelétrica de Estreito - MA/TO já havia sido levada a termo e as famílias atingidas já estavam realocadas nos respectivos reassentamentos, veio à tona outro processo de des-locamento e desterritorialização que se articulou como desdobramento direto daquele empreendimento energético: diversas famílias passaram a ocupar as Áreas de Proteção Permanentes (APP) pertencentes ao Consórcio Estreito Energia (CESTE), que ficavam próximas ou diretamente adjacentes ao lago formado pela barragem. Estas ocupações são processos ainda em deviniência e atravessados por conflitos em diversas escalas. Assim, nesta seção, empenho-me na análise desse problemático processo de des-locamento e (re) territorialização, cujo deslindamento assumiu nuances distintas daquele sofrido pelas famílias reassentadas sobre as quais debrucei-me no capítulo anterior.

Essas ocupações são o corolário concreto da construção da própria barragem que, a exemplo de diversos outros projetos de modernização forçada, ao territorializar-se no rio, desencadeou o movimento contrário de des-territorialização de outros indivíduos. Esta afirmação é consonante à proposição de Rogério Haesbaert segundo a qual “a desterritorialização provocada pelos processos modernizantes vem sempre acompanhada da construção de novos territórios” (HAESBAERT, 1997, p. 91) isso porque, é importante reiterar, a territorialização da hidrelétrica na região de Estreito, desencadeou diversos processos de desterritorialização e, por conseguinte, re-territorialização.

Essa des-territorialização não consiste apenas em um des-locamento meramente físico, mas se impõe como uma mudança social que desconecta os indivíduos de seus lugares políticos, de sua segurança econômica e de seu âmbito cultural, forçando-os a rearticularem esses territórios. Porque o espaço torna-se território somente quando passa a ser atravessado por relações sociais, de poder, afetivas, simbólicas e axiológicas. Dito de outra forma, “o território [...] não é apenas “coisa”, conjunto de objetos, mas sobretudo, ação, ritmo, movimento que se repete” (HAESBAERT, 2019, p. 281). Assim, quando os seres humanos ao habitar ou fazer uso daquele espaço, estabelecem com ele um vínculo de pertencimento fortificado pelas disputas em torno de recursos hídricos, das terras mais agricultáveis, do estabelecimento de fronteiras ou divisões entre as propriedades, na partilha do produto dos pomares, na organização da produção das hortas para comercialização, enfim, quando os elementos daquele espaço deixam de ser apenas objetos dispostos em lugares e passam a significar, aí, o território começa a tomar forma.

O universo de indivíduos que empreenderam essas ocupações é bastante heterogêneo. É constituído em sua maioria por pescadores que entendiam que a formação do lago prejudicou a pesca por conta da elevação da temperatura das águas que apodrecia os peixes antes de serem recolhidos nas redes pelos pescadores; agricultores que trabalhavam nas vazantes que foram inundadas pelo lago; coletores de frutos do cerrado e pequenos agricultores.

Havia também famílias que receberam compensações do consórcio responsável pela construção da hidrelétrica, mas argumentavam que o montante recebido não era suficiente para fazer face às adversidades que lhes foram impostas pela formação do lago. Houve também o caso de indivíduos que viram nas ocupações uma oportunidade para conseguirem um pedaço de terra para construir uma casa e plantar uma roça que assegurasse subsistência da família. Todas essas ocupações foram apoiadas e assessoradas pelo Movimento dos atingidos por Barragens (MAB). Mas cada uma segue/seguiu dinâmicas ligeiramente distintas em que os atores sociais que se propuseram a fincar hastes nos terrenos, possuíam motivações e interesses bastante heterogêneos e, logicamente, tomaram decisões com base em cálculos que articulavam inclinações individuais a posicionamentos voltados para a coletividade.

Essas famílias também participaram de diversas manifestações contra a construção da barragem e posteriormente, quando sua instalação era um fato irrevogável, integraram as movimentações que se reivindicavam medidas compensatórias mais justas e abrangentes.



## 4.2 As ocupações: a situação

As condições em que os reassentamentos se encontram, mesmo com todos os problemas que os moradores têm enfrentado para reorganizar a vida, apresentam distinções qualitativas e estruturais enormes em relação às ocupações. O que faz com que as famílias integrantes das ocupações experimentem um processo de des-locamento e des-territorialização muito mais radical. Basta que empreendamos uma rápida comparação entre as condições de vida nos dois espaços para que a asserção acima não pareça carente de razoabilidade.

As famílias reassentadas possuem a posse legal das terras em que residem e os lotes tiveram uma divisão relativamente equitativa. Ademais, as casas entregues, mesmo com todos os problemas estruturais, eram de alvenaria e possuíam água encanada e instalações sanitárias seguras. Para os reassentamentos que apresentaram problemas quanto a potabilidade da água, o CESTE foi obrigado a providenciar água adequada para todas as residências, tanto para os diversos usos dos moradores, quanto para os animais.

A realidade das ocupações é muito distinta da exposta acima. Nesses lugares a paisagem é marcada pela precariedade que caracteriza habitações e plantações. Tudo é provisório, justamente pelo fato de que os ocupantes não têm a posse legal do território que habitam e podem, a qualquer momento serem expulsos dos lugares por ocasião de uma reintegração de posse (como será visto mais a frente). Esta, com toda certeza apresenta-se como a diferença mais relevante: o fato de que enquanto os moradores dos reassentamentos são donos de suas terras, as famílias estabelecidas nas ocupações vivem no interior de uma provisoriedade constante pelo fato de, não obstante perceberem-se com atingidos, não são reconhecidos como tais pelo Consórcio gestor da barragem, o que os deixa diante da possibilidade de se verem expulsos das terras que ocupam.

Na arquitetura das casas das ocupações predomina a singeleza. O assoalho das habitações é de chão batido e suas paredes são constituídas de madeira, palha ou barro. O material mais utilizado para os telhados é a palha de palmeira de coco babaçu. Essas habitações não possuem água encanada e cisternas. Quem pode fazê-lo, providencia água para beber e cozinhar em Babaçulândia; a maior, no entanto, consome a água proveniente do lago. A energia elétrica, nas casas que a possuem, provém de motores a óleo ou de postes improvisados.

As imagens abaixo ilustram o que foi descrito acima:

**Figura 58: casa comum ao “Acampamento Coragem”**



Fonte: Acervo da pesquisa, (2019)

**Figura 59: estilo de habitação mais comum à “Ilha Verde”.**



Fonte: Acervo da pesquisa, (2019)

O encanamento que se prolonga até os fundos da casa no “Acampamento Coragem”, assim como a antena de madeira instalada próxima ao telhado indicam a presença de energia elétrica, provavelmente gerada por um motor à óleo que é acionado à noite para que os moradores possam entreter-se com alguma programação na tv.

**Figura 60: Casa comum à ocupação “Dom Bosco” em Filadélfia - TO.**



Fonte: Acervo da pesquisa, (2019)

**Figura 61: Casa na ocupação “Barra do Grotão” em Filadélfia - TO.**



Fonte: Acervo da pesquisa de Mariane Lucena, (2019)

Para além dos elementos que foram citados acima, a arquitetura da maioria das habitações erigidas nas ocupações possui outro aspecto em comum, qual seja, as varandas. Parte considerável das famílias preocupou-se em anexar às casas, em maior ou menor extensão, áreas abertas que se prolongam antes da entrada ou pelos fundos. Esses espaços possuem diversas serventias. Servem a fins mais frugais como oferecer um espaço ventilado para o cochilo da tarde, o café após o almoço ou a recepção de visitas. Alguns moradores também utilizam as varandas para acomodar ferramentas, veículos de pequeno porte, mesas e bancos e os produtos da lavoura que não podem ser guardados no interior das casas. O que nos mostra outra nuance importante dessas habitações ribeirinhas que primam menos por “luxo” e mais pela funcionalidade, qual seja: elas são casas de morada e de apoio, em sua estrutura, o espaço em que se vive não se opõe ao espaço em que se trabalha, ao contrário, elas foram construídas para que essas duas dimensões confluem.

Esses lugares, onde, tanto pela ventilação como pelo fácil acesso visual às plantações, se passa a maior parte do dia, também são utilizados para as reuniões que a comunidade precisa fazer periodicamente. A bandeira de Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), pendurada estrategicamente na lateral da casa, indica por um lado que aquela varanda possui a finalidade que foi exposta a pouco e, por outro lado, se impõe aos visitantes indesejados – leia-se, funcionários do CESTE ou de qualquer instituição que aja em consonância com o Consórcio – como um sinal de que aquelas pessoas que se propuseram a ocupar aquelas terras não o fizeram a esmo e nem estão desamparadas do ponto de vista político e jurídico.

A territorialização tem a ver não apenas com estabelecer-se no lugar, mas em torná-lo habitável em imprimir naquele espaço inóspito a marca humana. Benjamin já observava isso quando afirmou que “habitar significa deixar rastros” (BENJAMIN, 2009, p. 46) e, atrevo-me a continuar a afirmativa, antes disso, produzir rastros. É nesse sentido que os moradores de todas as ocupações desdobram sua relação com os lugares em que construíram suas casas, que são o índice da “aparição de uma proximidade, por mais longínquo esteja aquilo que o deixou” (BENJAMIN, 2009, p. 490), o que significa dizer que a forma das casas indica um *modus facere*, uma maneira ribeirinha de edificar que se reitera e repete nos lugares em que o ribeirinho se insere.

Outra forma de produzir e deixar rastros é tornar a terra produtiva. Foi essa a tarefa que os moradores das ocupações se impuseram tanto para assegurarem a própria sobrevivência, quanto para justificarem sua permanência nos sítios. Destarte, não obstante todos os óbices que os terrenos impõem, os moradores das ocupações dispuseram-se a tornar o espaço habitável,

por meio da manutenção das roças e pela implementação de outros espaços complementares às moradas e que se integram a vida dos ribeirinhos.

As imagens abaixo, captadas no “Acampamento Coragem”, na “Ilha verde” e em “Dom Bosco” podem nos ajudar a corroborar esta afirmação:

**Figura 62: roça de mandioca conjugada a outras culturas, na “Ilha Verde”**



Fonte: Acervo da pesquisa, (2018)

**Figura 63: milharal conjugado à plantação de mandioca e hortaliças, na “Ilha Verde”**



Fonte: Acervo da pesquisa, (2019)

**Figura 64: horta familiar na “Ilha Verde”.**



Fonte: Acervo da pesquisa, (2016)

**Figura 66: Casa de farinha na ocupação “Dom Bosco” em Filadélfia - TO.**



Fonte: Acervo da pesquisa, (2019)

Ao todo são nove ocupações espalhadas pelo norte do Estado do Tocantins. Destas conheci três: “Ilha Verde”, “Acampamento Coragem” e “Dom Bosco”. Hospedei-me na casa dos moradores e tive a oportunidade de acompanhar sua faina diária nas roças e singrei o lago em suas canoas e “voadeiras” sempre ouvindo suas histórias. Pude fazer entrevistas com diversas pessoas em suas varandas, quintais, durante o labor das hortas, ou, à noite após a janta, quando armávamos as redes nas puxadas das casas. São essas entrevistas, realizadas entre 2016 e 2018 que nutrem esta seção. Dessa forma, precederei em uma exposição um tanto sumária acerca das ocupações que não pude conhecer *in loco* e empenhar-me-ei na tarefa de analisar com mais profundidade a conjuntura das ocupações que tive contato, assim como os aspectos que as aproximam e as nuances que as distinguem entre si.

As ocupações são as seguintes: “Ilha Verde”, “Turrão”<sup>284</sup> e “Arraia” na região de Babaçulândia – TO; “Dom Bosco”, “Inhumas”, “Uirapuru” e “Barra do Grotão” nas imediações

---

<sup>284</sup> O “Turrão” foi inicialmente um assentamento criado em 2001 pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) que ficava a 25 km de Babaçulândia - TO. Parte dele foi inundada pela barragem e as famílias que não foram indenizadas pelo CESTE resolveram se estabelecer na área que não foi alagada.

do município de Filadélfia – TO; “Beira Rio” em Barra do Ouro – TO; e o “Acampamento Coragem”, localizado em Palmeiras do Tocantins.

**Tabela 4: Relação das ocupações decorrentes da instalação da UHE de Estreito – MA/TO**

<b>Ocupação</b>	<b>Região</b>	<b>Famílias</b>	<b>Situação</b>
<b>Ilha Verde</b>	<b>Babaçulândia -TO</b>	<b>33</b>	<b>Reintegração de posse em 2019</b>
<b>Turrão</b>	<b>Babaçulândia -TO</b>	<b>29</b>	<i>In judice</i>
<b>Arraia</b>	<b>Babaçulândia -TO</b>	<b>22</b>	<i>In Judice</i>
<b>Dom Bosco</b>	<b>Filadélfia – TO</b>	<b>33</b>	<i>In Judice</i>
<b>Inhumas</b>	<b>Filadélfia – TO</b>		<i>In Judice</i>
<b>Uirapuru</b>	<b>Filadélfia – TO</b>		<i>In Judice</i>
<b>Barra do Grotão</b>	<b>Filadélfia – TO</b>	<b>31</b>	<b>Reintegração de posse em 2018</b>
<b>Beira Rio</b>	<b>Barra do Ouro - TO</b>		<i>In Judice</i>
<b>Acampamento Coragem</b>	<b>Palmeiras – TO</b>	<b>48</b>	<i>In Judice</i>

Fonte: Tabela formulada pelo pesquisador com dados cotejados na pesquisa de campo.

O Acampamento Coragem situa-se em uma APP a montante de barragem, na região correspondente ao município de Palmeiras – TO. A forma de acesso mais viável ao Acampamento Coragem dá-se pelo porto construído pelo CESTE a cerca de 18 km de Estreito – MA, na BR 010/230 que dá acesso a Carolina – MA. Do ponto de entrada, segue-se mais alguns quilômetros de estrada de chão até se chegar a instalação portuária. Em seguida é necessário atravessar o lago da barragem em um percurso que, de barco a motor, leva cerca de meia hora para ser cumprido.



**Figura 66: aspectos do porto que dá acesso ao “Acampamento Coragem”.**



Fonte: Arquivo da pesquisa, (2019)

**Figura 67: aspectos do porto que dá acesso ao “Acampamento Coragem” da perspectiva de sua entrada.**



Fonte: Arquivo da pesquisa, (2019)

**Figura 68: Integrantes do “Acampamento Coragem” preparando-se para ir à ocupação.**



Fonte: Arquivo da pesquisa, (2019)

**Figura 69: Acesso alternativo ao “Acampamento Coragem”.**



Fonte: Arquivo da pesquisa, (2018)

Seus primeiros moradores erigiram suas casas no local em outubro de 2015, quando alguns pescadores souberam que a faixa de terra que corresponde ao acampamento pertencia ao CESTE. Então o MAB os orientou a ocuparem a terra. – a questão ainda se encontra *in judice*. É composto por 48 famílias, que em sua maioria ganham a vida como pescadores, vazanteiros ou em roças de pequeno porte. Alguns são pescadores associados à colônia de pescadores Z 35 de Estreito que tinham seus pontos de pescaria próximos ao lugar onde fica o acampamento. Parece ser bastante estruturado e organizado politicamente<sup>285</sup>.

### **4.3 Sobre desterros, expulsões e a violência da des-territorialização.**

As ocupações de “Barra do Grotão” e “Ilha Verde” foram alvo de ações de reintegração de posse acontecidas respectivamente em 2018 e 2019, o que forçou as famílias a abandonarem esses lugares, deixando atrás de, além das casas, hortas e roçados. A situação das famílias das ocupações que restaram encontra-se sob processos judiciais abertos pelo CESTE, o que as deixa à mercê da possibilidade de lidarem com um processo de reintegração de posse, posto que o que se sucedeu com as famílias da “Ilha Verde” e de “Barra do Grotão” acabou abrindo precedentes para o sucesso deste tipo de ação judicial.

#### **4.3.1 Barra do Grotão**

A ocupação de “Barra do Grotão”, fundada em 2012, na região de Filadélfia – TO, comportava 31 famílias, em sua maioria compostas por vazanteiros e pescadores que não foram indenizados pelo CESTE por não conseguirem comprovar seu vínculo legal com a terra. A subsistência dessas famílias girava em torno da agricultura de vazante, pesca, criação de animais de pequeno porte e das roças de milho, arroz, feijão e mandioca. Em dezembro de 2018 todas as famílias saíram compulsoriamente do local por força da execução de uma reintegração de posse, posto que, legalmente, o espaço em Área de Proteção Permanente (APP), pertence ao Consórcio Estreito Energia (CESTE). Conforme o Movimento dos Atingidos por Barragem

---

<sup>285</sup> O Sociólogo Lailson Machado menciona que durante sua pesquisa de campo para a feitura de sua monografia, testemunhou reuniões periódicas no barracão de dona Jacirene, uma das lideranças do acampamento Coragem, para tratar das demandas e discutir estratégias. Eu mesmo pude atestar essa organização. No dia que marquei para fazer as entrevistas, dona Jacirene conseguiu reunir quase todas as famílias em seu barracão. Quando cheguei ao local já estavam todos à minha espera. Sobre essa organização Cf. MACHADO, 2017.

(MAB) do Tocantins, a maioria das famílias não possuíam outras propriedades que não as terras que cultivavam na ocupação.

A seguir constam alguns registros do dia em que as famílias foram retiradas do local:

**Figura 70: Reintegração de posse da ocupação de “Barra do Grotão”, em Filadélfia – TO, 2018**



Fonte: Arquivo de Mariane Lucena, 2018

O momento exato<sup>286</sup> em que, sob a escolta da Polícia Militar (PM) do Estado do Tocantins, as pessoas recolhiam apressadamente criações e os objetos que puderam levar para acomodá-los na balsa atracada à beira do lago, pronta para levá-los até Filadélfia, ilustra o fenômeno que José de Souza Martins denominou apropriadamente de “desencontrado encontro de humanidades” (MARTINS, 1998, p. 660), isto é, quando o encontro se desdobra em uma fratura semântica em torno do objeto daquele suposto ajuntamento. Dito de outra forma, quando as visões-de-mundo conflitam ou a apreensão que os grupos possuem da realidade encontram-se divorciadas. A Polícia Militar estava lá para garantir que as pessoas se retirassem de uma propriedade que legalmente não lhes pertencia; os ocupantes, por sua vez, percebiam o lugar como seu, porque o CESTE, proprietário legal da terra, os alijara de suas vazantes.

Abaixo temos o desdobramento da cena. Agora o que vemos são os funcionários do CESTE, de capas amarelas, transportando apressadamente os pertences das famílias recém des-

<sup>286</sup> A imagem acima foi capturada pelas lentes de Mariane Lucena, Socióloga que trabalha junto às famílias atingidas pela hidrelétrica de Estreito e militante do Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB), Ela acompanhou diversas ocupações e esteve presente em todas as reintegrações de posse.

terradas. Os capotes amarelos, a película escura, o chão transfigurado em um charco de lama e o céu embaçado cuja tonalidade chega a se confundir com a do rio, denunciam que foi um dia fortemente chuvoso.

**Figura 71: Funcionários do CESTE conduzindo à balsa os pertences dos ex-moradores da ocupação de “Barra do Grotão”, Filadélfia – TO, durante o despejo, 2018**



Fonte: Arquivo de Mariane Lucena, 2018

Toda a movimentação transcorre sob o olhar dos ribeirinhos, cujo semblante dá a entrever uma mescla de resignação e descrença diante do que acontece. Os braços cruzados, para além do frio, apontam para a não aceitação da realidade que se deslinda diante de seus olhares. Uma jovem des-territorializada nesse processo, no mesmo dia em que a imagem acima foi produzida, tece uma fala que estabelece fortes ressonâncias com a cena que se desenvolve. Seu nome é Raimunda, ela se refere ao sofrimento social ocasionado pelo desterro desta maneira:

Hoje, quem for fraco chora [pausa], chora muito [pausa] porque isso aí não é situação que uma pessoa tinha que viver não. Vê as coisas tudo acabado assim, sem poder fazer nada. Que aqui ninguém pode fazer nada. Porque uma: se for brigar contra eles [CESTE] você apanha, porque quem tem dinheiro hoje em dia é quem manda ... no pedaço, não é não?!<sup>287</sup>

<sup>287</sup> Raimunda. Ocupação “Barra do Grotão”. Entrevista feita por Mariane Lucena, 2018.

Esse juízo é deslindado por Raimunda já na embarcação, a caminho de Filadélfia – TO. Enquanto ela fala, seus olhos fitam as roças e benfeitorias foram deixadas para trás. O sentimento de impotência que ela insere na ordem simbólica da linguagem, cruza-se com o semblante de seus companheiros postados na imagem. Ao se referir às “coisas tudo acabado assim”, as palavras de Raimunda não se remetem a uma saída, mas a uma ruptura com uma forma de vida. O testemunho de Raimunda estabelece um diálogo com outra análise de José Sousa Martins segundo a qual:

Na atualidade, os que se deslocam acabam formando grupos concorrentes e conflitivos, com concepções opostas sobre a terra e o território [...]: de um lado, os numerosos pobres que, de diferentes regiões do país, buscam um lugar para acomodar sua pobreza; de outro lado, as grandes empresas e os grandes grupos econômicos que procuram ampliar o território do lucro (MARTINS, 1998, p. 668).

Em conjunto, a narrativa de Raimunda e a citação nos fornecem uma síntese muito nítida de como se desenvolve a luta pelo direito à terra travada pelos atingidos por barragens e seu resultado mais comum. O usufruto social e comunitário da terra com vistas a torna-la produtiva é preterido em função da terra enquanto propriedade privada a serviço do capital, mesmo que improdutiva.

#### **4.3.1 A Ilha Verde**

Em 2019 o cenário que vislumbramos acima, repetiu-se na “Ilha Verde” uma Área de Preservação Permanente (APP) pertencente ao CESTE. O acesso ao local, que corresponde a aproximadamente 17 alqueires<sup>288</sup>, dá-se pela TO – 010. De Babaçulândia até o ponto de entrada na estrada, são dez quilômetros.

---

<sup>288</sup> A extensão do da Ilha Verde não é ponto pacífico. Os documentos do CESTE a que tive acesso não fornecem esta informação. Durante a entrevista com Valderice Pereira da Silva ouvi 15 alqueires. A medição acima me foi dada por Marcos Gomes Barbosa, morador da Ilha Verde.

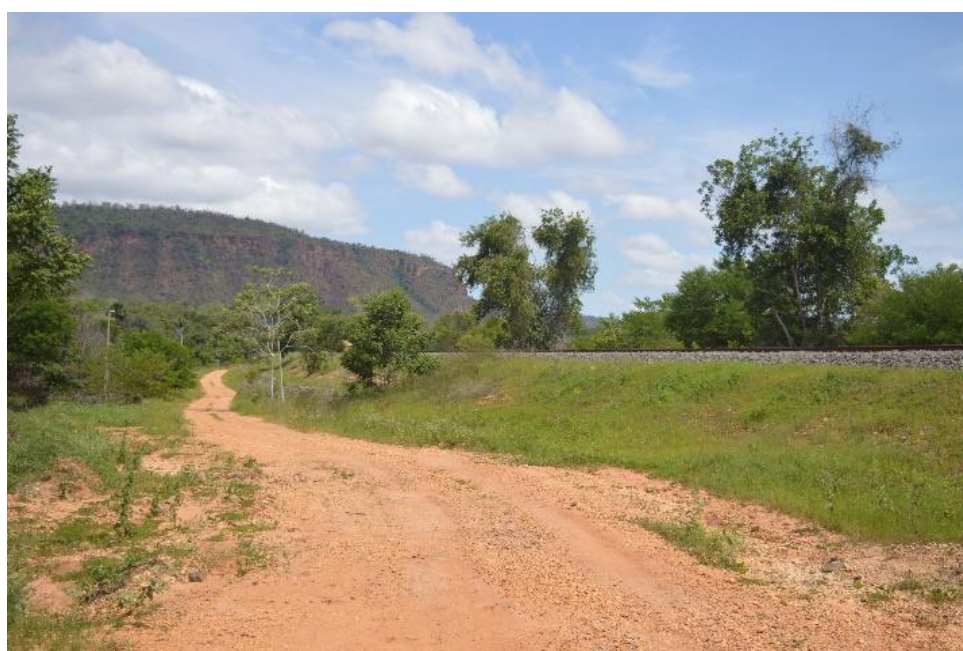
**Figura 72: trecho da rodovia TO – 010 que dá acesso à “Ilha Verde”**



Fonte: Arquivo da pesquisa, 2019

Em seguida é preciso percorrer mais nove quilômetros de estrada de chão, ora contornando a estrada de ferro Norte/Sul, ora atravessando trechos em que a paisagem predominante é constituída pelas serras no horizonte e a monotonia mórbida imposta pelas águas estática do lago decorrente da barragem.

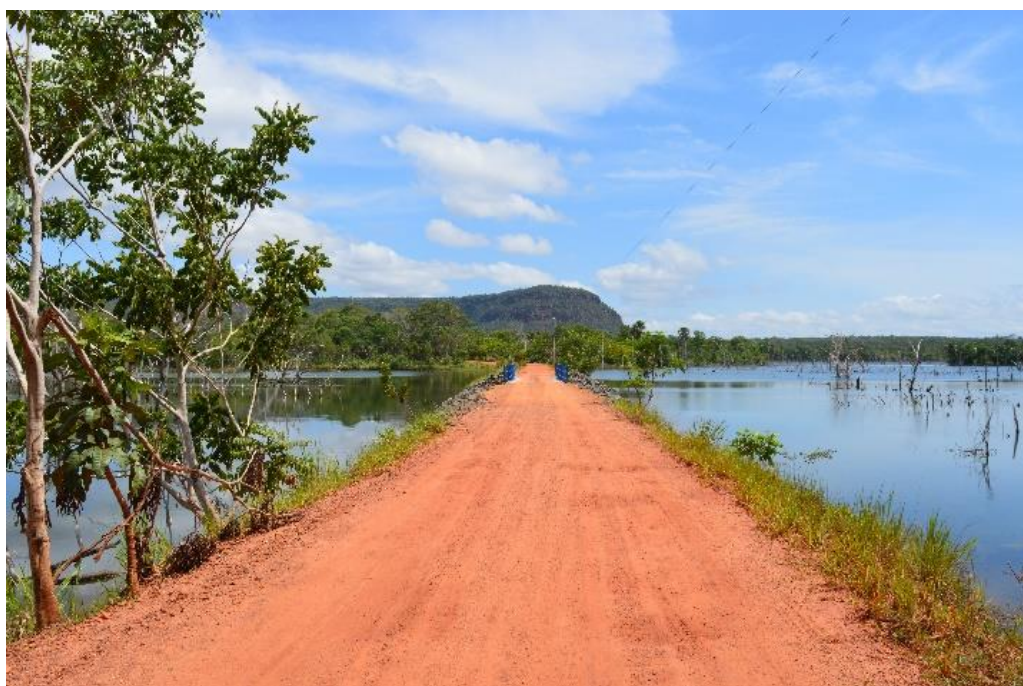
**Figura 73: parte da estrada de acesso à “Ilha Verde” que contorna a ferrovia norte/sul**



Fonte: Arquivo da pesquisa, 2019

Basta um golpe rápido com olhar para percebermos a paisagem imposta pela construção da hidrelétrica. Durante a viagem de nove quilômetros que separa a entrada da Ilha Verde da beira da estrada, é impossível não notar os galhos ressequidos e os troncos de pindoba em putrefação, indicando que antes daquele deserto líquido, havia uma vegetação típica do cerrado.

**Figura 74: trecho da via de acesso à “Ilha Verde” cercado pelo lago da barragem.**



Fonte: Arquivo da pesquisa, 2019

Além da vegetação em estado de decomposição, a presença de lanchas de monitoramento do Consórcio Estreito Energia (CESTE), acaba integrando a paisagem.



**Figura 75: Equipe de monitoramento do CESTE percorrendo o lago.**



Fonte: Arquivo da pesquisa, 2019

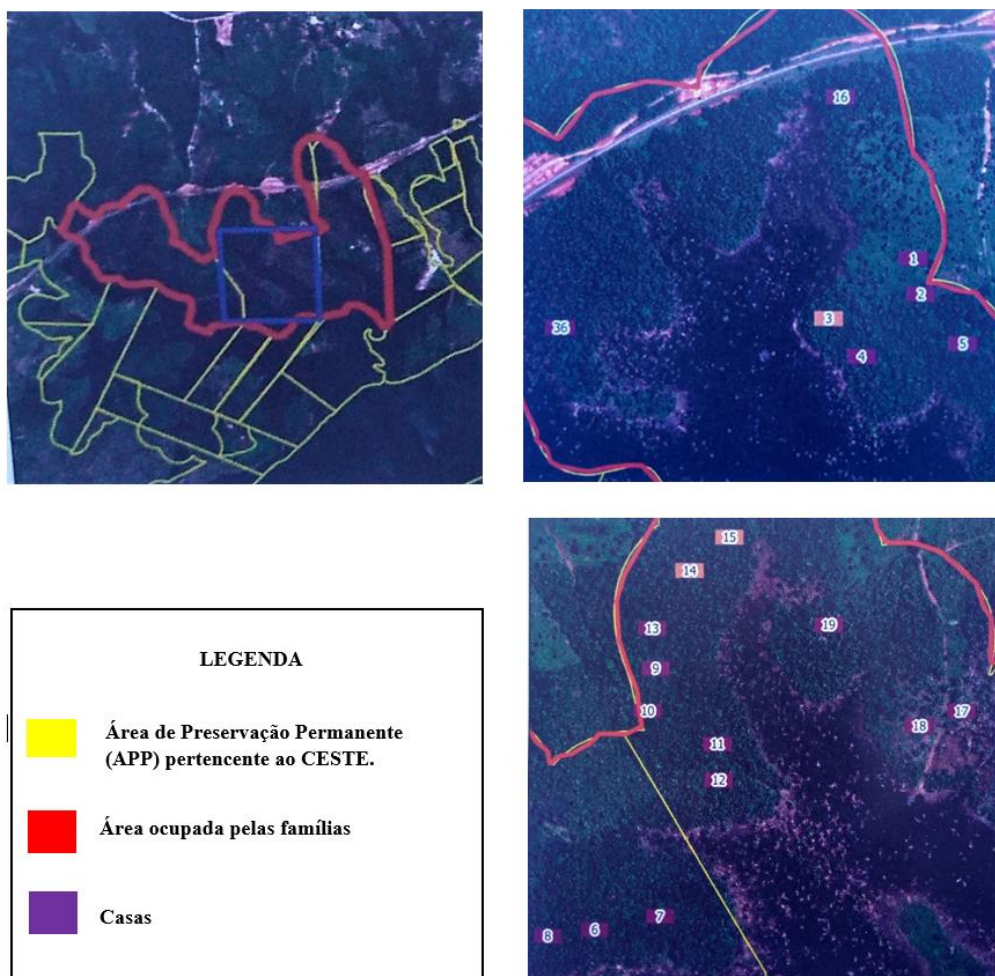
Em 2012, 33 famílias se estabeleceram no lugar, ocupando cerca de 30.483, 54 m<sup>2</sup><sup>289</sup>, distribuindo-se em pequenos lotes entre o lago formado pela hidrelétrica e um dos trechos da Ferrovia Norte/Sul. O terreno é bastante acidentado forçando algumas famílias a se instalarem em sítios planos e outras em locais mais elevados. A área pertencia a uma fazenda que fora comprada pelo CESTE por conta de sua adjacência ao lago o que a tornava forçosamente APP.

Abaixo segue um croqui produzido pelo CESTE em que consta a área pertencente ao Consórcio, o território ocupado e algumas das instalações dos moradores:

---

<sup>289</sup> Conforme consta no documento apresentado pelo CESTE no momento da reintegração de posse em 2019. Cf. CESTE, 2019.

**Figura 76: Área correspondente à “Ilha Verde” com a localização de algumas moradias.**



Fonte: Imagem elaborada a partir de croqui produzido pelo CESTE. CESTE, 2019

Conforme registra a memória oral, a ocupação ganhou este nome em alusão à Ilha de São José que foi inundada pelas águas do reservatório. A responsável pela denominação foi Valderice Pereira da Silva, uma importante liderança da ocupação. Ela relata que além da homenagem à localidade submergida, sua percepção da distribuição dos sítios em que se encontravam algumas casas e a abundância de babaçuais, incentivou sua escolha. Ela nos diz o seguinte:

Fui eu [quem deu o nome]. Eu pensei muito. Aí, como já tinha acabado a Ilha de São José, [...] fiz a junção: Ilha de São José e, também porque lá [na Ilha Verde] são várias ilhotas, só que, assim, não “fecha” a ilha toda. Mas eu considero que lá, todas as

extensões, tanto de lá da Aparecida, quanto o meu, quanto o do Aderson, ali eu considero ser, tipo assim, uma ilha. Aí, “verde” [é] por causa dos babaçus<sup>290</sup>.

A história é confirmada pelo testemunho da Chirlene Alves dos Santos, uma jovem liderança da comunidade. Ela afirma que a companheira assumiu a prerrogativa de dar o nome ao lugar “porque a Valderice que foi a *enfrentante* do começo”<sup>291</sup>, e continua: “Por causa da Ilha de São José, como não tem mais a ilha por causa da barragem [...] ela teve essa ideia e perguntou se nós apoiávamos [...] aí nós gostamos também, aí ficou conhecido como Ilha Verde”.

Mais que confirmar a informação dadas por Valderice, a narrativa de Chirlene nos apresenta outro elemento que se refere à organização dos ribeirinhos, pescadores, agricultores e vazanteiros que constituíram a ocupação “Ilha Verde” nos períodos iniciais. Ela reconhece a liderança de Valderice por ser a “*enfrentante*” inicial. A palavra *enfrentante* empregada por Chirlene nos ensina que nossa experiência se traduz na linguagem e que, à falta de um termo que atenda à inserção de nossa experiência em uma ordem simbólica inteligível, acabamos por contornar legitimamente os limites gramaticais para lançar mão de neologismos que apontem para a nervura da experiência que nos propomos comunicar<sup>292</sup>.

A forma como Chirlene *linguisticizou* sua percepção da relação de embate entre o CESTE e os atingidos, representados na figura de Valderice, é uma tradução da afirmação segundo a qual, “no espaço da língua (como no dos jogos), uma sociedade explicita mais as regras formais do agir e os funcionamentos que a diferenciam” (CERTEAU, 2007, p. 48) indicando, assim, que as tratativas entre os atingidos não reconhecidos e os representantes do Consórcio tinham uma moldura bastante conflitiva, sendo que um dos resultados desse embate foi o estabelecimento das famílias na área tutelada pelo CESTE. A narrativa de Chirlene também transparece que as ações dos moradores da Ilha Verde eram precedidas de consultas e debates; as lideranças não tomavam decisões monocráticas.

---

<sup>290</sup> Valderice Pereira da Silva. “Ilha Verde”, Babaçulândia – TO, 2018

<sup>291</sup> Chirlene Alves dos Santos. Tocantinópolis TO, 2018.

<sup>292</sup> Martin Heidegger no amanho de sua ontologia fundamental viu-se na necessidade de fazer manejos parecidos com a língua alemã, recorrendo não apenas a termos mais arcaicos da língua germânica, mas também cunhou termos como *Dasein* conceito central de sua reflexão filosófica e que forçou seus tradutores brasileiros a empreenderem certos ajustes à linguagem para que o termo utilizado para a tradução não perdesse a força significativa. Daí aparecerem traduções para o termo como *ser-aí* como é correntemente conhecido, *eis-aí-ser* conforme a tradução de João A. Macdowell e *pre-sença* como consta na tradução brasileira de Ser e Tempo pela professora Márcia de Sá Cavalcante. Todas essas traduções tinham o intuito de deixar evidente a natureza projetiva, elíptica e finita da condição humana a que Heidegger chamou de *Dasein*. Se tomarmos outro filósofo alemão, mas de orientação intelectual distinta da de Heidegger, como Wittgenstein, para quem a linguagem pode ser utilizada como uma “caixa de ferramentas” para construir a realidade, não chegaremos a uma inferência distinta da que esboçada anteriormente. Cf. MACDOWELL, 1993; CAVALCANTE, 2001; WITTGENSTEIN, 1989.

A ocupação era formada em sua maioria por pequenos agricultores, vazanteiros e pescadores, sendo alguns associados à colônia Z-15, de Babaçulândia - TO.

Quem não é pescador, é vazanteiro, mexe com vazante. Porque antes do, [...] do lago, tinham as vazantes. Aí o pessoal botava a gente para plantar, mexer com melancia. A gente plantava [...]. aí os que não eram pescadores, mexiam com vazante. Aí, nessa parte do vazanteiro... está a mesma coisa o pescador, porque trabalhava na beira, né?!<sup>293</sup>

Conforme o testemunho dos ocupantes, o lugar dois motivos nortearam a escolha específica do lugar: Primeiro por ser uma área já conhecida tanto pelos pescadores que tinham pontos de pesca nas proximidades e pelos agricultores que “botavam” pequenas roças ou vazantes no terreno, como afirma Janete, integrante de uma das primeiras famílias a compor a ocupação e comadre de Valderice: “lá onde nós estamos, eu já conhecia. O meu esposo também, porque ele foi nascido e criado lá, né? A terra era dos vizinhos da minha sogra”<sup>294</sup>. Esta fala de Janete, além de nos informar acerca do início da ocupação, faz emergir uma das características que marcam as relações sociais de trabalho entre proprietários e os agricultores de vazante do Tocantins, a saber, uma espécie de permuta, em que o agricultor cultiva em uma terra alheia e reparte o que produziu com o proprietário. Essa a condição de *não-proprietário* inseria aqueles que trabalhavam nas vazantes ou em pequenas roças em uma situação de mobilidade e deslocamento constantes: “Morando aqui... morando bem ali, [aponta para o lado acima da horta, no lado ocidental da casa] no canto ali, faz muitos anos que nós... mudamos para lá primeiro, depois viemos para cá, aí depois fiquei aqui mesmo, direto”<sup>295</sup>.

Somado a isso havia o fato do local ser uma faixa de terra que se estende à beira do lago, o que facilitaria a feitura de roças e o cultivo de hortaliças. A proximidade do lago também era um atrativo para os pescadores, não obstante a mudança de qualidade da água que ser um entrave à pesca, tal qual estão acostumados pescadores da região. Por essas razões, aqueles que puderam, erigiram suas casas o mais perto possível da beira do lago.

Valderice afirma que optou pelo lugar por sugestão de seu compadre que já conhecia aquela região, seguindo ela o diálogo entre eles transcorreu desse modo:

<sup>293</sup> Aparecida Alves dos Santos. “Ilha Verde”, Babaçulândia – TO, 2016.

<sup>294</sup> Janete Pereira da Silva Cruz. Tocantinópolis – TO, 2018. Janete morava na “Ilha Verde”, mas à época da entrevista estava em Tocantinópolis – TO, cumprindo os créditos referentes à graduação em Educação do Campo, curso que faz pela Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT). Assim, optei por mencionar na referência a cidade em que a entrevista se realizou.

<sup>295</sup> Cleonice Pereira da Silva Cruz. Ilha Verde, 2016.

O marido da comadre [Janete] [...] conhecia ali aquela região porque a mãe dele mora ali próximo. Aí, eu sentei com ele para nós discutirmos como [...] íamos fazer o acampamento aqui, a área, aonde que nós íamos procurar essa área. ‘Comadre, [ele disse], eu tenho um [lugar] ali perfeito. Vamos lá olhar?’. ‘Vamos!’ [disse Valderice]. [...]. Quando chegamos lá, [eu disse]: ‘aqui tá perfeito, vamos fazer aqui’. Aí nós chegamos lá e ficamos lá. Aí estamos lá até hoje; não estamos porque nós dividimos as casas<sup>296</sup>.

No entanto, esta decisão foi tomada após um processo. Quando as famílias que ocupavam a Ilha Verde deram-se conta de que não seriam indenizadas pela perda de seu modo de vida ou que as compensações recebidas não eram suficientes, começaram a organizar movimentos reivindicatórios de seus direitos como impactados. No entanto, a interdição de estradas, passeatas ou acampamentos em frente às instalações do CESTE já não surtiam efeito; fazia-se necessária uma tática que fizesse frente à estratégia da empresa de não atender às demandas apresentadas, sob o argumento de que os litigantes não eram reconhecidos como atingidos. Neste ponto reside a segunda razão pela qual as famílias decidiram ocupar aquele lugar específico, qual seja, era necessário tornar-se visível ao CESTE.

Inicialmente eram apenas quatro famílias que se instalaram em um ponto específico da área. As outras famílias estavam em um acampamento do Movimento dos trabalhadores Sem Terra (MST), em Luzinópolis. Antes disso, juntamente com atingidos pela hidrelétrica de Estreito de outras regiões, os (ainda não) moradores da “Ilha Verde” participaram de uma caminhada de 125 km, organizada pelo Movimento dos atingidos por Barragens (MAB), a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e entidades ligadas aos Direitos Humanos que se dirigiu de Araguaína – TO, para Estreito – MA, acontecida em 2010. Essa marcha, conforme registro do MAB<sup>297</sup> daquele período, tinha em vista pressionar o CESTE a assumir uma postura mais clara concernente aos critérios utilizados para a concessão das indenizações e compensações aos atingidos, bem como para alertar à sociedade sobre camadas da população residentes na área de impacto aos quais a empresa eximiu-se de reparar pelos danos sofridos.

A marcha integrava vários grupos sociais atingidos pela hidrelétrica de Estreito, tanto aqueles que tiveram seus direitos legalmente assegurados, quanto as famílias a que o Consórcio não reconhecia como impactadas. Após a marcha, as famílias se dirigiram à sede do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), em Araguaína. Depois disso,

<sup>296</sup> Valderice Pereira da Silva. “Ilha Verde”, Babaçulândia – TO, 2018

<sup>297</sup> Conforme o MAB, aproximadamente 600 pessoas compuseram a caminhada até Estreito – MA. A marcha saiu de Araguaína – TO aos 23 de agosto de 2010 e chegou a Estreito – MA em 01 de setembro daquele ano. Os participantes permaneceram acampados em frente ao canteiro de obras de hidrelétrica por oito meses. O Movimento dos Atingidos por Barragens publicou algumas matérias sobre esta manifestação, as quais estão contidas em seu site em um arquivo específico sobre a Hidrelétrica de Estreito. As matérias podem ser encontradas no seguinte site: <https://mab.org.br/tag/estreito/page/3/>.

resolveram ir a Luzinópolis, para um acampamento do MST. A memória de Aparecida Alves nos informa como se deu a experiência de precariedade que marcou a rotina daquele acampamento que durou oito meses:

Nós íamos para lá [Luzinópolis] e vínhamos para cá [Babaçulândia] [...]. Lá não plantamos nada não, porque lá nós fizemos as carreiras de casa [...] e tinha o vizinho lá que era o dono daquelas terras ali e estava a divisa dele lá, abeirando, que nós estávamos para cá da cerca; da cerca para lá ele plantava feijão. Aí nós não passamos para o lado dele [...] aí nós falamos [para ele] que estávamos lá só ‘fazendo tempo’. Num lugar daquele, sem poder plantar nada<sup>298</sup>.

A fala de aparecida deixa entrever que as idas e vindas a Babaçulândia – TO, começaram a cansar os atingidos e começaram a ver no acampamento um exercício de futilidade, uma forma de “fazer tempo”. No entanto, se nossa interlocutora explicita o cotidiano difícil da luta em que se empenhou, não menciona o motivo que os levou a deslocarem-se até Luzinópolis. Quem nos fornece esta informação é sua filha, Chirlene. Ela se expressa por esta forma:

Tinha um pessoal já lá que era do MST e aí daquele tempo [...] como foi o INCRA quem tinha feito o cadastro, aí na quele tempo foi para pressionar o INCRA, mas aí depois, nessa caminhada toda se viu que não era o INCRA que tinha que resolver a nossa situação. Quem tinha que resolver foi quem nos prejudicou, que foi o CESTE<sup>299</sup>.

A fala acima atesta que, de início, aqueles que iriam ocupar a “Ilha Verde” encontravam-se desorientados diante do horizonte de possibilidades de ações que poderiam incorrer em soluções, de fato, efetivas para a situação problemática em que se encontravam. Foi justamente no acampamento dos trabalhadores sem-terra que eles se dão conta de que as questões com as quais estavam enredados eram ligeiramente distintas, daquelas das pessoas que os acolhiam. Ao mencionar que a intenção de se dirigir ao INCRA era pedagógica, a memória de Valderice fornece apoio à leitura do evento acima deslindada. Nossa interlocutora intentava aprender os ritos necessários à organização uma ocupação. Vejamos:

Foi assim: nós fizemos a marcha de Araguaína para Estreito. Essa marcha foi em doze dias. Aí nós andamos 125 km e depois da marcha [...] a gente fez a ocupação no INCRA de Araguaína. Do INCRA de Araguaína, a gente sentou lá no INCRA e conversou: ‘vamos fazer um acampamento?’, [ao que responderam]: ‘vamos’. Eu não tinha experiência de acampamento e [...] tinha a maior vontade de saber o que era um acampamento, que eu não sabia como que se organizava um acampamento; já que eu estava na liderança... [...]. Enchemos um ônibus de pessoas e fomos para lá, aí começamos a fazer o acampamento. Chegamos à noite e fizemos esse acampamento

<sup>298</sup> Aparecida Alves dos Santos. “Ilha Verde”, Babaçulândia – TO, 2016.

<sup>299</sup> Chirlene Alves dos Santos. Tocantinópolis TO, 2018.

lá. Só que lá o acampamento era [de] atingidos e sem-terras. Aí nós ficamos lá oito meses. Eu optei por lá [...] [porque] eu não tinha noção do que era um acampamento, eu queria aprender a fazer um acampamento, como que era a estratégia que se tem que fazer para montar um acampamento, que hoje eu sei<sup>300</sup>.

A narrativa de Valderice em si mesma já se constitui de maneira tática. Ao recordar ela se empenha em inserir os acontecimentos em uma ordem lógica, em detrimento de uma sucessão cronológica – sua memória não se preocupa com datas, mas ancora-se nos acontecimentos, como a marcha para Estreito. A narrativa que Valderice deslinda nos ensina que a memória possui uma dimensão profundamente dialética em que sua componente individual transita qualitativamente para nuances coletivas, que por sua vez, descambam novamente em parâmetros subjetivos, como em um jogo de linguagem.

Há mais elementos interessantes no discurso de nossa colocutora, dentre os quais podemos destacar o fato de que de forma intuitiva, Valderice começa a perceber que a militância se constituiu na prática, nas estratégias e ações cotidianas. Sua tomada de consciência como atingida parecer começar a tomar forma no momento que ela se depara com a alteridade das reivindicações dos Sem- Terra em relação às suas; poderiam até ter alguma proximidade com as que postulava, mas definitivamente não eram as mesmas: “Só que lá o acampamento era [de] atingidos e sem terras”<sup>301</sup>. Cabia lançar mão de uma tática mais contundente, que fizesse com que o CESTE, voltasse os olhos para a problemática. Então ela inicia o seguinte raciocínio: “Porque lá era um acampamento do MST. Aí não tinha nada a ver com a nossa questão que era de atingidos. Aí eu fui buscar eles [as famílias atingidas] lá, aí colocou todo mundo lá [na Ilha Verde]”<sup>302</sup>.

Em seguida descreve os eventos que desembocaram na tomada de decisão. Sua narrativa nos conduz à inferência de que o processo decisório resultou de um debate demorado. Conforme Valderice, “Eu sentei junto com o de... do acampamento que é atingido, aí eu falei: ‘gente, nós estamos fazendo a coisa errada’”<sup>303</sup>. Ora, quando a memória leva a narradora a utilizar o *modus dicere* “Eu sentei junto” indica que houve uma reunião entre os atingidos para que eles pudessem sopesar a própria situação e avaliar uma tática efetiva e, o que não é difícil de depreender, que ela não poderia tomar nenhuma de-cisão<sup>304</sup> sozinha. Ademais, como indica o vocativo “gente”, com a qual Valderice lembra ter iniciado a conversa, ela precisou apresentar

<sup>300</sup> Valderice Pereira da Silva. “Ilha Verde”, Babaçulândia – TO, 2018

<sup>301</sup> Valderice Pereira da Silva. “Ilha Verde”, Babaçulândia – TO, 2018

<sup>302</sup> Valderice Pereira da Silva. “Ilha Verde”, Babaçulândia – TO, 2018

<sup>303</sup> Valderice Pereira da Silva. “Ilha Verde”, Babaçulândia – TO, 2018

<sup>304</sup> Utilizo este neologismo para enfatizar o caráter de ruptura e mudança de rumo a que de-cisão levou os futuros moradores da “Ilha Verde”.

um argumento suficientemente coerente para convencer seus companheiros a deixarem Luzinópolis e dirigirem-se à área em que se estabeleceriam sua ocupação.

Ela o fez indicando que a tática era interessante, mas estava sendo empregada de maneira equivocada: “Porque nós estamos contra”<sup>305</sup>, isto é, literalmente no rumo errado, posto que “o CESTE está para um lado e nós estamos para outro”<sup>306</sup> e reforça: “nós não estamos atingindo em nada o CESTE”. Então, ato contínuo, desfere a declaração que convenceria seus pares: “Eu disse: ‘se nós formos para a beira do lago, aí nós vamos dar uma facada bem no lugar certo’. Foi dito e certo! Fizemos o acampamento [aí] começou: chamaram logo os meninos para conversar...”<sup>307</sup>. Dessa maneira, se o consórcio responsável pela barragem tinha como estratégia invisibilizar essas famílias simplesmente se furtando a dialogar sobre suas demandas; Valderice, juntamente com seus companheiros, percebeu que a tática mais certa, seria a de invadir o ângulo de visão do Consórcio, desferindo uma “facada bem no lugar certo”: uma área de propriedade do CESTE. Valderice não apenas conta como foi a tomada de decisão que levou à formação do acampamento, mas sua narrativa deixa transparente a importância do aprendizado a partir da experiência. A escolha do lugar e a estratégia de ocupação não foram ações intempestivas, mas uma tática pensada e estudada. Antes de ocupar, era necessário aprender como se ocupa.

Há outros testemunhos que corroboram, com algumas diferenças, os fatos tais como foram lembrados por Valderice. Importa aqui mencionar dois. O primeiro pertence a Janete Pereira da Silva Cruz, que possui laços de compadrio com Valderice e estava com ela em Luzinópolis. Também foi uma das pioneiras da ocupação. Suas impressões do episódio relatado por Valderice, não apenas ratificam o que dissera sua comadre, mas praticamente repetem de maneira sintética suas palavras. Conforme sua memória, “nós estávamos lá [em Luzinópolis], e nós pensando assim: ‘nós estamos muito na contramão, né, desse povo do CESTE. Tem que procurar um lugar para atingir ele, né?’ Aí, nós resolvemos ir para a beira do lago”<sup>308</sup>.

A seguir, temos o testemunho de Chirlene:

Se [...] fossemos ficar na estrada [em Luzinópolis], nós íamos ter que ver com o INCRA, né? Mas o nosso problema não era com o INCRA. Não foi o INCRA que tirou nossa moradia, não foi o INCRA que tirou nossa comida, não foi o INCRA que tirou nossa história; foi o pessoal do CESTE. Aí então, o justo era ser... era o CESTE, né? Aí como essa área lá é do CESTE ou, vamos se dizer, que nas negociações hoje o

<sup>305</sup> Valderice Pereira da Silva. “Ilha Verde”, Babaçulândia – TO, 2018

<sup>306</sup> Valderice Pereira da Silva. “Ilha Verde”, Babaçulândia – TO, 2018

<sup>307</sup> Valderice Pereira da Silva. “Ilha Verde”, Babaçulândia – TO, 2018

<sup>308</sup> Janete Pereira da Silva Cruz. Tocantinópolis – TO, 2018.



João Resek<sup>309</sup> disse que é da União [...], então se é da União é nossa, né? Então nós temos direito. Então nós estamos lá até hoje<sup>310</sup>

A narrativa indica que a perda das casas que tinham na cidade não é o problema central, assim como a indenização por essas casas não mitiga os danos sofridos, posto que, na forma perceptiva de Chirlene a lesão imposta pela construção da barragem é muito mais abrangente: O impacto da construção atinge sua história fraturando-a. Essa fratura toma corpo justamente no fato de que a construção da barragem inundou, logo, retirou de Chirlene e das demais famílias, os meios materiais imprescindíveis à manutenção de sua existência. A retirada desses meios – as vazantes, os pontos de pesca etc. – também solapou uma maneira de trabalhar cultural e socialmente constituída.

O fato de que as táticas que os movimentos sociais ou grupos organizados de atingidos lançam mão para se fazerem ouvir, isto é, para que suas demandas venham à luz e sejam seriamente discutidas, indica que os conflitos sociais decorrente da luta por direitos – no caso em questão, dos atingidos por barragens, obedecem a uma gramática em que os gestos não são despidos de significação; o contrário, todo ato, como a ocupação de uma área de APP pertencente a um Consórcio promotor de uma hidrelétrica, quer sempre dizer algo para além de sua realização material e, para efetivar-se, demanda conteúdo normativo ou ritos (HONNETH, 2010).

Outra entrevistada, dona Aparecida, nos apresenta um testemunho muito interessante que apresenta o que impulsionou sua família a ocupar a beira do lago. Diferentemente das narrativas anteriores, a envergadura de sua recordação é mais interpretativa da conjuntura do que factual, afirmando as famílias ocuparam a área porque “como o CESTE não viu o pescador, a presidente do sindicato chamou os pescadores para invadirem a beira do lago, para ver se eles [o CESTE] pagavam a gente. Aí eu vendi a terra do Corrente e estou aqui e comprei a voadeira”<sup>311</sup>. Assim, ela nos apresenta os motivos da ocupação da beira do lago através dos olhos dos pescadores.

Apesar de apresentar alguma singularidade em relação aos anteriores, o testemunho de dona Aparecida também guarda com as narrativas que lhe precederam uma identidade importante, qual seja: assim como suas companheiras, ela menciona a invisibilidade imposta aos atingidos não contemplados pelo CESTE a partir de seu não-reconhecimento por parte da

---

<sup>309</sup> João Resek é o gerente local do Consórcio Estreito Energia (CESTE).

<sup>310</sup> Chirlene Alves dos Santos. Tocantinópolis TO, 2018.

<sup>311</sup> Aparecida Alves dos Santos. “Ilha Verde”, Babaçulândia – TO, 2016.

empresa. Neste ponto específico encontramos as condições de possibilidade para a deflagração bastante específica de uma luta pelo reconhecimento.

#### 4.3.1.1 Os primeiros tempos

Nos momentos iniciais as famílias decidiram se estabelecer em um ponto específico, localizado em um pequeno platô próximo à beira do lago: “primeiro nós ficamos todos juntos, ali. Tinha, cada um, a sua casa; mas era tudo num lugarzinho só, acolá [faz um movimento com o lábio inferior para frente]. Lá onde o Aderson mora, todo mundo ficava lá”<sup>312</sup>. A distribuição das habitações, assim como a distância que guardavam entre si, foram inspirados nos acampamentos organizados pelo MST, conforme nos relata Valderice que também nos informa acerca do tempo em que a ocupação constituiu-se daquela maneira: “Eu acho que nós ficamos lá mais de dois anos, o acampamento montadinho, igual ao acampamento do MST.”

Em seguida constam algumas imagens da ocupação inicial da “Ilha Verde”:

**Figura 77: Disposição das casas da “Ilha Verde” no início de sua ocupação.**



Fonte: Acervo pessoal de Valderice Pereira da Silva, (2012)

---

<sup>312</sup> Cleonice Pereira da Silva Cruz. Ilha Verde, 2016.

**Figura 78: Disposição das casas da “Ilha Verde” no início de sua ocupação.**



Fonte: Acervo pessoal de Valderice Pereira da Silva, (2012)

Os casebres foram levantados com materiais disponíveis no terreno, mormente as palmeiras de babaçu que, cujas palhas foram usadas nas paredes e telhados e os cocos utilizados como carvão. A extração da madeira, assim como a construção das casas realizou-se em forma de mutirão. Abaixo temos mais alguns aspectos dos momentos iniciais da ocupação:

**Figura 79: extração de madeira para a construção de casas na “Ilha Verde” no início da ocupação.**



Fonte: Acervo pessoal de Valderice Pereira da Silva, (2012)

**Figura 80: Pescadores e vazanteiros organizando a ocupação “Ilha Verde”**



Fonte: Acervo pessoal de Valderice Pereira da Silva, (2012)

A limitação do espaço habitado levou os ocupantes a construírem áreas de uso comum destinadas principalmente ao cozimento dos alimentos e a lavagem das louças.

**Figura 81: cozinha de uso comum dos moradores da “Ilha Verde” no começo da ocupação.**



Fonte: Acervo pessoal de Valderice Pereira da Silva, (2012)

**Figura 82: cozinha de uso comum dos moradores da “Ilha Verde” no começo da ocupação.**



Fonte: Acervo pessoal de Valderice Pereira da Silva, (2012)

**Figura 83: Jirau comunitário utilizado na “Ilha Verde” no começo da ocupação.**



Fonte: Acervo pessoal de Valderice Pereira da Silva, (2012)

**Figura 84: fogueira de coco babaçu: “Ilha Verde” no começo da ocupação.**



Fonte: Acervo pessoal de Valderice Pereira da Silva, (2012)

Os dois anos em que a ocupação funcionou nos moldes acima, não foram nada tranquilos, principalmente porque os ocupantes passaram a lidar com diversos episódios de ameaças protagonizados pelos antigos donos da área, que fazia parte de uma fazenda que o Consórcio promotor da hidrelétrica adquiriu para transformá-la em Área de Preservação Permanente (APP). Conforme o testemunho dos ocupantes da “Ilha Verde”, os ex-proprietários ficaram insatisfeitos com o estabelecimento das famílias e sentiram-se legitimados a incorrer em ações violentas de retaliação. Como o episódio de emboscada que temos a seguir:

Os cabras ficavam de tocaia nas estradas [...]. Eu mesmo fui um desses que [...] fui passar na estrada, o menino foi passar arame. [Então], quis cair de moto mais o menino e o cara estava... tinha saído de dentro do mato [...]. A sorte é que eu estava mais o Gilberto, um magrinho alto. Aí o cara não queria deixar nós passarmos não, só que a gente tinha que passar [...]. Aí ele liberou e nós passamos. Eram dois, um saiu e o outro ficou dentro do mato<sup>313</sup>.

E as ameaças foram recrudescendo, chegando ao ponto dos fazendeiros confrontarem as famílias de forma cada vez mais contundente:

---

<sup>313</sup> Antoniel “Ilha Verde”, 2016.

Quando estávamos aí, o pessoal que era dono daqui veio. Nós estávamos debaixo daquele pau, nós estávamos até empunhando rede. Eles chegaram aí... eles disseram que [...] [que] eles não ficavam, mas também nós não ficávamos aqui não. Aí [...] foram embora. Saíram “variando” facão nos paus. Mas quando dava de noite, aquelas luzes, alumando [...] quando a gente vinha de manhã pra cá, estava [...] o rastro deles por detrás dos paus, acho que para atirarem na gente. [...] Aqui na beira do rio, o mato era grande, a gente enxergava a luz deles pela beira da água, acho que para poder encostar aqui onde nós estávamos<sup>314</sup>.

E houve outros episódios:

No início, os netos do [ex-dono das terras] [...] foram lá armados, deram tiros lá por cima dos barracos. Inclusive, nesse dia estava lá, que eram só as quatro famílias, estava só a comadre [Janete], mais os menininhos dela [...]. Estava escurecendo, quando eu cheguei, eu ia chegando a pé, já pensou?! Correndo o risco de pegar um tiro<sup>315</sup>.

Os conflitos só terminaram quando os ocupantes fizeram um boletim de ocorrência na delegacia de reforma agrária. Os fazendeiros foram notificados e não retornaram mais às terras.

A demora na resolução da situação em que as famílias se encontravam, gerou impaciência e ensejou conflitos entre os ocupantes. O clima de agastamento fez com que algumas pessoas abandonassem o acampamento. O relato a seguir, fornecido por Valderice, nos revela alguns pontos dessa dissensão:

Porque eles disseram que estava demorando resolver, aí eles disseram que iam caçar outro meio. [disse]: ‘Então de boa, podem ir’. Porque, assim, eu também não tinha nenhuma proposta para dizer assim, ‘não, amanhã resolve’. Até hoje, nós estamos com mais de seis anos [e] ainda não resolveu, mas também não saímos<sup>316</sup>

Em seguida temos o testemunho de Luís Ferreira dos Santos, que acompanhou o movimento de ocupação na esperança de que as reivindicações fossem rapidamente acolhidas pelo CESTE, mas o silêncio de dois anos dos representantes do Consórcio lhe fez mudar a postura:

Eu digo, ‘não, já que eles [o CESTE] fizeram desse jeito, fizeram o cadastro, isso vai ser coisa, pá! ligeiro, não deve demorar não, que era rápido!’ [...]. Aí eu vim, fui pra lá [para o lugar inicial da ocupação] e fiz um barraco [...]. Quando penso que não, aí já vi que já estava com um ano, vi que não tava muito dando positivo: o CESTE nunca apareceu lá... aí, não! Quando pouco surgiu pra cá. Aí fizemos uns barracos pra li também. Eu tirei madeira dentro dessa beira de lago aí [...]. Dentro d’água, tinha umas madeiras [que] eu tirei pra fazer esse barraco. E aí, quando pensa que não... a mulher lá [Valderice], que disse que era pra fazer todo mundo junto os seus barracos, que era pra ficar todo mundo junto. Quando penso que não, a mulher faz outro barraco *pra*

<sup>314</sup> Aparecida Alves dos Santos. “Ilha Verde”, Babaçulândia – TO, 2016.

<sup>315</sup> Valderice Pereira da Silva. “Ilha Verde”, Babaçulândia – TO, 2018

<sup>316</sup> Valderice Pereira da Silva. “Ilha Verde”, Babaçulândia – TO, 2018

*culá*, separado. Aí [ela disse] que ela não ia mandar não, mas se [...] o povo tivesse coragem de trabalhar, era pra cada um fazer seu barraco onde quisesse<sup>317</sup>.

Somado a isso, as famílias necessitavam “botar” suas roças e, para isso precisavam de espaço para plantá-las, o que a configuração habitacional em que se encontravam não permitia.

De Luzinópolis nós viemos para cá, para aquele acampamento ali. Ai todo mundo junto lá. Lá nós não plantávamos nada assim não. Porque não tinha como plantar. Aí... bem, aí naquela terra no meio do rio ali, [...] ali nós dividimos: eu fiquei com um pedaço, um irmão meu com outro e um primo meu com outro. Nós plantávamos ali. Aí a Valderice foi e falou para gente que, quem tivesse coragem, era para se espalhar. Aí nós viemos para cá. Viemos aqui, olhamos, aí eu chamei essa daqui [sua filha Chirlene], aí eu digo, ‘olha, acolá tem um lugar bom, [...] é grande e é mais plano’. Aí nós viemos para cá. [...] Quando nós viemos para cá, nós acampamos bem aqui ó [aponta para um lugar ao lado da horta, cercado de pindobas à beira do lago] [...] acampamos aí com menino, com tudo, aí ficamos aí<sup>318</sup>.

Dessa forma, aos poucos, as famílias foram a cata de espaços mais amplos onde pudessem iniciar suas plantações, “inventaram de fazer um roçado *prali*, foram se escolhendo pra lá, até que separou foi tudo”<sup>319</sup> e construírem casas mais amplas e menos provisórias. No sítio em que as famílias inicialmente se instalaram, ficou um dos moradores.

**Figura 85: Lugar da ocupação inicial da “Ilha Verde” após a divisão dos lotes das famílias.**



Fonte: Acervo da pesquisa, (2016)

<sup>317</sup> Luís Ferreira dos Santos. “Ilha Verde”, 2016.

<sup>318</sup> Aparecida Alves dos Santos. “Ilha Verde”, Babaçulândia – TO, 2016.

<sup>319</sup> Aderson Souza dos Santos. “Ilha Verde”, 2016.



Quem ficou no lugar do acampamento inicial após a saída das famílias foi Aderson Alves dos Santos. O lote foi sorteado entre os moradores e ela acabou sendo contemplado.

#### **4.3.1.2 Vamos plantar, que é de onde nós comemos<sup>320</sup>**

Os atores sociais que se dispuseram a realizar as ocupações, assim como as razões que impulsionaram sua aderência a esta empreita formam um universo bastante heterogêneo e, por vezes, lateral ao contexto de impacto. É importante ressaltar que alguns ocupantes não eram totalmente despossuídos, alguns tinham residência nos municípios mais próximos das áreas ocupadas, como Estreito – MA, no caso do “Acampamento Coragem” e Babaçulândia - TO, se pensarmos na “Ilha Verde”. Essas moradias urbanas são geralmente habitadas pelos filhos que estudam e, portanto, precisam passar a semana na cidade.

Para esses indivíduos, o que torna justa sua presença no território ocupado é o fato de que a formação do lago, se, por um lado, não tomou sua casa; por outro, alijou-o dos recursos materiais imprescindíveis à reprodução da vida material dessa população, como áreas de coleta de frutos do serrado e as roças de vazantes que foram definitivamente submersas:

Quanto a isso, dona Cleonice, que integrava as famílias que ocupavam a “Ilha Verde”, nos diz que “antes da barragem vir, nós plantávamos vazante bem ali na dona Marília, na mãe do “Ebe” [meu genro]. A gente plantava lá [na propriedade de dona Marília], pescava era lá, direto”<sup>321</sup>, mas após a construção da hidrelétrica, aquela vazante “está debaixo de água, ninguém nem vê mais o lugar!”<sup>322</sup>.

Na fala de dona Cleonice podemos também depreender que a pesca e a vazante eram atividades comumente correlatas, mormente porque ambas possuem caráter sazonal. Ademais, nos apresenta um marco temporal importante e que aparece em alguma medida, na narrativa de diversos entrevistados: qual seja, o de que a barragem aparece como um ponto de ruptura entre um “antes” e um “depois”. Essa constituição dialética entre a vida antes da chegada do empreendimento e a existência após sua instalação, não intencionam apontar para um passado idílico, onde tudo era mais fácil, mas ao fato de que anteriormente à barragem, manter o sustento era complicado, mas as transformações ocasionadas pela instalação do empreendimento

---

<sup>320</sup> Trecho da entrevista realizada com Aparecida Alves dos Santos na “Ilha Verde”, enquanto preparava os canteiros de sua horta à beira do lago da hidrelétrica de Estreito em 21 de abril de 2016.

<sup>321</sup> Cleonice Pereira da Silva Cruz. Ilha Verde, 2016.

<sup>322</sup> Cleonice Pereira da Silva Cruz. Ilha Verde, 2016.

tornaram a realidade muito mais tortuosa. As palavras iniciais, “antes da barragem vir”, já antecipam que nossa interlocutora entende que esse movimento de chegada da barragem como o de um corpo invasor, desencadeia uma transformação não apenas ambiental, mas social e econômica. O lugar que “ninguém vê mais”, onde do Cleonice “pescava lá, direto” encontra-se na imagem abaixo.

**Figura 86: Vazante na “Ilha Verde”, inundada pelo lago da hidrelétrica de Estreito – MA/TO**



Fonte: Acervo da pesquisa, (2016).

Toda essa porção de água encobre definitivamente terras mais baixas que, antes abrigavam roças de vazante, lavouras tradicionais e, como se pode depreender facilmente pelos troncos que ainda resistem à putrefação causada pela água parada, havia também muitas palmeiras de babaçu.

A narrativa a seguir retoma aspectos mencionados por dona Cleonice, como a articulação entre a pesca e a agricultura de vazantes e aprofunda algumas dimensões não pontuadas em sua entrevista:

O CESTE [...] deixou um cadastro do povo, diz que para dar terra para o povo, porque tinha os vazanteiros, que trabalhavam na beira do rio. E toda a conversa do CESTE era para melhorar o trabalhador. Os que tivessem, mesmo que tivessem num lugar, era para botar noutro lugar, que era para dar condições de trabalhar. E nós trabalhávamos nas terras na beira do rio, nas vazantes. E eles indenizaram o povo e não indenizaram os trabalhadores. O povo assim, eram os donos, dizia que eram os

donos das terras, mas não indenizaram os vazanteiros [...]. Aí fizeram um cadastro diz que para dar terra para os vazanteiros, que não iam dar dinheiro não, indenização [...] iam dar terra para o povo trabalhar. E aí, ficou, ficou, nunca apareceu terra<sup>323</sup>

A fala acima pertence a Luís Ferreira dos Santos, que também morou na “Ilha Verde”. Luís era pescador, mas também trabalhava nas vazantes dos proprietários de terras na região de Babaçulândia. Em suas palavras, esses proprietários aparecem como “o povo” ou os “donos”. Era costume que os trabalhadores que não possuíam terra para seu plantio estabelecessem com os donos das fazendas que possuíam terras na beira do rio, um regime de trabalho chamado de “*meia*”. A “*meia*” consistia em um acordo apalavrado em que o proprietário sedia a vazante para que o agricultor plantasse e, em troca, o resultado da sementeira era repartido igualmente entre ambos.

Seu Luís, como muitos outros, apesar de usufruírem da vazante, não eram os “donos” de fato. Este foram indenizados pelo CESTE, pois tinham documentos que atestavam a posse legal das faixas de terra que seriam inundadas. Isso reforça o argumento debatido anteriormente de que o CESTE exerceu ações mitigatórias tendo por diretiva uma concepção patrimonialista e hídrica acerca do atingido, sem levar em conta outras dimensões importantes da dinâmica econômico-cultural da região. Dessa maneira, como o vínculo dos trabalhadores das vazantes com a terra era o trabalho que nela empregavam, mas não tinham com ela qualquer vínculo cartorial, perderam a possibilidade de serem indenizados por seu trabalho, posto que os representantes do Consórcio não reconheceram os direitos baseados apenas no usufruto da terra.

Suas palavras nos levam a inferir que a troca de informações entre os funcionários do CESTE responsáveis pelo trato com a população não era muito clara. Ora, se tomarmos como pressuposto que a linguagem não é apenas uma instancia comunicacional, mas uma ação social entremeada de relações de poder, o que se percebe, na narrativa acima é que as pessoas não eram abordadas de maneira suficientemente clara, mostrando assim uma relação desnivelada na qual aqueles que compreendiam os termos e os tramites do processo exerciam certa ingerência sobre os que ignoravam as normativas. Essa ingerência serviu para amortizar os ânimos por meio da sugestão de um cadastro, do que para realizar efeitos concretos de compensação. Com efeito, as três últimas linhas das palavras de nosso narrador indicam que havia uma estratégia por parte dos representantes do consórcio: procrastinar até o limite uma solução clara em relação aos vazanteiros, até que a conclusão do processo de compra das terras tornasse qualquer outra ação mitigatória impossível.

---

<sup>323</sup> Luís Ferreira dos Santos. Ilha Verde, 2016.

Ao percorrer os caminhos que interligavam os casebres era possível enxergar milhares, roças de arroz, feijão, melancia, além das árvores frutíferas plantadas nos quintais. A seguir há uma amostra de algumas dessas plantações que dominavam a paisagem da “Ilha Verde” e de todas as outras ocupações:

**Figura 87: roças de milho na “Ilha Verde”.**



Fonte: Acervo da pesquisa, (2016)

Acima um recorte da confluência das atividades laborais que sustentavam a vida material dos moradores da “Ilha Verde”. Ao fundo podemos enxergar a roça de milho plantada entre as pindobas<sup>324</sup>. A plantação ficava a poucos metros da casa, posto que, por conta do terreno ser bastante acidentado, a extensão das áreas em que cada família escolheu para instalar-se variava muito. Outrossim, o tamanho dos terrenos também dependia da chegada do ocupante e do tipo de roça ou ocupação ao qual ele se debruçava.

Abaixo podemos vislumbrar algumas dessa roças.

---

<sup>324</sup> As palmeiras de coco babaçu são conhecidas por este nome tanto no Maranhão, quanto no Tocantins.

**Figura 88: Plantação localizada na ocupação de “Barra do Grotão”, em Filadélfia – TO, 2018**



Fonte: MAB Tocantins e CPT

**Figura 89: Feijão posto para secagem na ocupação “Barra do Grotão”.**



Fonte: MAB Tocantins e CPT

Além dos agricultores e vazanteiros, havia os pescadores. O fragmento de narrativa a seguir pertence a João Pereira da Costa, 61 anos, pescador aposentado pela Colônia Z-35, de Estreito, e uma das lideranças das famílias que ocupam atualmente a área correspondente ao “acampamento Coragem”, em Palmeiras do Tocantins. Ele reitera a consubstanciação das atividades de vazante e pescaria, mas aloja o mundo social dos pescadores para o primeiro plano. Conforme sua memória, “a gente [os pescadores] sobrevivia da pesca, dava para sobreviver. Na época a gente tinha também direito de plantar na costa do rio, quer dizer, onde o fazendeiro dava aquela liberdade de você fazer os barracos”<sup>325</sup>.

O discurso de seu João nos ajuda a compreender o *modus facere* dos trabalhadores da pesca tanto na dimensão de suas práticas laborais costumeiras, quanto nos acordos consuetudinários entre eles e os fazendeiros cujas terras alcançavam a eira do rio. Tal como em Babaçulândia -TO. Esses proprietários de terras geralmente sediam esses espaços a pequenos agricultores não-proprietários que costumavam fazer suas roças quando as águas do rio baixavam mas também aos pescadores que se alojavam em pequenos “ranchos” em pontos estratégicos do rio Tocantins durante período de pesca. Nesse interim, não era incomum que pescadores cultivassem vazantes nos terrenos próximos a seus pontos de pesca.

Tanto as ocupações que sofreram reintegração de posse, quanto as que ainda resistem, orientam-se por uma lógica, qual seja, a de o vínculo com a terra tem menos a ver com a posse legal intermediada por um documento que lhe dê legitimidade jurídica, mas está mais relacionada com tornar a terra produtiva, isto é, fazê-la ter uma função social. Por esse motivo, todas as famílias foram orientadas a estabelecerem roçados em seus terrenos, seja para a própria subsistência, seja para comercializarem o excedente.

---

<sup>325</sup> João Pereira da Costa, 61 anos. Acampamento Coragem, 2018

## CONCLUSÃO

Felicidade e jogo lhe são essenciais. Ele não começa com adão e Eva, mas com aquilo sobre o que deseja falar; diz o que a respeito lhe ocorre e termina onde sente ter chegado ao fim, não onde nada mais resta a dizer

ADORNO, Theodor. 2003, p. 17.

A inferência central a que podemos chegar ao término desta pesquisa é a de que as construções de usinas hidrelétricas na região amazônica desdobram-se em processos cruéis e devastadores, cuja extensão total possui um alcance amplo e de difícil mensuração. Esses projetos vêm sempre precedidos dos discursos de progresso e desenvolvimento para a região, mormente no que concerne a emprego, renda e melhoria nas condições de vida das populações que se encontram nas áreas impactadas.

Os municípios que sediam as obras sofrem os impactos decorrentes do acolhimento de uma quantidade considerável de trabalhadores em busca de uma vaga nas obras civis ou nas atividades econômicas fomentadas pelo canteiro de obras. Os municípios dificilmente possuem estrutura suficiente para atender as demandas do incremento populacional de que são alvo o que leva ao colapso dos sistemas básicos de prestação de serviço, mormente os de saúde, educação, saneamento básico e segurança. Com Estreito não foi diferente.

No que tange às populações diretamente atingidas, principalmente as mais vulneráveis como ribeirinhos, vazanteiros, pequenos agricultores, comunidades indígenas e pescadores, os resultados são ainda mais deletérios, porquanto, esses indivíduos acabam sendo compelidos a passar pela dolorosa experiência de testemunharem o alagamento de décadas de trabalho e da própria história, como no caso da hidrelétrica de Estreito – MA/TO que acarretou o deslocamento forçado, isto é, o êxodo compulsório de diversas famílias que se viram obrigadas a reorganizarem suas vidas em reassentamentos rurais ou ocupações, cujas condições de vida se mostravam radicalmente precárias.

A construção da hidrelétrica de Estreito apresentou essas duas faces do deslocamento e fomentou um debate extremamente importante, cuja resolução deveria nortear as tomadas de decisão relativas a esses empreendimentos e as formas como eles interferem na vida das populações que precederam sua chegada. O debate em questão é acerca do conceito de atingido, noção maiormente delimitada e cunhada em moldes essencialmente normativos e excludentes, que acabam por atender muito mais aos interesses das empresas do que das populações atingidas

que acabam sendo restringidas ao âmbito dos proprietários de propriedades ou benfeitorias alagadas. Esse molde exageradamente formal, deu condição de possibilidade para o problema das ocupações em torno do lago. Essas ocupações são formadas por indivíduos que de alguma forma se entendem por atingidos, mas não são reconhecidos pelo CESTE.

Ademais, o amanho com as fontes orais em consubstanciação com a pesquisa de campo que o trato com essas fontes exige, ensinou-me que a pesquisa é também um ensaio, uma forma a um só tempo titubeante e segura de relacionar-se com o que, na ausência de um termo mais adequado, chamamos de realidade. A experiência de pesquisa, mormente no amanho com as fontes orais, a tentativa de inseri-las em uma historio-grafia, é um radical exercício de distância literal e metafórica. Lidei com narrativas e experiências muito diferentes das minhas, empreguei-lhes análises que, se por um lado procuravam exercer uma relação de proximidade conceitual, por outro esforçaram-se para deixar que as próprias narrativas se impusessem em primeiro plano.

A entrevista é sempre uma operação tensa de negociação: uma negociação do entrevistado com sua própria história passada a limpo no momento em que a recordação e a linguagem a inserem em uma ordem simbólica inteligível; negociação entre o historiador que, da narrativa, coteja os traços que lhe interessam e, procura também a incluir em uma trama argumentativa que se pretende interpretativa e explicativa. O face a face da entrevista é sempre uma abertura de horizonte. Nas narrativas, ao tempo crono-lógico podemos acrescentar um *tempo transversal*, em que a situação presente impõe questões que incitam o narrador a rever suas respostas aos problemas passados. Ademais, por maior e genuíno que tenha sido meu acolhimento nos reassentamentos, eu sempre estive lá como um “estrangeiro”, como alguém que enxerga de fora – concreta e metaforicamente. Essa experiência me fez compreender que a pesquisa é a um só tempo, um exercício de empatia e expatriação.

Aprendi que existem diversas modalidades de interlocutores que produzem fontes orais de natureza distintas, mas todas importantes em alguma medida. Há os entrevistados, que na falta de uma predicação mais adequada, podemos chamar de “profissionais-engajados”. São aqueles já acostumados ao trato com pesquisadores e, por isso, julgam antecipar aquilo que o entrevistador gostaria de ouvir e orientam sua narrativa baseados nessa percepção. Esse tipo de entrevistado possui um relato previamente estruturado, sua narrativa é mais “organizada” não apenas atenta aos fatos, mas à sua interpretação e, geralmente, o entrevistador é conduzido não apenas a compreender os acontecimentos, mas sobretudo o seu significado axiológico. Esses narradores deixam muita clara a sua posição no processo, o lado em que militam. Geralmente



são integrantes de movimentos sociais, exercem algum tipo de liderança na comunidade ou desempenham papel significativo nos embates.

Por fim, os empreendimentos hidrelétricos, articulados `à mesma lógica instrumental dos projetos modernizantes de grande envergadura impostos à região amazônica sem a consulta mínima à população envolvida e praticamente moucos às argumentações dos povos tradicionais e originários – sempre os mais atingidos; esses projetos simplesmente chegam à região, territorializam-se por meio da instalação do canteiro de obras e da interferência violenta no curso do rio. Nesse processo, subvertem as dinâmicas regionais por meio da atração de indivíduos e da expulsão de um número vultoso de famílias de suas terras, forçando-as a retomarem a vida em sítios por vezes, radicalmente distintos das moradas anteriores; depois as obras terminam, a usina começa a gerar energia que não abastece a região, os empreendedores vão embora, mas os impactos continuam a desdobrar-se em efeitos essencialmente deletérios.

## BIBLIOGRAFIA

ABREU, Capistrano de. *Capítulos de história colonial (1500-1800)*. Brasília: Conselho editorial do senado federal, 1998

ACCIOLY, Alexandre Magno Rodriguez et. al. *A Eletronorte e as barragens da região amazônica*. MELLO, Flavio Miguez de (Coord.); PIASENTIN, Conrado (Ed). *A história das barragens no Brasil, Séculos XIX, XX e XXI*: cinquenta anos do Comitê Brasileiro de Barragens. Rio de Janeiro: CBDB, 2011, pp. 207-225.

ADORNO, Theodor W. *Correspondência Adorno-Benjamin 1928-1940*. 2 ed. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

\_\_\_\_\_. *Teoria Estética*. Lisboa: Edições 70, 1998.

AGAMBEN, Giorgio. *O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha*. São Paulo: Boitempo, 2008

ALBERTI, Verena. *Manual de História Oral*. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005b

\_\_\_\_\_. *Tradição Oral e História Oral: proximidades e fronteiras*. In. Revista de História Oral. São Paulo: Associação Brasileira de História Oral, v. 8, n. 1, 2005 a, pp. 11-29.

\_\_\_\_\_. *Ouvir, Contar: Textos em História Oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Antropologia dos arquivos da Amazônia*. Rio de Janeiro: Casa 8/ Fundação Universidade de Manaus, 2008

ALMEIDA, Graziela Rodrigues de. *Terras Indígenas e o Licenciamento Ambiental da Usina Hidrelétrica de Estreito: análise etnográfica de um conflito socioambiental*. Dissertação de Mestrado apresentada ao programa de pós-graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília (UnB), sob a orientação do professor Dr. Paul Elliott Little: Brasília, DF, 2007

ARENZ, Karl Arenz. *Além das doutrinas e rotinas: índios e missionários nos aldeamentos jesuíticos da Amazônia portuguesa (séculos XVII e XVIII)*. In. REVISTA HISTÓRIA E CULTURA, Franca-SP, v.3, n.2, 2014, pp.63-88.

ASSELIN, Victor. *Grilagem, corrupção e violência em terras do Carajás*. Petrópolis: Vozes/CPT, 1982

ATINGEN, Noé von; SCHERER, Bruno dos Santos; VARÃO, Adriana Marcia. *Estudos Espeleológicos das cavidades naturais na área da UHE - ESTREITO - MA/TO: Prospecção e documentação básica*. In. ANAIS do 31º Congresso Brasileiro de Espeleologia Ponta Grossa-PR, 21-24 de julho de 2011 – Sociedade Brasileira de Espeleologia, 2011, pp. 601-610. Disponível em [www.cavernas.org.br](http://www.cavernas.org.br) sbe@cavernas.org.br 601. Consultado em 05 de junho de 2017

BANCO MUNDIAL. *Licenciamento ambiental de empreendimentos hidrelétricos no Brasil: uma contribuição para o debate Volume II*. 2008

BARTHES, Roland. *Mitologias*. 11 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001

BARROS, José D'Assunção. *Sobre a feitura da Micro-história*. OPSIS, Vol. 7. N. 9. Jul-Dez 2007, pp. 167-185.

\_\_\_\_\_. *Fontes Históricas: Introdução aos seus usos historiográficos*. Petrópolis: Vozes, 2019

BAUMAN, Zygmunt. *Identidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005

BECKER, Bertha k. *Amazônia*. 5 ed. São Paulo: Ática, 1997, 112 p.

\_\_\_\_\_. *Amazônia: Geopolítica na virada do III milênio*. 2 ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2006, p. 168 p.

BENINCÁ, Dirceu. *Energia e Cidadania: a luta dos atingidos por barragens*. São Paulo: Cortez Editora, 2011

BENJAMIN, Walter. *A obra de arte na época de suas técnicas de produção*. 2 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1982 (Coleção Os Pensadores).

\_\_\_\_\_. *Passagens*. Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009

\_\_\_\_\_. *Magia e técnica, arte e política*. 7 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994

BERGSON, Henri. *Matéria e Memória: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito*. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999

BERENHAUSER JR, Carlos. *Evolução da indústria de energia Elétrica no Brasil: trinta anos de vivência do problema*. In. *Boletim Geográfico*. N. 217. Ano 29. junho/agosto, 1970, pp. 03-17.

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o Ofício do historiador*. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2011

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer*. 2 ed. São Paulo: Edusp, 2008

BRAGA, Waldir Azevedo. *Carolina possuiu a 1ª hidrelétrica da Amazônia e a 2ª hidrelétrica do Nordeste*. Disponível em: <<https://jupiter.com.br/u/socultura/waldir.html>>. Acesso em 08 de março de 2018.

BUARQUE, Manoel. *Araguaia e Tocantins*. Belém, 1923

CABRAL, Maria do Socorro Coelho. *Caminhos do Gado: conquista e ocupação do Sul do Maranhão*. São Luís: SIOGE, 1992.

CAMBESES JÚNIOR, Manoel. *Major-brigadeiro-do-ar Lysias Augusto Rodrigues: pioneiro do Correio Aéreo Nacional*. Disponível em <<http://www.fab.mil.br/fab/personalidades/lyσίαςauusto>>. Acesso em 23 de março de 2018.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *A Ditadura dos Empreiteiros: as empresas nacionais de construção pesada, suas formas associativas e o Estado ditatorial brasileiro, 1964-1985*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação de História Social da Universidade Federal Fluminense, sob a orientação do Prof<sup>ra</sup>. Dra. Virgínia Fontes. Niterói, Rio de Janeiro, 2012.

CARDOSO, Clodoaldo. *Municípios Maranhenses: Pastos Bons*. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1947.

CARDOSO, Fernando Henrique; MÜLER, Geraldo. *Amazônia: Expansão do capitalismo*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais [edição on-line], 2008 [1977], 168 p. Disponível em [www.bvce.org.br](http://www.bvce.org.br). Consulta feita em janeiro de 2017.

CARVALHO, Horácio Martins de. *Imperialismo, multinacionais e agricultura*. In. SAUTCHUK, Jaime; CARVALHO, Horácio Martins de; GUSMÃO, Sérgio Buarque de. *Projeto Jari: a invasão americana*. São Paulo: Editora Brasil Debates, 1979, pp. 87-111.

CARVALHO, Carlota. *O Sertão: Subsídios para a História e Geografia do Brasil*. 3 ed. Imperatriz: Ética, 2006.

CARVALHO, Erton. *Usina do Itapecuruzinho: A primeira hidrelétrica da Amazônia*. In. MELLO, Fábio Miguez de (Coordenador). *A história das barragens no Brasil, séculos XIX, XX e XXI: cinquenta anos do Comitê Brasileiro de Barragens*. Rio de Janeiro: CBDB, 2011, pp. 113-123

CARVALHO, Rosa; CARVALHO, Zilma. *Newton Carvalho: Um realizador de sonhos*. Goiânia: Kelps, 2015.

CASTELLS, Manuel. *O Poder da Identidade*. 8 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999

CASTRO, Bruno Leonardo Gonçalves e Castro. *Critérios socioambientais de reposição de perdas e realocização para atingidos por barragens: um estudo sobre o povoado de Palmatuba*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Tocantins (UFT), sob a orientação do Prof. Dr. Antônio José Pedroso Neto. Palmas, Tocantins, 2009.

CAVALCANTE, Márcia de Sá. *Notas explicativas*. In. HEIDEGGER, Martin. *Ser e Tempo (Parte I)*. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2001, pp. 309 – 325.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1 Artes de fazer*. 13 ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

CHAVES, Patrícia Rocha. *As Relações Sócio-Territoriais na Construção da Usina Hidrelétrica de Estreito e a Reprodução do Espaço Urbano nas Cidades de Carolina - MA e Filadélfia – TO*. Dissertação apresentada no Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio da Universidade Federal do Tocantins (UFT), sob a orientação do Prof. Dr. Elizeu Ribeiro Lira: Palmas, TO, 2009.

COMISSÃO MUNDIAL DE BARRAGENS (CMB). *Barragens e desenvolvimento: um novo modelo para tomada de decisões*. Relatório da Comissão Mundial de Barragens, Novembro de 2000. Disponível em: [https:// cmb\\_sumario.pdf](https://cmb_sumario.pdf) (mppa.mp.br)

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. *Lutar e resistir: o drama das famílias atingidas por barragens com o anúncio de reintegração de posse*. In. <https://cptnacional.org.br>. Consulta feita em 01/03/2021

\_\_\_\_\_. *Conflitos no Campo Brasil 2011*. Goiânia: CPT Nacional Brasil, 2012

CORTESÃO, Jaime. *História do Brasil nos velhos mapas*. Rio de Janeiro: Departamento de imprensa nacional, 1965

DARNTON, Robert. *Os dentes falsos de George Washington: um guia não convencional para o século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005

DEBERT, Guita G. *Problemas relativos à utilização da história de vida e história oral*. In. CARDOSO, Ruth C. L. (org.). *A aventura Antropológica: Teoria e pesquisa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, pp. 141-155.

DELEUZE, Gilles. *Conversações (1972-1990)*. São Paulo: Editora 34, 1992

\_\_\_\_\_. *Bergsonismo*. São Paulo: Editora 34, 2012

DELEUZE, Gilles; GUATARRI, Felix. *O que é a Filosofia?* Rio de Janeiro: Editora 34, 1992

\_\_\_\_\_. *O Anti-Édipo: Capitalismo e esquizofrenia 1*. Rio de Janeiro: Editora 34, 2010

DELGADO, Jucilia de Almeida Neves. *História Oral: memória, tempo, identidades*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006

DIAS, Antonio. *O Sertão Maranhense: Esboço geológico, physiográfico e social*. Maranhão: Imprensa Oficial, 1922.

DOSSE, François. *A História*. São Paulo: Editora Unesp, 2012

DRUMMOND, José Augusto. *Investimentos privados, impactos ambientais e qualidade de vida num empreendimento mineral amazônico: o caso da mina de manganês de Serra do Navio (Amapá)*. **HISTÓRIA, CIÊNCIA SAÚDE**. Rio de Janeiro, v. 6, set. 2000. pp. 753-792 Disponível em < <http://www.scielo.br/cgi-bin/wxis.exe/iah/?IsisScript=iah/iah.xis&base=article%5Edlibrary&format=iso.pft&lang=p&nextAction=lnk&indexSearch=AU&exprSearch=DRUMMOND,+JOSE+AUGUSTO>> Acesso: 25 de março de 2017.

ECO, Umberto. *Apostilas a O Nome da Rosa*. In. ECO, Umberto. *O Nome da Rosa*. Rio de Janeiro: BestBolso, 2012

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001

FAGUNDES, Tatiana; FARIAS, Elisângela. Tocantins será o estado mais beneficiado com hidrelétricas. **O Progresso**, Imperatriz, 14 Jan. 2005. Tocantins, Caderno 1, p. 6.

FERREIRA, Luiz Alberto. *Sertão e a ideia de República no Maranhão (1888-1889)*. In. *Meandros da História*. pp. 328-360.

FERREIRA, Dallyla Tais Assunção Milhomem et, ali. *Perdas simbólicas e os atingidos por barragens: o caso da usina hidrelétrica de Estreito, Brasil*. In DMA Desenvolvimento e Meio Ambiente. Vol. 30. Julho, 2014, pp. 73-87. Disponível em [www.ser.ufpr.br](http://www.ser.ufpr.br) consulta em 12 de junho de 2017

FEBVRE, Lucien. *O Reno: História, mitos e realidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000

FLORES, Kátia Maia. *Caminhos que andam: o rio Tocantins e a navegação fluvial nos sertões do Brasil*. Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) sob a orientação da Prof. Dra. Júnia Ferreira Furtado. Belo Horizonte, 2006.

FARIA, Alexandre Magno de Melo. *Hidroelétricas amazônicas: fontes energéticas apropriadas para o desenvolvimento regional?* In. PAPER DO NAEA 190. Maio, 2006

FERRAZ, Siney. *O movimento camponês no Bico do Papagaio: Sete barracas em busca de um elo*. 2 ed. Imperatriz: Ética Editora, 2000.

FOUCAULT, Michel; DELEUZE, Gilles. *Os intelectuais e o poder*. In. FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 14 ed. Rio de Janeiro: edições Graal, 1979, pp. 69-79.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 13 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2006

\_\_\_\_\_. *A arqueologia do saber*. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005

\_\_\_\_\_. *Eu, Pierre Riviere que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão: um caso de parricídio apresentado por Michel Foucault*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1977

\_\_\_\_\_. *Microfísica do Poder*. 14 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979

\_\_\_\_\_. *Arte, Epistemologia, Filosofia e História da medicina*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011 (Ditos e Escritos).

FEARNSIDE, Philippe. *Hidrelétricas na Amazônia brasileira: questões ambientais e sociais*. In. G.R.S. Sánchez, D. Floriani, N. Floriani & C. De Britto (eds.) *América Latina Sociedade e Meio Ambiente: Teorias, Retóricas e Conflitos em Desenvolvimento*. Curitiba: Editora da Universidade Federal do Paraná, 2015a, pp. 05 - 28.

\_\_\_\_\_. *Hidrelétricas na Amazônia: Impactos ambientais e sociais na tomada de decisão sobre grandes obras*. Vol 1. Manaus: Editora do INPA, 2015b

\_\_\_\_\_. *Hidrelétricas na Amazônia: Impactos ambientais e sociais na tomada de decisão sobre grandes obras*. Vol 2. Manaus: Editora do INPA, 2015c

\_\_\_\_\_. *Belo Monte: Lições da luta 2 – O início dos planos no Xingu*. In. AMAZÔNIA REAL, 2017. Disponível em: <http://amazoniareal.com.br/belo-monte-liceos-da-luta-2-o-inicio-dos-planos-no-xingu>. Consulta feita em 11/01/2018.

FURTADO, Júnia Ferreira. *Metamorfozes da colonização: o rio Tocantins e a expansão para o Oeste em mapas e relatos (Século XVIII)*. In. TEMPO: Niterói. Vol. 22. N. 40. Maio-ago, 2016, pp. 367-399.

FRANK, Rafael. *Primeira usina hidrelétrica do PAC é entregue no Tocantins*. In. PINI WEB, 2009. Disponível em: <<http://piniweb17.pini.com.br/construcao/infra-estrutura/primeira-usina-hidreletrica-do-pac-e-entregue-em-tocantins-125158-1.aspx>> Consulta feita em 27 de fevereiro de 2018

FRANKLIN, Adalberto. *Breve História de Imperatriz*. Imperatriz: Ética, 2005

\_\_\_\_\_. *Carlota Carvalho: perfil biográfico*. In. CARVALHO, Carlota. *O Sertão: Subsídios para a História e Geografia do Brasil*. 3 ed. Imperatriz: Ética, 2006, pp. LXVII – LXXI.

\_\_\_\_\_. *Apontamentos e fontes para a História Econômica de Imperatriz*. Imperatriz: Ética, 2008.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Benjamin: Os cacos da história*. São Paulo: Brasiliense, 1982

GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*. 2 ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014

GONÇALVES, Carlos W. Porto. *Amazônia, Amazônias*. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2012, 178 p.

GIDDENS, Anthony. *Modernidade e Identidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002

GINSBURG, Carlo; PONI, Carlo. *O Nome e o Como: Troca desigual e mercado historiográfico*. In. GINSBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1989

\_\_\_\_\_. *Mitos, emblemas e sinais: Morfologia e História*. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1989

\_\_\_\_\_. *O fio e os rastros; verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007

GUATARRI, Felix. *Micropolítica: Cartografias do Desejo*. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 1996

GULLAR, Ferreira. *Toda Poesia (1950-1999)*. 12 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2004

HABERMAS, Jürgen. *Entre naturalismo e religião: Estudos Filosóficos*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2007

\_\_\_\_\_. *Mudança estrutural na esfera pública*. São Paulo: Editora Unesp, 2014

HALUM, César. *Municípios tocantinenses: suas origens e seus nomes*. Palmas: Provisão, 2008, 362 p.

HARTOG, François. *Evidência da História: o que os historiadores veem*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011

HAESBAERT, Rogério. *Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste*. Niterói: EDUFF, 1997

\_\_\_\_\_. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. 11 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019

HÉBETTE, Jean. *O Grande Carajás: Um novo momento na história moderna da Amazônia paraense*. In. CASTRO, Edna; HÉBETTE, Jean (Orgs.). *Na trilha dos Grandes Projetos: Modernização e conflito na Amazônia*. Belém: NAEA/UFPA, 1989, pp. 07-40

\_\_\_\_\_. *Colonização espontânea, política agrária e grupos sociais: Reflexões em torno da rodovia Belém-Brasília*. In. HÉBETTE, Jean. *Cruzando a Fronteira: 30 anos de campesinato na Amazônia*. Volume 1 Migração, colonização e ilusões de desenvolvimento. Belém: EDUFPA, 2004, pp. 41-75

HÉBETTE, Jean; MARIN, Rosa E. Acevedo. *A ligação rodoviária Norte-Sul: sonhos e realidade*. In. HÉBETTE, Jean. *Cruzando a Fronteira: 30 anos de campesinato na Amazônia*. Volume 1 Migração, colonização e ilusões de desenvolvimento. Belém: EDUFPA, 2004, pp. 35-40

HERRERA, José Antônio; NETO, José Queiroz de Miranda. *Expansão urbana recente em Altamira (PA): Novas tendências de crescimento a partir da instalação da UHE Belo Monte*. In. Ateliê Geográfico. Goiânia – GO, v. 11, n. 03, dez. 2017, pp. 34-52

HOLANDA, Fabiola; MEIHY, José Carlos Sebe B. *História Oral: como fazer, como pensar*. 2 ed. São Paulo: Editora Contexto, 2015

HEIDEGGER, Martin. *Ser e Tempo (Parte I)*. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2001

HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. 2. Ed. São Paulo: Editora 34, 2009.

IMÍZCOZ, Jose María. *Actores, redes, processos: reflexiones para uma historia más global*. In. **HISTÓRIA**: Revista da Faculdade de Letras. Série III. Vol. 5. Poro. 2004, pp. 115-140

JEZÚS, J. Palhano de. *Relatório do reconhecimento ligeiro da estrada de ferro do Itapecurú ao Tocantins*. Maranhão: Imprensa Oficial, 1910

KANT, Immanuel. *Crítica da razão pura*. São Paulo: Martin Claret, 2003

KOWARICK, Marcos. *Amazônia/Carajás na trilha do saque: os grandes projetos amazônicos*. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 1995



LAMONTAGNE, Annie. *Os impactos do processamento de licenciamento ambiental: análise da administração estatal do conflito socioambiental, interétnico e multicultural da Usina hidrelétrica de Estreito*. Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação em Estudos Comparados sobre as Américas, da Universidade de Brasília (UnB), sob a orientação do professor Dr. Cristian Teófilo da Silva: Brasília, 2010.

LEMONS, Chélen Fischer de. *O processo sociotécnico de eletrificação na Amazônia: articulações e contradições entre Estado, capital e território (1890 a 1990)*. Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional / Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, da Universidade Federal do Rio de Janeiro sob a orientação do Prof. Dr. Carlos B. Vainer. Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, 2007, 342 p.

LIMA, José Luiz. *Políticas de governo do setor de energia elétrica: do Código de Águas à crise dos 80 (1934-1984)*. Rio de Janeiro: Memória da Eletricidade, 1995

LIMA, Henrique Espada. Micro-história. In. CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo (Orgs). *Novos Domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, pp. 207 – 224

LÖWY, Michael. *Walter Benjamin: Aviso de incêndio: Uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”*. São Paulo: Boitempo, 2005

MACDOWELL, João Augusto A. Amazonas. *A gênese da ontologia fundamental de Martin Heidegger: ensaio e caracterização de o modo de pensar de Sein und Zeit*. São Paulo: Loyola, 1993.

MACHADO, Laylson Mota. *O Acampamento Coragem: Impactos, conflitos e percepções em torno da Usina Hidrelétrica de Estreito – MA*. Monografia apresentada no curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Tocantins (UFT), sob a orientação do professor Dr. Wellington da Silva Conceição: Tocantinópolis – TO, 2017

MAGALHÃES, Sonia Barbosa. *Lamento e dor: uma análise sócio-antropológica do deslocamento compulsório provocado pela construção de barragens*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará e na Universidade de Paris 13, 2007.

MAGALHÃES, Sonia Barbosa. *As grandes hidrelétricas e as populações camponesas*. In. D’INCÃO, Maria Angéla; SILVEIRA, Isolda Maciel da (Org.). *A Amazônia e a crise de modernização*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994, pp. 447-456

MAGALHÃES FILHO, Luiz Norberto Lacerda, VERGARA, Fernán Enrique, RODRIGUES, Waldecy. *Valoração dos danos ambientais causados pela implantação da usina hidrelétrica de Estreito: o caso dos municípios de Carolina- MA e Filadélfia - TO*. In. REGA. Vol. 9, n. 2, jul.-dez. 2012, pp. 63-75

MARCONDES, Danilo. *Apresentação à Filosofia da Linguagem de J. L. Austin*. In. AUSTIN, J. L. *Quando dizer é fazer*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990

MARQUES, Cezar Augusto. *Dicionário Histórico e Geográfico da Província do Maranhão*. Maranhão: Typographia do Frias, 1870.

MASSOLI, Elma. Coelho. *Geração de energia elétrica e desenvolvimento sustentável: uma análise das externalidades potencialmente geradas pela UHE de Estreito (MA)*. Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Administração da Universidade da Amazônia (UNAMA), sob a orientação do Prof. Dsc. Fabrício Quadros Borges: Belém, 2013.

MATOS, Olgaria. *A narrativa: metáfora e liberdade*. In. **Revista de História Oral**. Vol. 04, 2001, pp. 09-24

MATTOS, Carlos de Meira. *Uma geopolítica pan-amazônica*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980, 215 p.

MEIHY, José Carlos Sebe B.; HOLANDA, Fabiola. *História Oral: Como fazer, como pensar*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2015

MELO, Nara Lopes de, CHAVES, Patrícia Rocha. *A construção da usina hidrelétrica de Estreito e o processo de territorialização do movimento de atingidos por barragens – MAB*. In. Anais XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária. 2012, pp. 01-13).

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA. ELETRONORTE. *Plano Nacional de Energia Elétrica 1987-2010: relatório executivo*. Rio de Janeiro: ELETROBRÁS, 1987

MONTAGNER, Airto Ceolin; DA SILVA, Amós Coêlho. *Dicionário Latino – Português: etimologia, gramática, derivações, exemplos*. Petrópolis: Vozes, 2009

MUNSLOW, Alun. *Desconstruindo a história*. Petrópolis: Vozes, 2009

NETTO, Eloy Coelho. *História do Sul do Maranhão: Terra, vida, homens e acontecimentos*. São Luís: Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão, 1979.

NIETZSCHE, Friedrich. *Além do bem e do mal*. Petrópolis: Vozes, 2012

OLIVEIRA, R; ALMEIDA, R.H.C, et. al. *Avaliação Sócioambiental da População Humana do Entorno da UHE Curuá-Una-Santarém/PA*. In. ANAIS DO II CITENEL, 2003, pp. 621-626.

PANDOLFO, Clara. *Amazônia Brasileira: ocupação, desenvolvimento e perspectivas atuais e futuras*. Belém: CEJUP, 1994, 228 p.

PATERNOSTRO, Júlio. *Viagem ao Tocantins*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1945

PARENTE, Temis Gomes. **Fundamentos históricos do estado do Tocantins**. Goiânia: Editora UFG, 2007a.

\_\_\_\_\_. *Gênero e (in)sustentabilidade de mulheres nos reassentamentos rurais da usina hidrelétrica de Estreito – Tocantins*. In. OPSIS. Catalão. V. 15, n. 02, 2015, pp. 399-416.

PARATUR. *Inventário da oferta turística Tucuruí 2012*. Belém. PARATUR, 2011

PINGELLI ROSA, *Energia e setor elétrico nos governos Lula e Dilma*. In. SADER, Emir (Org.). *Lula e Dilma: 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil*. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO, 2013

PINTO, Lúcio Flávio. *Energia: as ilimitadas promessas da Amazônia*. OPINIÃO. Rio de Janeiro. 21 de Jan. 1974. p. 03

\_\_\_\_\_. *Carajás: o ataque ao coração da Amazônia*. 2 ed. Editora Marco Zero, 1982

\_\_\_\_\_. *Hidrelétricas na Amazônia: predestinação, fatalidade ou engodo*. Belém: Edição Jornal Pessoal, 2002.

\_\_\_\_\_. *Icomi de volta. Mas de verdade?* JORNAL PESSOAL. Belém. Ano XXVIII. N. 550. Primeira quinzena. Dez. 2013. p. 07

PEREIRA, Marcelo Divino Ribeiro. *Os impactos socioeconômicos e o processo indenizatório das comunidades ribeirinhas atingidas pela usina hidrelétrica de Estreito – Maranhão*. Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Tocantins (UFT), sob a orientação do professor Dr. Antônio José Pedroso Neto, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Desenvolvimento Regional. Palmas, 2013

PEREIRA, Jaciene. *UHE-Estreito, as veias abertas do Tocantins: (des)envolvimento e dinâmica territorial do município de Carolina – MA*. In. Anais do VII Congresso de Geógrafos, 2014, pp. 01-12.

\_\_\_\_\_. *O atual modelo energético e a gestão ambiental no Brasil: uma análise a partir do caso da UHE-Estreito e os impactos socioespaciais em Carolina*. Dissertação apresentada ao Mestrado de Desenvolvimento Socioespacial e Regional da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), sob a orientação da Profª Drª Monica Piccolo Almeida: São Luís 2015

PETIT, Pere. **Chão de Promessas: Elites Políticas e Transformações Econômicas no Estado do Pará pós-1964**. Belém: Paka-Tatu, 2003.

POLLAK, Michael. *Memória e identidade social*. In, Estudos Históricos. Rio de Janeiro. Vol. 05, n. 10, 1992, pp. 200-212

PORTELLI, Alessandro. *Ensaio de História Oral*. São Paulo Letra e Voz, 2010

PROST, Antoine. *Doze lições sobre a História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008

SANTO ANTONIO ENERGIA. *Hidrelétricas no Brasil*. Premier Artes Gráficas, 2012

SEVÁ FILHO, Arsênio Oswaldo. *Problemas intrínsecos e graves da expansão mineral. Metalúrgica, petrolífera e hidrelétrica nas Amazônias*. In. LASCHEFSKI, Klemens; ZHOURI, Andréa (Org.). *Desenvolvimento e conflitos ambientais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017, pp. 114-147.

SIGAUD, Lygia. *Efeitos sociais de grandes projetos hidrelétricos: As barragens de Sobradinho e Machadinho*. In. ROSA, Luiz Pinguelli; SIGAUD, Lygia; MIELNIK, Otávio (Coord.). *Impactos de grandes projetos hidrelétricos e Nucleares: aspectos tecnológicos, ambientais e sociais*. São Paulo: Editora Marco Zero/CNPq, 1988, pp. 83-166.

REIS, Arthur César Ferreira. *A ocupação portuguesa do vale amazônico*. In. HOLLANDA, Sérgio Buarque de (Dir.). *História Geral da Civilização Brasileira: A Época Colonial*. Tomo I. Vol. I. 14 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, pp. 257-272.

RIBEIRO, Francisco de Paula. *Descrição do território de Pastos Bons, nos sertões de Maranhão*. In. *Jornal do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro*. 2 ed. Tomo XII. Rio de Janeiro: Typographia de João Ignacio da Silva, 1872. Disponível em [HTTP://biblio.etnolinguistica.org](http://biblio.etnolinguistica.org)

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

RIOS, Luiz. *Estudos de geografia do Maranhão*. 3 ed. São Luís: Gr@phis Editora, 2001.

RODRIGUES, Lysias A. *O rio dos Tocantins*. Rio de Janeiro: IBGE/Conselho Nacional de Geografia, 1945

\_\_\_\_\_. *Roteiro do Tocantins*. 4 ed. Palmas: Alexandre Acampora, 2001

ROUSSEAU, Jean-Jaques. *O Emílio: ou da Educação*. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

SANT'ANNA, Affonso Romano de Sant'Anna. *Ler o mundo*. São Paulo: Global Editora, 2013.

SANTOS, André das Chagas. *A construção da usina hidrelétrica de Curuá-Uma e a formação da comunidade de Boa Esperança*. In. ESPAÇO CIENTÍFICO. *Revista do CEUL de Santarém*. Vol. 11. N. 1/2. 2010, pp. 16-27.

SANTOS, André Chagas, et al. *Ideologias de desenvolvimento em jornais de Santarém-PA nas décadas de 1960 e 1970*. In. PRACS: *Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP*. Macapá, v. 9, n. 2. jul./dez. 2016, pp. 57-71. Disponível em: <<https://periodicos.unifap.br/index.php/pracs>> Acesso em 27 de março de 2017.

SANTOS, Daniel D. O. dos et al. *Turbinas hidráulicas*. Disponível em: <<http://mecanica.ufu.br/LIVRE/Daniel/FEMEC41066%20-%20Maquinas%20de%20Fluxo/Turbinas-Cap8/turbinas.pdf>>. Consulta feita em 27 de fevereiro de 2018.

SAUTCHUK, Jaime. *O país de Mr. Ludwig*. In. SAUTCHUK, Jaime; CARVALHO, Horácio Martins de; GUSMÃO, Sérgio Buarque de. *Projeto Jari: a invasão americana*. São Paulo: Editora Brasil Debates, 1979, pp. 11-75.

SCHIMINK, Marianne; WOOD, Charles H. *Conflito sociais e a formação da Amazônia*. Belém: Ed.ufpa, 2012

SEGER, Sonia. *Marcos constitutivos do setor elétrico brasileiro*. In. MAGALHÃES, Gildo (Org.). *História e Energia: Memória, informação e Sociedade*. São Paulo: Alameda, 2012, pp. 105-124.

SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Castelo a Tancredo (1964-1985)*. 7 ed. Rio de Janeiro: paz e Terra, 1988.

\_\_\_\_\_. *Brasil: de Getúlio a Castello (1930-64)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010

SIEBEN, Airton. *Estado e Política Energética: a desterritorialização da comunidade rural de Palmatuba em Babaçulândia (TO) pela Usina Hidrelétrica de Estreito*. Tese apresentada ao programa de pós-graduação em geografia da Universidade Federal de Uberlândia, sob a orientação do Prof. Dr. João Cleps Júnior: Uberlândia, 2012.

SIEBEN, Airton, CLEPS JÚNIOR, João. *Política energética na Amazônia: A UHE Estreito e os camponeses tradicionais de Palmatuba/Babaçulândia (TO)*. In. **Soc. & Nat.**, Uberlândia, ano 24 n. 2, mai/ago. 2012, pp. 183-196.

SA VALE, José Ribeiro de. *Geografia do Maranhão*. 3 ed. Maranhão: Emp. Gráfica Tribuna, 1944

SANTOS, Alisson Almeida dos; SIEBEN, Airton. *Hidreletricidade desterritorialização: uma análise a partir do reassentamento Mirindiba localizado no município de Araguaína – TO*. In. Revista Tocantinense de Geografia, Araguaína (TO), Ano 03, no 01 , p. 1-10, jan - jul, 2014)

SOUSA, Jailson de Macedo; ALMEIDA, Fernando Ferreira de. *Efeitos sócioespaciais de grandes projetos na Amazônia Oriental: uma reflexão a partir das representações sociais das populações atingidas pela UHE/Estreito/MA*. In. Anais XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária. 2012).

SIGAUD, Lígia. *Efeitos sociais de grandes projetos hidrelétricos: as barragens de Sobradinho e Machadinho*. Rio de Janeiro: FINEP, 1986

SILVA JÚNIOR, Cícero Pereira; PETIT, Pere. *Memórias alagadas: a Amazônia Oriental e os projetos hidrelétricos, o caso da UHE de Estreito (MA/TO)*. Revista **Espacialidades** [online]. 2014, v. 7, n. 1, pp. 10-33.

SILVA JÚNIOR, Cícero Pereira da; FERNANDES, José Guilherme dos Santos. *Os escombros da memória: A Balaiada na tradição oral caxiense*. In. SARMENTO-PANTOJA, Augusto; SARMENTO-PANTOJA, Tânia (org.). *Vertigens do Olhar: Estudos de Literatura vernácula*. Belém: Oficina Raquel, 2012, pp. 29-44

SILVA JÚNIOR, Cícero Pereira da; ALENCAR, Larissa Fontenele de. *História, ficção e narrativa: Entre a memória e a oralidade no filme “Narradores de Javé”*. In. ALENCAR, Larissa Fontenele de. Et al. (Org). *Diálogos interculturais na Amazônia Oriental*. São Carlos: Pedro e João, 2017.

SILVA, Marina. *Prefácio*. In. MOREIRA, Paulo Franco (Org.). *O setor elétrico brasileiro e a sustentabilidade no século XXI*. Brasília: Rios Internacionais, 2012, pp. 07-09

TO – Território Apinajé ameaçado por projetos hidrelétricos do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) – Mapa de Conflitos Envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil (fiocruz.br)

THEMAG ENGENHARIA. *Usina hidrelétrica SINOP: Relatório de Impacto ambiental*. 2010.

THOMSON, Alistair. *Recompondo a memória: questões sobre a relação entre a História Oral e as memórias*. In. **Projeto História**. São Paulo, abril, 1997, pp. 51-83.

THOMPSON, Paul. *A voz do Passado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

THOMPSON, E. P. *A miséria da Teoria*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981

\_\_\_\_\_. *A formação da classe operária inglesa I: a árvore da liberdade*. 4 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987

\_\_\_\_\_. *Costumes em Comum: estudos sobre cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998

VASCONCELOS, Aurélio Alves de. *Usina hidroelétrica de Angiquinho*. In. MELLO, Fábio Miguez de (Coordenador). *A história das barragens no Brasil, séculos XIX, XX e XXI: cinquenta anos do Comitê Brasileiro de Barragens*. Rio de Janeiro: CBDB, 2011, pp. 113-123.

VICENTINI, Yara. *Cidade de História na Amazônia*. Curitiba: Editora UFPR, 2004, 290 p.

VEINER, Carlos B. *Extraído d'O conceito de atingido: Uma revisão do debate e diretrizes*. In. MAGALHÃES SANTOS, Sônia Maria S. B. & HERNADEZ, Francisco Del Moral (Org.). *Painel de Especialistas: Análise crítica do Estudo de Impacto Ambiental do aproveitamento hidrelétrico de Belo Monte*. Belém, 2009, pp. 213-229.

VIEIRA, Antonio. *Cartas*. Tomo I. Lisboa: Oficina da Congregação do Oratório, 1935

VELHO, Otávio Guilherme. *Frente de expansão e estrutura agrária: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica*. [on line]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009. Disponível em: <<http://books.scielo.org>>

WITTGEINSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*. São Paulo: Companhia Editora nacional/Editora da Universidade de São Paulo, 1968

\_\_\_\_\_. *Investigações Filosóficas*. São Paulo: Nova Cultural, 1989

ZIZEK, Slavoj. (org). *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996

\_\_\_\_\_. *o Sujeito incômodo: o centro ausente da ontologia política*. São Paulo: Boitempo, 2016

\_\_\_\_\_. *Acontecimento: uma viagem filosófica através de um conceito*. Rio de Janeiro, Zahar, 2017.

ZHOURI, Andréa (Org). *As tensões do lugar: Hidrelétricas, sujeitos e licenciamento ambiental*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

## **FONTES**

### **Fontes Orais**

Adelaide Pereira Carvalho. Entrevista realizada na Ilha de São José - TO, 2008

Aderson Souza dos santos. “Ilha Verde”, 2016

Adonias Avelino Brandão. Entrevista realizada em 25 de outubro de 2016

André Rodrigues Silva Santana. Entrevista realizada aos 25 de outubro de 2016

Antoniél “Ilha Verde”, 2016

Antônio Veríssimo da Conceição. Entrevista realizada na aldeia Cocalinho, em Cachoeirinha - TO 2018

Aparecida Alves dos Santos. Ilha Verde – Babaçulândia. 2016.

Carlos Lacerda Pereira da Silva. Reassentamento “Fazendinha”, em Palmeiras do Tocantins, 2018

Chirlene Alves dos Santos. Tocantinópolis TO, 2018

Cirineu da Rocha. Entrevista concedida ao Observatório Socioambiental de Barragens (OSAB) aos 14 de julho de 2011. Disponível em [www.observabarragem.ippur.ufrj.br/barragens/21/estreito](http://www.observabarragem.ippur.ufrj.br/barragens/21/estreito). Consulta feita em 22 de maio de 2017.

Cleonice Pereira da Silva Cruz. Ilha Verde, 2016

Edilson Cândido Vieira. 59 anos. Entrevista ocorrida no reassentamento Mirindiba, em Araguaína, aos 18 de abril de 2016.

Edmar Xavito Apinajé, entrevista realizada em Tocantinópolis – TO, 2018

Francelina Coelho de Sousa (Dona França). Entrevista realizada na Ilha de São José em 21 de abril de 2008

Irani, depoimento recolhido na aldeia Mariazinha (CTI, 2006)

Janete Pereira da Silva Cruz. Tocantinópolis – TO, 2018

João Pereira da Costa, 61 anos. Acampamento Coragem, 2018

José. Entrevista concedida no reassentamento Mirindiba em 11 de fevereiro de 2014.

Jucilene Alves da Silva Braga. Moradora do Baixão, reassentamento próximo à Babaçulândia – TO. Entrevista concedida em 21 de abril de 2016.

Júlio Alves da Silva. Entrevista realizada aos 10 de fevereiro de 2014 no reassentamento Mirindiba

Leonardo. Reassentamento Mirindiba, Araguaína- TO, 2013.

Luís Ferreira dos Santos. “Ilha Verde”, 2016.

Marcos Soares de Macedo. Entrevista realizada em 29 de novembro de 2018.

Maria dos Anjos Nunes da Silva (Maria da Ilha), entrevista realizada no reassentamento Mirindiba, em Araguaína - TO aos 16 de agosto de 2013.

Maria do Carmo da Costa. Reassentamento Santo Estevão, Babaçulândia – TO, 2018.

Pedrina. Entrevista realizada no reassentamento Mirindiba, 2014

Petronília Dias do Nascimento. reassentamento Santo Estevão, em Babaçulândia – TO, 2018.

Raimunda. Ocupação “Barra do Grotão”. Entrevista feita por Mariane Lucena, 2018

Raimundo Vicente. Entrevista realizada na Ilha de São José - TO, 2008

Robson Pereira da Costa. Entrevista realizada em 29 de novembro de 2018

Valdecir Alves da Silva, morador do reassentamento Mirindiba e ex-morador da Ilha de São José.

Valderice Pereira da Silva. “Ilha Verde”, 2018

### **Fontes sobre a hidrelétrica de Estreito**

CESTE. *Plano de remanejamento da população*. São Luís: Clara Comunicação e Editora, 2007

CESTE. *Usina hidrelétrica de Estreito Notícias*. BOLETIM INFORMATIVO. Ano III, novembro, 2007

\_\_\_\_\_. *Dados sobre a hidrelétrica de Estreito (Release)*. Informativo posto em circulação pelo CESTE em 2009.



\_\_\_\_\_. *Registro de Ocorrência: Fiscalização ambiental e sociopatrimonial UHE Estreito*, 2019

CNEC Engenharia. *EIA/RIMA UHE Estreito*. Outubro de 2001

\_\_\_\_\_. *Projeto Básico Ambiental da UHE Estreito*. Setembro de 2005.

DA SILVA, Maria dos Anjos Nunes. *Trabalho de conclusão do curso de técnico em meio ambiente*. s/d

MAB. *Atingidos pela UHE de Estreito realizam marcha por direitos em Tocantins*. Disponível em: <http://www.mabnacional.org.br/noticia/atingidos-pela-uhe-estreito-realizam-marcha-por-direitos-em-tocantins> 19/08/2010. Consulta feita em 08 de junho de 2017.

\_\_\_\_\_. *Ceste apresentou relatório falso, denuncia mpf – TO*. Disponível em: <http://www.mabnacional.org.br/noticia/ceste-apresentou-relat-rio-falso-denuncia-mpfto>. Acesso em 8/6/2017).

\_\_\_\_\_. *Usina de Estreito acaba com pesca no Tocantins*. Disponível em <http://www.mabnacional.org.br/noticia/usina-estreito-acaba-com-pesca-no-tocantins> publicado em 27/04/2011. Acesso em 8/6/2017

\_\_\_\_\_. *Atingidos por barragens reforçam acampamento de 9 meses no Tocantins*. Disponível em <http://www.mabnacional.org.br/noticia/atingidos-por-barragens-refor-am-acampamento-9-meses-no-tocantins>. Acesso em 08 de junho de 2017; 16/03/2010 publicado

\_\_\_\_\_. *Atingidos ocupam área da união em Barra do Ouro*. Disponível em: <http://www.mabnacional.org.br/noticia/atingidos-ocupam-rea-da-uni-em-barra-do-ouro>. Consulta feita em 09/06/2017

\_\_\_\_\_. *Atingidos pela UHE Estreito continuam marcha por direitos*. Disponível em <http://www.mabnacional.org.br/noticia/atingidos-pela-uhe-estreito-continuam-marcha-por-direitos>. Consulta feita em 07 de junho de 2017

\_\_\_\_\_. *Pescadores do Maranhão e Tocantins organizam cooperativa*. Disponível em <http://www.mabnacional.org.br/noticia/pescadores-do-maranh-e-tocantins-organizam-cooperativa> (4/10/2011). Acesso em 08 de junho de 2017). Em março de 2010 ainda estavam acampados.

“Atingidos pela UHE Estreito estão acampados há 5 meses”. In. Jornal do MAB. Novembro de 2009, p. 04 disponível em [https://issuu.com/mabnacional/docs/jornal\\_mab\\_1109](https://issuu.com/mabnacional/docs/jornal_mab_1109). Acesso em 07 de junho de 2017

HALLUM, César. *Implementação, pela construtora da Usina Hidrelétrica de Estreito, dos projetos de compensação ambiental estipulados pelo IBAMA. Responsabilidade do Governo Federal pelo resgate de dívidas sociais da população ribeirinha em face da construção do empreendimento*. In. Câmara dos Deputados. Discursos e Notas taquigráficas. Sessão 077. 1. 54 O. 19 de abril de 2011. Disponível em Disponível em: <http://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/DiscursosDeputado>. Consulta feita em 18 de maio de 2017.

SENADO FEDERAL. *Comissão de direitos humanos e legislação participativa Vol II*. Brasília: SENADO FEDERAL, 2008

### **Documento do setor elétrico.**

ANA. *Caderno de recursos hídricos*. Brasília: Agência Nacional de Águas, 2005

ANEEL. *Atlas de energia elétrica do Brasil*. Brasília: 3 ed. Aneel, 2008

\_\_\_\_\_. *Resolução ANEEL N. 259 de 09 de junho de 2003*. Disponível em [http://www2.aneel.gov.br/aplicacoes/consulta\\_publica/documentos/Energias%20do%20Brasil\\_Jos%C3%A9%20Sim%C3%B5es%20Neto.pdf](http://www2.aneel.gov.br/aplicacoes/consulta_publica/documentos/Energias%20do%20Brasil_Jos%C3%A9%20Sim%C3%B5es%20Neto.pdf). Consulta feita em 17 de junho de 2017.

BRASIL. Nº 35.701, de 23 de junho de 1954. In. BRASIL. *Decreto Coleção das leis de 1954 Vol. III*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1954, p. 136.

BRASIL. *A energia elétrica no Brasil: da primeira lâmpada à eletricidade*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional do Exército, 1977

BRASIL. Ministério de Minas e Energia (MME). *Plano Nacional de Energia 2030*. Brasília: MME/EPE, 2007

BRASIL. *Constituição dos Estados Unidos do Brasil 1946*. In. BALEEIRO, Aliomar; SOBRINHO, Barbosa Lima. *Constituições brasileiras v. 5*. 3. ed. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2012, 121 p.

BRASIL. Lei n. 1.806 de 6 de janeiro de 1953: Dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, cria a superintendência da sua execução e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1806-6-janeiro-1953-367342-publicacaooriginal-1-pl.html>> Acesso em 18 de março de 2017.

BRASIL, Decreto n. Nº 35.701, de 23 de junho de 1954. Atribui ao Território Federal do Amapá a incumbência de promover o aproveitamento progressivo da energia hidráulica da cachoeira do Paredão, existente no rio Araguari, entre os Municípios de Amapá e Macapá, no Território Federal do Amapá. Disponível em: < <http://legis.senado.gov.br/legislacao>> Acesso em: 07 de março de 2017

BRASIL, Lei n. 2.740 de 02 de março de 1956. Autoriza o governo o Território Federal do Amapá a organizar a Companhia de Eletricidade do Amapá. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral>> Acesso em: 07 de março de 2017

ELETRONORTE. *Plano Nacional de Energia Elétrica 1987/2010: Relatório Executivo*. Rio de Janeiro: MME, 1987

\_\_\_\_\_. *CORRENTE CONTÍNUA: A revista da Eletronorte*. Brasília: Eletronorte. Março, 2006

Empresa de Pesquisa Energética (EPE). *Plano Nacional de Energia 2030*. Brasília: MME/EPE, 2007. Disponível em: [www.epe.gov.br](http://www.epe.gov.br).

RESOLUÇÃO CONAMA n. 01 de 23 de Janeiro de 1986. In. RESOLUÇÕES CONAMA. *Licenciamento ambiental: normas e procedimentos*. CONAMA, pp. 632-639.

## FONTES HEMEROGRÁFICAS

*A Tarde*. Carolina – MA. 1935

*A Tarde*. Carolina. 1936

*O Tocantins*. Carolina. 1914.

*O Tocantins*. Carolina – MA. 1926,

*O Tocantins*. Carolina – MA. 1927

*O Tocantins*. Carolina– MA. 1928

*O Tocantins*. Carolina – MA. 1930

*Vida Escolar*. Carolina. 1932

Usina de Estreito poderá sair do papel. **Jornal Momento**. Estreito. 13 a 24 abril. 2004. Região. p.04

MARIA, Frei Cesário. “O novo motor “Cidade de Carolina””. In. *A TARDE*. Carolina. 19 de janeiro de 1936, p. 01

Novas hidrelétricas geram 27 mil empregos no Tocantins. **Jornal Capital**. Imperatriz. 06 Jul. 2006, Tocantins, p. 07.

DURANS, Janaína. *Usina de Estreito poderá sair do papel*. **JORNAL MOMENTO**. Estreito – MA. 13 a 28 de abril. REGIÃO. 2004, p. 03

*UHE de Estreito: o sonho que está se tornando um pesadelo*”. **Jornal Momento**. Estreito – MA. 25 de outubro a 11 de novembro. Maranhão-Tocantins. 2007

*Homero Barreto trata da construção da UHE de Estreito no Ministério do Meio Ambiente*. **JORNAL MOMENTO**. Estreito – MA. 13 a 28 de abril. TOCANTINS. 2004, p. 05

Consórcio estreito espera licença do Ibama para iniciar hidrelétrica. **O Progresso**. Imperatriz, 23 Jan. 2005. Regional, Caderno 1 p. 04.

Por que eles estão morrendo? Toneladas de peixes mortos no lago de hidrelétrica de Estreito preocupa população em ambientalistas. **Jornal Momento**. Estreito. 07 a 23 abril. 2011. Maranhão-Pará-Tocantins. p.02

SIMÕES, Eduardo. *Marina Silva comprometeu gerações ao decidir sobre hidrelétricas, diz assessor de Aécio*. **REUTERS BRASIL**. 29 de setembro de 2014. Disponível em <http://br.reuters.com/article/domesticNews/idBRKCN0HP03020140930>. Consulta feita em 20 de junho de 2017.

Consórcio Estreito Energia terá que pagar 2 mi de indenizações. **O IMPARCIAL**. 13 de julho de 2016. Disponível em: <https://oimparcial.com.br/noticias/cidades/2016/07/consorcio-estreiro-energia-tera-que-pagar-r-2-mi-de-indenizacao>. Acesso em 20 de junho de 2017.

## **SITES**

[www.bvce.org.br](http://www.bvce.org.br)

[www.memoriadaeletricidade.com.br](http://www.memoriadaeletricidade.com.br)

[www.bndigital.bn.gov.br/](http://www.bndigital.bn.gov.br/)

[www.biblioteca.presidencia.gov.br/](http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/)

[www.observabarragem.ippur.ufrj.br](http://www.observabarragem.ippur.ufrj.br)

[www.camara.leg.br](http://www.camara.leg.br)

[www2.aneel.gov.br](http://www2.aneel.gov.br)

[www.fgv.br/cpdoc/acervo](http://www.fgv.br/cpdoc/acervo)

<http://amazoniareal.com.br>

[www.itaguatins.to.gov.br;](http://www.itaguatins.to.gov.br;)

[www.biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/tocantins/itaguatins.pdf.](http://www.biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/tocantins/itaguatins.pdf)

[www.engie.com.br](http://www.engie.com.br)

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD  
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará  
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

---

S586q Silva Júnior, Cícero Pereira da.  
Os que chegam e os que saem: Memória e Identidade nos deslocamentos provocados pela UHE de Estreito - MA/TO (2007-2012). / Cícero Pereira da Silva Júnior. — 2021.  
308 f. : il. color.

Orientador(a): Prof. Dr. Pere Petit  
Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Belém, 2021.

1. Hidrelétrica de Estreito . 2. Deslocamento e des (re) territorialização. 3. Atingido. 4. Memória. 5. Narrativa. I. Título.

CDD 981.1

---